



**IBERSOL – SGPS, SA**

**Sociedade Aberta**

Sede: Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, n.º 105 a 159 – 9.º andar, 4150 – 146  
Porto

Capital Social: 36.000.000 €

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de  
matrícula e de identificação fiscal 501669477

## **RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2019**

(a aprovar na AGA 2020)

• RELATÓRIO DE GESTÃO	3
• RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES	51
• RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	110
• DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	157

**1. Enquadramento Económico**

**2. Principais Indicadores**

**3. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração**

**4. Principais Acontecimentos**

**5. O Grupo Ibersol**

5.1 Estrutura de participações

5.2 Perfil estratégico do Grupo

5.3 Órgão Sociais

**6. Atividade do Exercício**

6.1 Restaurantes

6.2 Counters

6.3 Concessões e Catering

**7. Desempenho Financeiro Consolidado**

**8. Perspetivas**

**9. Resultado Líquido Individual e Proposta de Aplicação de Resultados**

**10. Factos Subsequentes**

**11. Agradecimentos**

**12. Anexos ao Relatório de Gestão**

# **1. Enquadramento Económico**

## **Situação a nível mundial**

Tendo atingido um topo em meados de 2018, o crescimento mundial iniciou um período de menor expansão, com a redução da atividade da indústria transformadora e do investimento. Dados recentes do BCE mostram uma relativa estabilização da situação no final de 2019, num ambiente de crescentes tensões comerciais entre blocos económicos, de instabilidade política em algumas regiões e de incertezas relacionadas com o desenvolvimento do Brexit.

O crescimento do PIB mundial caiu de 3,6% para 2,9% em 2019, refletindo uma desaceleração do crescimento das economias mais avançadas e da China, contrabalançada por uma recuperação e maior crescimento das mais importantes economias emergentes.

O PIB dos EUA cresceu 2,3% em 2019, assente em condições financeiras favoráveis e no crescimento das despesas de consumo privado, sustentadas num mercado de trabalho robusto, com a inflação a situar-se em cerca de 2%.

A economia da Zona Euro cresceu 1,2% em 2019, sustentada por condições de financiamento favoráveis, novos ganhos em termos de emprego e aumentos dos salários, política orçamental ligeiramente expansionista e manutenção da procura externa.

Em 2019, a economia chinesa prosseguiu uma trajetória de abrandamento gradual do crescimento, que se fixou em 6,1%, refletindo a redução das exportações e a diminuição do investimento, no âmbito da implementação progressiva de reformas estruturais tendentes a reduzir o peso do comércio externo na economia.

O PIB do Reino Unido cresceu 1,3% em 2019. Após uma contração no segundo trimestre, a economia recuperou, ainda que modestamente, na parte final do ano. A incerteza relacionada com o Brexit limitou o crescimento no curto prazo e condicionou as perspetivas de mais longo prazo, dependentes da natureza dos acordos pós-Brexit a negociar com a UE.

A economia japonesa cresceu 1,1% em 2019, um crescimento moderado, consequência da robustez do mercado de trabalho e da procura interna, da política monetária favorável e do impacto das Olimpíadas de Tóquio 2020.

## **Situação em Portugal**

Dados recentes do Banco de Portugal e do INE indicam que a economia portuguesa cresceu 2% em 2019, numa trajetória de desaceleração da atividade económica, refletindo a manutenção do dinamismo da procura interna – destacando-se a aceleração da FBCF - e um menor crescimento das exportações, consequência da evolução menos favorável da procura externa.

O abrandamento das exportações e da atividade industrial contrastam com o crescimento do setor dos serviços, o que tem permitido a continuação de uma situação favorável no mercado de trabalho, sendo expectável que o emprego continue a crescer, mas a um ritmo

progressivamente menor. A taxa de desemprego continuará a diminuir, passando de 7% em 2018 para cerca de 5,6% em 2021.

A previsível evolução da procura interna e externa terá como contrapartida um aumento das importações superior ao das exportações, originando défices da balança de bens e serviços, após os excedentes registados no período 2013-2018.

A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, diminuiu significativamente em 2019, de 1,2% para 0,3%, refletindo a queda acentuada do preço dos bens energéticos.

Após um crescimento significativo em 2018 (3,1%), o consumo privado desacelerou para 2,3% em 2019, devido ao crescimento mais moderado do emprego e à estabilização do crescimento dos salários.

A FBCF continua a ser a componente mais relevante da despesa, destacando-se o dinamismo do investimento empresarial. O forte crescimento de 7,3% em 2019 está muito associado à componente construção, no setor residencial e em projetos de infraestruturas de grande dimensão, alguns beneficiando de financiamento europeu.

#### **Situação em Espanha**

Dados recentes da OCDE e do Banco de Espanha indicam que o PIB espanhol cresceu 2% em 2019, num quadro em que a procura interna continua a ser o principal motor do crescimento, mas a um ritmo inferior ao registado nos últimos anos.

As decisões de consumo de bens duradouros, de investimento empresarial e residencial, que tinham sido adiadas no período da crise, constituíram a base da retoma económica, num processo de recuperação que se foi esgotando progressivamente, o que explica em grande parte a perda de dinamismo da procura interna nas suas diferentes componentes.

A redução da procura externa dirigida à economia espanhola também tem contribuído para a moderação do crescimento, mas a um nível inferior ao verificado nas economias mais desenvolvidas da UEM, dada a menor dependência dos setores dos serviços face às oscilações da indústria manufatureira, mais dependente dos mercados internacionais.

A taxa de inflação, medida pela variação do IHPC, permanece em níveis reduzidos.

A criação de postos de trabalho manteve-se constante ao longo do ano de 2019, mas a um ritmo mais moderado quando comparado com o ano anterior.

Apesar das melhorias registadas desde 2014, o rácio da dívida pública manteve-se elevado em 2019 (96,6%). A redução duradoura da dívida pública requer medidas adicionais de consolidação orçamental e a manutenção de níveis de crescimento mais elevados.

#### **Situação em Angola**

Dados recentes do BPI RESEARCH indicam que em 2019 a economia angolana contraiu 1,1%, adiando pelo quarto ano consecutivo o início da retoma.

A debilidade do setor petrolífero condicionou fortemente o desempenho económico, num ano em que a produção média diária caiu 7,7%, com um valor médio de 1,36 milhões de barris diários. O preço médio de barril do petróleo caiu 10,9% em 2019, para 63,0 dólares, contribuindo para a queda das receitas de exportação em 17,8% e da receita fiscal em 15,8%. A estratégia da Agência Nacional de Petróleos e Gás (ANPG) passa pela licitação até 2025 de 50 novos blocos para exploração de petróleo no país, dos quais 9 em 2020, sendo 3 na bacia do Congo e 6 na bacia do Cuanza.

A queda na produção e nos preços do petróleo e as disponibilidades limitadas de reservas internacionais levou a uma considerável depreciação do Kwanza em 2019. Em 2020-2021, o Kwanza deve continuar a perder valor, mas a um ritmo mais lento.

Apesar da tendência de queda até ao final de 2019, a inflação deve aumentar em 2020, devido ao impacto da desvalorização da moeda, ao efeito da introdução do IVA, ao aumento dos preços de algumas mercadorias e à retirada de subsídios ao petróleo e derivados.

O governo tem vindo a enfrentar de forma determinada os desafios económicos e estruturais do país. O acordo com o FMI e o Banco Mundial é um bom exemplo dessa estratégia que pretende promover um crescimento mais inclusivo e melhorar a governação. Inclui uma política cambial mais flexível, medidas de consolidação fiscal (eliminação de subsídios aos combustíveis, implementação do IVA e outras) e ações para melhorar a saúde do setor bancário. Alguns investimentos estratégicos, como o início da construção de um metro de superfície em Luanda e a instalação de uma unidade de montagem de veículos na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo, com uma melhoria esperada no setor não petrolífero e uma estabilização no setor petrolífero. No entanto, permanecem alguns riscos significativos que podem condicionar o crescimento da economia, nomeadamente a volatilidade dos preços do petróleo, a deterioração do ambiente externo e as dificuldades inerentes à transição para uma economia menos dependente do setor petrolífero.

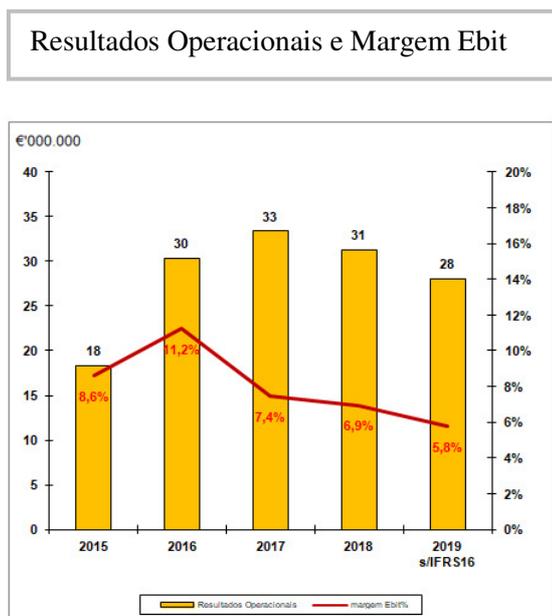
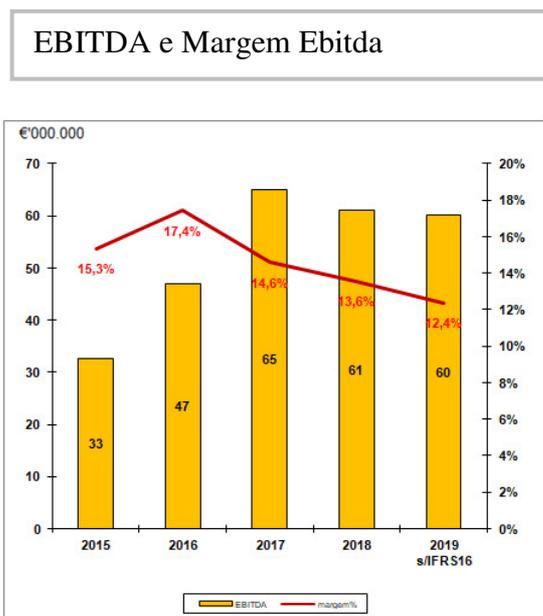
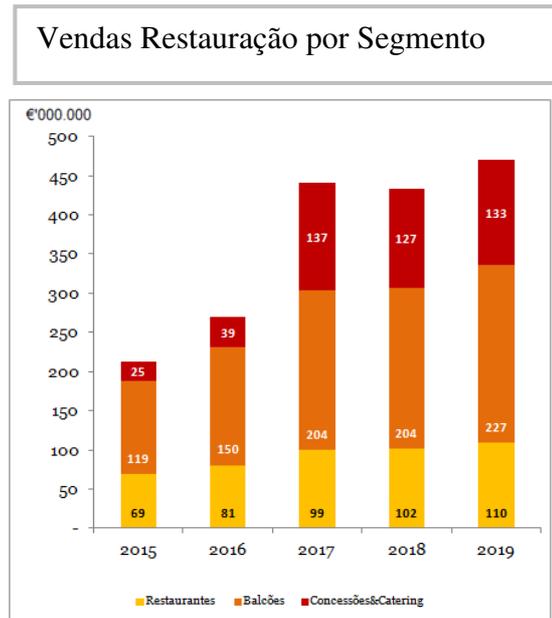
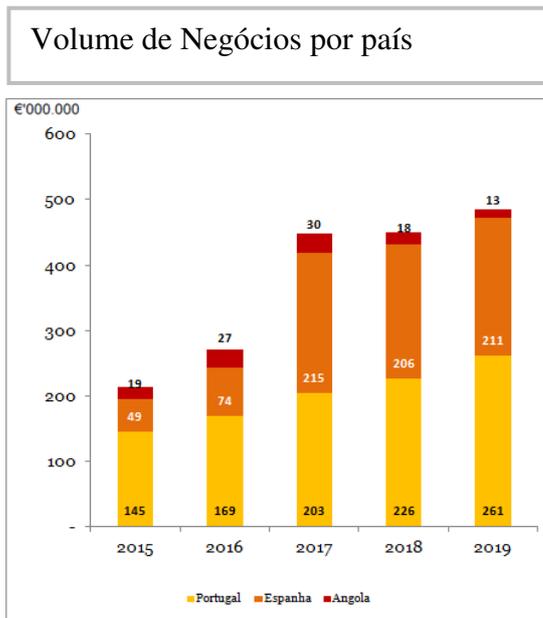
### **Nota Final**

As perspetivas globais para o ano de 2020 apontavam para uma retoma ligeira da atividade mundial, que se esfumou com a atual situação originada pelo Covid-19 que é um motivo de preocupação e que irá requerer uma atenção especial e cuidada pois o seu impacto será real e profundo ainda que pouco claro e previsível.

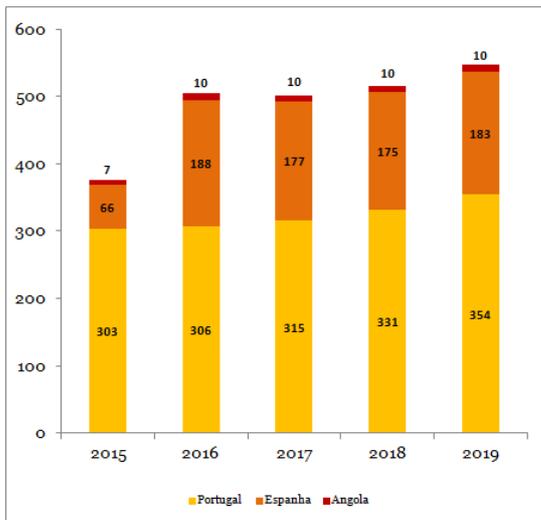
## 2. Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

O Grupo adoptou esta nova norma a partir de 1 de Janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, com activo igual ao passivo, nas contas consolidadas, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios do Grupo no momento da transição.

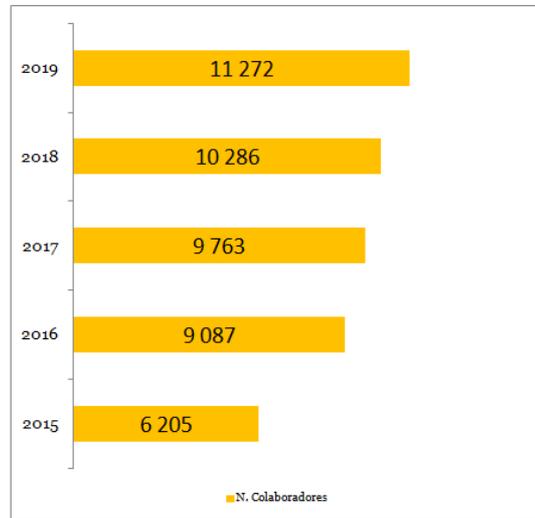
Para facilitar a comparabilidade e uma vez que não existem alterações na forma como a Ibersol avalia o desempenho operacional dos seus negócios, a análise que se segue não considera a aplicação da IFRS16.



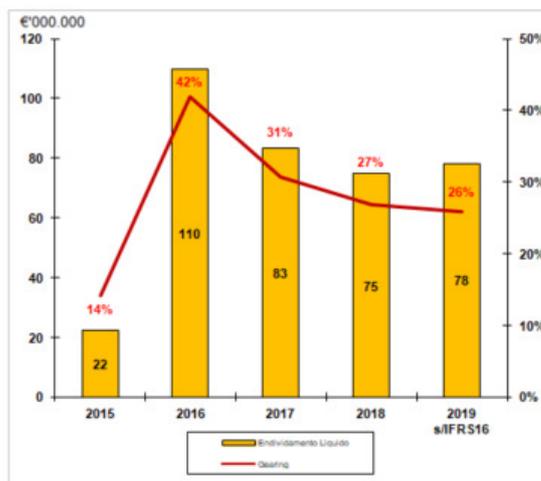
**Número de Restaurantes por país**



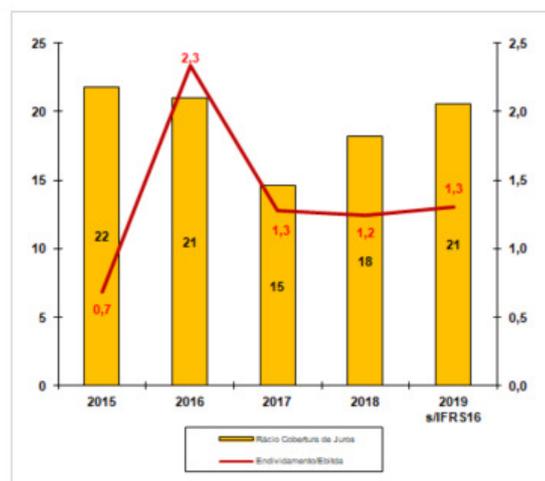
**Número de Colaboradores**



**Endividamento Líquido**



**Cobertura de Juros**



<b>Capex</b>	Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições
<b>Custos da dívida remunerada</b>	Juros + comissões - rendimento de aplicações associadas à dívida
<b>EBIT</b>	Resultados Operacionais
<b>EBITDA</b>	Resultados operacionais deduzidos de Amortizações, depreciações e perdas imparidade de AFT, Goodwill e AI
<b>Endividamento</b>	Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + locações financeiras - caixa, depósitos bancários, investimentos correntes e outras aplicações de longo prazo.
<b>Gearing</b>	Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Capital próprio)
<b>Margem EBIT</b>	EBIT / Volume de negócios
<b>Margem EBITDA</b>	EBITDA / Volume de negócios
<b>Racio de cobertura de juros</b>	EBITDA / Custos da dívida remunerada
<b>Volume de Negócios</b>	Vendas + Prestações de Serviços

### **3. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração**

No Grupo Ibersol sabemos que o caminho é feito de esforço e dedicação, para estarmos à altura das nossas responsabilidades, como grande grupo de restauração e grande criador de emprego.

Temos consciência da nossa importância na vida de muita gente e é com essa convicção que abrimos as portas dos nossos restaurantes, todos os dias, de norte a sul de Portugal, em Espanha e em Angola.

É este entusiasmo que nos garante, dia após dia, o reconhecimento de todos os Stakeholders, Clientes, Parceiros, Fornecedores, Investidores e Sociedade Civil.

O ano de 2019 foi particularmente importante para nós, porque completámos 30 anos de existência e porque o fizemos com a mesma garra e paixão com que começámos o nosso percurso. Por isso, continuámos o plano de expansão que vem sendo implementado nos últimos anos, no qual se destacam as marcas Burger King e KFC.

Na Burger King, o nosso crescimento foi notável, tendo o Grupo chegado aos 100 restaurantes em Portugal. Tratou-se de um crescimento com poucos precedentes nas marcas de restauração no nosso país

Os Clientes, que são a razão da nossa existência, tornaram-se mais exigentes com o produto, o atendimento, a limpeza e o ambiente geral do restaurante e procuram uma experiência marcante em qualquer momento de consumo.

O escrutínio dos nossos produtos e o nosso serviço estão sob permanente avaliação e partilha nas redes sociais. Há uma tendência global para esta "ligação permanente" em que o consumidor partilha constantemente a experiência vivida quer por via de comentários quer de imagens. Desta partilha de conteúdos resultam comportamentos de "smart shopping", em que consumidores influenciadores determinam o comportamento de outros consumidores.

Neste contexto, procuramos prosseguir o nosso caminho que visa a excelência operacional, com o apoio das ferramentas implementadas e o empenho de todos, o que nos tem permitido vencer os desafios de uma sociedade em transformação e com novos hábitos de consumo e comportamentos dos consumidores.

O ano ficou marcado por uma mudança de paradigma ditada pelo aparecimento e consolidação dos agregadores e pelo seu impacto no mercado de delivery.

O crescimento das vendas em 2019 teve um importante contributo desta nova realidade, sendo que procuraremos um equilíbrio entre as vendas internas e as geradas por estes novos canais.

Em 2019 decidimos apostar numa das mais relevantes marcas internacionais, a Taco Bell, que poderá vir a ter uma posição significativa no nosso portfólio.

Em Espanha, após a aquisição da EOG, em 2016, procuramos vencer os desafios naturais de integração e fusão de dois Grupos com culturas diferentes.

Espanha é um grande mercado, onde acreditamos poder ter uma posição relevante, mas em que temos muitos desafios pela frente, para os quais temos de estar preparados.

Em Angola, o enquadramento económico-social manteve-se incerto. Por isso, procuramos sustentar a nossa atividade, tanto da KFC como da PH, congelando os nossos planos de expansão, até que sintamos estarem reunidas as necessárias condições.

Não nos cansamos de sublinhar a importância das nossas equipas, dos nossos colaboradores, que têm sido fundamentais na resposta às expectativas dos nossos Clientes. Por isso, a formação é, cada vez mais, um pilar estratégico no nosso Todas as empresas mas em especial as do nosso sector vivem do desenvolvimento do talento do Capital Humano, que precisamos de, em simultâneo, formar e reter a todos os níveis e ao mesmo tempo rejuvenescer.

O Grupo Ibersol tem criado milhares e milhares de empregos, é respeitado pelas marcas internacionais nossas parceiras e integra uma equipa fantástica pela sua dedicação e alto desempenho.

Perspetivávamos para 2020 um ano muito desafiante em todas as geografias onde estamos, porém a atual situação originada pelo Covid-19 introduziu fatores de incerteza nunca sentidos. Vamos ter de saber ultrapassar as dificuldades resultantes de uma longa paragem e da reativação lenta dos negócios, o que irá requerer uma alteração dos nossos processos de gestão, pois o impacto será muito significativo e deixará sequelas.

Como somos otimistas e conhecemos a nossa fibra, sabemos que vamos ultrapassar mais este desafio juntos e com o apoio e a dedicação de todos.

## **4. Principais Acontecimentos**

A atividade ficou marcada pelo forte crescimento da generalidade dos negócios em Portugal, parcialmente impulsionado pela expansão das marcas com especial destaque para a Burger King, que ultrapassou os 100 restaurantes no território nacional, bem como pelo forte crescimento do delivery, através dos agregadores que permitiram o alargamento da cobertura das entregas ao domicílio de várias marcas do Grupo.

Registe-se também o crescimento dos negócios do segmento Travel e de Catering, resultante do início da operação em novos espaços concessionados e do desempenho positivo da atividade de Catering, que beneficiou da realização de eventos de maior dimensão.

Já no final do ano, o Grupo Ibersol fez "soar o sino" da Taco Bell em Portugal, tendo inaugurado dois restaurantes, da famosa marca de inspiração mexicana com ambiente californiano, detido pelo Grupo YUM. Com mais de 7.000 restaurantes em todo o mundo, a Taco Bell é a referência em comida de inspiração mexicana

Esta nova cadeia arrancou com dois restaurantes – no Norteshopping e no Almada Forum – os quais tiveram uma forte aceitação pelos consumidores portugueses.

Dando seguimento à estratégia de expansão e avaliação de portefólio, concretizou-se a abertura de vários restaurantes da Pizza Hut, Burger King e KFC, bem como a remodelação de diversos das diferentes marcas do portefólio do Grupo, quer em Portugal, como em Espanha.

Em 2019, o Grupo continuou o trabalho iniciado há dois anos, de implantação do programa de fidelização das suas marcas em parceria com o Cartão Continente, uma parceria com o maior cartão de descontos em Portugal e um projeto estratégico e diferenciador na restauração moderna.

Em Espanha, o segmento de Travel continua a ser um grande desafio para o Grupo. Ao longo do ano foi concluída a conversão total de 19 novos restaurantes para os conceitos definitivos. O Grupo procedeu à abertura da quase totalidade dos restaurantes que lhe foram adjudicados nos concursos ganhos nos aeroportos de Barcelona, Gran Canária, Málaga e Alicante.

Demos continuidade ao processo de convergência da cultura das empresas, muito focados na uniformização dos sistemas de informação, dos métodos de análise e organização e nos processos de qualidade e certificação, garantindo o uso das mesmas ferramentas, os mesmos processos e os mesmos métodos de análise e report.

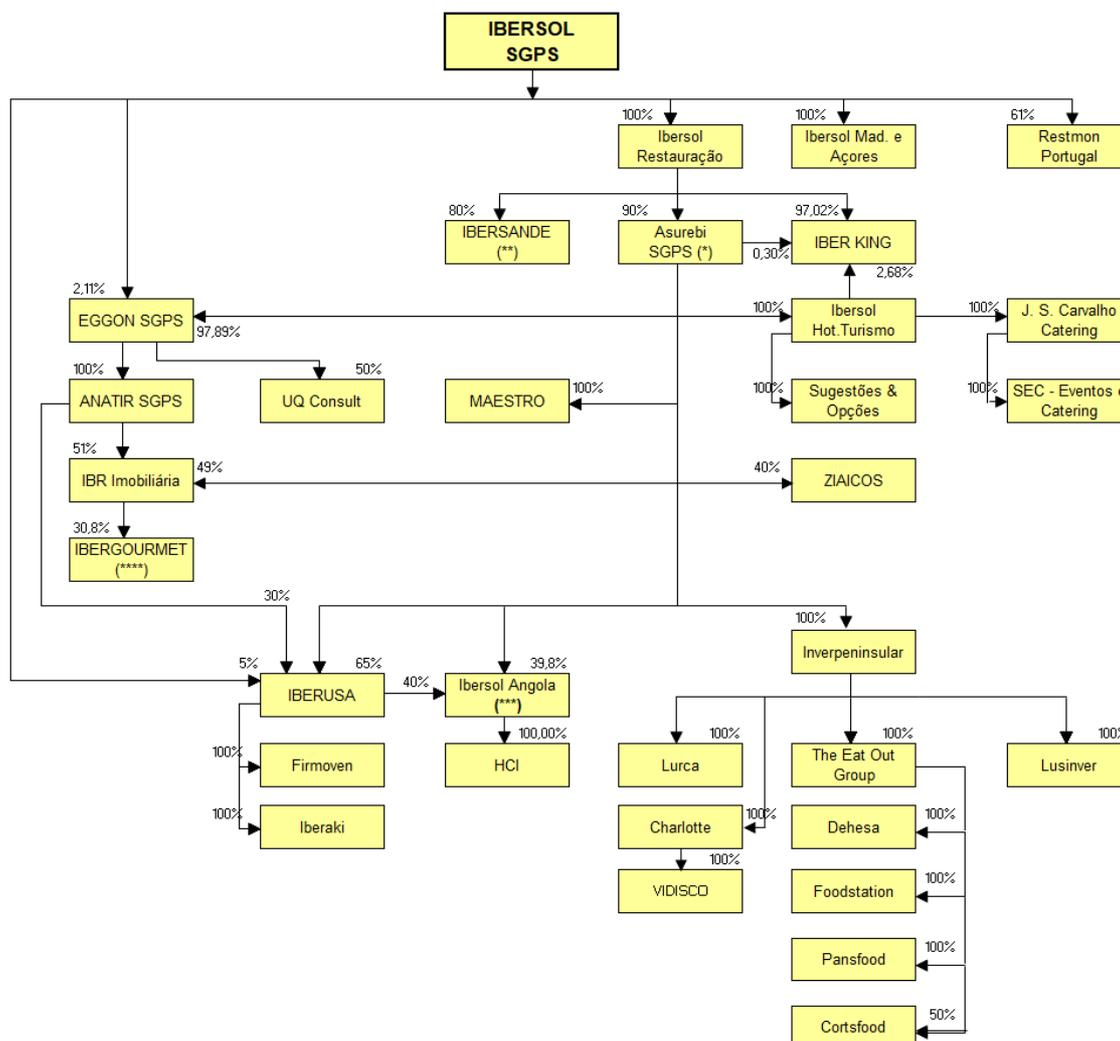
Somos um negócio feito “por Pessoas e para Pessoas” e por isso, procurando fazer sempre mais e melhor, destacamos o lançamento da Ibersol Academy - uma Academia mais global, mais inclusiva e mais moderna, capaz de formar os colaboradores, nas várias geografias, e dotá-los das competências atualmente mais importantes para o desenvolvimento dos negócios do grupo.

Em síntese, um ano de apostas estratégicas, com abertura de novos conceitos, com remodelações permanentes e com a consolidação da marca Burger King como grande player no seu segmento.

## 5. O GRUPO IBERSOL

### 5.1 Estrutura de participações

Participações a 31.12.2019



**Notas:**

(\*) Restantes accionistas da ASUREBI: IBERSOL SGPS (10%)

(\*\*) Restantes accionistas da IBERSANDE: PANSFOOD (20%)

(\*\*\*) Restantes accionistas da IBERSOL ANGOLA: ANATIR SGPS (10%), EGGON SGPS (10%) e IBERSOL SGPS (0,2%)

(\*\*\*\*) Restantes accionistas da IBERGOURMET: IBERSOL SGPS SA (69,2%)

## **5.2 O perfil estratégico do Grupo**

### **Garantir as boas experiências e qualidade de vida**

Os Consumidores são cada vez mais exigentes em relação às experiências que as marcas proporcionam. Por isso procuramos garantir em todas as nossas marcas uma oferta diversificada que lhes possibilite experiências variadas em qualidade e sabor. Do pequeno-almoço ao jantar, durante a semana ou fim-de-semana, estamos presentes em todos os momentos de consumo em variadíssimas ocasiões, procurando proporcionar aos Clientes momentos de bem-estar aliados a uma alimentação equilibrada.

Desenvolvemos o programa Viva Bem (site e blog), onde promovemos um diálogo responsável com o Cliente, colocando à sua disposição informação sobre a composição nutricional e os alergénios dos produtos que comercializamos e indicações sobre como adotar um padrão de vida que garanta uma alimentação equilibrada e um estilo de vida saudável.

### **Focar as energias na relação com o cliente**

Os Clientes são a razão de ser do Grupo Ibersol, pelo que lhes é dedicada toda a atenção.

Os nossos colaboradores sabem que são os clientes que pagam os seus salários e os demais custos em que incorremos.

Procuramos estar sempre à altura das suas expectativas, antecipando tendências, satisfazendo necessidades e apresentando propostas de valor cada vez mais sólidas.

### **Desenvolvimento e Valorização das Pessoas**

O Desenvolvimento das Pessoas no Grupo Ibersol tem dado significativos saltos qualitativos o que se reflete num crescente protagonismo no mercado de trabalho. A presença em eventos de empregabilidade tem vindo a ser reforçada, com uma imagem renovada, mais arrojada e em linha com a Cultura e os Valores Ibersol.

Numa era de constante e cada vez mais rápida transformação digital, o Grupo Ibersol tem consolidado a sua presença nas redes sociais, criando e mantendo páginas corporativas no Instagram, Facebook e LinkedIn, que permitiram reforçar a relação de proximidade com os vários stakeholders, dando a conhecer, com lealdade e transparência, onde estamos e para onde queremos caminhar.

Reconhecida como uma “Escola para a Vida”, a empresa investe continuamente na formação das suas Pessoas. Este investimento materializa-se na “Ibersol Academy”, uma Academia global, inclusiva e moderna, capaz de dotar os colaboradores, nas várias geografias, das competências atualmente mais valorizadas no mercado.

### **Uma rede social de valor acrescentado para o consumidor**

O Grupo Ibersol possui uma rede de relações emocionais e de confiança que se estabelece entre os colaboradores e Clientes, a cada minuto, todos os dias e em todos os turnos. Esta rede faz parte integrante do ADN do Grupo.

O Grupo investe continuamente nas competências das suas equipas, especialmente dos Gestores de Unidade, dos Gestores de turno e na sua responsabilização pela interação com o Cliente. São eles que permitem identificar mais rapidamente as mudanças do perfil de consumo, “lendo” as expectativas e as realidades em mudança e transmitindo-as de modo a que sejam incorporadas em novas propostas de valor

### **Processos globais de gestão e planeamento logístico**

O Grupo Ibersol organizou uma cadeia de abastecimento que garante a qualidade dos produtos que comercializa, desde a sua origem, passando pela logística, até ao consumidor final.

É um corpo único, homogéneo, que se agiliza todos os dias através de uma política ativa de qualidade, certificada pelas normas NP EN ISO 9001: Sistemas de Gestão da Qualidade e NP EN ISO 22000: Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar que abrange a gestão da cadeia alimentar das operações de restauração do Grupo, que é a base das atividades desenvolvidas nos vários mercados.

A centralização da cadeia de abastecimento é uma realidade quer na operação de Portugal, Espanha e Angola, possibilitando ganhos de eficiência e produtividade, quer no processo propriamente dito, quer na relação com os parceiros de negócio.

A preocupação de não comprometer a qualidade em função do preço é uma diretriz que não comporta exceções. Por isso, através da melhoria contínua dos processos de gestão de recursos e bens, o Grupo Ibersol pretende manter relações duradouras e consistentes com os parceiros fornecedores.

### **A excelência na qualidade e segurança**

Através de uma cultura orientada para a qualidade e segurança e respetiva certificação, o Grupo Ibersol consolida o seu posicionamento como grande player da restauração. O rigor e exigência permitem continuar a trilhar um caminho de excelência, comprovado por um número crescente de certificações tanto em Portugal como em Espanha e Angola pela qualidade das suas operações, serviço ao cliente e segurança alimentar.

Para o Grupo Ibersol, as certificações vêm confirmar todo o empenho e dedicação que as suas equipas colocam em tudo o que fazem.

Em 2019, o Grupo Ibersol continuou o seu processo de melhoria contínua, em sintonia com os princípios das normas em que se encontra certificado.

De destacar em particular a certificação da unidade central de produção do Grupo – Ibergourmet - Produtos Alimentares, SA (UCP Modivas) – numa norma GFSI de grande exigência em requisitos de segurança alimentar: FSSC 22000 (Version 4.1) – scope: Ready to eat and ready to heat combined products and meals, sliced, fried, cooked including "sous vide", grilled, stewed, roasted, baked, packed in thermoformed plastic packages, with or without vacuum, thermo-sealed plastic bags with MAP, flexible plastic bags sealed, vacuum and MAP, at room temperature, chilled or frozen. (Category CIII)

Viu ainda renovadas as certificações pelas seguintes normas:

- NP ISO's 9001:2015, 14001:2015 e NP 4397:2008/OHSAS 18001:2007(\*1): SEDE: Gestão das Operações de Restauração do Grupo Ibersol e VOG: Prestação de Serviços de Restauração

- NP EN ISO 22000:2005 Portugal: Sede - Gestão da Cadeia Alimentar das operações de restauração do Grupo Ibersol; Unidades de Restauração - Prestação de serviços de restauração/catering nas lojas: Catering Estádio do Dragão; Pizza Hut - KFC - Cockpit Drinks & Tapas - Specially – Terminal; 1 Aeroporto de Lisboa; GoTo Terminal 1 Aeroporto de Lisboa; Burger King Aeroporto de Lisboa; Burger King Alameda Shopping; Quiosques Café Alameda; Shopping; KFC Alameda Shopping; Pizza Hut Alameda Shopping; Pans & Company Alameda Shopping; Burger King Colombo; Pizza Hut Colombo; Pans & Company Colombo; KFC Colombo; Burger King; NorteShopping; KFC NorteShopping; Pasta-Caffé NorteShopping; Pizza Hut NorteShopping; Miit Norteshopping; Pans & Company Norteshopping, Pizza Hut Foz; Pizza Hut Matosinhos; Vog Tecmaia; Blu CoffeShop; KFC CascaisShopping; Burger King Cascais, KFC Forum Montijo e KFC Amadora

- NP EN ISO 22000:2005 Angola: Cadeia logística Ibersol Angola e operações de restaurantes: KFC Avenida, KFC Belas Shopping, KFC Benfica, KFC Benguela, KFC Che Guevara, KFC Drive Thru Aeroporto Luanda, KFC Morro Bento, KFC Nova Vida, KFC Zango, Pizza Hut Nova Vida; Operação de logística da Multiparques Rangel

- NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 22000:2005 Eat Out/Espanha: Gestão da Cadeia de Abastecimento das operações de restauração do Grupo Ibersol/Eat Out; Prestação de Serviços de Restauração em Pans Sabadell e Ribs Maquinista.

### **Uma política ativa de gestão de recursos e respeito pelo ambiente**

O Grupo Ibersol continua a consolidar políticas de boas práticas na gestão dos recursos e resíduos, bem como na separação e valorização dos resíduos gerados, o que se traduz numa política ativa de sustentabilidade. Esta política, com efeitos colaterais positivos, tem permitido atingir bons resultados com melhorias significativas de ano para ano.

O Grupo repensou as equipas, as energias consumidas, os consumíveis, os produtos, os desperdícios e, sobretudo, interiorizou uma forte preocupação com a mudança de processos e formas de fazer.

O “Programa de Reciclagem de Óleos Alimentares Usados” é um exemplo a destacar desta realidade sustentável.

## **5.3 Órgão Sociais**

### **Conselho de Administração:**

Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Vice-Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira

Vogal – Professor Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz

### **Conselho Fiscal:**

Presidente – Dr. Carlos Alberto Alves Lourenço;

Vice-Presidente – Dr.ª Maria José Martins Lourenço da Fonseca;

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos;

Suplente – Dr. Arlindo Dias Duarte Silva;

### **Mesa da Assembleia Geral:**

Presidente da Mesa – Dr.ª Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira;

Vice-Presidente da Mesa – Dr.ª Raquel de Sousa Rocha;

Secretária – Dr.ª Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello;

### **Comissão de Vencimentos:**

Dr. Vítor Pratas Sevilhano;

Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Dr. António Maria de Borda Cardoso;

### **Revisor Oficial de Contas:**

KPMG & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. Pedro Bouça Morais Costa e, como suplente, o Dr. Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho;

### **Secretário da Sociedade:**

Secretária Efectiva - Dr.ª Berenice Príncipe;

Secretário Suplente – Dr. Luís Neiva Nunes de Oliveira

## **6. Atividade do Exercício**

### **6.1 Restaurantes**

O segmento de restaurantes é composto por 203 restaurantes que geraram um volume de negócio de cerca de 109,7 milhões de euros.

#### **Pizza Hut (Portugal)**

Criada em 1958, a Pizza Hut conta já com 29 anos de presença em Portugal sendo a marca de restauração mais completa do mercado, procurando a satisfação do cliente em todos os momentos da sua vida, nos vários serviços e espaços que dispõe e oferecendo combinações únicas que trazem mais sabor a esses momentos.

A marca possui uma cobertura geográfica a nível nacional e ilhas, com 98 restaurantes em funcionamento, tendo vendido cerca de 6 milhões de pizzas a 12 milhões de clientes.

Durante o exercício manteve-se o plano de expansão e remodelações tendo concretizado a abertura de novos restaurantes em Leiria, no centro da cidade, em Rio Tinto, concelho de Gondomar e na Baixa da Banheira, concelho da Moita. Reforçou também a sua área de cobertura do serviço de entrega em casa, servindo mais de 1,75 milhões de habitações, com cobertura completa nos mercados de maior concentração populacional.

Empenhada em satisfazer as necessidades do consumidor moderno, a Pizza Hut mantém o esforço constante na modernização e renovação da imagem dos restaurantes com uma nova arquitetura de espaço, muito moderno e acolhedor, com grande conforto, sem descurar a vertente da experiência digital exigida pelos Clientes. São exemplo, os restaurantes de Espaço Guimarães, Marina de Lagos, Forum Castelo Branco, Ferrara Plaza (Paços de Ferreira), Marina de Portimão, Forum Aveiro, assim como intervenções importantes em Forum Almada, ArrábidaShopping (V.N de Gaia) e AlgarveShopping (Guia), Valongo, Coimbra (Praça da República) e Gaia Jardim.

Em 2019, a Pizza Hut reforçou a estratégia de comunicação internacional da marca que visa promover uma nova linguagem de comunicação mais apelativa, mais moderna e mais atual.

A consolidação da estratégia global de crescimento da marca manteve-se, através de uma aposta contínua na formação e retenção de talento e na execução da excelência operacional, tanto ao nível do serviço, fomentando equipas completas, qualificadas, consistentes e motivadas, como ao nível do produto, proporcionando experiências diferenciadoras.

O investimento em produtos inovadores e de qualidade, é uma das prioridades da marca que, para além de produzir diariamente 3 diferentes tipos de massa de pizza, utilizar ingredientes frescos e queijo 100% Mozzarella apostou em novos ingredientes, composições e formatos de pizza, como foi o caso do lançamento da BFF “Bites Friends Forever”, uma proposta inspirada num dos maiores sucessos de sempre da marca, a Cheesy Bites, agora em formato individual, a

Ultimate Cheesy, a derradeira Pizza para os amantes de Queijo, o relançamento da Cheesy Bites Pepperoni e da Massa Tradicional, bem como de novas propostas de entradas, como as Batatas Country com Queijo e Bacon.

A expansão e reforço do Buffet de Almoço e o relançamento do MY HUT representam a aposta da marca na dinamização de ofertas para o momento de consumo de semana.

Na entrega em casa a estratégia consistiu no lançamento de menus de partilha com promoções de abundância de produto, sendo que se o cliente preferir ir levantar ao restaurante disponibilizamos promoções muito competitivas também destinadas à partilha por duas ou mais pessoas.

A marca prosseguiu com a sua estratégia de comunicação multiplataforma, com uma presença reforçada e constante em meios *above the line*, e fortalecendo e expandindo a sua posição na área digital. A digitalização foi um dos aspetos mais importantes na marca com o lançamento da APP da Pizza Hut. Em 2019 o canal digital é já responsável por quase 50% dos pedidos.

De forma a manter-se na dianteira das tendências de Mercado, a Pizza Hut liderou a parceria com as plataformas agregadoras de encomendas.

Os clientes Pizza Hut podem efetuar as suas encomendas nos restaurantes, junto do centro de atendimento telefónico (222 444 222), no website Pizza Hut, na APP Móvel e através do restaurante na televisão (@TV) disponível nos 3 grandes operadores de TV por cabo. Além disso a marca também se encontra presente nas plataformas agregadoras de entrega ao domicílio.

O ano de 2019 foi também marcado pelo reforço da parceria com o Cartão Continente, com o lançamento do Menu10, um programa de fidelização assente na App Cartão Continente e exclusivo do Grupo Ibersol com vantagens promocionais únicas e diferenciadoras.

O ano foi também marcado por uma aposta contínua na evolução de carreira, processos formativos e retenção. Ao nível da formação e certificação das nossas equipas mantivemos o nosso compromisso para com as Equipas num esforço constante e contínuo na criação de uma Cultura de Excelência. Este compromisso traduz-se na qualificação constante das Equipas (visível no investimento em milhares de horas de formação), no fomento da Evolução de Carreira, através dos Programas “Crescer+”, “Developing Champions” e “Preparing Champions” e nos programas @Leading A Shift (LAS) dirigido às equipas de Gestão e no reforço do programa ACE (Assured Customer Experience – que promove uma abordagem operacional mais completa e abrangente). Numa constante busca da melhoria da eficiência operacional via digitalização de processos, iniciou-se a implementação do “MY HACCP”, uma ferramenta de Checklist digital para substituir o check list Diário de gestão de turno para controlo dos requisitos legais ao nível da segurança alimentar.

Foi também um ano importante de prevenção e segurança rodoviária, em que numa parceria com os comandos da PSP de Lisboa, Porto, Braga e Coimbra, foram formados 317 colaboradores da nossa equipa de distribuidores e das equipas de direção dos restaurantes. O principal objetivo foi a consciencialização coletiva dos perigos na condução de veículos

motorizados de 2 rodas, de forma a diminuir a sinistralidade na estrada e desta forma, salvaguardar os nossos colaboradores.

No que respeita à Responsabilidade Social, a Pizza Hut participou em diversos projetos de ligação à comunidade, nomeadamente na iniciativa do Grupo designada por "Graças a Muitos" e em parceria com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a fome.

De realçar também que os restaurantes localizados no Centro Comercial Colombo, Alameda Shop&Spot, NorteShopping, Foz (Porto) e Continente de Matosinhos foram novamente certificados pela norma ISO 22000 e são o exemplo do cuidado e exigência que a marca coloca na segurança alimentar dos seus consumidores.

### **Pizza Hut (Angola)**

O contexto macroeconómico de Angola continuou a condicionar a evolução nos negócios, por efeito da perda de poder de compra, resultante de uma inflação de 17,5%, e de uma forte desvalorização do Kwanza, 56 % face ao Euro e de 60% face ao Dólar, o que limita o crescimento orgânico da marca. Por isso, a nossa operação continuou a concentrar-se no único restaurante que operamos—Xyami Nova Vida.

Com o objectivo de contrariar estas adversidades, mantivemos a política de aposta em ofertas especializadas de produto centradas num serviço de excelência e de Qualidade, com os standards mais exigentes em Higiene e Segurança Alimentar

Por outro lado a estratégia de aumento de preços a um ritmo inferior ao da desvalorização da moeda, permitiu-nos manter a competitividade face a outros segmentos da Restauração.

A marca reforçou o seu plano de Marketing assente numa comunicação moderna com o seu público-alvo via Facebook, que viu crescer o número de fãs para 208.000 (+20%), tendo iniciado a comunicação via Instragram e mantendo a restante comunicação com os seus clientes através do Portal GES, através de ferramentas digitais e com o seu universo potencial através de outdoors.

A marca cresceu na avaliação dos seus clientes para um índice de 85%, um dos melhores scores do Continente Africano.

No âmbito das iniciativas de responsabilidade Social, para além da participação na iniciativa de luta contra a fome "AD HOPE", em conjunto com a marca KFC, teve novamente lugar a iniciativa Slice Of Africa , que permitiu para além de um convívio com crianças desfavorecidas , a atribuição de conjuntos didáticos constituídos por livros e outros utensílios escolares.

Participou também em eventos culturais em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos, no âmbito da comemoração da Africanidade na América.

### **Pizza Hut (Espanha)**

O Grupo Ibersol abriu as 3 primeiras lojas em 2017 e encerrou o exercício de 2019 com 5 unidades PH em funcionamento; 4 unidades em Vigo vocacionadas para o serviço de entrega ao domicílio, e 1 restaurante localizado nas Astúrias.

A consolidação da operação manteve-se, através de uma aposta contínua na formação e na execução da excelência operacional, tanto ao nível do serviço, fomentando equipas completas, qualificadas, consistentes e motivadas, como ao nível do produto, proporcionando experiências diferenciadoras, tendo ao longo do exercício procedido ao lançamento dos programas ACE (Assured Customer Experience) e GES (The Guest Experience Survey). O investimento na diferenciação dos tipos de massa pizza, inovadoras e exclusivas da Pizza Hut, foi aposta durante o ano de 2019, como foi o caso do lançamento da Cheesy Bites, da Ultimate Cheesy e do relançamento da Rolling Pizza, bem como o lançamento de novas propostas de entradas, como as Batatas Country com Queijo e Bacon. Ainda em 2019, alargou o seu serviço de entrega ao domicílio á parceria com as plataformas agregadoras de encomendas, Glovo e Deliveroo, que resultou no crescimento da sua penetração no mercado.

Foi também um ano importante de prevenção e segurança rodoviária, com a implementação do Capacete Amarelo em toda a sua equipa de distribuidores. Programa importado da experiência do mercado português, tendo como principal objetivo a consciencialização coletiva nos perigos da condução de veículos motorizados de 2 rodas, aumentar a visibilidade de quem circula e contribuir para a diminuição da sinistralidade na estrada e desta forma salvaguardar os nossos distribuidores.

### **Pasta Caffé (Portugal)**

O Pasta Caffé – cadeia de restaurantes especializada em cozinha italiana - terminou 2019 com 6 restaurantes em funcionamento.

Procedemos a ajustamentos na oferta de carta dos restaurantes procurando dar resposta aos anseios dos clientes dentro de uma linha tradicional de gastronomia italiana, de *comfort food*.

Para os consumidores, para quem a rapidez de serviço é um factor crítico, a marca mantém uma proposta de valor designada de “Buffet de Almoço”, que apresenta uma alargada gama de opções a um preço muito competitivo. A oferta do buffet foi melhorada por forma a dar uma melhor resposta aos consumidores que procuram o Pasta Caffé nesse momento do dia.

Continuamos, ao longo do ano, a ação das “Temporadas” o que nos tem permitido inovar e testar novas receitas e composições, recorrendo às várias famílias gastronómicas associadas a Itália: pastas, pizzas e risottos. Estas “Temporadas” registam sempre grande recetividade por parte dos clientes, e ajudam a marca a reforçar a matriz italiana, através das receitas e dos sabores genuínos de Itália.

Em 2019 mantiveram-se todos os processos de formação das equipas e procedeu-se à recertificação na norma de qualidade APCER ISO 22000 do restaurante NorteShopping.

No âmbito da auscultação ao cliente continuamos a aprofundar o programa “Pasta Experiência”, uma plataforma on-line em que o cliente avalia a sua experiência, em todas as dimensões relevantes de serviço e oferta e lhe permite fazer sugestões de melhoria.

No que respeita à Responsabilidade Social, o Pasta Caffé participou na iniciativa do Grupo designada por "Graças a Muitos" e em parceria com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a fome.

O ano de 2019 foi também marcado pelo reforço da parceria com o Cartão Continente, com o lançamento do Menu10, um programa de fidelização assente na App Cartão Continente e exclusivo do Grupo Ibersol com vantagens promocionais únicas e diferenciadoras.

Em 2019 lançou-se o serviço de entrega em casa no Grande Porto através de parceria com as plataformas de agregadores.

### **Pizza Móvil (Espanha)**

A Pizza Móvil terminou o ano de 2019 com 35 restaurantes em funcionamento.

O ano foi marcado pela defesa da quota da marca através do lançamento de novos produtos, reformulação da proposta de valor focada na competitividade e pela aposta em meios de comunicação digitais.

Durante 2019, a marca lançou novos produtos de modo a ampliar a sua gama e criando composições inéditas, não só na gama de pizzas como a Pizza Pulled Pork, mas também adicionando complementos.

Através do selo “Galicia Calidade”, a Pizza Móvil afirmou uma vez mais a comunicação e frescura e qualidade.

Deu-se ainda continuidade à presença da marca entre os mais jovens, apoiando o futebol feminino nas categorias de formação, patrocinando a Federação de Futebol da Galícia e dando nome à Liga Pizza Móvil, com presença da marca em todos os equipamentos.

### **RIBS (Espanha)**

Durante este ano, o Ribs reformulou vários dos seus restaurantes: Maquinista, Plenilunio y Splau, abriu um novo restaurante próprio no C.C Lagoh (em Sevilha) e encerrou um outro em Sagunto.

Ribs – the True American Barbecue é uma das marcas próprias mais representativas do Grupo Ibersol. Nasceu em Madrid em 1991, mas é herdeira da missão, valores e know how do

restaurante El Descanso, fundado em 1968 com o objetivo de ser a primeira steakhouse verdadeiramente americana em Espanha.

Os restaurantes Ribs são espaços familiares com um estilo americano, criados como autênticas steakhouses e decoradas com peças exclusivas adquiridas em antiquários, feiras e mercados nos USA.

Em 2019 implementou-se em alguns restaurantes o conceito de “Parrilha Vista”, dando assim mais visibilidade e protagonismo à sua forma de grelhar carne.

Relativamente à inovação, a marca mantém o lançamento de produtos de qualidade com uma oferta genuína e inovadora. 2019 fica destacado pelo lançamento do “You Burger”, um hambúrguer criado totalmente pelo cliente e também pela proposta de bebidas com mocktails e cocktails.

A marca continuou a aposta nas grandes festas americanas (4 de julho, Halloween, Thanksgiving Days, entre outras).

Em 2019, o Ribs estendeu o serviço de entrega em casa via agregadores a todos os restaurantes próprios e franquizados, dinamizando-o com campanhas específicas.

A marca Ribs trabalha constantemente para melhorar a excelência operacional e em 2019 implementou-se um sistema de controlo de qualidade externo em todos os locais próprios e franquizados.

Em 2019 o restaurante Ribs La Maquinista renovou a certificação com NP em ISO 22000 e NP em ISO 9001, sendo que os restantes locais operam com os mesmos processos.

### **RIBS (Portugal)**

“True American Barbecue” é o conceito da marca RIBS que marca presença em Portugal com um restaurante.

Todos os pratos são preparados ao momento, em grelhadores de carvão 100% de azinheira, o que lhe confere um sabor muito genuíno e inconfundível.

A marca está presente em Portugal desde 2018 e este ano lançou uma linha tex mex na sua proposta de valor, o que veio a dinamizar a procura por parte dos clientes. Ainda esse ano, iniciou-se a venda ao domicílio recorrendo às plataformas de agregadores.

No que respeita à Responsabilidade Social, o Ribs participou na iniciativa do Grupo designada por "Graças a Muitos" e em parceria com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a fome.

### **Santamaria (Espanha)**

A marca terminou o ano de 2019 com 13 restaurantes em regime de franquia e 6 restaurantes próprios no segmento Travel em Espanha, com presença nos aeroportos de Barcelona, Menorca, Málaga, Fuerteventura e Las Palmas.

A marca Santamaría nasceu em 1998 em Mérida, tendo começado a sua expansão através do sistema de franquia em 2001. Em 2006 tornou-se parte do Grupo Eat Out.

Desde a sua criação, Santamaría evoluiu para alcançar um formato multi-oferta capaz de cobrir todas os tipos de consumo (pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar) que permitem aos nossos clientes desfrutar de boa comida e boa bebida a qualquer hora do dia.

Sem perder a personalidade que caracteriza a marca e a sua cozinha, iniciou-se um novo processo para dotar os restaurantes com um novo carácter e essência: o “saber ibérico”. Com esta proposta voltamos ao posicionamento de Especialistas ibéricos, colocando o foco na experiência, no “savoir faire”, e dando destaque ao fator principal do produto ibérico: o sabor! Na nova identidade da marca, misturamos ambos os conceitos, o saber e o sabor, de forma a juntar o carácter tradicional renovado da marca com o estilo de vida de Espanha. Porque só quando se sabe, é que é possível aportar algo novo.

A nova carta destaca-se pelos produtos ibéricos, entradas, saladas, pratos principais e sobremesas, todos em formatos muito originais de receitas clássicas reinventadas, adaptadas aos novos tempos, sem esquecer as nossas famosas bebidas, que se diferenciam também pelas embalagens que utilizamos.

### **FrescCo (Espanha)**

A marca terminou o ano de 2019 com um total de 8 restaurantes em Espanha, dos quais 3 são próprios (todos localizados em Barcelona) e 5 são franquizados distribuídos pelo território espanhol.

A FrescCo nasceu em 1994 com a abertura do seu primeiro restaurante em Barcelona, e desde então iniciou o processo de expansão até alcançar os 10 restaurantes em Espanha. Com mais de 25 anos de experiência, estamos 100% dedicados a oferecer aos nossos clientes uma opção de alimentos saudáveis baseados nos valores da dieta mediterrânea, através da utilização de produtos frescos e sazonais para preparar os nossos melhores pratos e saladas mediterrâneas.

A marca caracteriza-se por oferecer uma alimentação saudável, natural e equilibrada num conceito de Buffet a um preço fixo, onde os clientes escolhem o seu próprio menu. O Buffet de Mercado é o novo conceito do restaurante lançado pela FrescCo em 2016, concebido como uma evolução do Buffet, onde o cliente pode adaptar a sua refeição de acordo com suas preferências, graças a uma nova oferta gastronómica baseada em produtos frescos locais com garantia de qualidade, pensado para os Clientes que procuram uma alimentação saudável e equilibrada, com a melhor relação qualidade-preço. Os novos estabelecimentos têm também

uma zona de Kitchen & Grill, onde os clientes podem desfrutar das melhores pizzas, carnes e peixe grelhados, e hambúrgueres confeccionados no momento e à vista do consumidor.

Os três restaurantes próprios foram totalmente remodelados e têm implementado o novo conceito de Buffet de Mercado, estando em curso a implementação deste novo conceito nos demais restaurantes.

## **6.2. Counters**

O conjunto das marcas que o Grupo Ibersol opera no segmento *counters* terminou o exercício com 332 restaurantes e um volume de negócios de cerca 226,8 milhões de euros.

### **KFC (Portugal)**

A KFC manteve o foco no seu Plano Estratégico Plurianual 20/20, que arrancou em 2015 com o propósito de posicionar a marca entre as líderes da Restauração Moderna em Portugal.

A marca fechou o ano com 30 restaurantes com 3 novos restaurantes nas cidades do Porto e Ermesinde.

A expansão, tanto do número de restaurantes como do serviço de entrega em casa, conjugada com a remodelação dos restaurantes do Norte Shopping e Vasco da Gama, contribuíram para manter a dinâmica da marca e o ritmo de crescimento das vendas.

O ano foi marcado por dois importantes projetos na área de operações da: o GIFT - Gestão Integrada da Força de Trabalho - e o WOT - Win On Taste.

O projeto GIFT foi desenvolvido com o objetivo de aumentar a eficiência da gestão de horários por turnos dos restaurantes.

O programa Win On Taste, lançado com sucesso em diversos países pela Yum Brands, que gere a franquia a nível mundial, foi desenvolvido com o objectivo de aumentar a qualidade do produto.

No plano de formação dos colaboradores foram lançados ainda o programa SoGoodToWork@KFC com o objetivo de criar e reter talento na KFC bem como para reforçar as competências de liderança das equipas. Adicionalmente foi lançado o programa HeartStyles - Leading With Heart, com formação para os gestores de equipas da marca ao nível do relacionamento interpessoal em âmbito profissional.

No que diz respeito à proposta de valor da marca o ano registou uma maior dinâmica ao nível do value com o lançamento da Megabox e a presença contínua da marca em comunicação above the line (TV, digital e OOH) com campanhas que contribuíram para um forte aumento da notoriedade da marca. Intensificou-se também a presença no serviço de entrega em casa através das plataformas dos agregadores.

O ano de 2019 foi também marcado pelo reforço da parceria com o Cartão Continente, com o lançamento do Menu10, um programa de fidelização assente na App Cartão Continente.

No que respeita à Responsabilidade Social, a KFC participou na iniciativa do Grupo designada por "Graças a Muitos" em parceria com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a fome.

### **KFC (Angola)**

A KFC terminou 2019 com 9 restaurantes em funcionamento.

O contexto macroeconómico de Angola continuou a condicionar a evolução dos negócios, por efeito da perda de poder de compra

Com a perspetiva de contrariar as dificuldades dos nossos consumidores, redesenhámos a proposta de valor da marca através da criação de novas ofertas de produto e menus especializados (menu Double Crunch / menu do dia / menu das 4ª feiras / menu streetwise) ,fortemente competitivos em preço.

O ano foi marcado pelo arranque do serviço de entrega em casa em parceria com um agregador local o que contribuiu para o crescimento de vendas.

Mantivemos a política de lançamento de novos produtos centrados na satisfação dos nossos clientes através da excelência do serviço e qualidade, com elevados standards em higiene e segurança alimentar.

A marca reforçou o seu plano de comunicação digital via facebook e Instagramm , tendo visto crescer o numero de fãs para 330.000 e iniciado a comunicação via Instragram (4.800 seguidores), mantendo a restante comunicação através do Portal GES, ferramentas digitais e outdoors e rádio.

Mantivemos uma clara aposta na formação continua dos nossos colaboradores para potenciar o desenvolvimento do know how dos quadros locais. Desde meados do ano transacto todos os diretores de Restaurante são cidadãos Angolanos.

No âmbito das iniciativas de responsabilidade Social mantivemos a participação na iniciativa de luta contra a fome "AD HOPE"

Participamos também em eventos culturais em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos, no âmbito da comemoração da Africanidade na América.

### **KFC (Espanha)**

Com o primeiro restaurante inaugurado em Outubro de 2019, no Centro Comercial Metromar, em Sevilha, o Grupo Ibersol deu mais um passo na sua internacionalização, com a entrada em Espanha de uma das suas marcas mais emblemáticas.

Com o novo pacote de imagem, chamado K3, com serviço ao balcão, TA, equipado com Self Order Kioks, esplanada exterior e interior, a KFC apresenta-se revitalizada e mais apela ti a que nunca.

Conta ainda com serviço Delivery, através dos agregadores Glovo e UberEats.

### **Burger King (Portugal)**

A Burger King encerrou 2019 com 101 restaurantes, tendo inaugurado 14 restaurantes – Albergaria-a-Velha, Bragança, Braga, Praia da Vitória, Santa Maria da Feira, Paredes, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Valongo, Paços de Ferreira, Oeiras, Lourinhã, Marco de Canaveses e Madeira (Santa Cruz). A aposta principal foi feita em espaços de rua, com a vertente Drive Thru.

Prosseguimos o plano de remodelação de restaurantes com imagens mais antigas localizados em vários pontos do país.

O serviço de Home Delivery foi alargado a mais restaurantes: Gaia Jardim, Forum Viseu, Telheiras, Maia, Anta, Flamengo, Braga Real, Rio Tinto, Alameda Antas, Portalegre, Famalicão, Castelo Branco, Valongo, Quinta do Marquês e Santa Maria da Feira que se juntaram aos restaurantes da Avenida de Roma e Ferreira Borges em Lisboa, Covilhã, Monte dos Burgos e Ponta Delgada nos Açores.

Em 2019 a marca iniciou, também, o serviço de entrega em casa recorrendo a parcerias com as plataformas de agregadores.

Continuamos a democratizar o consumo através de promoções agressivas: 2 por 5€ ou os 12 nuggets por 1,99€. Ao mesmo tempo, a marca continuou a inovar na sua gama mais premium e lançou o Rebel Whopper, um hambúrguer 100% vegetal.

O ano de 2019 trouxe um foco ainda maior na comunicação digital, com a renovação da app Burger King, permitindo a realização de pedidos com entrega em casa. Nas redes sociais a marca revela cada vez mais originalidade e irreverência, com o objetivo de criar uma maior ligação com o seu target principal.

O ano de 2019 foi também marcado pelo reforço da parceria com o Cartão Continente, com o lançamento do Menu10, um programa de fidelização assente na App Cartão Continente e exclusivo do Grupo Ibersol com vantagens promocionais únicas e diferenciadoras.

No que respeita à Responsabilidade Social, a Burger King participou em diversos projetos de ligação à comunidade, tendo participado na iniciativa do Grupo designada por "Graças a Muitos" e em parceria com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a fome.

Mais uma vez a marca mantém a qualificação na ISO 22000, com a recertificação de 4 dos seus restaurantes: Alameda Shopping, Norte Shopping, Colombo e Cascais.

### **Burger King (Espanha)**

A Burger King Espanha terminou o ano de 2019 com 37 restaurantes, 2 novas aberturas e 8 remodelações.

O ano de 2019 caracterizou-se pelo alargamento do serviço de entrega em casa às plataformas de agregadores.

Também durante o ano se procedeu à instalação dos quiosques de pedido rápido na quase totalidade dos restaurantes, o que foi muito bem recebido por parte dos clientes.

Relativamente à comunicação, foram realizadas ações nacionais muito centradas e focadas no crescimento e recuperação de tráfego, apoiadas em forte atividade promocional.

Os restaurantes Burger King operados pelo Grupo Ibersol em Espanha foram reconhecidos pela Burger King Internacional como os que melhor operaram as franquias Burger King, como resultado da obtenção do melhor indicador de Auditorias Operacionais realizadas e da melhor Avaliação da Satisfação pelos Clientes.

### **Pans & Company (Portugal)**

A Pans & Company terminou o ano de 2019 com 50 pontos de venda (44 restaurantes Pans & Company e 6 quiosques Café Pans).

Durante o ano de 2019 e dando continuidade à aposta no plano de renovação da imagem dos seus ativos, a Pans concretizou a remodelação de mais 12 pontos de venda. No final de 2019, eram já 39 os restaurantes da marca a apresentar o novo modelo de restaurante Pans & Company, que para além de uma nova imagem, inclui a oferta de uma gama alargada de produtos de cafetaria e pastelaria elaborada todos os dias nos restaurantes. A aposta da marca no segmento de cafetaria foi reforçada pela conversão de mais 3 quiosques de café, explorados pelo Grupo Ibersol, em pontos de venda autónomos com a marca Café Pans, a insígnia do universo Pans para o segmento de cafetaria.

O ano de 2019 ficou ainda marcado pela entrada da Pans & Company no segmento de entrega em casa através de parcerias com as plataformas de agregadores, pela consolidação da colaboração com o Grupo Sonae traduzida na presença da Pans & Company no programa de fidelização “Cartão Continente” e por diversas campanhas de lançamento de novos produtos (“Street Pans”, “Sabores que dão Vertigem” e “Veggies & Vegans”), suportadas por investimento em comunicação em meios *above the line*, visando o reforço dos níveis de notoriedade da marca e da sua posição de liderança no seu segmento.

O ano de 2019 foi marcado pelo reforço da parceria com o Cartão Continente, com o lançamento do Menu10, um programa de fidelização assente na App Cartão Continente e exclusivo do Grupo Ibersol com vantagens promocionais únicas e diferenciadoras.

No que respeita à Responsabilidade Social, a Pans participou na iniciativa do Grupo designada por "Graças a Muitos" e em parceria com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a fome.

### **Pans & Company (Espanha)**

Fundada em 1991, com a sua primeira abertura em Barcelona, a Pans & Company é uma das marcas líderes no mercado ibérico das sanduíches e Coffe & Bakery, com presença no mercado de Espanha, Portugal, Itália e desde 2019 em Marrocos.

A Pans & Company terminou o ano de 2019 com 101 restaurantes.

O ano foi marcado pelo lançamento, no 2º semestre, do serviço de entrega em casa através de parcerias com as plataformas de agregadores e pela aposta na renovação da rede e abertura de novos restaurantes.

Em 2019 ocorreu a remodelação de 2 restaurantes (o primeiro em C.C. Xanadú, em Madrid, e o segundo em C.C. Parque Astur nas Astúrias) e inauguraram-se 9 restaurantes: 3 no canal de retalho (C.C. Plenilunio em Madrid, C.C. Lagoh em Sevilla e Denia em Alicante) e 6 no canal Travel (três no aeroporto de Barcelona, aeroporto de Málaga e dois como "Café Pans alone" no aeroporto de Alicante y estação de AVE de Girona).

Na gama de sandes, que constitui a oferta principal da marca, realizaram-se as campanhas de inovação "Street Pans", um trio de sabores de autêntico "street-food", "Bocadillo de vértigo" com duas receitas com mais de 10cm de altura e o relançamento da "Pans Experience", um inovador e exclusivo formato.

Adicionalmente, ocorreu o lançamento "Veggies&Vegans", uma seleção exclusiva de produtos 100% vegetarianos e veganos, elaborados principalmente com base em heura (proteína vegetal), lançamentos que refletem o compromisso da marca em criar ofertas inovadoras e melhorar a posição de liderança no seu segmento em Espanha.

### **Miit (Portugal)**

A marca Miit encerrou o exercício de 2019 com 2 restaurantes localizados no Norteshopping e no Centro Comercial Colombo.

Lançado no final de 2012, o Miit constitui-se como uma proposta de restauração centrada num posicionamento de oferta saudável e equilibrada no competitivo segmento de "balcão" dos centros comerciais.

Especialista em carne grelhada, a marca pretende ser reconhecida, dentro dos centros comerciais, como uma opção saudável e saborosa que oferece aos seus clientes carnes de qualidade e acompanhamentos únicos, como a fruta e os legumes grelhados, a batata rústica ou o arroz aromatizado, a um preço ajustado.

O MiiT é um conceito que responde a uma tendência nos consumidores portugueses, que estão cada vez mais atentos e conscientes em relação à necessidade de praticarem uma alimentação saudável e equilibrada. Por isso, a marca integra o programa institucional Viva Bem, do Grupo Ibersol, um programa de informação nutricional que promove uma alimentação equilibrada e um estilo de vida saudável.

O ano de 2019 foi também marcado pelo reforço da parceria com o Cartão Continente, com o lançamento do Menu10, um programa de fidelização assente na App Cartão Continente e exclusivo do Grupo Ibersol com vantagens promocionais únicas e diferenciadoras.

No que respeita à Responsabilidade Social, o MiiT participou na iniciativa do Grupo designada por "Graças a Muitos" e em parceria com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a fome.

O restaurante MiiT Norteshopping renovou, em 2019, a sua certificação na norma de qualidade ISO 22000.

### **Taco Bell (Portugal)**

No final do ano, a Ibersol lançou em Portugal a Taco Bell, a famosa marca de restaurantes de inspiração mexicana com ambiente californiano, detida pelo Grupo YUM!

A oferta da Taco Bell é inspirada na comida mexicana com ingredientes da máxima qualidade, que oferecem uma ampla variedade de sabores, aromas e texturas. Produtos sempre preparados ao momento e com uma original combinação de ingredientes frescos e saborosos.

Na Taco Bell é possível experimentar produtos exclusivos como os Tacos, os Burritos, as Quesadillas ou o inovador Crunchywrap.

A marca posiciona-se no mercado de restauração rápida com a melhor relação qualidade-quantidade-preço e destinada a um público etário variado, mas com especial destaque para a geração Millennials e geração Z.

Com mais de 7.000 restaurantes em todo o mundo, a Taco Bell é a referência em comida de inspiração mexicana e o Grupo Ibersol quis fazer "soar o sino" da Taco Bell e convidar os portugueses a experimentar a oferta exclusiva desta marca de sucesso.

Esta nova cadeia de restaurantes arrancou em Portugal com dois restaurantes, no Norteshopping e no Almada Forum, tendo sido inaugurados a 29 e 30 de dezembro, respetivamente.

### **6.3 Travel, Concessões e Catering**

O volume de negócios deste segmento de negócios totalizou 133,0 milhões de euros em 124 restaurantes.

#### **TRAVEL (Portugal)**

O negócio no canal Travel abrange fundamentalmente as áreas de serviço em autoestradas e os aeroportos, com uma oferta para consumidores em viagem. Os restaurantes que integram este segmento têm uma gestão assente no conceito multimarca, que integra no mesmo espaço, mais do que uma marca, própria ou franquizada, tendo como objetivo satisfazer as necessidades dos diferentes consumidores nos vários momentos do dia, através de conceitos específicos.

#### **Áreas de Serviço (Portugal)**

As áreas de serviço em auto-estradas constituem um segmento de atividade relevante para o Grupo Ibersol que, no final do exercício, abrangia 24 restaurantes.

Este negócio que, apesar de ter beneficiado de um aumento de tráfego, continua a ser fortemente afetado pela redução de tráfego que ocorreu após a introdução de portagens nas ex-scuts e pela concorrência das estações de serviço ao nível dos serviços de restauração.

A marca Sol é a marca umbrella para os espaços de restauração nas autoestradas, urbanas e de longo curso, que se apresentam como restaurantes de design moderno e funcionais, com propostas alimentares ajustadas às necessidades dos consumidores e com serviços que vão muito além dos restaurantes convencionais das áreas de serviço. Face aos perfis diversificados de quem visita os restaurantes Sol, estes espaços estão preparados para oferecer uma boa experiência a todos eles.

Os restaurantes Sol caracterizam-se pela oferta de propostas alimentares, com preços acessíveis, preparadas ao momento, sempre com um atendimento personalizado e atento, sob a forma de marcas específicas, adaptadas para os diferentes momentos de consumo.

Nestes restaurantes encontramos marcas de restauração próprias ou franquizadas, de sucesso reconhecido.

A marca Go To Coffe & Food é a marca de cafetaria presente na generalidade das áreas de serviço Sol. Esta marca está também presente nos aeroportos portugueses onde detemos restaurantes. Em algumas localizações, sobretudo citadinas, os restaurantes Sol integram ainda marcas internacionais de reconhecida notoriedade como a Burger King, Pans & Company e KFC.

Os restaurantes Sol disponibilizam ainda serviços como fraldário independente, zona lounge, wi-fi gratuito, tomadas para carregamento de computadores ou telemóveis, disponibilização de tablets ou jornais diários para consulta, venda de jornais de revistas e presentes de última hora, dog station e drive-in.

Durante este exercício, procedemos à remodelação exterior da generalidade das várias áreas de serviço com re-branding da Marca Sol e à remodelação interior dos restaurantes com a marca internacional Burger King.

O ano de 2019 foi também marcado pelo reforço da parceria com o Cartão Continente, com o lançamento do Menu10, um programa de fidelização assente na App Cartão Continente e exclusivo do Grupo Ibersol com vantagens promocionais únicas e diferenciadoras.

No que respeita à Responsabilidade Social, a Sol participou na iniciativa do Grupo designada por "Graças a Muitos" e em parceria com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a fome.

### **Aeroportos (Portugal)**

O Grupo Ibersol é um operador de referência nos aeroportos portugueses, estando presente nos Aeroportos de Lisboa, Ponta Delgada, Santa Maria, Funchal e Porto Santo, com 25 pontos de venda, através de 6 conceitos próprios – Go To Coffe&Food, Clocks, Nove, Specially, Cockpit Coffe&Tapas e Saudade - e de 4 marcas internacionais franquiadas: Pizza Hut, KFC, Burguer King e Go Natural.

### **Catering (Portugal)**

Representado pelas marcas Silva Carvalho Catering e Palace Catering, o catering do Grupo Ibersol encerrou o exercício de 2019 com crescimento na sua atividade, nos mercados do Porto e Lisboa. No seu conjunto, as duas marcas realizaram cerca de 800 eventos e serviram mais de 530.000 clientes.

Fomos o catering eleito para a realização de 45 congressos em 2019, 37 dos quais internacionais. Dos congressos que realizamos, destacamos o Alzheimer's & Parkinson's Diseases Congress (ADPD), evento com o maior volume de vendas, com cerca de 3.000 participantes durante 4 dias, seguido do European Association for Osseointegration Congress (EAO), com aproximadamente 3.000 participantes durante 3 dias, e o European Academy of Allergy and Clinical Immunology Congress (EAACI) com cerca de 1.200 participantes durante 5 dias.

Merecedores de destaque são também as nossas participações em grandes eventos com clientes de notoriedade, entre eles a Sonae, a Galp, a Vodafone, o Banco de Portugal, a Mercedes-Benz e a Meo, e ainda outros como o Super Bock Super Rock, o NOS Alive e o Portugal Fashion.

Durante o exercício, foram consolidados os esforços de formação das equipas em matérias como o serviço ao cliente, segurança alimentar e segurança nos eventos, tendo sido desenvolvidos vídeos de formação animados com uma abordagem multimédia destes temas.

Procedemos à recertificação da norma NP EN ISO 22000 no catering do Estádio do Dragão e no restaurante VOG Tecmaia.

Consolidamos a nossa operação no Estádio do Dragão, servindo cerca de 95.000 refeições, dando resposta aos 28 jogos realizados pelo Futebol Clube do Porto e a vários outros eventos realizados nos espaços do clube, dos quais destacamos a UEFA Nations League onde foram servidas mais de 10.000 refeições.

No início do ano, absorvemos a operação do restaurante do VOG Tecmaia, concessão que o Grupo explora no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia há 10 anos e onde servimos, em 2019, cerca de 50.000 refeições.

De salientar em 2019 a celebração do contrato com o Sporting Clube de Portugal para a concessão das diferentes áreas de restauração do Estádio José Alvalade, do Pavilhão João Rocha e da Academia de Alcochete.

O Clube Universitário do Porto, espaço que exploramos em exclusivo desde 2016, continua a ser uma referência na escolha dos nossos clientes. Neste espaço multifacetado, acolhemos diferentes tipos de eventos, desde festas particulares a eventos corporativos, conciliados com o nosso restaurante aberto ao público de segunda a sexta ao almoço.

No âmbito dos valores e princípios da sustentabilidade, o catering tem um papel ativo no apoio de causas humanitárias, através da doação de alimentos e refeições. Em 2019 foram doadas mais de 35.000 refeições a várias instituições nacionais, como a Casa da Sopa em Lisboa e o Coração da Cidade no Porto.

### **TRAVEL (Espanha)**

Esta divisão do Grupo dedica-se à gestão de 64 pontos de venda de restauração em Espanha, localizados em 9 aeroportos, 3 estações de comboios e noutras instalações turísticas.

Estes pontos de venda são explorados através de 28 marcas, algumas marcas próprias como a Pans&Company, Café Pans, Ribs e Santamaría, outras criadas propositadamente para este segmento, tais como Breadway, Caffé di Fiore e Fire&Bread e finalmente outras exploradas em regimes de franquias: EAT., GoNatural, Coffee Republic, TapaTapa, Central Café, Wok Street, Mussol, entre outras.

Desta forma o Grupo dispõe de competências de gestão de diferentes formatos de restauração que vão desde o Grab&Go até ao Casual Dinning, passando pelo Fast Food ou pelas cafetarias tradicionais.

O ano de 2019 caracterizou-se pelo abrandamento do tráfego nos aeroportos fortemente dependentes do turismo como são os aeroportos das Canárias, cujo tráfego diminuiu cerca de 3%. Por outro lado, nos restantes aeroportos o tráfego cresceu 5,8%.

O foco principal do exercício assentou na concretização das aberturas e remodelações de novos locais concessionados. Realizaram-se 24 aberturas de restaurantes situados nos aeroportos de Barcelona, Alicante e Las Palmas e na estação do comboio de Girona. O

processo de abertura de restaurantes pressupõe a instalação de restaurantes provisórios enquanto se realiza a instalação dos definitivos.

Ao longo deste ano, o Grupo obteve a adjudicação de um novo contrato no aeroporto de Barcelona para explorar um restaurante baseado num conceito franqueado de comida sul-americana.

## 7. Desempenho Financeiro Consolidado

O Grupo adoptou esta nova norma a partir de 1 de Janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, com activo igual ao passivo, nas contas consolidadas, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios do Grupo no momento da transição.

Para facilitar a comparabilidade e uma vez que não existem alterações na forma como a Ibersol avalia o desempenho operacional dos seus negócios, a análise comparativa que se segue não considera a aplicação da IFRS16.

(Milhões de euros)	2019 IFRS 16	2019 Excl./IFRS16	2018
<b>Proveitos operacionais</b>			
Vendas	481,8	481,8	445,6
Prestações de serviços	3,6	3,6	4,5
Outros proveitos operacionais	13,3	13,3	9,9
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>	<b>460,0</b>
<b>Custos Operacionais</b>			
Custo das vendas	117,3	117,3	108,8
Fornecimentos e serviços externos	105,0	164,4	149,9
Custos com o pessoal	152,0	152,0	137,1
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	86,6	32,1	29,8
Outros custos operacionais	4,8	4,8	3,1
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>465,8</b>	<b>470,7</b>	<b>428,8</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>32,9</b>	<b>28,0</b>	<b>31,3</b>
<b>Ebitda</b>	<b>119,5</b>	<b>60,1</b>	<b>61,0</b>
Custo de Financiamento líquido	20,7	3,2	3,0
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP	0,1	0,1	0,0
Ganhos (perdas) na posição monetária Líquida	0,0	0,0	1,2
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>12,3</b>	<b>24,9</b>	<b>29,1</b>
Imposto sobre o rendimento	-5,3	-2,2	4,1
<b>Resultado líquido consolidado</b>	<b>17,6</b>	<b>27,1</b>	<b>25,1</b>

Impactos IFRS16

### RESULTADOS OPERACIONAIS

Os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 498,7 milhões de euros, 8,4% superiores ao ano anterior. A margem EBITDA (sem IFRS16), para o mesmo período, ascendeu a 60,1 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 1,5%. Os resultados operacionais (sem IFRS16) atingiram 28,0 milhões de euros, o que traduz uma redução de 10,3% em relação ao período homólogo.

Vendas e Prestação de Serviços

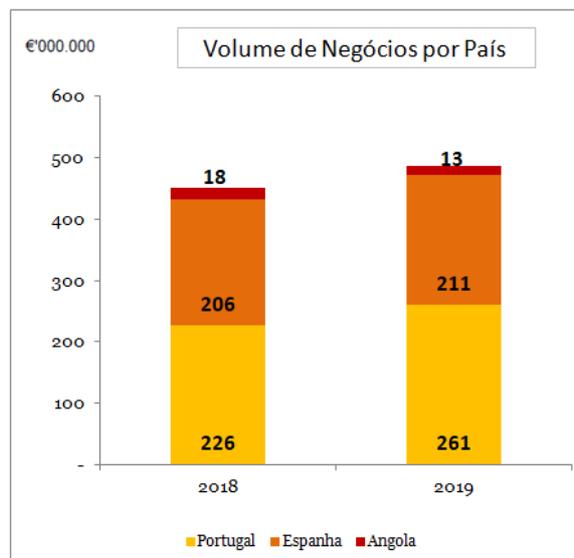
O volume de negócios consolidado totalizou no final do ano 485,4 milhões de euros compara com os 450,11 milhões de euros registados em 2018.

Volume de Negócios	2019	
	Milhões de euros	Var 19/18
Vendas Restauração	469,5	8,5%
Vendas Mercadorias	12,3	-4,2%
Prestação Serviços	3,6	-19,5%
<b>Volume de Negócios</b>	<b>485,4</b>	<b>7,8%</b>

A evolução positiva do mercado de restauração em Portugal, conjugada com os efeitos das aberturas ocorridas ao longo de 2018 e 2019, contribuíram para o crescimento do volume de negócios de 15,3% em Portugal.

Em Espanha, verificaram-se crescimentos mais moderados no consumo no mercado de restauração, ficando o ano marcado pela reconstrução do volume de negócios nesta região, após a redução de quota de restauração no Aeroporto de Barcelona.

O impacto provocado pela redução do número de restaurantes concessionados neste importante aeroporto em Maio de 2018, atenuou-se no final de 2019, com a abertura da maioria dos espaços definitivos nas novas concessões, o que contribuiu para o crescimento de 2,4% no volume de negócios, incluindo a venda de mercadorias a franquizados.



A actividade em 2019 fica assim assinalada pela evolução positiva registada em Portugal, a qual permitiu minimizar os dois relevantes impactos que afetaram a actividade do Grupo:

- a) redução da actividade em Angola de 24%, em euros, num ano marcado pela continuidade da recessão, conjugada com uma inflação de 16,9% e mais uma acentuada desvalorização cambial (56%) do AKZ face ao EUR
- b) operação em formatos provisórios durante o período de remodelação das novas concessões em Espanha.

Em resultado destes efeitos, as vendas de restauração consolidadas ascenderam a 469,5 milhões de euros, o que representa um crescimento anual de 8,5%, comparativamente com os 432,8 milhões de euros de 2018.

Vendas Restauração	2019	
	Milhões de euros	Var 19/18
Restaurantes	109,7	7,8%
Balcões	226,8	11,0%
Concessões e Catering	133,0	5,0%
<b>Vendas Restauração</b>	<b>469,5</b>	<b>8,5%</b>

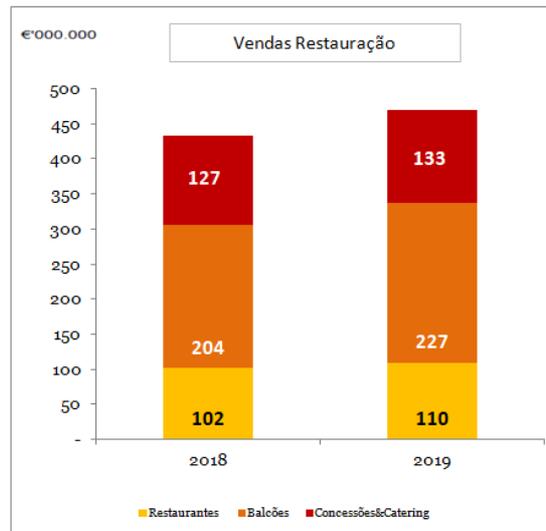
Ao nível de segmentos, os restaurantes com um crescimento de 7,8%, evidenciam a performance da marca Pizza Hut e a expansão da marca Ribs em Espanha.

O segmento de balcões, mesmo incluindo a actividade da KFC em Angola (com um decréscimo de cerca de 25%), registou uma vez mais uma sólida performance, com as vendas de restauração a atingirem os 226,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 11%. Este crescimento foi sustentado pelo : (i) desempenho das marcas KFC e BK, que mantiveram a tendência positiva evidenciada em trimestres anteriores, com ganhos de quota de mercado e taxas de crescimento influenciadas por um maior número de unidades em operação (ii) alargamento da cobertura de entregas ao domicílio através de agregadores a um maior número de unidades neste terceiro trimestre.

Os negócios agrupados em "Concessões e Catering" registaram um crescimento de 5,0% face ao período homólogo, resultante do desempenho positivo da actividade de Catering que beneficiou da realização de eventos de maior dimensão e do início da operação em 3 novos espaços concessionados no terceiro trimestre.

No decorrer de 2019 foi concluída a conversão total de 19 novos restaurantes nas novas concessões em Espanha para os formatos definitivos, o que tem permitido reduzir os impactos negativos que resultaram da alteração de perímetro, provocadas pelo encerramento e abertura dos restaurantes nas 4 novas concessões (Barcelona, Málaga, Las Palmas e Alicante).

No ano de 2019, verificou-se uma inversão na tendência de crescimento no tráfego de passageiros nos aeroportos das Canárias, com perdas mais acentuadas no segundo semestre nas concessões de Las Palmas e Fuerteventura, que comprometem o bom desempenho das unidades presentes nestas localizações.

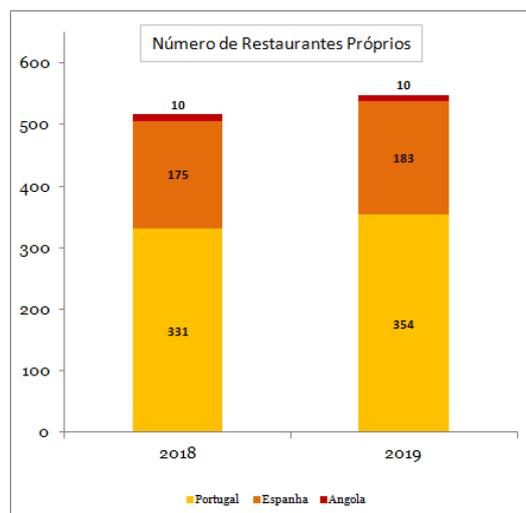


Em 2019 foram encerradas 23 unidades, 21 em Espanha, 14 das quais franquizadas e 2 unidades em Itália dando continuidade ao processo de reajustamento da rede.

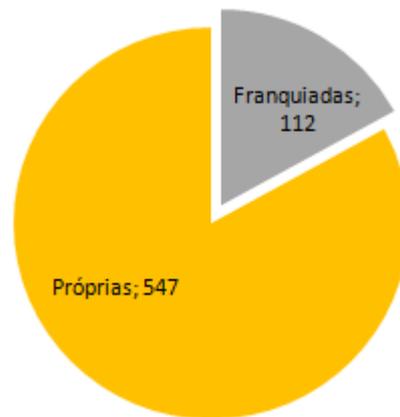
Dando seguimento à estratégia de expansão concretizaram-se as aberturas de 3 restaurantes franquizados (Pans) e 38 restaurantes próprios, 23 dos quais em Portugal, das marcas Burger King, Pizza Hut e KFC, e 15 em Espanha das marcas BK, Pans, Ribs, KFC e cinco novos restaurantes nas novas concessões de Alicante, Málaga e Girona.

O final de 2019 ficou marcado pela estreia da Taco Bell em Portugal, com a conversão de 2 restaurantes na conhecida marca de inspiração mexicana.

No final do ano operávamos 354 unidades próprias em Portugal, 183 em Espanha e 10 em Angola.



No termo do exercício, o número total de unidades – próprias e franquizadas – era de 659 com a distribuição seguinte:



Os outros proveitos operacionais ascenderam a 13,3 milhões de euros, face aos 9,9 milhões de euros de 2018, por força das diferenças de câmbio positivas registadas na actividade em Angola.

#### Custos operacionais (sem IFRS16)

Os custos operacionais (sem IFRS16) consolidados atingiram o montante de 471 milhões de euros, o que representa um aumento de 9,8% face ao ano anterior, passando a representar 97,0% do volume de negócios (2018: 95,3%).

#### Margem bruta

A margem bruta registada foi de 75,8% do volume de negócios mantendo-se ao nível do ano anterior.

#### Remunerações e encargos com pessoal

Os custos com pessoal aumentaram 10,8%, valor superior ao aumento da actividade de 7,8%, representando 31,3% do volume de negócios (2018: 30,5%).

Para o aumento desta rubrica, contribuíram 3 factores: (i) efeito da subida do salário mínimo em Portugal e das revisões dos acordos colectivos em Espanha (ii) os elevados custos de formação incorridos com a abertura de novas unidades no último trimestre (iii) a operação em formatos provisórios e períodos de encerramento nas novas concessões nos aeroportos.

**Fornecimentos e Serviços Externos** (sem IFRS16)

Os custos em FSEs (sem IFRS16) (Fornecimentos e Serviços Externos) ascenderam a 164,4 milhões de euros, o que equivale a um crescimento de 9,7% face ao valor de 2018.

O aumento do peso desta rubrica (sem IFRS16) para 33,9% do volume de negócios face aos 33,3% no ano anterior, resulta em grande medida das condições contratuais das novas concessões em Espanha e do custo com comissões de entrega ao domicílio.

**Outros Custos Operacionais**

Os outros custos operacionais cifraram-se em 4,8 milhões de euros e incorporam cerca de 1,4 milhões de euros em taxas e impostos e 1,9 milhões de euros, decorrente de custos de abate de activos relacionados com relocalização e encerramento de lojas.

**Amortizações e Perdas de Imparidade** (sem IFRS16)

As amortizações e perdas por imparidade (sem IFRS16) do exercício totalizaram 32,1 milhões de euros, representando 6,6% do volume de negócios, nível idêntico ao verificado em 2018.

As perdas por imparidade dos activos tangíveis e intangíveis reconhecidas neste exercício atingiram o montante de 4,5 milhões de euros.

**EBITDA** (sem IFRS16)

O EBITDA (sem IFRS16) no período ascendeu a 60,1 milhões de euros que compara com 61,0 milhões de euros atingidos no ano anterior, o que representa uma redução de 1,5% face a 2018, muito influenciado pela transição para as novas concessões em Espanha ao abrigo das novas condições contratuais e pela desvalorização cambial em Angola, como enunciado anteriormente.

Os ganhos obtidos em Portugal, foram eliminados pela redução das contribuições provenientes de Espanha.

A margem EBITDA total foi de 12,4% do volume de negócios que compara com 13,6 % de 2018.

**RESULTADO FINANCEIRO**

O Custo de Financiamento Líquido (sem IFRS16) do exercício foi cerca de 3,2 milhões de euros, cerca de 0,2 milhões de euros superior ao ano de 2018.

Os juros líquidos suportados (sem IFRS16) e as comissões associadas aos financiamentos atingiram o montante de 2,9 milhões de euros, o que corresponde a um custo médio da dívida de 2,1%. A trajetória descendente do custo médio dos financiamentos decorre da evolução das taxas de juros em Portugal e Espanha e do menor peso da dívida em Angola.

**RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO** (sem IFRS16)

Resultado antes de Impostos (sem IFRS16)

O resultado consolidado antes de impostos atingiu o montante de 24,9 milhões de euros, o que representa uma redução de 14,5% no valor de 4,2 milhões de euros face a 2018 (29,1 milhões de euros).

Imposto sobre o rendimento (sem IFRS16)

O imposto sobre o rendimento (sem IFRS16) em 2019 ascende a -2,2 milhões de euros. Foram deduzidos benefícios fiscais por investimentos efetuados em Portugal (ao abrigo do CFI) no valor de 4,5 milhões de euros e a reversão da provisão referente a créditos fiscais decorrentes do cálculo do IRC de exercícios anteriores. A taxa efectiva de impostos é negativa em virtude de os Créditos Fiscais utilizados ao abrigo do Código Fiscal ao Investimento ser superior ao Imposto sobre os Rendimentos.

Resultado Consolidado do Exercício (sem IFRS16)

O resultado líquido consolidado do exercício (sem IFRS16) ascendeu a 27,1 milhões de euros, que compara com o registado em 2018 no montante de 25,1 milhões de euros, o que representa um aumento de 8,2%.

**SITUAÇÃO FINANCEIRA**

Balanço

O Activo consolidado (sem IFRS16) atingiu um montante de 468 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2019, o que representa um aumento de 24 milhões face aos 444 milhões de euros em relação ao final de 2018, sendo os principais movimentos:

- (i) Investimento na concretização dos planos de expansão, especialmente Burger King e KFC e concretização das novas concessões em formatos definitivos (cerca 38 milhões euros)
- (ii) Remodelações e investimentos diversos em Portugal e Espanha (cerca de 15 milhões de euros)
- (iii) Redução dos Activos tangíveis e intangíveis por efeito das amortizações e imparidade do exercício (cerca de -28 milhões euros)
- (iv) Redução de Aplicações em Obrigações do Tesouro em Angola em 4 milhões de euros

O Passivo consolidado (sem IFRS16) atingiu um montante de 244,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2019, o que representa um ligeiro aumento de 3,5 milhões de euros, face ao valor final de 2018.

Em 31 de Dezembro de 2019, o Capital Próprio (sem IFRS16) ascendia a 224 milhões de euros, um aumento de 21 milhões de euros em relação ao final de 2018.

Foi distribuído no exercício, a título de dividendos cerca de 3,4 milhões de euros aos acionistas da Ibersol SGPS.

### **CAPEX**

Em 2019, o CAPEX atingiu o montante de 58 milhões de euros, correspondendo ao investimento em:

- expansão e conversão em formatos definitivos: 56 novos restaurantes abertos (38 milhões de euros);
- remodelação: 70 unidades em Portugal e Espanha (15 milhões de euros)
- diversos correntes no valor de 5 milhões de euros.

O *cash flow* operacional (sem IFRS16) gerado no exercício atingiu o montante de 57 milhões de euros, valor que permitiu quase a totalidade da cobertura financeira do CAPEX.

### **Dívida Líquida Consolidada (sem IFRS16)**

No final do exercício, o endividamento líquido remunerado (sem IFRS16) ascendia a 78 milhões de euros, cerca de 3 milhões de euros superior ao valor em dívida no final de 2018 (74,8 milhões de euros).

O passivo corrente (sem IFRS16) é superior ao activo corrente (sem IFRS16) em 53 milhões de euros em virtude do abono financeiro característico deste negócio.

O “gearing (sem IFRS16)” (dívida líquida/(dívida líquida + capital próprio)) que no final de 2018 era de 27% desceu para 26%.

O indicador “Dívida líquida sobre o EBITDA” (sem IFRS16) no final de 2019 era de 1,3 vezes (1,2 vezes em 2018) e o rácio de cobertura dos juros (sem IFRS16) pelo EBITDA (sem IFRS16) é de 21 vezes (compara com 18x em 2018).

A estrutura financeira do Grupo continua a apresentar uma forte solidez.

## **8. Perspetivas**

As previsões recentes do FMI, apontam para uma recessão de 8% do PIB em Portugal e Espanha, com uma retoma lenta e parcial nos anos seguintes, nomeadamente em áreas de negócio que dependem do tráfego e circulação de pessoas, como os aeroportos e centros comerciais.

O Grupo Ibersol procedeu no final de Março ao encerramento de cerca de 75% dos seus restaurantes, restringindo a operação durante este estado de emergência a 127 restaurantes, localizados em Portugal, limitados aos serviços de delivery e take away.

Neste contexto e dados os impactos que se fizeram sentir desde meados do mês de Março, a Ibersol implementou um conjunto de medidas ao nível de planos de prevenção/contingência e acionou os mecanismos de protecção dos postos de trabalho disponíveis que permitem minimizar os impactos negativos para o grupo e seus colaboradores;

Posteriormente no final de Abril procedemos à reabertura duma dezena de restaurantes, dos quais metade em Espanha, para prestarem serviços de delivery, take away e drive thru.

É prematuro, nesta fase, prever o comportamento dos consumidores quando diminuirmos as restrições à movimentação das pessoas e a evolução do volume de negócios por forma a quantificar a magnitude dos impactos desta crise. Como sempre, procuraremos ajustar os custos à evolução da procura por forma a rentabilizar a nossa operação, até que lentamente se inicie o processo de crescimento do PIB para os níveis recentes.

Para reforçar a estrutura financeira, o grupo contratou novos financiamentos no primeiro trimestre deste ano no valor de 30M€ e está a negociar a reprogramação da dívida que se vence em 2020 e a contratação de linhas adicionais.

Em 2020 já abriram 5 novos restaurantes e o restante programa de expansão será ajustado à evolução da conjuntura.

## **9. Resultado Líquido Individual e Proposta de Aplicação de Resultados**

No exercício de 2019, a Ibersol SGPS, S.A. apresentou um resultado líquido consolidado de 25.095.257,00 euros e um resultado líquido nas contas individuais de 11.081.720,77 euros.

Considerando a previsível evolução da actividade e a consequente deterioração da exploração, o Conselho de Administração por prudência decidiu não propor a distribuição de dividendos e aprovar a seguinte aplicação de resultados:

Reservas Legal	554.087,00€
Reservas livres	10.527.633,77€

## **10. Factos subsequentes**

A Organização Mundial de Saúde no dia 11 de Março decretou pandemia associada à disseminação do Covid-19, tendo sido decretado o “Estado Alarma” em Espanha e logo de seguida o Estado de Emergência em Portugal. Posteriormente, no final do mês, o mesmo sucedeu em Angola. O estado de emergência determinou medidas de confinamento da população e o encerramento da generalidade do comércio e dos restaurantes.

Esta situação obrigou ao encerramento dos restaurantes, ficando em funcionamento apenas os que tinham a possibilidade de efetuar um volume mínimo através de take away e delivery.

Apesar de abertos, os restaurantes têm funcionado abaixo do que é o seu potencial normal.

É provável que estejam criadas as condições para o recomeço da actividade durante os meses de Maio e Junho. Projectamos que numa fase inicial os restaurantes trabalhem a cerca de 50% do seu volume normal, com recuperações crescentes até ao termo do primeiro semestre do próximo ano.

Para conciliar a redução abrupta da atividade e a protecção dos empregos, as empresas do Grupo aderiram ao ERTE (Expediente de Regulación Temporal de Empleo) em Espanha e ao Lay-off simplificado e normal em Portugal.

Simultaneamente, foram tomadas iniciativas de redução de custos, renegociação de contratos, incluindo o reequilíbrio financeiro dos contratos de arrendamento e a negociação de prazos de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2019, O Grupo mantinha cerca de 28 milhões de euros de linhas de crédito disponíveis mas não utilizadas. Para assegurar a cobertura dos défices de tesouraria, contratou linhas adicionais de 30 milhões de euros e refinanciou cerca de 15 milhões euros, durante o primeiro trimestre de 2020.

Adicionalmente, neste momento, encontra-se em processo final de contratação de cerca de 55 milhões de euros, o que lhe permite reforçar a liquidez evidenciada nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

Relativamente à recuperabilidade dos Activos consideramos prematuro reavaliar neste momento as conclusões retiradas na preparação destas demonstrações financeiras. Admitimos que a recuperação desta crise vai ser relativamente rápida e que no médio e longo prazo os pressupostos não se alteram.

## **11. Agradecimentos**

O primeiro voto deste Conselho de Administração é dirigido a todos os colaboradores do Grupo, pela dedicação, empenho e entusiasmo que revelaram para enfrentar os desafios com que nos fomos defrontando durante o exercício.

Registamos com apreço a confiança e preferência dos nossos clientes, a colaboração dos nossos franquizados, das Instituições Bancárias bem como dos nossos Fornecedores e demais parceiros.

Agradecemos igualmente a todos os Acionistas pela confiança depositada na Ibersol.

Ao Conselho Fiscal, Auditores e Revisor Oficial de Contas é devido também o reconhecimento pela colaboração assídua e capacidade de diálogo que manifestaram no acompanhamento e no exame da gestão da empresa.

**Porto, 5 de Maio de 2020**

O Conselho de Administração

---

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

---

António Alberto Guerra Leal Teixeira

---

Juan Carlos Vázquez-Dodero

## **Anexos ao Relatório de Gestão**

## **Declaração Responsabilidade**

Em cumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários declaramos que tanto quanto é do seu conhecimento:

- o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas da Ibersol SGPS, SA. Exigidos por lei ou regulamento, referentes ao exercício de 2019, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- a informação constante no relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

---

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

---

António Alberto Guerra Leal Teixeira

---

Juan Carlos Vázquez-Dodero

**Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14º, nº 7 do Regulamento da CMVM nº 05/2008**

Divulgação do número de ações e de outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas nos termos do artigo 248º B do código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transações efetuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise.

Conselho de Administração	Data	Aquisições/acrécimos (a)		Alienações		SALDO 30.12.2019
		nº acções	preço	nº acções	preço	
<b>António Alberto Guerra Leal Teixeira</b>						
						9.996
						2.520
<b>António Carlos Vaz Pinto Sousa</b>						
						9.996
						2.520
<b>(1) DUNBAR- SERVIÇOS E GESTÃO SA</b>						
						2.840
<b>(2) CALUM- SERVIÇOS E GESTÃO SA</b>						
						2.840
<b>(3) ATPS- S.G.P.S., SA</b>						
						19.767.058

**TRANSACÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS EFECTUADAS PELOS DIRIGENTES E PESSOAS RELACIONADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019**

Dando cumprimento ao disposto no n.º7 do Artigo 14º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informamos que nenhum dirigente e pessoas estreitamente relacionadas efectuou transacções de valores mobiliários durante o ano de 2019.

## Lista de Participações Qualificadas

Acionistas que detêm participação igual ou superior a 2% do capital social da Ibersol - SGPS, SA, calculado nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8º n.º1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º05/2008:

<b>Accionista</b>	<b>nº acções</b>	<b>% capital social</b>
<b>ATPS - SGPS, S.A. (*)</b>		
Diretamente	19.767.058	54,91%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	2.520	0,01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	2.520	0,01%
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>19.772.098</b>	<b>54,92%</b>
<b>Magallanes Iberian Equity FI</b>		
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>1.100.154</b>	<b>3,06%</b>
<b>Bestinver Gestion GGIC</b>		
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>3.845.161</b>	<b>10,68%</b>
<b>River and Mercantile Asset Management LLP</b>		
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>870.648</b>	<b>2,42%</b>
<b>FMR LLC</b>		
Fidelity Management & Research Company	<b>1.098.000</b>	<b>3,05%</b>
<b>GOSHA HOLDINGS SARL</b>		
Diretamente	<b>1.034.313</b>	<b>2,87%</b>
Malgorzata Ewa MCGovern	28.268	<b>0,08%</b>
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>1.062.581</b>	<b>2,95%</b>

(\*) Os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Pinto Sousa e a Alberto Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.



RELATÓRIO DE GOVERNO  
SOCIETÁRIO

**RELATÓRIO DE GOVERNO  
SOCIETÁRIO  
Ano 2019**

**IBERSOL, SGPS SA.**

**Sociedade Aberta, com o capital social de 36.000.000 euros, com sede na Praça do Bom Sucesso, n.ºs 105/159, 9.º andar, 4150-146 Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501669477.**

**PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA,  
ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE**

**A. ESTRUTURA ACCIONISTA**

**1. Estrutura de capital**

O capital social da Ibersol, SGPS SA. é de 36.000.000 de euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 36.000.000 de ações ordinárias nominativas escriturais, cada uma com o valor nominal de 1 euro, sendo iguais os direitos e deveres inerentes a todas as ações. A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

**2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das ações**

A Sociedade não tem, nas normas constantes dos Estatutos, designadamente no disposto nos artigos quarto e quinto do mesmo instrumento, quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nem qualquer tipo de cláusulas impositivas da necessidade do consentimento para a alienação dos mesmos títulos ou qualquer tipo de imposição de limitações à titularidade de ações.

**3. Ações próprias**

A 31 de Dezembro de 2019, a Ibersol, SGPS SA. era detentora de 3.599.981 ações próprias, correspondentes a cerca de 10% do capital social, com o valor nominal de um euro e com valor global de 11.180.516,02 (a que corresponderia uma percentagem de cerca de 10% de direitos de voto) - não tendo adquirido ou alienado quaisquer ações próprias ao longo do exercício de 2019.

**4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respectivos**

Não existem quaisquer acordos significativos celebrados pela Sociedade ou pelas suas subsidiárias que contenham cláusulas com o objectivo de constituírem medidas defensivas à mudança de controlo (inclusivamente na sequência de uma oferta pública de aquisição). Não existem quaisquer condições específicas que limitem o exercício de direitos de voto pelos

accionistas da Sociedade ou outras matérias susceptíveis de interferir no êxito de uma oferta pública de aquisição. Não existem contratos subscritos com cláusulas de alteração de controlo, sejam contratos de financiamento ou outros, nomeadamente no contexto de emissão de dívida.

**5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.**

Não foram adoptadas, no seio da Sociedade, quaisquer medidas defensivas, nem qualquer regime sobre a renovação ou revogação das mesmas.

**6. Acordos parassociais**

A Sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial que possa conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou exercício concertado de direitos de voto.

**II. Participações Sociais e Obrigações detidas**

**7. Participações qualificadas**

Em 31 de Dezembro de 2019, de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade e de acordo com os artigos 16º e 20º do Código dos Valores Mobiliários, os accionistas que detêm uma participação qualificada de pelo menos 2% do capital social da Ibersol, SGPS SA. são os seguintes:

<b>Accionista</b>	<b>nº acções</b>	<b>% capital social</b>
<b>ATPS - SGPS, S.A. (*)</b>		
Diretamente	19.767.058	54,91%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	2.520	0,01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	2.520	0,01%
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>19.772.098</b>	<b>54,92%</b>
<b>Magallanes Iberian Equity FI</b>		
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>1.100.154</b>	<b>3,06%</b>
<b>Bestinver Gestion GGIC</b>		
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>3.845.161</b>	<b>10,68%</b>
<b>River and Mercantile Asset Management LLP</b>		
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>870.648</b>	<b>2,42%</b>
<b>FMR LLC</b>		
Fidelity Management & Research Company	<b>1.098.000</b>	<b>3,05%</b>
<b>GOSHA HOLDINGS SARL</b>		
Diretamente	<b>1.034.313</b>	<b>2,87%</b>
Malgorzata Ewa MCGovern	28.268	<b>0,08%</b>
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>1.062.581</b>	<b>2,95%</b>

(\*) Os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Pinto Sousa e a Alberto Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

## **8. Indicação sobre o número de acções e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.**

### **Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS SA:**

#### **Conselho de Administração:**

##### **Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa**

2.520 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS SA.

9.996 acções representativas de 99,96% do capital da Calum – Serviços e Gestão, SA.

A Calum – Serviços e Gestão, SA. é detentora de 2.840 acções representativas de 25,02% do capital da ATPS - SGPS, SA.

A ATPS-SGPS, SA, em 31/12/2019, é detentora de 19.767.058 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

##### **Vice-Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira**

2.520 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS SA.

9.996 acções representativas de 99,96% do capital da Dunbar – Serviços e Gestão, SA.

A Dunbar – Serviços e Gestão, SA. é detentora de 2.840 acções representativas de 25,02% do capital da ATPS-SGPS, SA.

A ATPS-SGPS, SA, em 31/12/2019, é detentora de 19.767.058 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS SA.

##### **Vogal – Prof. Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz**

Não é titular de acções da sociedade.

**Conselho Fiscal:**

**Presidente - Dr. Carlos Alberto Alves Lourenço**

Não é titular de acções da sociedade.

**Vice-Presidente – Dr.ª Maria José Martins Lourenço da Fonseca**

Não é titular de acções da sociedade.

**Vogal – Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos**

Não é titular de acções da sociedade

**Suplente – Dr. Arlindo Dias Duarte Silva**

Não é titular de acções da sociedade

**9. Poderes especiais do órgão de administração relativos a aumentos do capital**

Nos termos do fixado no artigo 4.º n.º 2 dos Estatutos societários, o capital social pode ser elevado até cem milhões de euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará a forma, as condições de subscrição e as categorias de acções a emitir de entre as previstas no mesmo pacto social, ou outras permitidas por lei. No entanto, esta disposição estatutária não é atualmente suscetível de aplicação face ao decurso do prazo de 5 anos fixado, para tal efeito, no artº 456º nº 2 alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) – podendo, no entanto, a Assembleia Geral vir a deliberar a renovação desses poderes ao Conselho de Administração, face ao disposto no artº 456º nº 4 do mesmo Código;

**10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade**

Não foram realizados quaisquer negócios ou operações significativas entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas.

**B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES**

**I. ASSEMBLEIA GERAL**

**a) Composição da mesa da assembleia geral**

**11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respectivo mandato**

Ao longo do exercício de 2019, e mediante eleição efectuada na Assembleia Geral Anual de 26 de Maio de 2017, a composição da Mesa da Assembleia Geral foi a seguinte:

**Presidente da Mesa** – Dr.ª Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira;

**Vice-Presidente** – Dr.ª Raquel de Sousa Rocha;

**Secretária** – Dr.ª Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello;

O mandato destes membros corresponde ao quadriénio 2017 / 2020.

## **b) Exercício do direito de voto**

### **12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto**

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, visto que, nos termos do fixado no artigo 21º dos Estatutos societários, a cada acção corresponde um voto.

De acordo com o artigo 23º dos Estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação é indispensável a presença ou representação de accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social. De acordo com o artigo 21º dos Estatutos, nºs 1 e 2, a cada acção corresponde um voto e as deliberações em assembleia geral serão tomadas por maioria simples, excepto se a lei o exigir por maioria distinta. Existem regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência consignadas no artigo 22º nºs 3 a 11 dos Estatutos societários, não existindo qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência. A sociedade disponibiliza o boletim de voto por correspondência e informa dos procedimentos necessários para exercer esse direito. Este modelo está disponível no sítio da sociedade na Internet, [www.ibersol.pt](http://www.ibersol.pt). Os votos por correspondência podem ser recebidos até três dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos do artº 22º nº 4 dos Estatutos societários.

### **13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários**

Não existe qualquer indicação estatutária da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que, com aquele, se encontrem em alguma das relações tipificadas na apontada norma;

### **14. Deliberações accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada**

As deliberações accionistas não se encontram submetidas, por imposição estatutária, a maiorias qualificadas a não ser as que resultem da lei aplicável. Assim, e excepto se a lei o exigir diferentemente, as deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples (artigo 21.º n.º 2 dos Estatutos societários);

## **II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO**

### **a) Composição**

#### **Conselho de Administração**

Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Vice-Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vogal – Professor Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz;

**Conselho Fiscal**

Presidente – Dr. Carlos Alberto Alves Lourenço;

Vice-Presidente – Dr.<sup>a</sup> Maria José Martins Lourenço da Fonseca;

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos;

Suplente – Dr. Arlindo Dias Duarte Silva;

**Revisor Oficial de Contas** – KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas SA.;

**15. Identificação do modelo de governo adoptado.**

A Sociedade adopta um modelo de governo clássico monista - composto por Conselho de Administração e Conselho Fiscal, tendo sido designado em Assembleia Geral o respectivo Revisor Oficial de Contas. O Conselho de Administração é o órgão responsável por praticar todos os actos de administração relativos ao objecto societário, determinar a orientação estratégica da sociedade e proceder à designação e supervisão geral da actuação da Comissão Executiva, não existindo comissões especializadas por si constituídas. A comissão executiva coordena operacionalmente as Direcções funcionais e os diferentes negócios, reunindo com os respectivos directores numa base periódica.

O Conselho Fiscal tem a responsabilidade de fiscalização da actividade societária, nos termos das definições que, legal e estatutariamente, lhe estão adstritas.

A diversidade e a experiência profissional consolidada dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal encontram-se descritas nos pontos 19 e 33, respectivamente.

**16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração**

As regras estatutárias sobre os requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração estão consignadas nos artigos oitavo, nono, décimo, e décimo quinto dos Estatutos.

O Conselho de Administração é composto por um número par ou ímpar de membros, no mínimo três e máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral, ficando autorizada a eleição de Administradores suplentes até um número igual a um terço dos Administradores efectivos.

Para um número de Administradores não excedente a um terço do órgão, proceder-se-à a eleição prévia e isolada, entre pessoas propostas em listas subscritas por grupo de accionistas, contando que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20% e de menos de 10% do capital social. Cada lista deve propor, pelo menos, duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher e o mesmo accionista não pode subscrever mais de uma lista. Se numa eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto dessas listas.

Em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer Administrador, o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição.

Se se tratar de falta definitiva do administrador eleito ao abrigo das regras explicitadas no paragrafo anterior, proceder-se-à a eleição em Assembleia Geral.

**17. Composição do Conselho de Administração**

A actual composição do Conselho de Administração é de três membros, sendo a Comissão Executiva composta pelo respectivo Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração escolherá o seu presidente se este não tiver sido designado pela assembleia geral aquando da

sua eleição. O Conselho de Administração pode encarregar especialmente algum ou alguns administradores de se ocuparem de certas matérias de administração. Em 31 de Dezembro de 2019, este órgão é composto pelos seguintes membros:

**Presidente** – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

**Vice-Presidente** – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

**Vogal** – Professor Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz;

Todos os membros foram eleitos na Assembleia Geral realizada no dia 26 de Maio de 2017 e o termo do mandato em curso ocorrerá a 31 de Dezembro de 2020, mantendo-se todos os membros no exercício do respectivo cargo até posterior designação eleitoral de novos membros deste órgão.

Salienta-se que o último acto eleitoral deste órgão societário ocorreu na assembleia geral de 26 de Maio de 2017, sem vigência ainda do actual Código de Governo das Sociedades de 2018, emitido pelo Instituto Português de Corporate Governance ( IPCG), referindo-se ainda que a exigência da composição equilibrada em termos de género dos órgãos sociais, de acordo com o sistema de quotas, só tem verificada a sua directa aplicabilidade às assembleias gerais eleitorais que hajam ocorrido após 1 de Janeiro de 2018 - pelo que a sociedade deverá observar essas quotas de género aquando de novo acto eleitoral ou por ocasião da renovação ou substituição do mandato dos actuais membros em exercício, nos termos da Lei nº 62/2017 de 1 de Agosto.

A data da primeira designação para o exercício do respectivo mandato ocorreu em 1991 (Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa), em 1997 (Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira), e 1999 (Prof. Dr. Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz).

A duração estatutária do mandato é de quatro anos, tal como resulta fixado no artigo 27º dos Estatutos societários.

O Conselho de Administração poderá igualmente delegar num ou mais administradores ou numa comissão executiva a gestão corrente da sociedade, nos termos e dentro dos limites legais. Competirá ao Conselho de Administração regular o funcionamento da Comissão Executiva e o modo como exercerá os poderes que lhe forem cometidos.

#### **18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes**

O órgão de administração da Sociedade é composto por três administradores e inclui um membro, Prof. Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz, que é membro não executivo, não estando associado a grupos de interesses específicos, quer da Sociedade, quer dos seus accionistas de referência, não tendo quaisquer interesses relevantes susceptíveis de colidir ou interferir com o livre exercício do seu mandato social, mais se referindo que não foi constituída qualquer comissão de controlo interno. O referido membro é Administrador de sociedades coligadas, nas quais não exerce quaisquer funções executivas. Não exerce quaisquer actividades ou negócios com a sociedade, no sentido do disposto nos artºs 397º e 398º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), cumprindo os demais requisitos de independência do artº 414 nº 5

do mesmo CSC, designadamente no sentido que vem fixado na Recomendação da Comissão Europeia de 15 de Fevereiro de 2005, visto que a mesma Recomendação determina, quanto ao requisito de independência, no seu ponto 13., que um administrador deve ser considerado independente se não tiver quaisquer relações comerciais, familiares ou outras — com a sociedade, com o accionista que detém o controlo ou com os órgãos de direcção de qualquer um deles — que possam originar um conflito de interesses susceptível de prejudicar a sua capacidade de apreciação – requisitos de independência estes que, plenamente, se verificam em relação ao membro não executivo, Prof. Juan Carlos Vazquez-Dodero - razões pelas quais se considera que esse administrador é independente.

Mais se refere que o indicado Administrador não-executivo, sendo membro de sociedades agrupadas e coligadas do Grupo Ibersol, a nível não executivo dos respectivos Conselhos de Administração, não colabora nem interfere na gestão corrente das mesmas, nem presta a qualquer uma dessas sociedades qualquer outro tipo de colaboração, nem titula qualquer outro tipo de relação comercial (significativa ou não significativa), seja de prestação de serviços ou outra, não sendo beneficiário de qualquer tipo de remuneração para além da auferida anualmente enquanto Administrador não-executivo da Ibersol, SGPS, SA.

A sociedade não inclui um número plural de administradores não-executivos salientando-se que o último acto eleitoral ocorreu na assembleia geral de 26 de Maio de 2017, sem vigência ainda do actual Código de Governo das Sociedades de 2018, emitido pelo Instituto Português de Corporate Governance ( IPCG), salientando-se que este membro não executivo tem exercido o respectivo cargo de forma contínua desde 1999 em resultado de sucessiva eleição ocorrida nas subsequentes assembleias gerais eleitorais - sem que tal circunstância tenha sido susceptível de afectar ou condicionar, em qualquer aspecto, a sua necessária isenção de análise e decisão, no decurso dos respectivos mandatos e até à presente data.

## **19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração**

### **Conselho de Administração**

#### **Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa**

##### **Formação académica**

- Licenciado em Direito - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- CEOG – Curso de Gestão – Universidade Católica do Porto

##### **Actividade profissional**

- Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas da Ibersol, SGPS, SA

**Data da primeira nomeação e termo do mandato** – 1991 / 2020;

##### **Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:**

ASUREBI - SGPS, SA.

EGGON – SGPS, SA.

ANATIR – SGPS, SA.

CHARLOTTE DEVELOPS, SL.

DEHESA DE SANTA MARIA FRANQUICIAS, S.L.

FIRMOVEN - Restauração, SA.

FOODSTATION, SLU.

HCI - Imobiliária, SA.

IBERAKI - Restauração, SA.

IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA.

IBER KING - Restauração, SA.

IBERSANDE - Restauração, SA.

IBERSOL ANGOLA, S.A.

IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA.

IBERSOL - Restauração, SA.

IBERSOL MADEIRA e AÇORES, RESTAURAÇÃO, SA

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA.

IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE

IBR – Imobiliária, SA.

INVERPENINSULAR, SL.

JOSÉ SILVA CARVALHO – Catering, SA.

LURCA, SAL.

LUSINVER RESTAURACIÓN, SAL.

MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA.

PANSFOOD SA.

Pans, Food, Vidisco y Lurca, Unión Temporal de Empresas.

SEC - EVENTOS E CATERING, SA.

SUGESTÕES E OPÇÕES – Actividades Turísticas, SA.

THE EAT OUT GROUP, SLU.

CORTSFOOD,SLU.

VIDISCO, SL

### **Gerente**

RESTMON (Portugal) - Gestão e Exploração de Franquias, Lda.

### **Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo**

#### **Ibersol:**

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

MBR, IMOBILIÁRIA, SA.

ONE TWO TASTE, SA.

POLIATLÂNTICA SGPS SA

DUNBAR – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

CALUM – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

**Vice-Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira**

**Formação académica**

- Licenciado em Economia – Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

**Actividade profissional**

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA

- Administrador de outras sociedades participadas da Ibersol, SGPS, SA

**Data da primeira nomeação e termo do mandato** – 1997 / 2020;

**Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:**

ASUREBI - SGPS, SA

EGGON – SGPS, SA

ANATIR – SGPS, SA

CHARLOTTE DEVELOPS, SL.

DEHESA DE SANTA MARIA FRANQUICIAS, S.LU.

FIRMOVEN - Restauração, SA

FOODSTATION, SLU

HCI - Imobiliária, SA.

IBERAKI - Restauração, SA.

IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA.

IBER KING - Restauração, SA.

IBERSANDE - Restauração, SA.

IBERSOL ANGOLA, S.A.

IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA

IBERSOL - Restauração, SA.

IBERSOL MADEIRA e AÇORES, Restauração, SA

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA.

IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE.

IBR – Imobiliária, SA.

INVERPENINSULAR, SL

JOSÉ SILVA CARVALHO – Catering, SA.

LURCA, SAU.

LUSINVER RESTAURACIÓN, SAU.

MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA.

PANSFOOD SA.

Pans, Food, Vidisco y Lurca, Unión Temporal de Empresas.

SEC - EVENTOS E CATERING, SA.

SUGESTÕES E OPÇÕES – Actividades Turísticas, SA.

THE EAT OUT GROUP, SLU.

CORTSFOOD,SLU.

VIDISCO, SL

### **Gerente**

RESTMON (Portugal) – Gestão e Exploração de Franquias, Lda.

### **Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:**

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

MATEIXA Soc. Imobiliária, SA.

ONE TWO TASTE, SA.

DUNBAR – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

CALUM – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

### **Vogal – Prof. Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero**

#### **Formação académica**

- Licenciado em Direito – Universidad Complutense de Madrid
- Licenciado em Ciências Empresariales – I.C.A.D.E. Madrid
- Mestre em Economía y Dirección de Empresas – I.E.S.E. Universidade de Navarra;
- Doutoramento em Negócios y Dirección - I.E.S.E. Universidade de Navarra;
- Programas “Managing Corporate Control and Planning” e “Strategic Cost Management” – Harvard University;

#### **Actividade profissional**

- Professor Emérito do IESE
- Assessor e Consultor em várias empresas Europeias e Americanas
- Vogal do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas pela Ibersol, SGPS, SA

**Data da primeira nomeação e termo do mandato:** 1999 / 2020;

**Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:**

DEHESA DE SANTA MARIA FRANQUICIAS, SLU.

FOODSTATION, SLU.

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA.

IBERSOL - Restauração, SA.

PANSFOOD SA.

THE EAT OUT GROUP SLU.

**Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:**

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

ATPS II, SGPS. SA.

DUNBAR – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

CALUM – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

MUIR - SGPS,SA.

Fundador y Presidente do Patronato da Fundação Amigos de Rimkieta

Consejero de Jeanologia, S.L.

Vogal da Fundación IESE (FIESE)

**20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com accionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.**

Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais com detentores de participações qualificadas para além do facto dos Administradores Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira, através das Sociedades Calum-Serviços de Gestão, SA. e Dunbar – Serviços de Gestão, SA., terem o controle da sociedade ATPS SGPS, SA. à qual é imputada uma participação de 54,91% no capital social da Ibersol SGPS, SA, participação essa que lhes é imputada individualmente também.

**21. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências.**

Dois dos membros do Conselho de Administração exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, a qual foi eleita e cujos poderes de gestão corrente lhe foram delegados pelo Conselho de Administração nos termos do artº 8º nº 4 dos Estatutos da Sociedade e artº 407º, nº 3 do Código das Sociedades comerciais ( CSC), exercendo o outro Administrador funções não executivas, sem delegação de poderes de gestão.

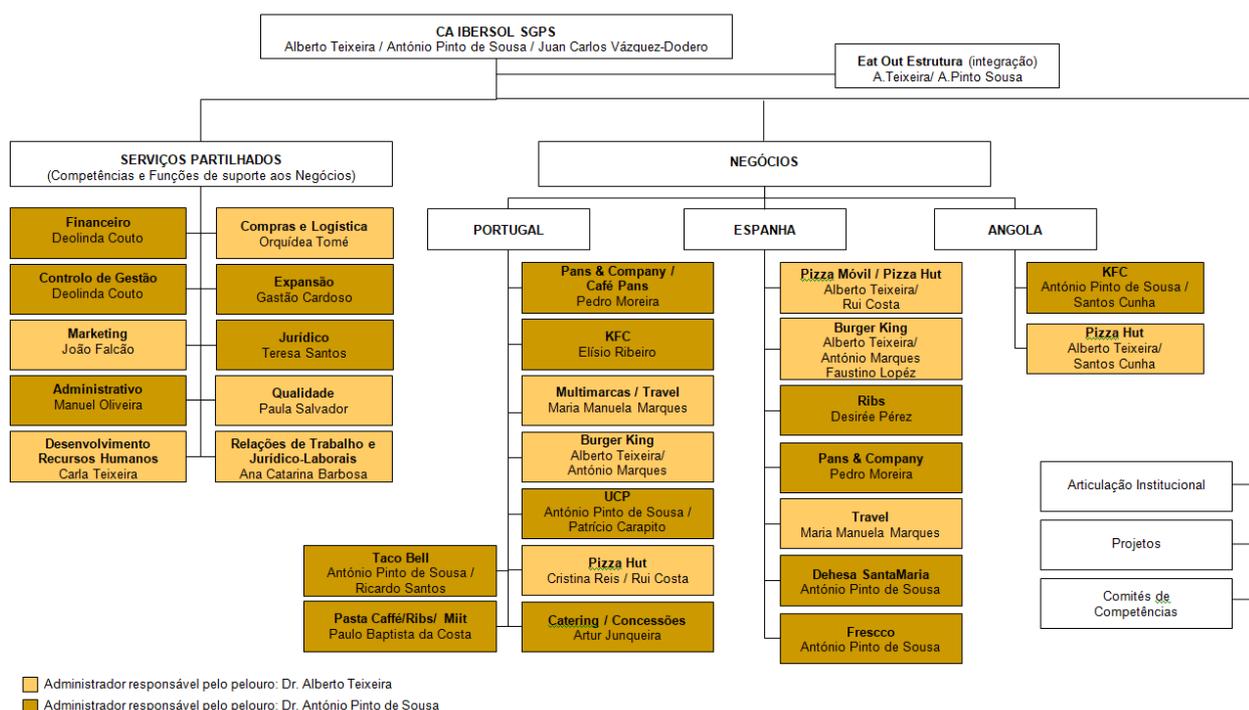
## Relatório Governo Societário

A Comissão Executiva coordena operacionalmente as direcções funcionais e os diferentes negócios societários, reunindo com os respectivos quadros dirigentes numa base periódica e regular. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais e de Negócio devem respeitar as directrizes globais que emanam da delegação de competências conferida pela Comissão Executiva e são coordenadas nas reuniões periódicas.

Os poderes delegados na Comissão Executiva são, designadamente, os seguintes:

- a) plenos poderes de decisão, gestão e acompanhamento estratégico da actividade societária, dentro dos limites legais do artº 407º nº 4 do CSC;
- b) desenvolver, planear e programar as linhas de actuação do órgão de administração, no plano interno e externo do exercício social, dando plena prossecução aos objectivos sociais afectos aos fins da Sociedade, tendo como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Ibersol.
- c) assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas de assessoria e suporte funcional, bem como nos procedimentos das empresas integradas no Grupo Ibersol, com adequação consistente à evolução das necessidades dos negócios societários, actuando na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e demais agentes, bem como no desenvolvimento do padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior, podendo, em concreto, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens móveis, estabelecendo ou cessando cooperação com outras empresas.

O organograma e distribuição de pelouros é o seguinte:



**b) Funcionamento**

**22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.**

O Regulamento do Conselho de Administração pode ser consultado no sítio da Internet da Sociedade: [www.ibersol.pt](http://www.ibersol.pt).

**23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração**

Os estatutos da Sociedade estabelecem que o Conselho de Administração deve reunir pelo menos trimestralmente e, além disso, todas as vezes que o Presidente ou dois dos membros o convoquem.

As reuniões do Conselho de Administração são marcadas e preparadas com antecedência e atempadamente é disponibilizada, aos respectivos membros, a documentação referente aos pontos da agenda.

As atas são registadas em livro.

No exercício de 2019, realizaram-se 10 reuniões do Conselho de Administração. Os Membros executivos e o Membro não executivo tiveram uma taxa de presença, respetivamente, de 100% e de 70%.

**24. Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

O Conselho de Administração promove anualmente a avaliação do seu próprio desempenho, quer quanto ao desempenho do seu colectivo, quer quanto ao desempenho individual dos membros executivos e do membro não-executivo, acentuando a análise dos parâmetros de bom cumprimento do plano estratégico e do orçamento delineados para a Sociedade, avaliando o processo de gestão de riscos, bem como situando esta avaliação ao nível da relação com os demais órgãos da Sociedade e com a Comissão de Vencimentos.

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos, em representação dos accionistas, de acordo com a política de remunerações aprovada pelos accionistas na Assembleia Geral.

**25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração não inclui qualquer componente variável. Os Administradores executivos são remunerados pela ATPS - SGPS, SA. que subscreveu um contrato de prestação de serviços com a Participada do Grupo, a Ibersol Restauração SA.. Não existem critérios pré-determinados para o indicado efeito.

**26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no**

**decurso do exercício.**

A actividade profissional dos actuais membros do Conselho de Administração é descrita do ponto 19. supra.

**c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados:**

**27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.**

No seio do Conselho de Administração está criada apenas a Comissão Executiva, podendo o Regulamento do Conselho de Administração ser consultado no sítio da internet: [www.ibersol.pt](http://www.ibersol.pt). O Conselho de Administração, e a Comissão Executiva que o integra, asseguram plenamente que a sociedade desenvolve a sua actuação por forma a prosseguir os fins societários, não delegando a sua competência quanto à definição da estratégia e das políticas de gestão da sociedade, centralizando a definição da estrutura empresarial do Grupo, tomando a seu cargo e competência exclusiva todas as decisões estratégicas relevantes, seja pelo seu valor, seja pelo potencial grau de risco envolvido, seja pela sua caracterização específica.

**28. Composição da comissão executiva**

Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

**29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das actividades desenvolvidas no exercício dessas competências.**

A Ibersol, SGPS, SA. tem um Conselho de Administração composto por três membros: um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal.

Dois dos seus membros exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva que foi eleita e cujos poderes lhe foram delegados pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 8.º n.º 4 dos Estatutos da Sociedade e artº 407º nº 3 do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e um outro Administrador exerce funções não executivas, não tendo este último a delegação de poderes de gestão corrente da sociedade.

A Comissão Executiva coordena operacionalmente as direcções funcionais e os diferentes negócios desenvolvidos societariamente reunindo com os respectivos directores numa base periódica. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais e de Negócio, que devem respeitar as directrizes globais, emanam da delegação de competências conferida pela Comissão Executiva e são coordenadas nas reuniões referidas.

Os poderes delegados na Comissão Executiva são, designadamente, os seguintes:

- a) Plenos poderes de decisão, gestão e acompanhamento estratégico da actividade societária, dentro dos limites legais do artigo 407.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais (CSC), desenvolver, planear e programar as linhas de actuação do órgão de administração, no plano interno e externo do exercício social, dando plena prossecução aos objectivos sociais afectos aos fins da Sociedade, tendo como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Ibersol.

- b) Competir-lhe-à assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas de assessoria e suporte funcional, bem como nos procedimentos das empresas integradas no Grupo Ibersol, com adequação consistente à evolução das necessidades do negócio, actuando na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e demais agentes, bem como no desenvolvimento do padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior, podendo, em concreto, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens móveis, estabelecendo ou cessando cooperação com outras empresas.

A Comissão Executiva reúne mensalmente e todas as vezes que o Presidente a convoque. Sem prejuízo dos contactos regulares estabelecidos entre os membros da Comissão Executiva nos períodos entre reuniões, durante o ano de 2019, realizaram-se 25 reuniões.

Os membros da Comissão Executiva prestam em tempo útil as informações que lhe sejam solicitadas por outros membros dos órgãos sociais.

### **III. FISCALIZAÇÃO**

#### **a) Composição**

#### **30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adoptado.**

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas são, no modelo adoptado, os órgãos de fiscalização da Sociedade e ambos são eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas. O Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas não são membros do Conselho Fiscal.

#### **31. Composição do Conselho Fiscal**

##### **Conselho Fiscal**

Presidente - Dr. Carlos Alberto Alves Lourenço ;

Vice-Presidente – Dr.ª Maria José Martins Lourenço da Fonseca;

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos;

Suplente – Dr. Arlindo Dias Duarte Silva;

O Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efectivos, sendo eleito em Assembleia Geral e deverá reunir, pelo menos, trimestralmente. Sendo três os membros efectivos do Conselho Fiscal, deve existir um ou dois suplentes, havendo sempre dois suplentes quando o número de membros for superior.

O Revisor Oficial de Contas ou Sociedade Revisora Oficial de Contas são eleitos pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 4 anos (artº 27º dos Estatutos societários), tendo o actual Presidente iniciado funções no ano de 2017. O actual Vice-Presidente iniciou funções igualmente no ano de 2017. O Vogal efectivo iniciou funções como Vogal suplente em 2007, e foi nomeado Vogal para os mandatos 2013/2016 e 2017 / 2020.

**32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC**

Todos os membros efectivos do Conselho Fiscal cumprem os critérios fixados no artigo 414º nº 5 do CSC e cumprem com todas as regras de incompatibilidade mencionadas no número 1 do artigo 414º-A do CSC.

Os membros do Conselho Fiscal têm o dever de comunicar imediatamente à Sociedade qualquer ocorrência que origine incompatibilidade ou perda de independência.

**33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 21.**

**Presidente – Dr. Carlos Alberto Alves Lourenço:**

**Formação académica**

- Diplomado pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (1979) e Bacharelato em Contabilidade e Administração.

**Actividade profissional dos últimos cinco anos:**

- Revisor Oficial de Contas desde 1990;
- Consultoria de Gestão na Pricewaterhouse Coopers (PwC).

**Data da primeira nomeação e termo do mandato:** 2017 / 2020.

**Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol:** não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

**Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :**

Não é titular de acções da sociedade.

**Vice-Presidente – Dr.ª Maria José Martins Lourenço da Fonseca:**

**Formação académica**

- Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1984);
- Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa ( 1987);
- Mestre em Ciências Empresariais, especialização em Contabilidade e Controle de Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (2002);
- Doutorada em Ciências Empresarias, especialização em Contabilidade e Controle de Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (2015);

**Actividade profissional dos últimos cinco anos:**

- Docente da Católica Porto Business School (CPBS);
- Diretora do Mestrado em Auditoria e Fiscalidade, CPBS;

- Atividade de consultoria no Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada, CPBS;
- Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas como Formadora no Curso de Preparação para ROC.

**Data da primeira nomeação e termo do mandato:** 2017 / 2020.

**Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol:** não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

**Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :**

Não é titular de acções da sociedade.

**Vogal – Dr. Eduardo Moutinho Santos:**

**Formação académica**

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1978);

**Actividade profissional dos últimos cinco anos:**

- Exercício da Advocacia em regime liberal na Comarca do Porto;

**Data da primeira nomeação e termo do mandato:** 2007 (Vogal Suplente), 2013 / 2020.

**Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol:** não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

**Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA:**

Não é titular de acções da sociedade.

**b) Funcionamento**

**34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal**

O Regulamento do Conselho Fiscal pode ser consultado no sítio da internet: - [www.ibersol.pt](http://www.ibersol.pt);

**35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez em cada trimestre. Em 2019, realizaram-se oito reuniões formais deste órgão. O Presidente esteve presente em 7 das 8 reuniões e a taxa de assiduidade dos outros membros efetivos foi de 100 %, sendo as actas da reuniões deste órgão registadas no respetivo livro.

**36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício**

Cada um dos membros do Conselho Fiscal demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo estado presentes nas reuniões do órgão e participado nos respectivos trabalhos.

Remete-se para o ponto 33 supra, bem como para o **Anexo 3** a este Relatório onde vem explicitada a informação relativa a outros cargos, exercidos noutras sociedades, pelos membros efectivos do Conselho Fiscal.

### **c) Competências e funções**

#### **37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.**

O Conselho Fiscal procede à avaliação anual do Auditor Externo e inclui as suas conclusões no seu Relatório e Parecer, emitidos nos termos e para os efeitos da alínea g) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal analisa e aprova o âmbito de quaisquer serviços adicionais, avaliando se os mesmos colocam em causa a independência do Auditor Externo. Salvaguarda que os serviços de consultoria sejam prestados com elevada qualidade, autonomia e independência relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria.

#### **38. Outras funções dos órgãos de fiscalização**

Compete ao Conselho Fiscal, em articulação com o Revisor Oficial de Contas, a fiscalização da sociedade, nomeadamente:

- Fiscalizar a administração da Sociedade, designadamente avaliando com carácter regular o cumprimento do plano estratégico da Sociedade e do Orçamento;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Fiscalizar em permanência a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno;
- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas, acompanhando o processo de preparação e divulgação de informação financeira, e apresentando recomendações visando assegurar a integridade da mesma;
- Fiscalizar a revisão de contas;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores do Grupo ou outros;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora dirigido aos accionistas, nele incluindo a descrição da actividade de fiscalização desenvolvida, eventuais constrangimentos detectados e dar parecer sobre o relatório e contas, bem como sobre as propostas apresentadas pela administração;

Compete-lhe ainda propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e fiscalizar a sua independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

O Relatório anual sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal é objecto de divulgação em conjunto com os documentos de prestação de contas, no sítio da Internet da sociedade.

Para todos os efeitos, o Conselho Fiscal representa a sociedade junto do Auditor Externo zelando para que sejam asseguradas todas as condições à prestação dos serviços, avaliando anualmente

o respectivo desempenho, sendo o seu interlocutor e destinatário dos respectivos relatórios, em simultâneo com o Conselho de Administração.

Para o desempenho das suas funções o Conselho Fiscal obtém, do Conselho de Administração, as informações necessárias ao exercício da sua actividade nomeadamente quanto à evolução operacional e financeira do Grupo, às alterações de composição do portfólio de empresas e negócios e ao conteúdo das principais deliberações tomadas.

#### **IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

##### **39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.**

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a " KPMG & ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA.", nomeada na Assembleia Geral de 14 de Maio de 2018 para o decurso do mandato 2017 a 2020, sendo esta sociedade representada pelo Revisor Oficial de Contas, Dr. Pedro Manuel Bouça de Moraes Alves da Costa, e Suplente o Dr. Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, Revisor Oficial de Contas.

##### **40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.**

O indicado Revisor Oficial de Contas exerce funções na Sociedade desde a respectiva nomeação ocorrida na Assembleia Geral de 14 de Maio de 2018 até ao presente, tendo o respectivo mandato em curso até 2020.

##### **41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.**

O Revisor Oficial de Contas é simultaneamente o Auditor Externo da sociedade.

#### **V. AUDITOR EXTERNO**

##### **42. Identificação do Auditor Externo**

O Auditor Externo, designado nos termos e para os efeitos do art.º 8.º do Código dos Valores Mobiliários, é a " KPMG & ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA.", registada sob o nº 20161489 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, e no ano de 2019 o seu representante foi o Revisor Oficial de Contas, Dr. Pedro Manuel Bouça de Moraes Alves da Costa ( ROC nº 1466).

##### **43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respectivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.**

O auditor externo foi nomeado pela primeira vez em 2018 e está no seu primeiro mandato com decurso de 2018 /2020.

O Sócio que representa o actual Auditor Externo exerce funções desde 2019 – e cessará as mesmas aquando da nomeação de novo auditor externo da sociedade.

##### **44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respectivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.**

O auditor externo e o sócio que o representa no cumprimento dessas funções encontram-se no

seu primeiro mandato. A eleição para cada mandato é efectuada pela Assembleia Geral mediante proposta do Conselho Fiscal e a periodicidade de rotação dos mesmos será apreciada em função das melhores práticas em matéria de governo corporativo à data da proposta para novo mandato.

**45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita**

O Conselho Fiscal procede à avaliação anual do Auditor Externo e inclui as suas conclusões no seu Relatório e Parecer, emitidos nos termos e para os efeitos da alínea g) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais.

**46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação**

Os serviços prestados pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, distintos dos de auditoria, foram sempre aprovados pelo Conselho Fiscal, obedecendo às normas legais aplicáveis e aos procedimentos internos instituídos para o efeito.

Os referidos serviços consistem essencialmente em serviços de formação e apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações contratuais, permitidos à luz do novo regime legal consagrado pelo novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em vigor, em Portugal e no estrangeiro, os quais são aprovados pelo Conselho Fiscal.

Na prestação de outros serviços que não de auditoria, os auditores têm instituídas exigentes regras internas para garantir a salvaguarda da sua independência, tendo essas regras sido adotadas na prestação destes serviços e objeto de monitorização por parte da sociedade, em especial pelo Conselho Fiscal.

Em 2019, os honorários referentes a serviços distintos dos de auditoria representaram 2,5% do total dos serviços prestados pela KPMG ao Grupo.

**47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços**

A remuneração anual total paga pela sociedade e por outras pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas coletivas pertencentes à mesma rede ascendeu, no ano de 2019, a 240.040 euros, assim discriminado:

RESUMO				
	2019	%	2018	%
<b>Sociedade Ibersol SGPS, SA</b>				
Auditoria e revisão	25.000	10,41%	25.000	10,2%
Outros serviços				
<b>Entidades que integram o Grupo</b>				
Auditoria e revisão (*)	209.000	87,07%	221.000	89,8%
Consultoria Fiscal				
Outros serviços	6.040	2,52%		
<b>TOTAL</b>	<b>240.040</b>	<b>100%</b>	<b>246.000</b>	<b>100%</b>

(\*) Em 2019, inclui 25.000 euros de honorários adicionais de auditoria (exercício de 2019).

(\*) Em 2018, inclui 50.000 euros de honorários adicionais de auditoria (exercício de 2018).

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### I. Estatutos

#### 48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

As regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade são as constantes das disposições dos artigos 85º e segts. e 383º e segts. do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

### II. Comunicação de irregularidades

#### 49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Os valores e princípios do Grupo Ibersol, difundidos e enraizados na cultura dos seus colaboradores, assentam no respeito absoluto e na adopção de regras de boa conduta e transparência na gestão de conflitos de interesses e deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros.

A Sociedade dispõe de uma política instituída para recebimento de comunicações, reclamações ou queixas sobre irregularidades detectadas na empresa. Conforme consta do Regulamento do Conselho Fiscal divulgado no sitio /site da sociedade, este órgão regista por escrito as comunicações de irregularidades que lhe sejam endereçadas, promovendo, conforme o entender por adequado, as necessárias diligências junto da administração e da auditoria e sobre as mesmas elabora o seu relatório. Assim, tal tipo de irregularidades pode ser comunicada de forma não anónima ao Conselho Fiscal, através de comunicação à Sociedade, dirigida aquele órgão. A sociedade encaminhará as comunicações recebidas ao Presidente daquele órgão, assegurando a sua confidencialidade.

Durante 2019, o Conselho Fiscal não recebeu quaisquer comunicações de irregularidades

### III. Controlo interno e gestão de riscos

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A Ibersol não possui serviços autónomos de auditoria interna e de "compliance".

A gestão de risco, sendo uma das componentes da cultura da sociedade, está presente em todos os processos e é responsabilidade de todos os gestores, quadros e demais colaboradores nos diferentes níveis da organização.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do *portfolio* dos negócios existentes bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas são definidas políticas e *standards* e efectuado o auto-controlo do seu cumprimento, sendo realizadas auditorias externas a todas as unidades e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo. Por especificidades do Negócio existem áreas de risco cuja gestão corrente foi alocada a departamentos funcionais.

O controlo interno e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno são conduzidos pela Comissão Executiva.

### **51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.**

O grupo não dispõe de serviços autónomos.

O Conselho Fiscal avalia o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, supervisionando o seu plano de actividade, recebendo informação periódica dos seus trabalhos, avaliando as conclusões apuradas e emitindo as orientações que julgue necessárias.

O Auditor Externo verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem igualmente reporta as conclusões apuradas.

### **52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.**

Existem Funções Centrais – Direcções Qualidade, Recursos Humanos, Planeamento e Controlo de Gestão e Financeira – que reportando à Comissão Executiva, promovem, coordenam e facilitam, o desenvolvimento de processos de gestão de risco.

### **53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da actividade.**

O Conselho de Administração considera que o Grupo se encontra exposto aos riscos normais decorrentes da sua actividade, nomeadamente ao nível dos restaurantes.

### **Riscos estratégicos e operacionais**

Os negócios da Ibersol, como qualquer negócio de retalho, estão expostos à instabilidade do ambiente económico bem como à evolução das preferências dos consumidores. A gestão dos riscos estratégicos envolve a monitorização dos indicadores macroeconómicos, de estudos de tendências dos consumidores, de estudos do mercado da restauração com auscultação dos consumidores e acompanhamento da actividade da concorrência nos diferentes mercados onde o Grupo opera.

No processo anual de Planeamento são reavaliados todos estes fatores e analisadas as tendências macroeconómicas. A internacionalização dos negócios, um controlo rígido de custos, o lançamento de ofertas de novos conceitos, canais de distribuição, produtos e promoções adaptados às alterações dos perfis de consumo, são algumas das iniciativas que visam mitigar este risco.

Com a aquisição do EatOut Group a Ibersol passou a deter uma parte significativa do seu volume de negócios em espaços concessionados em aeroportos. As concessões são atribuídas por concurso por um determinado período de tempo, pelo que o Grupo poderá ou não garantir a renovação desses contratos, o que poderá afectar o seu volume de negócios e rentabilidade.

Operando diversas marcas internacionais no regime de franquia o Grupo celebra contratos de franquia de longo prazo (20 anos ou 10+10 anos) e que findo o respectivo período de duração, têm vindo a ser renovados, embora não exista essa obrigatoriedade. O grupo procura cumprir todas as obrigações associadas aos contratos e manter um bom relacionamento com os franqueadores como forma de minimizar o risco de não renovação.

Os riscos operacionais estão muito ligados à actividade dos restaurantes: gestão de aprovisionamento (aprovisionamento e logística), gestão de stocks, gestão de fundos e na eficiência e segurança na utilização de recursos e activos. A adequação e alcance dos procedimentos de controlo são acompanhados e revistos sempre que necessário.

Por especificidades do Negócio existem áreas de risco cuja gestão corrente foi alocada a departamentos funcionais, destacando-se:

### **Qualidade e Segurança Alimentar**

No negócio da Restauração o risco associado à Higiene e Segurança Alimentar assume primordial importância.

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principais vertentes uma actuação responsável e pro-activa, segundo os princípios da prevenção, formação, seguimento de indicadores e a procura da melhoria contínua por forma a minimizar os riscos com impactos na saúde dos consumidores.

As principais dimensões de gestão desta área de risco são:

- qualificação e Selecção dos Fornecedores e Produtos na área da qualidade e segurança alimentar e o Programa de Controlos Periódicos aos Fornecedores, Produtos e Serviços;
- garantia da eficácia do Sistema de Rastreabilidade implementado;
- controlo do Processo Produtivo nos restaurantes através de Sistemas de HACCP;
- Sistema de Desenvolvimento de Competências em Segurança Alimentar;

- Manutenção e Monitorização dos dispositivos de medição;
- Sistema de Gestão de Crises Alimentares com a monitorização a todo o momento dos sistemas de alerta alimentar existentes e a actuação imediata quando necessário;
- Sistema de Melhoria Contínua suportado, entre outros instrumentos, por um programa de Auditorias Externas, que abrange todas as unidades do Grupo; um programa de análises microbiológicas dos produtos finais realizado por amostragem por entidade externa acreditada, um Sistema de Tratamento de Reclamações, programas de auscultação do cliente e um programa de Auditorias Internas no âmbito dos indicadores relacionados com a Segurança Alimentar. Acresce que os restaurantes e respetivas operações são ainda auditados pelas Marcas internacionais franqueadoras.
- Processo de certificação do sistema de gestão da segurança alimentar no âmbito da norma ISO 22000, exigente padrão internacional em segurança alimentar.

### **Segurança e Higiene no Trabalho(SHT)**

A coordenação do processo de gestão desta área de risco está a cargo da Direcção de Recursos Humanos que procede à definição, divulgação e monitorização da aplicação das normas e procedimentos definidos no Manual de SHT em vigor na Ibersol e articula os planos de Formação.

São desenvolvidas, anualmente, várias iniciativas e ações, no âmbito da temática de Saúde e Segurança no Trabalho, que visam reforçar o compromisso e envolvimento de todos os colaboradores com a prevenção e a redução dos riscos profissionais.

### **Financeiros**

Cabe à Direcção Financeira assegurar a gestão dos diversos riscos financeiros, intrínsecos à imprevisibilidade do mercados, a que o Grupo está naturalmente exposto, designadamente riscos de câmbio, de taxa de juro, crédito, liquidez e capital. As diligências da Direcção Financeira operam no sentido de minimizar efeitos adversos destes eventuais riscos:

#### **a) Risco câmbio**

Nesta matéria, o Grupo Ibersol prossegue uma política de cobertura natural, recorrendo a financiamentos em moeda local. Uma vez que está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão maioritariamente denominados em euros e o volume de compras, fora da Zona Euro, não assume proporções relevantes.

Refira-se que a principal fonte de exposição advém do investimento fora da zona euro da operação que desenvolve em Angola, ainda de pequena dimensão e em fase de perda de peso na actividade do grupo. Os desequilíbrios da economia angolana acarretam uma escassez de moeda estrangeira em Angola, pelo que a desvalorização do Kwanza é um risco a considerar. Os financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos. Face às atuais limitações de pagamentos ao exterior, o grupo adotou uma política de monitorização mensal dos saldos credores em moeda estrangeira e a sua cobertura integral com a aquisição de Obrigações do Tesouro da República de Angola, indexadas ao USD.

**b) Risco de taxa de juro**

Com exceção das Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o Grupo Ibersol não tem ativos remunerados com juros significativos. Assim sendo, o lucro e os fluxos de caixa da atividade de investimento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado. No que diz respeito às Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, indexadas ao Dólar Americano, o juro é fixo, pelo que também não existe risco.

O risco principal de taxa de juro do Grupo Ibersol advém do passivo, nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro.

Com o atual nível das taxas de juro, a política do Grupo é, em financiamentos de maior maturidade, a de proceder à fixação das taxas de juro até 50% do montante em dívida

**c) Risco de crédito**

Na principal actividade do Grupo as vendas são pagas a dinheiro ou cartão de débito ou crédito, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes.

Em relação a clientes, o risco está circunscrito aos negócios de Catering e Franquiados que representam cerca de 6% do volume de negócios consolidado. O Grupo passou a monitorizar de forma mais regular as contas a receber com o objectivo de:

- i) controlar o crédito concedido a clientes;
- ii) analisar a antiguidade e recuperabilidade dos valores a receber;
- iii) analisar o perfil de risco dos clientes;

**d) Risco de liquidez**

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual, que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, o Grupo Ibersol tem vindo a efetuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

**e) Risco de capital**

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) por forma a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / dívida remunerada líquida+capital próprio) com o objectivo de o situar entre 35%-70%.

**Ambientais**

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principal vertente a implementação da política decorrente dos Princípios de Sustentabilidade Ibersol, que garante que os processos e procedimentos sejam aplicados no âmbito do ambiente.

A adopção das boas práticas de gestão ambiental constitui uma preocupação do Conselho de Administração da Ibersol que se consubstancia na promoção de comportamentos responsáveis e proactivos na gestão dos recursos e dos resíduos.

Os procedimentos vertidos para o Manual de Standards Ibersol no que respeita a esta área assentam principalmente na utilização racional de electricidade e na reciclagem de óleos usados e embalagens.

### ***Jurídicos***

A Ibersol, as sociedades suas participadas e os negócios jurídicos inerentes ao Grupo dispõem de uma função de assessoria jurídico-legal permanentemente dedicada à respectiva actividade, que funciona em articulação com as demais funções centrais e de negócio, por forma a assegurar preventivamente a protecção dos interesses do Grupo no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres e obrigações legais.

A assessoria jurídico-legal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos de reconhecida competência.

### ***Sectoriais***

A evolução do consumo privado, influencia as vendas de restauração. A sociedade adoptou um rigoroso controlo dos custos com uma monitorização mensal da evolução do mercado e a consequente revisão do planeamento de recursos a utilizar, por forma a minorar o impacto de eventuais oscilações de consumo.

Por outro lado, operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas, bem como eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras.

## **54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.**

Como abordagem estruturada, a Gestão de Risco está integrada em todo o processo de planeamento do Grupo. O seu objectivo é identificar, avaliar e gerir as oportunidades e as ameaças que os negócios da Ibersol enfrentam na prossecução dos seus objectivos de criação de valor.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do *portfolio* dos negócios bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas são definidas políticas e *standards* e efectuado o auto-controlo do seu cumprimento, sendo realizadas

auditorias externas a todas as unidades e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo.

**55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira**

A Sociedade não tem serviços de auditoria interna com especificidade funcional e reporte directo ao Conselho Fiscal (atendendo ao modelo clássico adoptado), sendo os referidos *serviços de "compliance"* assegurados pelos respectivos departamentos da empresa. Considerando que, orgânica e funcionalmente, as diferentes Direcções do Grupo encabeçam os serviços de *"compliance"* directamente junto do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, estando esses responsáveis devidamente identificados no organigrama da sociedade, cumpre reafirmar que são efectuados em interacção, quer com o Conselho Fiscal, quer com o Administrador não-Executivo da Sociedade, reportando funcionalmente ao mesmo Administrador, fazendo-o independentemente da relação hierárquica que esses Departamentos mantêm com a Administração Executiva da Sociedade.

A Auditoria Externa avalia e reporta os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira, validando desta forma o sistema de controlo interno estabelecido no Grupo e que se materializa na clara separação entre quem prepara e os seus utilizadores e na realização de diversos procedimentos de validação ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

No âmbito dos Serviços de Auditoria, a SROC reúne com os diferentes Departamentos do Grupo, pelo menos duas vezes por ano, para análise e revisão do sistema de controlo interno que é objecto de Relatório dirigido ao Conselho Fiscal e posterior discussão com o Conselho de Administração, nomeadamente com o Administrador não-Executivo.

Quanto ao risco no processo de divulgação da informação financeira registe-se que apenas um número restrito de colaboradores está envolvido no processo de divulgação. Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade são considerados como tendo acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações neste preciso âmbito.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade, preparação e divulgação de informação financeira assenta nos seguintes elementos chave:

- a utilização de princípios contabilísticos, como constam nas notas às contas, constitui uma das bases do sistema de controlo;
- os planos, procedimentos e registos da Sociedade e subsidiárias permitem uma garantia razoável que apenas são registadas transacções devidamente autorizadas e que são registadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
- a informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio (apoiados pelo Departamento de Controlo de Gestão) e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respectivo controlo orçamental;

- durante o processo de preparação e revisão de informação, é estabelecido previamente um calendário, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas e todos os documentos são revistos detalhadamente, o que inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida, e a consistência com os princípios e políticas utilizadas em anos anteriores;

- os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pela função central de Contabilidade. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos técnicos oficiais de contas e revistas pela Direcção Administrativa.

- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pela função central de Consolidação o que constitui um controlo adicional de fiabilidade;

- A informação financeira, Relatório e Demonstrações Financeiras, é revista pela Direcção Financeira e enviada para revisão final e aprovação do Conselho de Administração. Depois de aprovados os documentos são enviados ao auditor externo que emite a sua certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa.

- O Revisor Oficial de Contas executa uma auditoria anual, uma revisão limitada ao semestre das contas individuais e consolidadas. Nos demais trimestres faz um exame sumário à informação do período.

- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório de gestão.

Entre as causas de risco que podem afectar materialmente o reporte contabilístico, evidenciamos as estimativas contabilísticas que são baseadas na melhor informação disponível e no conhecimento e experiência resultantes de eventos presentes e, ou, passados. Salientamos igualmente os saldos e as transacções com partes relacionadas que são divulgados no anexo às demonstrações financeiras e estão associadas sobretudo a actividades operacionais do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efectuados a preços de mercado.

#### **IV. Apoio ao Investidor**

##### **56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.**

O contacto com o Gabinete está disponibilizado através do Representante para o mercado de capitais, Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa (Telefone: +351 22 6089708; Telefax: +351 22 6089757; E-mail: [psousa@ibersol.com](mailto:psousa@ibersol.com), Morada: Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º andar, 4150-146 Porto, assessorado pelo Dr. Tiago Marques.

##### **57. Representante para as relações com o mercado.**

Este Representante é o indicado no site da Ibersol, SGPS, SA. - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

##### **58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.**

A Ibersol relaciona-se de forma permanente com analistas e investidores, fornecendo-lhes

informação actualizada.

Sempre que necessário, o representante das relações com o mercado assegura a prestação de toda a informação relevante da actividade e presta os esclarecimentos solicitados por parte dos investidores num prazo de cinco dias úteis.

No ano de 2019 foram recebidos 14 pedidos de informação, não se encontrando pendentes pedidos de informação de anos anteriores.

## V. Sítio de Internet

### **59. Endereço**

A Ibersol tem disponível uma página na internet para divulgação da informação sobre a sociedade. O endereço da página é [www.ibersol.pt](http://www.ibersol.pt)

### **60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.**

[www.ibersol.pt\investidores\Governo da Sociedade](http://www.ibersol.pt/investidores/Governo da Sociedade);

### **61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões**

[www.ibersol.pt\investidores\Estatutos](http://www.ibersol.pt/investidores/Estatutos)

[www.ibersol.pt\investidores\Governo da Sociedade](http://www.ibersol.pt/investidores/Governo da Sociedade)

### **62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respectivas funções e meios de acesso.**

[www.ibersol.pt\investidores\Governo da Sociedade](http://www.ibersol.pt/investidores/Governo da Sociedade)

[www.ibersol.pt\investidores\Relação com Investidores](http://www.ibersol.pt/investidores/Relação com Investidores)

### **63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais**

[www.ibersol.pt\investidores\Relatório e Contas](http://www.ibersol.pt/investidores/Relatório e Contas)

[www.ibersol.pt\investidores\Calendário de Eventos](http://www.ibersol.pt/investidores/Calendário de Eventos)

### **64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada**

[www.ibersol.pt\investidores\Assembleias Gerais](http://www.ibersol.pt/investidores/Assembleias Gerais)

### **65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes**

[www.ibersol.pt\investidores\Assembleias Gerais](http://www.ibersol.pt/investidores/Assembleias Gerais)

**D. REMUNERAÇÕES**

**I. Competência para a determinação**

**66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais**

Os membros dos órgãos sociais terão as remunerações que forem fixadas de acordo com a política de remunerações proposta pela Comissão de Vencimentos e aprovada na Assembleia Geral de Accionistas.

**II. Comissão de remunerações**

**67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou colectivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.**

A Comissão de Vencimentos é composta por três membros, Dr. Vítor Pratas Sevilhano, Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva e Dr. António Maria de Borda Cardoso.

Os membros que compõem a Comissão de Vencimentos são independentes dos membros do Conselho de Administração, não tendo sido contratada para apoio à Comissão de Vencimentos, seja a que título for, qualquer pessoa singular ou colectiva que, nos últimos três anos, tenha prestado serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade, ou que tenha relação actual como consultora da empresa.

**68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.**

A experiência e percurso profissionais dos membros da Comissão de Vencimentos permite-lhes exercerem as suas funções de forma rigorosa e eficaz. Todos os membros se encontram habilitados com a necessária formação académica, técnica e profissional exigível pela função desempenhada, bem como habilitados com a devida experiência funcional necessária ao seu bom desempenho, nomeadamente:

- **Dr. Vítor Pratas Sevilhano:** - Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia, Diplomado em Administração Hospitalar pelo ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública de Lisboa, Certificado pela Manchester Business School - ITP - International Teachers Program. Certificado pelo SBDC – Small Business Development Center de Wisconsin, EUA, Certificado pelo INSEAD (Fontainebleau) – Advanced Management Program e Financial Management Program. Certificado pelo Henley College - Strategic Planning in Practice. Certificado pela Linkage International – GILD e Executive Coaching Master Class. PCC – Professional Certified Coach pela ICF – International Coach Federation. Possui as seguintes Habilitações Profissionais: - Sócio Gerente da Escola Europeia de Coaching e Partner da empresa My Change;

- **Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva:** - Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, exercendo nos últimos cinco anos a actividade de consultoria fiscal;

- **Dr. António Maria de Borda Cardoso:** - Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, Pensionista nos últimos cinco anos.

**69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização**

A política de remuneração dos órgãos estatutários é aprovada pelos accionistas em Assembleia Geral.

A Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 8 de Maio de 2019 e dando continuidade à política já anteriormente prosseguida de forma consistente, aprovou a política de remunerações em vigor.

Na mesma assembleia esteve presente a maioria dos membros da Comissão de Vencimentos.

Para a fixação de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não foram tidas, por comparativo, quaisquer políticas e práticas remuneratórias de outros grupos de sociedades, não estando determinada qualquer política sobre pagamentos relativos à destituição ou cessação, por acordo, da função de administradores, conforme declaração da Comissão de Vencimentos anexa ao Relatório de Governo.

Quanto à política de remunerações dos dirigentes, a mesma consta da declaração do Conselho de Administração anexa ao Relatório de Governo, não existindo componentes variáveis importantes, ou significativas, na remuneração desses dirigentes.

Salientamos que os membros do Conselho de Administração Executivos são remunerados pela sociedade Accionista APTS-SGPS, SA, que subscreveu um contrato de prestação de serviços com a Ibersol Restauração, SA. O membro não executivo auferiu uma remuneração anual fixa (cfr.

**Anexo 1**) não auferindo este membro quaisquer outras componentes remuneratórias, seja a que título for.

As remunerações dos membros do Conselho Fiscal, no cômputo global do ano de 2019, foram as seguintes: Presidente: 9.900 euros; Vice-Presidente: 8.800 euros; Vogal: 8.800 euros e SROC: 25.000 euros.

**70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.**

A política de remuneração dos Administradores é da competência da Comissão de Vencimentos, a qual a irá submeter à aprovação dos Accionistas da Sociedade na Assembleia Geral Anual de 2020, conforme **Anexo 1**.

Os princípios gerais da política de remunerações dos Órgãos de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral são os seguintes:

a) Funções desempenhadas: - relativamente às funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais mencionados, a política vai no sentido de tomar em consideração a natureza e a actividade efectivamente exercida, bem como as responsabilidades que lhes estão cometidas. Não estarão, no sentido orgânico-funcional, na mesma posição e por igual todos os membros do Conselho Fiscal ou da Mesa da Assembleia Geral, bem como a Sociedade Revisora. A ponderação destas funções deve observar critérios diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo dispendido, ou o valor que resulta de um determinado tipo de intervenção, e o valor inerente à responsabilidade da representação institucional que desempenham.

b) A situação económica da sociedade.

c) A dimensão da sociedade e o grau de complexidade funcional, em termos relativos, será um dos aspectos em relevo.

**71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente**

Não existe componente variável.

**72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento**

Não existe componente variável.

**73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas acções, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total**

Não está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de acções ou qualquer outro sistema de incentivo em acções.

**74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.**

Não está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de direitos sobre opções.

**75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários**

Não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

**76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais**

Não existe qualquer regime de pensões ou de reforma antecipada para os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes.

#### **IV. Divulgação das remunerações**

**77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem**

Os membros do Conselho de Administração Executivos são remunerados pela sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA. que subscreveu um contrato de prestação de serviços com a Ibersol

Restauração SA., tendo recebido por tais serviços, no ano de 2019, a quantia de 1.000.000 euros. Entre as obrigações da ATPS-Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato celebrado com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade, Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. Consequentemente, a sociedade não paga diretamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é controlada pelos Administradores Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira, estima-se que da referida importância de 1.000.000 euros no ano de 2019, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 500.000 euros. Os referidos Administradores executivos não auferem qualquer remuneração noutras empresas do Grupo, nem têm direitos de pensão adquiridos no exercício em causa. O membro não executivo auferiu uma remuneração anual fixa de 6.000 euros, não auferindo este membro quaisquer outras componentes remuneratórias, seja a que título for, designadamente prémios de desempenho, bónus ou quaisquer fees complementares de desempenho, complemento de reforma, e, ou, quaisquer pagamentos adicionais à quantia anual de 6.000 euros - que lhe tenham sido prestados pela Sociedade.

**78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum**

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo, excepto a indicada no n.º 77 supra.

**79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos**

Não existe.

**80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício**

Não foram pagos nem são devidos quaisquer montantes relativos a indemnizações a administradores cujas funções tenham cessado.

**81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade**

A remuneração auferida pelos membros do Conselho Fiscal no ano de 2019 foi de 27.500 euros, assim individualizada:

**Presidente** – Dr. Carlos Alberto Alves Lourenço: 9.900,00 euros;

**Vice-Presidente** - Doutora Maria José Martins Lourenço da Fonseca: 8.880,00 euros;

**Vogal** - Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos: 8.800,00 euros.

**82. Indicação da remuneração no ano de referência da Presidente da Mesa da Assembleia Geral**

Presidente da Mesa – Dr.ª Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira: 1.333,34 euros

**83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração**

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador, não existindo igualmente a indicada relação com componente variável da remuneração (esta componente variável não está estipulada contratualmente), aplicando-se ao caso concreto, as disposições legais inerentes neste âmbito.

**84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade**

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares de cargos de administração ou outros dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de mandato ou de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade, aplicando-se as disposições legais que se mostrem aplicáveis ao caso, designadamente as do Código das Sociedades Comerciais e, sendo o caso, as do Código do Trabalho.

**VI. Planos de atribuição de acções ou opções sobre acções ('stock options')**

**85. Identificação do plano e dos respectivos destinatários**

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções, em vigor.

**86. Caracterização do plano**

A Sociedade não possui qualquer plano de atribuição de acções ou de opções sobre acções.

**87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa**

Não existem quaisquer direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções de que sejam beneficiários trabalhadores e colaboradores da empresa.

**88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes**

Não aplicável.

**E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**I. Mecanismos e procedimentos de controlo**

**89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transacções**

**com partes relacionadas**

O Conselho Fiscal aprovou os critérios aplicáveis à sua intervenção para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam relacionados nos termos do Art.º 20ª do Código de Valores Mobiliários, tendo fixado como critério qualificante um valor da transacção igual ou superior a cinco por cento do activo líquido consolidado da Ibersol SGPS, SA.

**90. Indicação das transacções que foram sujeitas a controlo no ano de referência.**

Não foram realizados negócios ou operações que implicassem sujeição a esse controlo.

**91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação**

Em 2019 não foi necessário o Conselho Fiscal emitir qualquer parecer dado que não ocorreram transacções passíveis de serem apreciadas por aquele órgão.

Os procedimentos aplicáveis à intervenção do Conselho Fiscal na avaliação prévia de eventuais negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas segue os normativos do respectivo Regulamento do Conselho Fiscal, publicado in [www.ibersol.pt](http://www.ibersol.pt).

**II. Elementos relativos aos negócios**

**92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação**

A informação sobre os negócios com partes relacionadas consta do Anexo às demonstrações financeiras individuais e do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

**PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO**

**1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adoptado**

O presente Relatório de Governo foi elaborado em conformidade com o Regulamento da CMVM nº 4/2013 de 1 de Agosto, e com o novo Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance ( IPCG ) de 2018. Face ao disposto no artigo 4º nº 2 do mesmo Regulamento, seguem-se, conseqüentemente, tais normativos pela respectiva adequação à prestação da necessária e indispensável informação a público, pelo que não se verificam pressupostos de qualquer divergência substancial ou formal na respectiva aplicação.

O relatório cumpre as normas do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários bem como divulga, à luz do principio "comply or explain", o grau de observância das novas Recomendações do referido IPCG integradas no Código de Governo das Sociedades de 2018.

São igualmente cumpridos os deveres de informação exigidos pela Lei 28/2009, de 19 de Junho, pelos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais e pelo Regulamento da CMVM nº 5/2008, de 2 de Outubro de 2008 e alterações do Regulamento nº 7/2018 da CMVM.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste relatório estão disponíveis em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

## 2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adoptado

**Nos termos do art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.**

A Ibersol, SGPS, SA. cumpre na generalidade as recomendações da CMVM relativas ao Governo das Sociedades, bem como observa e expõe o grau de cumprimento das novas Recomendações do Instituto Português de Corporate Governance, conforme segue:

### **Capítulo I - PARTE GERAL**

#### **I.1. Relação da sociedade com investidores e informação**

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>I.1.1</b> A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos accionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	<b>Cumprida</b>	<b>29,38,49, 56 a 65</b>

#### **I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade**

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>I.2.1.</b> As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	<b>Cumprida</b>	<b>15,17 a 19,26 31 a 33, 36</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>I.2.2.</b> Os órgãos de administração e de fiscalização e as		

## Relatório Governo Societário

suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — devendo ser elaboradas atas detalhadas das respectivas reuniões.	<b>Cumprida</b>	<b>22, 23,27 34 e 35</b>
---	-----------------	------------------------------

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>I.2.3.</b> Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.	<b>Cumprida</b>	<b>22,27, 34 e 61</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>I.2.4.</b> A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	<b>Cumprida</b>	<b>23,35,62 63 e 64</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>I.2.5.</b> Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de detecção e prevenção de irregularidades, bem como a adopção de uma política de comunicação de irregularidades ( <i>whistleblowing</i> ) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguardada confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que esta seja solicitada.	<b>Cumprida</b>	<b>49 e 38</b>

### I.3. Relação entre órgãos da sociedade

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>I.3.1.</b> Os estatutos ou outras vias equivalentes adoptadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda	<b>Cumprida</b>	<b>21 a 23, 29,34,</b>

## Relatório Governo Societário

a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.		<b>35, 38, 50 a 55, 63 a 65</b>
--	--	---------------------------------

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>I.3.2.</b> Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respectivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	<b>Cumprida</b>	<b>21 a 23, 29,34, 35,38, 50 a 55, 63 a 65</b>

### I.4. Conflitos de interesses

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>I.4.1.</b> Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respectivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	<b>Cumprida</b>	<b>49, 89 a 92</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>I.4.2.</b> Deverão ser adoptados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.	<b>Cumprida</b>	<b>49, 89 a 92</b>

### I.5. Transações com partes relacionadas

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>I.5.1.</b> O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos	<b>Cumprida</b>	<b>89 a 92</b>

## Relatório Governo Societário

negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.		
--	--	--

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>I.5.2.</b> O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.	<b>Cumprida</b>	<b>89 a 92, e 61</b>

### Capítulo II – Acionistas e Assembleia Geral

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>II.1.</b> A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de acções necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada acção corresponde um voto.	<b>Cumprida</b>	<b>12 a 14</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>II.2.</b> A sociedade não deve adoptar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus accionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	<b>Cumprida</b>	<b>12 a 14</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>II.3.</b> A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via electrónica.	<b>Cumprida parcialmente</b>	<b>12 - v.d. explicação infra</b>

## Relatório Governo Societário

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>II.4.</b> A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos accionistas na assembleia por meios telemáticos.	<b>Não cumprida</b>	<b>v.d. explicação infra</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>II.5.</b> Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária –sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal –e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	<b>Não aplicável</b>	<b>12 a 14</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>II.6.</b> Não devem ser adoptadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	<b>Cumprida</b>	<b>4</b>

### Capítulo III – Administração não Executiva e Fiscalização

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>III.1.</b> Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador ( <i>lead independent director</i> ) para, designadamente,(i) actuar, sempre que necessário, como interlocutor como presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários	<b>Não aplicável</b>	<b>18</b>

ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.		
---	--	--

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>III.2.</b> O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua actividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.	<b>Cumprida</b>	<b>17, 18, 28, 29, 31 a 33</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>III.3.</b> Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	<b>Não cumprida</b>	<b>18</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>III.4.</b> Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: (i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; (ii) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; (iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de	<b>Cumprida parcialmente</b>	<b>17 e 18</b>

<p>pessoa colectiva;</p> <p>(iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>(v) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha recta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa colectiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares directa ou indirectamente de participação qualificada;</p> <p>(vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um accionista titular de participações qualificadas.</p>		
--	--	--

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<p><b>III.5.</b> O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).</p>	<b>Não aplicável</b>	<b>17 e18</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<p><b>III.6.</b> Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.</p>	<b>Cumprida</b>	<b>24</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<p><b>III.7.</b> O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar como conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.</p>	<b>Não aplicável</b>	<b>15</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>III.8.</b> Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.	<b>Cumprida</b>	<b>38</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>III.9.</b> As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.	<b>Cumprida</b>	<b>24 e 27 a 29</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>III.10.</b> Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua actividade.	<b>Cumprida</b>	<b>50 a 55</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>III.11.</b> O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	<b>Cumprida</b>	<b>36 a 38, 51</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>III.12.</b> O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afectos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i> ) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos	<b>Cumprida</b>	<b>37, 38, 49, 51, 55</b>

relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detecção de potenciais irregularidades.		
---	--	--

**Capítulo IV — Administração Executiva**

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>IV.1.</b> O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	<b>Cumprida</b>	<b>22,27 e 61</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>IV.2.</b> O órgão de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	<b>Cumprida</b>	<b>21, 24, 27 e 29</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>IV.3.</b> O órgão de administração deve fixar objectivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.	<b>Cumprida</b>	<b>24,29 50 e 52</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>IV.4.</b> O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efectivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objectivos fixados pelo órgão de administração.	<b>Cumprida</b>	<b>50 e 51</b>

## Capítulo V – Avaliação de Desempenho, Remunerações e Nomeações

### V.1. Avaliação Anual de Desempenho

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.1.1.</b> O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	<b>Cumprida</b>	<b>24 e 25</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.1.2.</b> O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	<b>Cumprida</b>	<b>38, 50 e 51</b>

### V.2 Remunerações

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.2.1.</b> A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.	<b>Cumprida</b>	<b>66 a 68</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.2.2.</b> A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos	<b>Cumprida</b>	<b>69 a 76</b>

<p>órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respectivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respectivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou acções da própria sociedade.</p>		
---	--	--

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<p><b>V.2.3.</b> A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente:</p> <p>(i) A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adoptada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;</p> <p>(ii) As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;</p> <p>(iii) O número de acções e de opções sobre acções concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;</p> <p>(iv) Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;</p> <p>(v) Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excepcionais e a indicação dos elementos específicos objecto de derrogação;</p> <p>(vi) Informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.</p>	<p><b>Cumprida</b></p>	<p><b>69 a 88</b></p>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
---------------------	----------------------------	-----------------------------

## Relatório Governo Societário

<b>V.2.4.</b> Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respectiva cessação de funções.	<b>Não aplicável</b>	<b>76, 83 e 84</b>
--	----------------------	--------------------

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.2.5.</b> A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos accionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respectiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por accionistas.	<b>Cumprida</b>	<b>69</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.2.6.</b> Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	<b>Não aplicável</b>	<b>67</b>

### V.3 Remuneração dos Administradores

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.3.1.</b> Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflecta o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	<b>Não aplicável</b>	<b>69 a72</b>

## Relatório Governo Societário

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.3.2.</b> Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	<b>Não aplicável</b>	<b>71 e 72</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.3.4.</b> Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos directa ou indirectamente dependentes do valor das acções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	<b>Não aplicável</b>	<b>71 a 74</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.3.5.</b> A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	<b>Cumprida</b>	<b>69</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.3.6.</b> A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, directa ou indirectamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adoptados no relatório de governo da sociedade.	<b>Cumprida</b>	<b>83 e 84</b>

### V.4. Nomeações

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.4.1.</b> A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma susceptível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos	<b>Cumprida</b>	<b>v.d. documentação publicada neste âmbito in</b>

órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.		<a href="http://www.ibersol.pt">www.ibersol.pt</a> com as propostas de eleição ocorridas na AG de 2017
--	--	---

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>V.4.2.</b> A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	<b>Não aplicável</b>	<b>15, 27 a 29</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>V.4.3.</b> Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	<b>Não aplicável</b>	<b>15, 27 a 29</b>

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>V.4.4.</b> A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de selecção transparentes que incluam mecanismos efectivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	<b>Não aplicável</b>	<b>15, 27 a 29</b>

### **Capítulo VI – Gestão de Risco**

<b>Recomendação</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Relatório do Governo</b>
<b>VI.1.</b> O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.	<b>Cumprida</b>	<b>24, 50, 52 a 55</b>

		<b>Relatório</b>
--	--	------------------

## Relatório Governo Societário

Recomendação	Grau de cumprimento	do Governo
<b>VI.2.</b> Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua actividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respectivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respectiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.	<b>Cumprida</b>	<b>24, 50 a 55</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>VI.3.</b> A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspectiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	<b>Cumprida</b>	<b>24, 50 a 55</b>

## Capítulo VII – Informação financeira

### VII.1 Informação financeira

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>VII.1.1.</b> O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	<b>Cumprida</b>	<b>34 e 38</b>

### VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>VII.2.1.</b> Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir: (i) Os critérios e o processo de selecção do revisor oficial de contas;		<b>34,37 e 38</b>

## Relatório Governo Societário

<p>(ii) A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas;</p> <p>(iii) Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas;</p> <p>(iv) Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas</p>	<b>Cumprida</b>	
---	-----------------	--

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>VII.2.2.</b> O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respectiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	<b>Cumprida</b>	<b>34,37 e 38</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>VII.2.3.</b> O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	<b>Cumprida</b>	<b>37 e 38</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>VII.2.4.</b> O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.	<b>Cumprida</b>	<b>38 a 41</b>

Recomendação	Grau de cumprimento	Relatório do Governo
<b>VII.2.5.</b> O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para	<b>Cumprida</b>	<b>38 e 51</b>

o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detectado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.		
---	--	--

**Explicação sobre as Recomendações não cumpridas ou cumpridas parcialmente:**

**Recomendação II.3** - Não existindo solicitações expressivas dos accionistas até à presente data quanto à modalidade do exercício do direito de voto por via electrónica, não está ainda prevista esta modalidade nos estatutos da sociedade, sem prejuízo de tal modalidade vir a considerar-se relevante em futura revisão estatutária.

**Recomendação II.4** - Não existindo solicitações expressivas dos accionistas até à presente data quanto à modalidade de participação na Assembleia Geral por meios telemáticos, não está ainda prevista esta modalidade nos estatutos da sociedade, sem prejuízo de tal modalidade vir a considerar-se relevante em futura revisão estatutária.

**Outras informações finais**

**A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adoptadas.**

Em complemento da informação que vai exposta supra, e para os efeitos do disposto no artº 245º-A nº 1 alínea r) do Código dos Valores Mobiliários, passamos à informação sobre a **política de diversidade** aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objectivos dessa política de diversidade, bem como a forma como foi aplicada e os seus resultados no exercício de 2019.

A política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização obedece aos seguintes princípios gerais:

Os candidatos a membros dos órgãos de administração e fiscalização devem:

- Ter experiência em cargos suficientemente seniores em empresas ou organizações semelhantes que lhes permitam:

1. Avaliar, desafiar e desenvolver os gestores mais seniores da empresa;
2. Avaliar e desafiar a estratégia corporativa do grupo e a das suas principais subsidiárias;
3. Avaliar e desafiar a performance operativa e financeira da empresa;
4. Avaliar o grau de cumprimento na organização dos valores da Ibersol;

- Para além dos mínimos básicos comuns, cada candidato individualmente deve contribuir para que o Conselho de Administração no seu conjunto tenha o seguinte conhecimento ou competências:

1. Conhecimento profundo e internacional dos principais sectores de actividade da Ibersol;
2. Conhecimento dos principais mercados e geografias de actuação dos principais negócios;
3. Conhecimento e competências nas técnicas de gestão e tecnologias determinantes para o sucesso de empresas com dimensão nos nossos sectores de actividade;

- Os candidatos devem ter as qualidades humanas, a clareza de propósito, a capacidade de análise, a capacidade de síntese e a capacidade de comunicação necessárias a que um grande número de assuntos diversos e complexos possam ser discutidos em tempos necessariamente limitados com a profundidade necessária à tomada de decisões atempadas e de elevada qualidade.

- Sujeito ao cumprimento dos demais factores, deverá procurar atingir-se uma significativa representatividade de géneros e origens.

A composição dos órgãos de administração e de fiscalização eleitos pela Assembleia Geral na generalidade das sociedades do grupo obedece às linhas orientadoras supra referidas, apresentando uma equilibrada diversidade de género, origem, habilitações e antecedentes profissionais.

No Conselho Fiscal e na Mesa da Assembleia Geral, cuja composição se descreve supra neste relatório, a proporção de pessoas de cada sexo respeita, por antecipação, os limiares impostos pelo artigo 5º da Lei nº 62/2017 de 1 de Agosto., não tendo ocorrido o mesmo na designação do Conselho de Administração para o quadriénio iniciado em 2017, pelos motivos já supra expostos.

A diversidade e a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal resultam dos respectivos " curriculum vitae".

Não se afiguram quaisquer outros elementos relevantes para além dos que vão supra descritos.

**ANEXO1**  
**COMISSÃO DE VENCIMENTOS**  
**DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS**  
**SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**  
**DA IBERSOL, SGPS, S.A. A SUBMETER À APRECIÇÃO DA PRÓXIMA ASSEMBLEIA**  
**GERAL DE 2020**

1. Nos termos da competência que está atribuída a esta Comissão pela Assembleia Geral de Accionistas da Ibersol SGPS, SA. e nos termos do artigo 26.º n.º 2 dos Estatutos da Sociedade, está cometida a esta Comissão de Vencimentos a função de fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais.

2. Nos termos estatutários aplicáveis, a Comissão de Vencimentos foi designada pela Assembleia Geral de Accionistas de 26 de Maio de 2017, sendo composta por três membros, independentes em relação aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade.

3. A Comissão de Vencimentos submete, pois, à apreciação desta Assembleia Geral e para efeitos de adopção da Recomendação do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance, a presente declaração contendo as orientações observadas por esta Comissão na fixação da remuneração dos membros dos órgãos sociais de Fiscalização e Mesa da Assembleia Geral, nos seguintes termos:

a) A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral foi fixada, para o ano de 2019, em montante fixo anual, pagável doze vezes por ano, tendo os respectivos membros auferido a seguinte remuneração anual:

**Presidente da Mesa** – Dr.ª Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira: 1.333,34 euros;

**Vice-Presidente da Mesa** – Dr.ª Raquel de Sousa Rocha: 667,92 euros;

**Secretária da Mesa** – Dr.ª Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello: 333,36 euros;

b) A sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA. prestou serviços de administração e gestão ao Grupo, tendo recebido da Participada, Ibersol, Restauração, SA., por tais serviços, a quantia de 1.000.000 euros no ano de 2019. Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato celebrado com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade, Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A Sociedade não paga diretamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é controlada pelos Administradores Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira, estima-se que da referida importância de 1.000.000 euros, no ano de 2019, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 500.000 euros. O membro não executivo auferiu uma remuneração anual de 6.000 euros, não tendo este membro auferido quaisquer

outras componentes remuneratórias, seja a que título for, designadamente prémios de desempenho, bónus ou quaisquer fees complementares de desempenho, complemento de reforma e/ou quaisquer pagamentos adicionais à apontada quantia anual de 6.000 euros - que lhe hajam sido prestados pela Sociedade.

Os referidos Administradores Executivos não auferem qualquer remuneração noutras Empresas do Grupo, nem têm direitos de pensão adquiridos no exercício de 2019.

Face ao exposto, não é possível emitir declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de administração da sociedade, designadamente contendo a informação referida no artigo 2º nº 3 da Lei 28/2009 na sua actual redacção.

c) A remuneração dos Membros do Conselho Fiscal foi fixada, para o ano de 2019, em montante fixo anual, pagável doze vezes por ano, tendo os respectivos membros auferido a seguinte remuneração anual:

**Presidente** – Dr. Carlos Alberto Alves Lourenço: 9.900 euros;

**Vice-Presidente** – Dr.<sup>a</sup> Maria José Martins Lourenço da Fonseca: 8.800 euros;

**Vogal** – Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos: 8.800 euros;

**Os princípios gerais** observados são essencialmente aqueles que resultam da lei, tendo em conta as actividades efectivamente exercidas pelos membros indicados, tomando ainda no devido relevo a situação económica da sociedade e as condições que se observam genericamente para situações equivalentes. Foram tidas em consideração as funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais enumerados, no sentido mais abrangente da actividade efectivamente concretizada, tendo por parâmetro avaliativo o grau das responsabilidades que lhes estão afectas. A ponderação das funções é, pois, considerada num sentido amplo e atende a factores diversos, designadamente o nível da responsabilidade, o tempo dispendido e a mais-valia que resulta para o Grupo Ibersol do respectivo desempenho institucional. A dimensão da sociedade e o grau de complexidade, que, em termos relativos, está associado às funções designadas, é também um aspecto relevante. A conjugação dos factores que vão enumerados e a valoração que lhes foi dada, permite assegurar não só os interesses dos próprios titulares, mas primordialmente os da Sociedade.

**A política de remuneração** que submetemos à apreciação dos Accionistas da Sociedade, é, pois, a que se traduz na observância dos parâmetros acima enunciados, consistindo na remuneração dos membros dos indicados órgãos societários por uma quantia fixa ilíquida, anualmente prestada em doze parcelas mensais, até final do respectivo exercício. Na fixação de todas as remunerações foram observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios comparativos para graus de desempenho equivalentes.

**Porto, 5 de Maio de 2020.**

**A Comissão de Vencimentos,**

*Vítor Pratas Sevilhano, Dr.,*

*Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva, Dr.,*

*António Maria de Borda Cardoso, Dr .*

**DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS DIRIGENTES  
DA IBERSOL, SGPS, S.A.**

1. Em face da competência prevista no corpo do artigo 11º dos Estatutos Sociais da IBERSOL, SGPS, S.A. ( IBERSOL ), na mesma está compreendida e afecta ao Conselho de Administração a responsabilidade pela definição da política geral de retribuições e incentivos para os cargos Dirigentes da Sociedade, bem como para todo o pessoal técnico e administrativo da mesma.

2. São considerados Dirigentes, nos termos da aceção do nº 3 do art. 248º-B e artº 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, para além dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, os responsáveis que, não sendo membros daqueles órgãos, possuem um acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da sociedade.

3. Em benefício da transparência e em cumprimento das Recomendações relativas ao governo das sociedades cotadas, o Conselho de Administração submete à apreciação desta Assembleia Geral, a presente declaração contendo as orientações por si observadas na fixação das mencionadas remunerações, nos seguintes termos:

a) A política adoptada na fixação da remuneração dos Dirigentes da IBERSOL coincide com aquela que está definida para a generalidade dos trabalhadores da Sociedade;

b) No entanto, a remuneração dos Dirigentes da Sociedade compreende uma remuneração fixa e eventual prémio de desempenho anual;

c) A avaliação do desempenho, em termos qualitativos, bem como o prémio de desempenho são estabelecidos de acordo com critérios que foram previamente definidos pelo Conselho de Administração;

d) Neste termos, ter-se-ão em conta, para a definição do eventual prémio por desempenho anual dos dirigentes, não só os factores comportamentais de cada quadro do Grupo, designadamente valorando-se as suas competências específicas para a função, o grau de responsabilidade inerente ao desempenho da mesma, quer ainda a sua capacidade própria de adaptação à gestão da sociedade e aos seus procedimentos específicos, ponderando-se igualmente o grau de autonomia do respectivo desempenho individual, mais se considerando a performance técnica e/ou económico-financeira da área de negócio em que os quadros dirigentes se inserem, bem como a performance económico-financeira da IBERSOL.

*Porto, 5 de Maio de 2020.*

*O Conselho de Administração.*

**ANEXO 3**

**Lista de Cargos exercidos noutras empresas pelos Membros do Conselho Fiscal e pelos  
Membros da Mesa da Assembleia Geral**

***CONSELHO FISCAL:***

***Presidente – Dr. Carlos Alberto Alves Lourenço***

Além do cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A. exerce os seguintes cargos em Sociedades fora do Grupo Ibersol:

**Presidente do Conselho Fiscal:**

- ELEVOLUTION GROUP, SGPS
- REFUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA

**Vogal do Conselho Fiscal:**

- Manuel Champalimaud, SGPS, SA

***Vice – Presidente – Dr.ª Maria José Martins Lourenço da Fonseca***

Além do cargo de Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A. exerce os seguintes cargos em Sociedades fora do Grupo Ibersol:

**Presidente do Conselho Fiscal:**

- Sonae, SGPS, SA
- SDSR – Sports Division SR, S.A.

**Vogal do Conselho Fiscal:**

- Sonae MC, SGPS, SA
- Sonaecom, SGPS, SA

***Vogal Efectivo – Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos***

Além do cargo de Vogal Efectivo do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A. exerce o seguinte cargo numa Sociedade fora do Grupo Ibersol:

**Vogal do Conselho Fiscal:** IVN - Serviços Partilhados, SA

***Vogal Suplente – Dr. Arlindo Dias Duarte Silva***

Não desempenha quaisquer outros cargos em Sociedades além do cargo de Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A.

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:**

***Presidente – Dr.ª Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira***

Além do cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Ibersol, SGPS, S.A. exerce os seguintes cargos em Sociedades fora do Grupo Ibersol:

**Presidente da Mesa da Assembleia Geral:**

- MDS, SGPS, SA
- Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA
- Sonae Holdings, SA
- Sonae Corporate, SA
- Sonae FS, SA
- SFS – Financial Services, IME, SA
- SFS – Gestão de Fundos, SGOIC, SA
- Dot Value – SGPS, SA
- Hotelco – Hotelaria e Comércio, SA
- Laminar – Indústria de Contraplacados, SA
- Orbitur – Intercâmbio de Turismo, SA
- Orbitur – Imobiliária, SA
- IVN – Serviços Partilhados, SA

***Vice - Presidente – Dr.ª Raquel de Sousa Rocha***

Além do cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Ibersol, SGPS, S.A. exerce os seguintes cargos em Sociedades fora do Grupo Ibersol:

**Secretária da Mesa da Assembleia Geral:**

- MDS, SGPS, SA
- Sonae Holdings, SA
- FS – Financial Services, IME, SA
- Sonae Corporate, SA
- Sonae FS, S.A.
- Mktplace, Comércio Eletrónico, SA.

***Secretária – Dr.ª Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello***

Não desempenha quaisquer outros cargos em Sociedades além do cargo de Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Ibersol, SGPS, S.A.

**Porto, 05 de Maio de 2020**



# **RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE**

ÍNDICE

1. Mensagem da Administração
  - 1.1. Uma visão de sustentabilidade empresarial
  - 1.2. Agradecimentos
2. Perfil Organizacional
  - 2.1. Missão
  - 2.2. Visão
  - 2.3. Valores
  - 2.4. Portefólio de Negócios
  - 2.5. Governança e Estrutura Operacional
  - 2.6. Princípios de Sustentabilidade
  - 2.7. Gestão do Risco
    - 2.7.1. Qualidade e Segurança Alimentar
    - 2.7.2. Segurança e Saúde no Trabalho
    - 2.7.3. Financeiros
    - 2.7.4. Ambientais
    - 2.7.5. Jurídicos
    - 2.7.6. Setoriais
  - 2.8. Principais Indicadores
3. Desempenho Económico
4. Desempenho Ambiental
  - 4.1. Resíduos de Embalagens
  - 4.2. Óleos Alimentares
  - 4.3. Consumo de Recursos
5. Desempenho Social
  - 5.1. Caracterização dos Colaboradores
  - 5.2. Formação e Educação
  - 5.3. Segurança e Saúde dos Colaboradores
  - 5.4. Bem-estar dos Colaboradores
  - 5.5. Ligação com a Comunidade
6. Responsabilidade pelo Produto
  - 6.1. Paixão pelo Cliente
  - 6.2. Qualidade e Segurança Alimentar
7. Índice GRI (Global Reporting Initiative)

## **1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

### **1.1. Uma visão de sustentabilidade empresarial**

Um grande grupo com grandes ambições.

No grupo Ibersol, a sustentabilidade empresarial é um desígnio que, ano após ano, temos vindo a aprofundar nas nossas práticas, porque fazer sempre melhor e empreender são máximas que nos conduzem, também, na concretização de uma ambiciosa agenda para a sustentabilidade nas suas vertentes ética, social e ambiental.

Este ano, novamente, dando cumprimento ao disposto no artigo 508.º G do Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de Julho, apresentamos a 13.ª edição do Relatório de Sustentabilidade, que dá a conhecer as práticas levadas a cabo no exercício de 2019 e a informação necessária para a compreensão da evolução do desempenho, da posição e do impacto das atividades do grupo Ibersol no âmbito da sustentabilidade.

Nos últimos anos o grupo Ibersol aplicou um modelo de trabalho de melhoria contínua nos processos de gestão catalisadores de políticas ativas de sustentabilidade. Desde logo interiorizando as dinâmicas de sustentabilidade ao nível ambiental e procurando, na sua gestão, a redução de impactos ambientais e a racionalidade operacional. Mas, o Grupo, dada a sua dimensão e papel de grande empregador, tem também a consciência do seu papel, no âmbito da sustentabilidade social como grande empregador. São milhares de empregos que, em rede, são o alicerce de agregados familiares e especialmente relações que, para além da empregabilidade, garantem formação e enriquecimento pessoal e profissional. Também não menos importante, toda a relação com os diferentes *stakeholders*, sejam eles fornecedores, parceiros ou investidores, os quais têm um impacto direto na sustentabilidade económica. Estas dinâmicas de sustentabilidade têm resultado na integração de aspetos ambientais, sociais e económicos nos processos de tomada de decisão do Grupo, resultando um claro valor acrescentado para todo o seu ecossistema empresarial com consequente criação de valor.

Mais recentemente e dado o seu perfil multinacional e de grande empregador em diferentes países e até continentes, o grupo Ibersol passou a identificar, numa perspetiva de sustentabilidade empresarial, as temáticas presentes na Agenda 2030, nomeadamente os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O desafio é claramente aprofundar as práticas de sustentabilidade que possam, dentro do ecossistema empresarial do grupo Ibersol, contribuir cada vez mais para um mundo mais sustentável, procurando identificar todos os pontos de contacto possíveis com a Agenda 2030 e trabalhar em eixos específicos de ação que façam sentido na perspetiva dos *stakeholders*.

Neste sentido, no grupo Ibersol temos vindo, de forma contínua, a trabalhar a sustentabilidade nos planos ambiental, social e económico nos mercados em que operamos – Portugal, Espanha e Angola –, procurando sempre fazer mais e melhor.

Desde logo, após a aquisição em Espanha do Grupo Eat Out, o grupo Ibersol passou a deter uma maior responsabilidade social pelo fortíssimo acréscimo de número de colaboradores. Na realidade, mês após mês, em Portugal e Espanha contribuímos ativamente para a criação de postos de trabalho e mesmo em Angola, num ambiente económico com constrangimentos, concentrámos os nossos esforços na sustentação das operações existentes, preservando, assim, o emprego, particularmente importante numa economia que se encontra fragilizada.

Em termos de sustentabilidade ambiental, continuamos a reduzir ativamente a pegada ecológica do grupo Ibersol, identificando de forma contínua áreas de melhoria, com vista à otimização e

valorização dos recursos que utilizamos na nossa atividade. Neste âmbito, estamos muito atentos às diretrizes comunitárias e sua transposição para os mercados em que operamos, nomeadamente na redução dos plásticos em todo o processo de serviço de refeições e bebidas, quer nos nossos restaurantes, como nos serviços de *take away* e de *delivery*.

Por outro lado, é a nossa eficácia na gestão que nos conduz a um foco permanente na utilização racional de energia e de água, substituindo equipamentos de forma a utilizar fontes de energia renovável e/ou limpa e procurando de forma continuada a redução das emissões de CO2.

Em resumo, somos hoje um grande grupo de restauração moderna, de matriz portuguesa, mas com presença em vários países e em dois continentes, com um impacto direto na vida de milhares de colaboradores, de uma multiplicidade de fornecedores e parceiros e com um forte reconhecimento pela sociedade, que se traduz em milhões de refeições servidas todos os meses. Desta realidade resulta uma responsabilidade acrescida, quer ambiental e social, como económica, que levamos muito a sério em todos os nossos processos de gestão.

Por tudo isto e pelo que neste relatório é detalhado, congratulamo-nos pelo compromisso efetivo de todos, aos diferentes níveis da organização, o que interpretamos como reflexo da solidez dos nossos valores e do compromisso partilhado que, para nós, é a Sustentabilidade plena, dinâmica e transversal na sociedade.

### **Agradecimentos**

O primeiro voto deste Conselho de Administração é dirigido a todos os colaboradores do Grupo, pela dedicação, empenho e entusiasmo que revelaram para enfrentar os desafios com que nos fomos defrontando durante o exercício.

Registamos com apreço a confiança e preferência dos nossos clientes, a colaboração dos nossos franquizados, das Instituições Bancárias bem como dos nossos Fornecedores e demais parceiros.

Agradecemos igualmente a todos os Acionistas pela confiança depositada na Ibersol.

Ao Conselho Fiscal, Auditores e Revisor Oficial de Contas é devido também o reconhecimento pela colaboração assídua e capacidade de diálogo que manifestaram no acompanhamento e no exame da gestão da empresa.

Porto, 5 de maio de 2020

O Conselho de Administração

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

António Alberto Guerra Leal Teixeira

Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz

## **2. PERFIL ORGANIZACIONAL**

### **2.1. Missão**

A Ibersol é um Grupo multimarca com implantação ibérica e em países de língua portuguesa, que se posiciona no negócio da alimentação organizada, respeitando os valores da Qualidade, da Segurança e do Ambiente, baseada em Recursos Humanos qualificados e motivados, que se empenham na plena satisfação das necessidades do Consumidor, assegurando, assim, um adequado retorno para os investimentos dos seus acionistas.

### **2.2. Visão**

Liderar, através de Recursos Humanos motivados e orientados para o serviço, o negócio da restauração comercial, na Península Ibérica e nos mercados de língua portuguesa.

### **2.3. Valores**

- Acreditamos e Valorizamos as Nossas Pessoas
- Existimos para o Cliente
- Temos Alegria em Partilhar
- Fazemos Sempre Melhor
- Temos Entusiasmo para Empreender

### **2.4. Portefólio de Negócios**

O ano de 2019 foi de crescimento, muito graças ao consumo interno e externo, em virtude do reforço do turismo. Neste contexto, o grupo Ibersol acompanhou o país nesta tendência ao apostar no aumento do número de aberturas de restaurantes nos mercados em que opera, bem como na consolidação de concessões no segmento *travel*.

Em Portugal, o Grupo abriu mais 14 Restaurantes Burger King, tendo superado as 100 unidades, 3 unidades Pizza Hut Delivery e 3 restaurantes KFC. Mas a abertura recebida com maior entusiasmo pelos consumidores portugueses foi a dos dois restaurantes, um no Fórum Almada e outro no Norte Shopping, da Taco Bell, uma marca norte-americana referência em comida de inspiração mexicana.

Já em Espanha, o grupo Ibersol deu continuidade à integração e fusão resultante da aquisição do Grupo Eat Out, prosseguindo o reajuste do portefólio de unidades de restauração, em função das condições contratuais, rentabilidade e interesse estratégico. Destaque para os concursos ganhos nas concessões, que permitiram no segmento de *travel*, concluir a conversão total de 16 novos restaurantes para os conceitos definitivos. O Grupo preparou-se ainda para a abertura de todas as unidades que lhe foram adjudicadas nos concursos ganhos, nos aeroportos de Barcelona, Gran Canária, Málaga e Alicante.

Em Angola, foi mantida a suspensão da expansão e a concentração dos recursos na sustentação e aprofundamento da operação da KFC e da Pizza Hut, aguardando por melhores condições económicas.

O processo de avaliação do portefólio de negócios e o termo de algumas concessões conduziu à decisão do encerramento de 23 unidades, 7 próprias e 16 franquizadas, sendo que em 2019 não se verificaram encerramentos de concessões.

Com o mercado ibérico a evoluir favoravelmente foi dada continuidade a um plano de expansão seletivo concretizado com a abertura de 41 novas unidades, 38 próprias e 3 franquizadas.

Fim do ano de 2019, o número total de unidades do grupo Ibersol - próprias e franquizadas - era de 659, sendo que 547 correspondiam a unidades próprias e 112 a unidades franquizadas. Do universo total, 355 estavam localizadas em Portugal, 287 em Espanha, 10 em Angola e 7 em outras localizações.

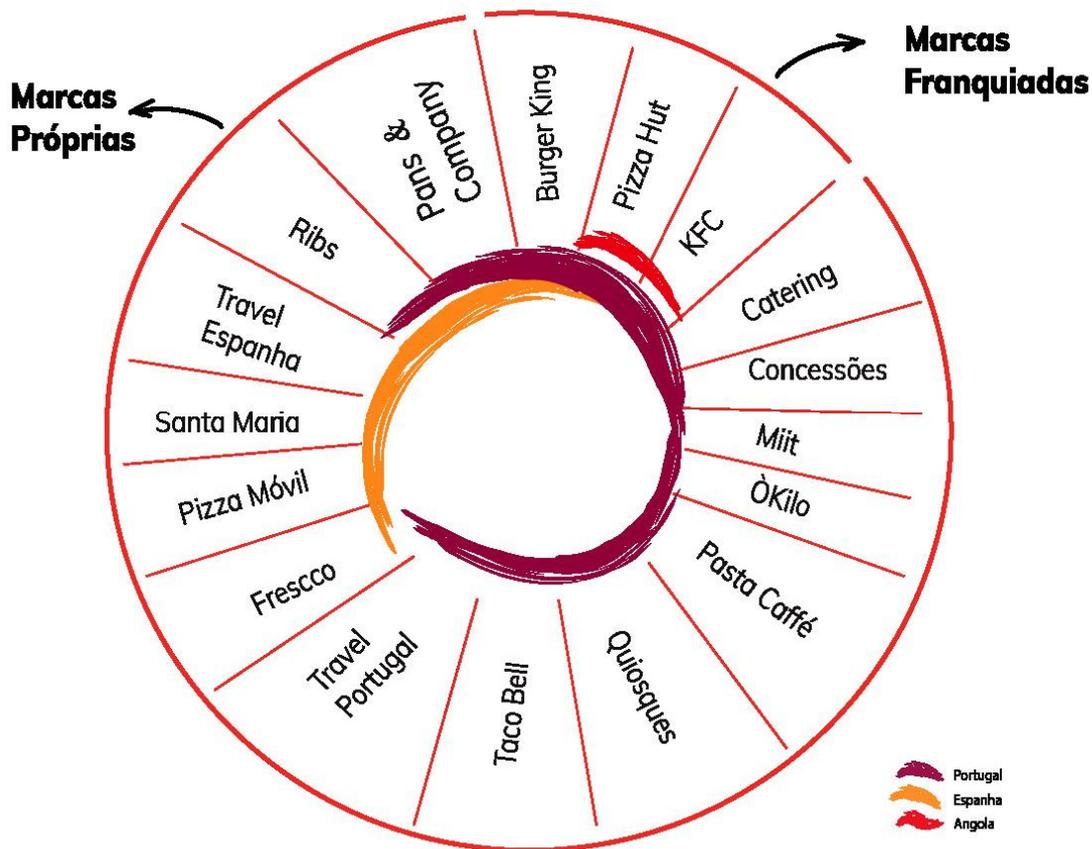


Imagem: Portefólio de Negócios a 31-12-2019

### 2.5 Governação e Estrutura Operacional

A Ibersol – SGPS, S.A. é uma sociedade aberta com o capital social de 36.000.000 euros, com sede no Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, n.º 105 a 159, 9.º andar, 4150-146 Porto. Encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501669477.

No Governo da Sociedade têm participação os seguintes Órgãos Sociais:

- Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho de Administração, composto por três administradores, dos quais dois integram a Comissão Executiva;
- Conselho Fiscal;
- Revisor Oficial de Contas.

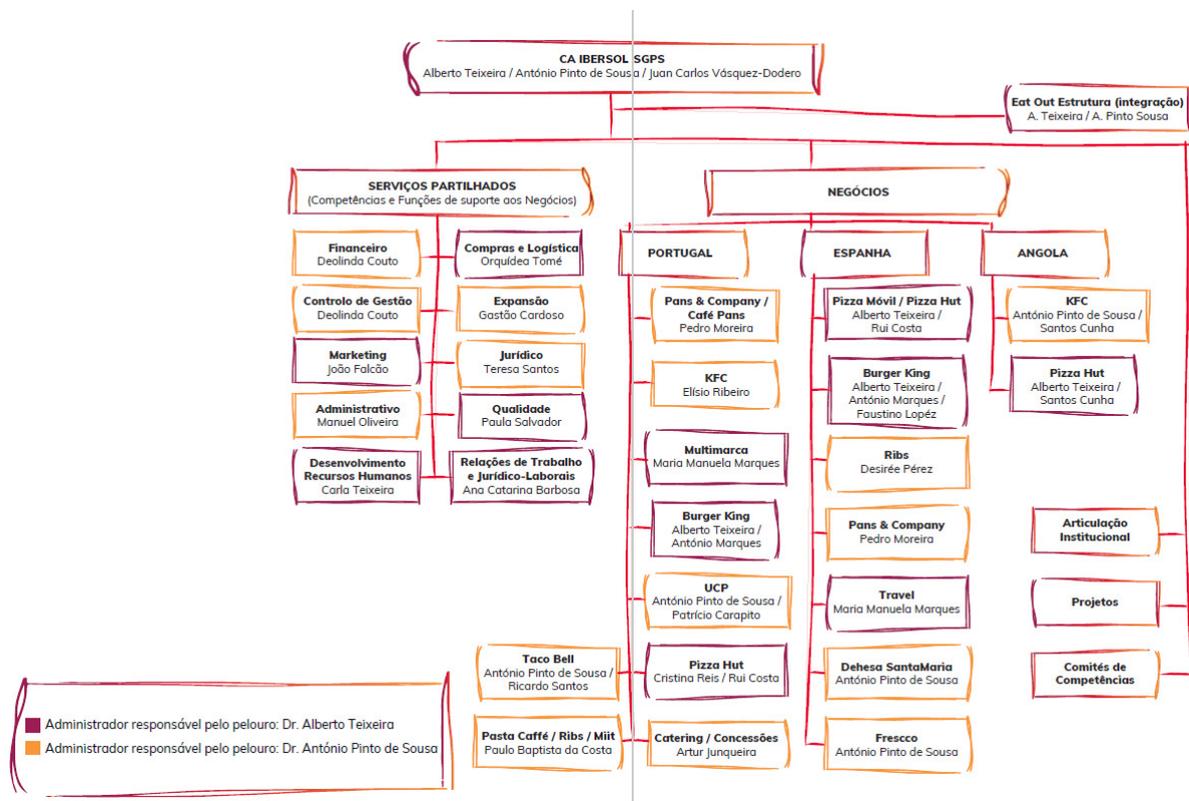
A Assembleia Geral delibera anualmente sobre as demonstrações financeiras do exercício e a apreciação dos órgãos de administração e fiscalização.

A definição da estratégia e objetivos da atividade societária das diversas participadas do grupo Ibersol é conduzida pela Comissão Executiva, em articulação com as Direções Centrais e de cada negócio e ainda dos Serviços Partilhados. A avaliação dos resultados obtidos é efetuada numa base regular e trimestral. Do mesmo modo, as decisões de maior impacto são tomadas mensalmente pela Comissão Executiva, ouvidas as Direções Operacionais do grupo Ibersol.

## Estrutura funcional do grupo Ibersol

O grupo Ibersol desenvolve uma gestão orientada por resultados, a partir dos objetivos e indicadores de monitorização, assente em planos e programas de ação que buscam a melhoria contínua, por forma a aumentar a eficácia e eficiência dos principais processos e operações, numa base de economia de custos, minimização dos desperdícios e aumento da produtividade, rentabilidade e satisfação.

## Organograma



## 2.6. Princípios de Sustentabilidade

### Construir Relações de Confiança

O grupo Ibersol caminha lado a lado com as suas partes interessadas, estabelecendo relações de confiança, baseadas no compromisso ético, numa comunicação leal e transparente e no interesse genuíno de querer fazer sempre o melhor pela parceria e pelo seu futuro, procurando garantir-se o retorno de valor para todos os envolvidos.

### **Proporcionar Experiências de Prazer aos Clientes**

O grupo Ibersol interessa-se, inspira-se e cria a pensar nos seus clientes, com o objetivo de lhes proporcionar uma experiência agradável, segura, saudável e surpreendente em cada visita. O interesse verdadeiro em conhecer os seus atuais clientes, e também aqueles que deseja conquistar, coloca as equipas do grupo Ibersol em permanente movimento.

### **Ser uma Escola para a Vida**

O grupo Ibersol acredita e envolve, transforma e valoriza, descobre talentos e lança-lhes desafios.

São proporcionadas as mesmas oportunidades a todos os colaboradores para que possam crescer e evoluir com confiança, desafio e ambição. É estimulada uma cultura de aprendizagem, pelo que o grupo Ibersol disponibiliza todas as ferramentas necessárias à construção de conhecimento e promoção de autonomia e valorização.

### **Estabelecer uma ligação com cada Cliente através dos seus Restaurantes**

O grupo Ibersol pretende que os seus colaboradores vivam no seu dia-a-dia os valores da organização, imprimindo na sua gestão uma atitude de economia e eficácia, onde os processos criem valor, assegurem a qualidade e segurança alimentar, com o mínimo desperdício e impacto para o ambiente, através de equipas alegres, atentas, competentes e responsáveis, focadas em oferecer a cada Cliente um momento de prazer e ligação.

### **Respeitar e melhorar o Mundo em que vivemos**

Mais consciente a cada momento, o grupo Ibersol apoia, protege, empreende e liga-se à comunidade, em prol de um mundo melhor. No sentido de devolver ao mundo aquilo que nos dá a cada dia, o Grupo participa e contribui para que comunidade e ambiente se desenvolvam positivamente e mantenham disponível, nesta e nas próximas gerações, a riqueza dos seus recursos.

### **Valores e Política de Responsabilidade Social**

#### **Gestão dos Impactos**

Ambiente – Ambiente, Fornecedores, Franquiadores.

Económico – Acionistas, Franquiados, Entidades Reguladoras.

Social – Clientes, Sociedade, Estado, As Nossas Pessoas.

## **2.7. Gestão do Risco**

A realidade corporativa do grupo Ibersol é, pela natureza da sua atividade, altamente volátil, permanentemente exposta a desafios, transformações e mudanças, que impõem um ritmo de gestão acelerado.

Só a visão antecipada dos riscos de uma forma sistemática e transversal a todas as áreas de negócio, permite definir as estratégias adequadas a prevenir situações adversas e, igualmente, capazes de criar um ambiente propício a melhorias sustentáveis e contínuas.

O grupo Ibersol tem mecanismos de controlo de riscos estabelecidos, que são devidamente suportados por normas e procedimentos internos. A informação disponível – nomeadamente planos, objetivos, processos, procedimentos e indicadores já consolidados, de âmbito Financeiro-contabilístico, Recursos Humanos, Qualidade, Compras, Logística e Marketing – permite uma

avaliação em tempo real dos diferentes cenários de risco. Paralelamente, o Grupo está preparado para reavaliar e redefinir, a qualquer momento, as estratégias definidas e os planos implementados.

Os riscos inerentes às diferentes atividades do grupo Ibersol estão identificados, sendo que algumas das áreas são geridas diretamente pelos departamentos funcionais, tendo em conta as suas especificidades.

### 2.7.1. Qualidade e Segurança Alimentar

É do âmbito da Direção de Qualidade assegurar medidas de prevenção e controlo em diferentes domínios do negócio do grupo Ibersol, com ênfase nas seguintes vertentes:

- Qualificação e Seleção de Fornecedores e Produtos e Programa de Controlos Periódicos aos Fornecedores, Produtos e Serviços;
- Garantia do Sistema de Rastreabilidade implementado;
- Controlo do Processo Produtivo nas unidades, através do Sistema de HACCP (*Hazard Analysis & Critical Control Points*);
- Sistema de Desenvolvimento de Competências em Segurança Alimentar;
- Manutenção e Monitorização dos Sistemas de Dispositivos de Medição;
- Sistema de Gestão de Risco de Crises Alimentares, que permite a monitorização a todo o momento dos sistemas de alerta alimentar existentes para atuação imediata;
- Sistema de Melhoria Contínua, suportado, entre outros instrumentos, por programas de auditorias externas em todas as unidades do Grupo; programas de análises microbiológicas de matérias-primas e dos produtos finais, realizadas por amostragem por entidade externa acreditada; Sistema de Tratamento de Reclamações. De destacar, igualmente, as auditorias de certificação e a certificação em si mesma nas normas NP EN ISO 9001: Sistema de Gestão da Qualidade e NP EN ISO 22000: Sistema de Gestão de Segurança Alimentar que asseguram a procura e garantia de *compliance* com requisitos internacionais de qualidade e segurança alimentar.
- Programa Viva Bem, através do qual os Clientes podem obter informação sobre o Sistema de Segurança Alimentar do grupo Ibersol e sobre hábitos alimentares saudáveis, garantindo-lhes, de uma forma transparente, o conhecimento necessário para fazerem as escolhas mais adequadas ao seu estilo de vida.

### 2.7.2. Segurança e Saúde no Trabalho

A Direção das Relações de Trabalho e Jurídico-Laborais tem a seu cargo a gestão dos processos relativos aos riscos laborais e promoção do bem-estar laboral. Os riscos de ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças profissionais são geridos através dos seguintes programas e medidas:

- Avaliação de riscos no posto de trabalho e investigação de acidentes de trabalho;
- Informação e consulta aos colaboradores em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho;
- Formação sobre princípios de segurança e promoção da saúde no processo de integração de colaboradores, de recertificação e mudança de funções;
- Implementação de Medidas de Autoproteção nas unidades do grupo Ibersol;
- Programas de sensibilização e reconhecimento de boas práticas de segurança e promoção da saúde;
- Programas de auditorias de controlo de princípios e práticas no posto de trabalho.

Salienta-se, ainda, a recertificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho, implementado na gestão de restauração do grupo Ibersol e na prestação de serviços de restauração na Vog – Tecmaia, de acordo com os requisitos da norma OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008, que atestam a procura e garantia de *compliance* com requisitos internacionais de segurança e saúde no trabalho.

### 2.7.3. Financeiros

Cabe à Direção Financeira assegurar a gestão dos diversos riscos financeiros, intrínsecos à imprevisibilidade dos mercados, a que o Grupo está naturalmente exposto, designadamente riscos de câmbio, de taxa de juro, crédito, liquidez e capital. As diligências da Direção Financeira operam no sentido de minimizar efeitos adversos destes eventuais riscos.

#### Risco de câmbio

Nesta matéria, o grupo Ibersol prossegue uma política de cobertura natural, recorrendo a financiamentos em moeda local. Uma vez que está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão maioritariamente denominados em euros e o volume de compras, fora da Zona Euro, não assume proporções relevantes.

Refira-se que a principal fonte de exposição advém do investimento fora da zona euro da operação que desenvolve em Angola, ainda de pequena dimensão e em fase de perda de peso na atividade do Grupo. Os desequilíbrios da economia angolana acarretam uma escassez de moeda estrangeira em Angola, pelo que a desvalorização do Kwanza é um risco a considerar.

O financiamento da filial angolana em moeda estrangeira, no montante de 500.000 USD, não apresenta grande exposição em função do reduzido montante. Os restantes financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos. Face às atuais limitações de pagamentos ao exterior, o Grupo adotou uma política de monitorização mensal dos saldos credores em moeda estrangeira e a sua cobertura integral com a aquisição de Obrigações do Tesouro da República de Angola, indexadas ao USD.

#### Risco de taxa de juro

Com exceção das Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o grupo Ibersol não tem ativos remunerados com juros significativos. Assim sendo, o lucro e os fluxos de caixa da atividade de investimento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado. No que diz respeito às Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, indexadas ao Dólar Americano, o juro é fixo, pelo que também não existe risco.

O risco principal de taxa de juro do Grupo Ibersol advém do passivo, nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro.

Com o atual nível das taxas de juro, a política do Grupo é, em financiamentos de maior maturidade, a de proceder à fixação das taxas de juro até 50% do montante em dívida.

#### Risco de crédito

A principal atividade do grupo Ibersol é realizada com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito ou crédito, pelo que não existem concentrações de risco de crédito relevantes.

Em relação a clientes, o risco está circunscrito aos negócios de Catering e Franquiados que representam cerca de 6% do volume de negócios consolidado. O Grupo passou a monitorizar de forma mais regular as contas a receber com o objetivo de:

- Controlar o crédito concedido a clientes;
- Analisar a antiguidade e recuperabilidade dos valores a receber;

- Analisar o perfil de risco dos clientes.

### **Risco de liquidez**

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual, que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, o grupo Ibersol tem vindo a efetuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

### **Risco de capital**

O grupo Ibersol procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida/dívida remunerada líquida + capital próprio), com o objetivo de o situar no intervalo 35% - 70%.

#### **2.7.4. Ambientais**

A gestão de riscos na área ambiental enquadra-se no domínio da Direção de Qualidade, responsável por implementar e reforçar conceitos de sustentabilidade na perspetiva da adoção de práticas mais sustentáveis e eficientes em todas as vertentes da atividade do grupo Ibersol.

Nesse contexto, são várias as medidas implementadas na promoção de comportamentos responsáveis e proativos e de procedimentos que distribuem valor partilhado para o negócio, ambiente e sociedade, em áreas consideradas como prioritárias, nomeadamente a Economia Circular e gestão de resíduos, a preservação de recursos e a redução da pegada ecológica.

É igualmente de salientar a recertificação na Norma NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental, uma certificação que atesta o compromisso de toda a estrutura em reforçar o seu desempenho ambiental na gestão do impacto das suas atividades, nomeadamente através da otimização da utilização dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e redução da pegada ecológica.

#### **2.7.5. Jurídicos**

O grupo Ibersol e a área negocial que desenvolve são apoiados por uma função de assessoria jurídico-legal permanentemente dedicada à respetiva atividade, que funciona em articulação com as demais funções centrais e negócios, por forma a assegurar preventivamente a proteção dos interesses do Grupo no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais. A assessoria jurídico-legal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos de reconhecida competência.

#### **2.7.6. Setoriais**

No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portefólio dos negócios existentes, avaliados novos negócios e projetos mais relevantes, sendo definidas as formas de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objetivos de cada negócio e planeadas ações de gestão desses riscos, que são incluídos e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

Explorando diversas marcas internacionais em regime de franquia, o Grupo celebra contratos de longo prazo que têm vindo a ser renovados, embora não exista essa obrigatoriedade. Tendo em vista manter com os franquidores relações de parceria e de continuidade, o grupo Ibersol aposta no bom relacionamento, baseado na transparência e na confiança mútuas e procura cumprir com rigor todas as suas obrigações contratuais e standards definidos, tendo em vista uma operação de excelência.

Com a aquisição do Grupo Eat Out, o grupo Ibersol passou a deter uma parte significativa do seu volume de negócios em espaços concessionados em aeroportos, que são atribuídos por concurso por período determinado, cuja renovação também não se encontra garantida.

Por fim, operando no ramo alimentar, eventuais crises alimentares ou distorções nos mercados das matérias-primas, bem como eventuais alterações do padrão de consumo, podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras, o que exige uma postura igualmente atenta e preventiva.

## 2.8. Principais Indicadores

### Indicadores Económicos

Distribuição de Valor por Parte Interessada (MN€)	2019	2018	2017*	2016	2015
<b>Clientes</b>	482,8	447,4	442,8	269,9	213,7
<b>Colaboradores</b>	133,6	134,2	115,7	61,6	49,4
<b>Acionistas</b>	3,4	3,1	2,2	2	1,0
<b>Franquiadores</b>	15,4	13,8	13,8	10,8	8,7
<b>Estado (IRC/SS/Outros Impostos)</b>	1,0/35,2/1,4	2,1/33,1/1,2	2,5/32,4/1,3	3,9/15,1/1,3	2,8/11,6/0,6
<b>Fornecedores (sem IFR16)</b>	274,7**	243,8	249,6	178	131,9
<b>Entidades Financiadoras</b>					
Juros	5,1	4,9	6,5	3,8	1,9
Empréstimos Obtidos	-4,1	-7,7	-22,5	102	4,2
<b>EBITDA (MN€) (sem IFR16)</b>	60,1**	61,0	65,3	47,1	32,7
<b>Volume de Negócios (MN€)</b>	485,4	450,1	448,3	269,8	213,7
<b>Transações Próprias</b>	56.821.301	53.542.285	54.305.000	32.900.000	26.800.000

\* Efeito da integração do Grupo Eat Out.

\*\* Valor sem IFRS16

	2019	2018	2017	2016	2015
<b>N.º de Unidades</b>	659	641	646	667	377
Unidades de Marcas da Ibersol	344	362	410	447	122
Unidades de Marcas Franquiadas	315	279	236	220	255

### Indicadores Ambientais

100% de separação seletiva de resíduos materiais e óleos alimentares

600 toneladas de óleo para biodiesel

9.460 toneladas de CO<sub>2</sub> evitadas

### Indicadores referentes à Responsabilidade pelo Produto (Portugal)

	2019
Unidades Certificadas pela ISO 22000: 2005	31
Conceitos Representados na Certificação NP EN ISO22000: 2005	100%
Auditorias Externas de Segurança Alimentar	+1200
Reclamações por 100.000 transações	3,51
Média mensal de reclamações	99,8
Controlos Laboratoriais	+2000
Auditorias de Cliente Mistério	178
Guest Experience Survey (GES)	202 042

### Indicadores Sociais

	2019
N.º de Colaboradores do Grupo	11 272
Mulheres	5 922
Homens	5 350
% Mulheres	53%
% Homens	47%

Formação em Portugal	2019
Colaboradores em Formação	7 307
Horas de Formação Total	456 206
Horas Médias de Formação por Colaborador	62
Horas de Formação em Segurança e Saúde no Trabalho	21 667
Horas de Formação em Segurança Alimentar	39 282

## 3. DESEMPENHO ECONÓMICO

Sobre o Desempenho Económico do grupo Ibersol é apresentada informação pormenorizada no Relatório e Contas Consolidadas de 2019 da Ibersol - SGPS, S.A., disponível para consulta no [site www.ibersol.pt](http://www.ibersol.pt).

## **4. DESEMPENHO AMBIENTAL**

### ***Respeitamos e melhoramos o mundo em que vivemos***

Para o grupo Ibersol a sustentabilidade ambiental, mais do que uma meta, é uma prática em constante desenvolvimento. Por isso, de forma sistemática, procuramos soluções ambientalmente responsáveis em toda a cadeia de valor da organização. Estamos cada vez mais empenhados numa visão de economia circular, que promova a dissociação entre o crescimento económico e o aumento no consumo de recursos. Esta visão tem conduzido à prossecução de rigorosas práticas de gestão ambiental nas suas diferentes valências.

Neste sentido, o grupo Ibersol investe diariamente na redução dos impactos ambientais que decorrem da sua atividade, nomeadamente ao nível de:

Produção de resíduos: orgânicos, de embalagens e óleos alimentares usados;

Contributos para a Economia Circular: pela redução de produtos descartáveis de base plástica;

Consumo de recursos: energia e água;

Emissões de CO<sub>2</sub>;

... e no envolvimento de todas as partes interessadas no respeito pela sustentabilidade ambiental e na Economia Circular.

Refletindo estas preocupações, o Grupo renovou, em 2019, a sua certificação na Norma NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental, uma certificação que atesta o compromisso de toda a estrutura em reforçar o seu desempenho ambiental na gestão do impacto das suas atividades, nomeadamente através da otimização da utilização dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e redução da pegada ecológica.

A garantia dos princípios da eficiência e da circularidade são elementos que mantemos na relação com os fornecedores e no desenvolvimento dos nossos processo e produtos e foi assente nestes princípios que, em 2019, promovemos uma sessão Economia Circular, numa ação conjunta com o Ministério do Ambiente e da Transição Energética.

### **4.1. Resíduos de Embalagens**

#### **4.1. Embalagens e Resíduos de Embalagens**

Nos últimos anos, e em particular em 2019, assistimos a uma pressão na redução do consumo de plástico de uso único, levantando desafios importantes na procura de soluções alternativas com menor impacto ambiental. Nesse sentido, foi constituído um grupo de trabalho com objetivo de identificar e reduzir a quantidade de embalagens de plástico existentes e de reforçar os princípios da circularidade na nossa forma de atuação.



A produção de resíduos de embalagens – embalagens de serviço entregues aos clientes e embalagens das matérias-primas e produtos – é inevitável num setor de atividade como o do grupo Ibersol.

No sentido de garantir o correto encaminhamento e tratamento destes resíduos, e à semelhança dos períodos anteriores, foi novamente renovado o contrato de adesão ao Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens, coordenado pela Sociedade Ponto Verde.

Este sistema tem como missão garantir o circuito de retoma, valorização e reciclagem, assim como a diminuição do volume de resíduos depositados em aterro.

De igual relevo é o facto de todas as unidades do Grupo assegurarem um papel ativo de separação seletiva de lixos (papel/cartão, plástico/metal e vidro), tarefa realizada diariamente, em todos os restaurantes e também nos escritórios.

Foi assim, neste contexto, que em 2019 promovemos, em parceria com a sociedade ponto verde, algumas ações de sensibilização com o “Dia Verde Ibersol”

“Recicle sempre” foi o mote destas ações, que envolveram mais de 200 pessoas dos nossos escritórios do Porto e de Lisboa. Desde sempre tem sido nossa preocupação promover práticas de gestão ambiental, sensibilizando todos os que trabalham connosco, porque nos pequenos gestos, todos juntos podemos fazer a diferença e contribuir para preservar o planeta, que é a nossa casa.

A partilha desta mensagem e destas ações foi divulgada junto de todos os que nos seguem, através do Blog Viva Bem e no Instagram institucional do Grupo Ibersol.



Pela sua importância, é feito um seguimento rigoroso ao desempenho do indicador de resíduos de embalagens, sendo de referir que, em 2019, gerou-se um total próximo das 1 700 toneladas de resíduos de embalagens, um valor superior em 17% ao registado em 2018, justificado pelo aumento de atividade do grupo Ibersol, abertura de novas lojas e pelo alargamento do formato de serviço via agregador – Glovo e UberEats, com maior área de cobertura e lojas aderentes.

	Embalagens de Serviço (Kg)	Embalagens de Produtos Importados (Kg)	Total (Kg)
<b>Plástico</b>	190 591	166 015	356 606
<b>Papel/Cartão</b>	804 583	498 961	1 303 544
<b>Aço/Alumínio</b>	1 400	30 524	31 924
<b>Total</b>	<b>996 574</b>	<b>695 500</b>	<b>1 692 074</b>

## **4.2. Óleos Alimentares**

Igualmente, a produção de resíduos de óleos alimentares continuou a ser alvo de gestão e monitorização controlada, com a garantia de encaminhamento, reciclagem e valorização de 100% dos resíduos produzidos.

Em 2019, foram enviadas para produção de biodiesel aproximadamente 600 toneladas de óleo alimentar usado.

## **4.3 Consumo de Recursos**

O Grupo Ibersol tem colocado em prática medidas referentes à redução dos consumos de eletricidade, gás e água, permitindo identificar soluções de eficiência energética, nomeadamente com a renovação e/ou modernização de sistemas técnicos já instalados.

### **4.3.1 Iluminação**

O Grupo Ibersol adotou a utilização de iluminação a led nas novas lojas e a substituição para lâmpadas led nas lojas já existentes. A iluminação led permite garantir a eficiência energética na iluminação, mantendo os mesmos níveis de luminosidade com equipamentos que apresentam consumos de energia mais reduzidos. A iluminação LED é, atualmente, a tecnologia mais eficiente e apresenta elevados níveis de vida útil. Este tipo de iluminação apresenta um menor contributo para o aquecimento do espaço.

Os restaurantes foram construídos com cores claras nas paredes e tetos para um melhor aproveitamento da iluminação natural e reduzindo a iluminação artificial. Como boa prática para redução dos consumos, foram instalados sensores de presença/movimento nos corredores, balneários e WC's para que as lâmpadas acendam e apaguem automaticamente.

### **4.3.2. Energia Reativa**

Os equipamentos elétricos (motores, compressores, etc...) necessitam de energia reativa para poderem funcionar, a qual não produz trabalho.

Os consumos excessivos de energia reativa, associados a baixos valores do fator de potência, apresentam desvantagens:

- Redução da vida útil dos equipamentos;
- Penalizações na fatura da eletricidade por parte do distribuidor de eletricidade;
- Subutilização da capacidade instalada.

Esta energia foi compensada nas lojas, através da instalação de bateria de condensadores.

### **4.3.3 Plano de Medidas On/Off**

Em 2019 foi dada continuidade à implementação ao Plano de Medidas de Controlo On/Off, que inclui várias boas práticas ao nível da eficiência energética. Com este plano, pretende-se que sejam desligados os equipamentos elétricos, quando não são utilizados durante algum tempo, e atrasar a ligação dos equipamentos elétricos, sabendo previamente quanto tempo necessitam os equipamentos para atingirem as temperaturas desejáveis. Por se tratar de medidas que não implicam qualquer investimento, o período de retorno é imediato. Nos períodos das horas de vazio, optou-se por desligar o sistema de ar condicionado, as máquinas de ar novo de extração e de exaustão, a iluminação exterior, através do apoio de sistemas automáticos de relógios temporizadores.

### 4.3.4 Sistemas de refrigeração

As instalações dos restaurantes do Grupo são compostas por armários, bancadas e câmaras de frio.

A eficiência energética destes sistemas de refrigeração passa por reduzir a energia consumida, sem comprometer a qualidade dos produtos armazenados.

Para minimizar a carga térmica, os produtos são introduzidos à temperatura de conservação, para que as necessidades de arrefecimento sejam menores.

Para se evitar grandes oscilações de temperatura, aquando a abertura e fecho das portas dos equipamentos de frio, foram aplicados eCubes. Os eCubes contêm um gel simulador de alimentos no seu interior e que são acoplados às sondas de controlo da temperatura das câmaras de refrigeração e de congelação. Como as sondas ficam em contacto com o gel (que é a temperatura simulada dos alimentos) os sistemas de controlo fazem atuar os evaporadores e compressores de frio. Desta forma, os ciclos de refrigeração/congelação das câmaras são significativamente reduzidos (em média cerca de 66%). A leitura correta da temperatura a que os alimentos se encontram reduz a necessidade de arranque dos sistemas de frio (compressores), dando, assim, origem a uma redução no consumo de energia elétrica, que varia entre 10% e 30%.

### 4.3.5 Sistemas AVAC e Exaustão

Nos restaurantes do grupo Ibersol, a renovação de ar é efetuada por meios mecânicos, através de ventiladores de insuflação e de extração. O ar novo é introduzido nos plenos de retorno das unidades de climatização.

O equipamento de ar condicionado em funcionamento representa um custo elevado, estando esse custo diretamente relacionado com o *setpoint* definido para a operação do equipamento.

Através do ajuste da temperatura de funcionamento para uma mais adequada (18°C Inverno e 25°C Verão), uma medida sem custos, permitiu poupanças de 7% no consumo de energia deste equipamento.

Para os ventiladores de exaustão e de desenfumagem, optou-se pela instalação de variadores de velocidade. Com a instalação de variadores de velocidade, obtiveram-se reduções de consumos de eletricidade com valor médio de 20% a 25% e como não necessitam de controlo do fator de potência, há a conseqüente redução da energia reativa e, eventualmente, a correspondente parcela da fatura energética. Os variadores têm ainda a vantagem de prolongarem a vida útil do motor, em conseqüência da redução de choques mecânicos.

### 4.3.6 Contratação de Eletricidade

Após acompanhamento dos mercados futuros para ano 2020 e 2021, com análise de propostas para aquisição de energia, optou-se pela compra de energia a preço fixo de mercados futuros para o período compreendido entre o segundo trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2021, pelo valor mais baixo do mercado futuros de 51 €/MWh.

Com a conjugação da descida das redes, obteve-se o melhor preço médio em mercado fixo.

4.3.7 Análise dos Consumos

Eletricidade

Ano	2019	2018	2017	2016	2015
Pontos de consumo de eletricidade *	351	327	310	299	270
Consumo global (kWh)	38 652 469	35 982 997	35 482 475	35 042 964	34 219 605
Consumo médio por ponto (kWh / loja)	110 121	110 040	114 460	117 201	126 739
Redução Consumo – mesmas lojas ano anterior (kWh)	652 842	869 886	1 056 929	1 842 325	2 385 714
Redução Consumo – mesmas lojas ano anterior (%)	1,81	2,45	3,02	5,38	8,07

\* Os pontos de consumo variam anualmente, quer pela abertura e ou encerramento de lojas, quer ainda pelo número de unidades em que foi possível contabilizar estes dados.

Com a aplicação das medidas de eficiência energética nas lojas do grupo Ibersol, registou-se uma redução de 1,81% em 2019, relativamente ao consumo de eletricidade nas mesmas instalações, para o período de 2018.

Gás Natural

Ano	2019	2018	2017	2016	2015
Pontos de Consumo **	195	182	168	158	144
Consumo global (kWh)	15 807 476	14 256 886	13 857 226	13 265 482	12 242 638
Consumo médio por ponto (kWh)	81 064	78 335	82 483	83 959	85 018

\*\* Os pontos de consumo variam anualmente, quer pela abertura e ou encerramento de lojas, quer pelas alterações nos equipamentos, quer ainda pelo número de unidades em que foi possível contabilizar estes dados.

Com a instalação de novos equipamentos e com a substituição por equipamentos de queima mais eficientes, registou-se uma diminuição de 0,21% do consumo de gás, em relação às mesmas instalações para o período de 2018.

Emissões de CO2

O grupo Ibersol continua empenhado em reduzir as emissões de CO2, insistindo na procura de soluções que permitam minimizar os impactos deste gás na atmosfera.

Relativamente ao ano anterior, foram evitadas emissões de mais de 9 mil toneladas de dióxido de carbono, no total e de forma indireta, no mesmo universo de lojas de 2018.

Emissões CO2 indiretas

Ano	2019	2018	2017	2016	2015
<b>Emissões específicas CO2 (kg/kWh)</b>	0,25	0,37	0,35	0,33	0,32
<b>Emissões CO2 evitadas no consumo (ton)</b>	9 458	13 314	12 419	11 564	10 984
<b>Produção com energias renováveis (KWh)</b>	12 011	11 987	12 198	11 687	11 945
<b>Emissões CO2 evitadas produção com energias renováveis (ton)</b>	2,37	5	4,35	3,8	5,6
<b>Emissões CO2 evitadas TOTAL (Ton)</b>	9 460	13 319	12 423	11 568	11

Emissões de CO2 diretas

Ano	2019	2018	2017	2016	2015
<b>Emissões CO2 produzidas no consumo de gás (ton)</b>	1 747	2 644	2 345	2 242	2.191
<b>Emissões CO2 produzidas no consumo de gás (ton CO2/loja)</b>	9	15	14	14	15

Água

Em relação à redução do desperdício no consumo de água, para além das preocupações ambientais, acrescem as questões económicas derivadas dos aumentos do preço de água, variando nas diversas regiões do país.

Foram tomadas medidas para a redução do consumo de água, tais como:

- Instalação de redutores de caudal. São peças complementares às torneiras e chuveiros que substituem o tradicional filtro de rede e permitem reduzir o fluxo de água em mais de 50%, minimizando, assim, o consumo. O princípio do seu funcionamento é a emulsão, ou seja, a inserção de ar na água, a qual origina milhões de microbolhas. Desta forma, o fluxo de água será reduzido para metade sem perda de volume. Como resultado, tem-se a sensação de se estar a utilizar a mesma quantidade de água, mantendo a pressão;
- Instalação de autoclismos eficientes, dotados de níveis de descarga de água;
- Controlo periódico do efluente da ETAR, com o objetivo de diminuir as taxas de saneamento;
- Redução do tempo e alteração dos horários das regas, nas instalações com jardins;
- Implementação de rotinas de verificação de torneiras, autoclismos, canalizações, uniões e passadores, para análise precoce de necessidades de reparação e anulação de fugas de água;
- Verificação dos acumuladores de água e das tubagens de distribuição, garantindo um isolamento eficiente.

Variação dos consumos de água:

Ano	2019	2018	2017	2016	2015
Consumo global (m3)	192 075	191 568	189 879	189 234	188 600

O consumo de água referenciado para o ano 2019 é respeitante a todos os pontos de consumo.

A produção de Água Quente Sanitária (AQS) é conseguida através de esquentador na zona de lavagem e de termoacumuladores elétricos para aquecimento da água dos lava-mãos. Optou-se pela utilização dos esquentadores Classe A para a produção de água quente, na zona da copa e lavagem, pois asseguram um bom desempenho, com eficiência de 88% para a totalidade da carga nominal.

Nas instalações com *drive*, são instalados sistemas solares térmicos do tipo termossifão, composto por um depósito e coletores solares. Este sistema converte a energia solar em calor útil, através da instalação de um coletor solar térmico colocado no exterior do edifício, no qual circula um fluido de transferência térmica. O depósito permite a utilização da água quente nos períodos em que as necessidades não coincidem com a disponibilidade do recurso, como por exemplo, à noite.

O Sistema solar térmico necessita do apoio de sistemas convencionais para produção de água quente, mas como faz o pré-aquecimento da água, representa uma poupança no consumo de gás e de eletricidade

## 5. DESEMPENHO SOCIAL

O Desenvolvimento de Pessoas no Grupo Ibersol tem dado significativos saltos qualitativos, ganhando crescente protagonismo no mercado de trabalho. A presença em eventos de empregabilidade tem vindo a ser reforçada, com uma imagem renovada, mais arrojada e em linha com a Cultura e os Valores Ibersol.

Numa era de constante e cada vez mais rápida transformação digital, o grupo Ibersol tem consolidado a sua presença nas redes sociais, criando e alimentando páginas corporativas no *Instagram*, *Facebook* e *LinkedIn*. Estas permitiram reforçar a relação de proximidade com os vários *stakeholders*, dando a conhecer, com lealdade e transparência, onde estamos e para onde queremos caminhar. E porque somos especialistas em bem-receber, reforçámos, também, as estratégias de fidelização de Talento.

Reconhecida como uma “Escola para a Vida”, a empresa investe continuamente na formação das suas Pessoas. Este investimento materializa-se na *Ibersol Academy*, uma Academia global, inclusiva e moderna, capaz de dotar os colaboradores, nas várias geografias, das competências atualmente mais valorizadas no mercado. Paralelamente, retomámos a parceria com uma das mais conceituadas escolas de negócios – Porto Business School – co-criando programas de formação inicial e contínua para colaboradores com elevado potencial de desenvolvimento e que desempenham funções-chave na organização.

## 5.1. Caracterização dos Colaboradores

### Portugal

#### Evolução do número de colaboradores por Género

N.º de colaboradores	2019		2018		2017		2016		2015	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Mulheres (%)	3 622	51,79%	3 287	53,50%	2 706	53,40%	2 902	53,40%	2 370	54,00%
Homens (%)	3 372	48,21%	2 860	46,50%	2 256	46,60%	2 534	46,60%	2 020	46,00%
<b>Total</b>	<b>6 994</b>		<b>6 147</b>	<b>100%</b>	<b>4 962</b>	<b>100%</b>	<b>5 436</b>	<b>100%</b>	<b>4 390</b>	<b>100%</b>

#### Evolução do número de colaboradores por Faixa Etária

Faixa etária	2019		2018		2017		2016		2015	
	N.º	%								
< 18 anos	238	3,40%	175	2,85%	131	2,41%	65	1,31%	45	1,03%
18 a 25 anos	3 370	48,18%	2 951	48,01%	2 564	47,17%	2 332	47,00%	1 943	44,26%
26 a 30 anos	1 120	16,01%	1 054	17,15%	989	18,19%	957	19,29%	928	21,14%
31 a 35 anos	798	11,41%	701	11,40%	631	11,61%	603	12,15%	572	13,03%
> 35 anos	1 468	20,99%	1 266	20,60%	1 121	20,62%	1 005	20,25%	902	20,55%
<b>Total</b>	<b>6 994</b>	<b>100%</b>	<b>6 147</b>	<b>100%</b>	<b>5 436</b>	<b>100%</b>	<b>4 962</b>	<b>100%</b>	<b>4 390</b>	<b>100%</b>

#### Evolução do número de colaboradores por nível de Habilitações Literárias

	2019	2018	2017	2016	2015
<b>Habilitações literárias</b>	%	%	%	%	%
< 12.º ano	37,65%	40,07%	42,95%	44,70%	47,54%
≥ 12.º ano	62,35%	59,93%	57,05%	55,30%	52,46%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Ensino Superior</b>	9,59%	9,35%	9,25%	9,20%	9,52%

#### Evolução da taxa de rotação

	2019	2018	2017	2016	2015
<b>Rotação</b>	%	%	%	%	%
<b>Total</b>	104,00%	85,00%	89,00%	79,00%	71,04%
<b>Unidades</b>	107,00%	88,00%	92,00%	81,00%	73,11%
<b>Estrutura Negócios/F. Centrais</b>	12,00%	17,00%	10,00%	23,00%	24,61%
<b>Equipas de Direção</b>	30,00%	28,00%	27,00%	21,00%	21,91%

**Caracterização dos colaboradores por Estádio de Carreira e género**

	Género feminino	Género masculino
<b>Estádio de Carreira</b>	%	%
<b>Operação</b>	49%	51%
<b>Gestão Turno</b>	64%	36%
<b>Direção Unidade</b>	51%	49%
<b>Estrutura Negócios/F. Centrais</b>	62%	38%

**Caracterização dos colaboradores por Estádio de Carreira e Faixa Etária**

Estádio de Carreira	Faixa etária				
	< 18 anos	18 a 25 anos	26 a 30 anos	31 a 35 anos	> 35 anos
<b>Operação</b>	4%	57%	14%	9%	16%
<b>Gestão Turno</b>	0%	25%	31%	21%	23%
<b>Direção Unidade</b>	0%	1%	11%	27%	60%
<b>Estrutura Negócios/F. Centrais</b>	0%	7%	12%	10%	71%

**Caracterização dos colaboradores por Estádio de Carreira e Habilitações Literárias**

Estádio de Carreira	Habilitações literárias			
	< 9º Ano	9º Ano	Secundário	Superior
<b>Operação</b>	7%	36%	51%	5%
<b>Gestão Turno</b>	5%	30%	52%	13%
<b>Direção Unidade</b>	3%	25%	50%	21%
<b>Estrutura Negócios/F. Centrais</b>		6%	32%	61%

**Caracterização dos colaboradores por Estádio de Carreira e Antiguidade**

Estádio de Carreira	Antiguidade				
	< 6 meses	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	> 4 anos
<b>Operação</b>	48%	14%	15%	14%	9%
<b>Gestão Turno</b>	10%	5%	12%	38%	35%
<b>Direção Unidade</b>	3%	1%	4%	15%	76%
<b>Estrutura Negócios/F. Centrais</b>	10%	6%	11%	19%	55%

## 5.2. Formação e Educação



Desde sempre, o Grupo Ibersol é reconhecido como uma “Escola para a Vida”. Durante o ano de 2019, este lema ganhou uma nova dimensão com a criação da “Ibersol Academy”. Uma Academia Corporativa de âmbito global, que assume a gestão do conhecimento e o desenvolvimento de competências críticas como prioridade, capaz de capacitar os colaboradores, nas várias geografias, com as competências atualmente mais valorizadas no mercado.

### Princípios da Ibersol Academy

#### **1. Na Ibersol acreditamos no potencial e nas competências dos nossos colaboradores!**

Neste sentido, são criadas oportunidades de desenvolvimento que se concretizam na elaboração de planos de formação individualizados, permitindo a cada colaborador a aquisição de novos conhecimentos e a progressão na carreira.

#### **2. Na Ibersol queremos que todas as pessoas possam evoluir com confiança!**

Assim, para cada estágio de carreira existe um programa de formação, através do qual as pessoas identificadas com potencial de crescimento poderão desenvolver competências para uma nova função, garantindo que, em cada momento, todos tenham presente o que deles é esperado e os desafios que lhes serão colocados.

#### **3. Apostamos na formação das nossas chefias!**

Se for garantido que em cada função todas as pessoas são certificadas nos programas referentes à função, bem como nos programas relativos às funções anteriores, haverá a certeza de que todas as chefias estão preparadas para apoiar o desenvolvimento das suas equipas. Todas as chefias devem possuir competências de formador/coach, para que a transmissão de conhecimento e das melhores práticas possa ser assegurada eficazmente, em cascata.

#### **4. Na Ibersol queremos que as pessoas aprendam mesmo!**

Neste sentido, a formação em sala é associada à formação no posto de trabalho, garantindo, assim, a aquisição e consolidação das aprendizagens. O acompanhamento permanente da chefia e a formação on job são os ingredientes chave para se atingirem bons resultados.

**5. Na Ibersol valorizamos as Pessoas que investem na sua carreira!**

Estão definidos níveis mínimos de qualificação para cada programa estruturante de carreira e procura-se assegurar oportunidades aos melhores e aos que mais se esforçam para atingir os objetivos. São ainda proporcionadas bolsas de formação para aqueles que ambicionam ir mais além.

**6. Investimos na Valorização das nossas Pessoas pela Qualificação!**

Pretende aumentar-se, continuamente, o nível de competências e a qualificação dos colaboradores e que o trabalho na Ibersol seja sinónimo de oportunidade de crescimento e valorização. Assim, foram desenvolvidos protocolos com Centros Novas Oportunidades ao longo de todo o país, de modo a que todos possam evoluir com confiança e ver as suas competências formalmente reconhecidas.

**7. Na Ibersol Academy a formação é certificada!**

A Ibersol ambiciona que todos os programas formativos que empreende tenham valor reconhecido no mercado e que os percursos de carreira que ajuda a construir constituam uma valorização efetiva das Pessoas.



Nesse sentido, com a garantia da Certificação da Ibersol pela DGERT (Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho), foram identificadas e desenvolvidas as melhores práticas de formação e estabelecidas parcerias com Entidades que nos permitam o reconhecimento dos programas de formação do Grupo.

**Formação desenvolvida**

<b>Segurança e Saúde no Trabalho</b>		
<b>Conteúdos</b>	<b>Volume de Formação (h)</b>	<b>Formandos</b>
Prevenção de Acidentes de Trabalho		
Acidentes de Trabalho		
Acidentes com Clientes		
Organização da Segurança Contra Incêndios	21 667	5 399
Primeiros Socorros		
Medicina no Trabalho		
<b>Segurança Alimentar</b>		
<b>Conteúdos</b>	<b>Volume de Formação (h)</b>	<b>Formandos</b>
Segurança Alimentar		
Diferentes tipos de Contaminações		
Microbiologia dos Alimentos		
Higiene do Manipulador	39 282	5619
Higiene das Instalações, Equipamentos, Utensílios e Superfícies		
Norma ISO 22:000		
<b>Outros Programas de Formação</b>		
<b>Conteúdos</b>	<b>Volume de Formação (h)</b>	<b>Formandos</b>
Acolhimento/ Integração		
Formação Operacional		
Formação para Equipas de Direção	395 257	6863
Outras áreas		
<b>Total</b>	<b>456 206</b>	<b>7 307</b>

## Os Estágios em 2019

O grupo Ibersol acolheu um total de 36 estagiários em 2019, 30 em estágio curricular, num total de 37.390 horas em contexto real de trabalho e 6 estágios profissionais, que corresponderam a 9.342 horas.

Estágios	2019		2018		2017		2016		2015	
	N.º	Volume de formação (h)								
Curriculares	30	37.390	32	10.694	20	5.333	25	7.507	25	6.320
Profissionais	6	9.342	5	7.800	10	15.600	26	31.778	36	48.344

### 5.3. Segurança e Saúde dos Colaboradores

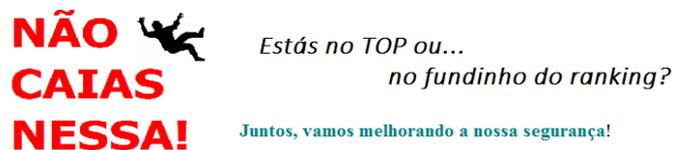
A Segurança e Saúde no Trabalho é uma área fundamental em qualquer organização, agindo não apenas sobre bem-estar individual, mas também no equilíbrio coletivo.

A garantia de uma cultura de segurança em todos os quadrantes da organização é, por isso, uma missão em que o grupo Ibersol se envolve diariamente como forma de assegurar a participação de todos em torno deste mesmo objetivo.

Num universo de colaboradores tão diversificado e distribuído por pontos geográficos tão dispersos, a aposta na prevenção e na proteção, através da sensibilização e consciencialização, no que toca às boas práticas nos comportamentos coletivos e individuais, é a fórmula mais eficiente de conquistar os resultados pretendidos.

Com base nesses princípios de sensibilização e consciencialização, em 2019, o Grupo concretizou:

- Mais de 900 auditorias de controlo de princípios e práticas.
- O desenvolvimento do programa de reconhecimento de boas práticas, com as seguintes ações:
  - Teaser “Não Caias Nessa!”, partilhando o *ranking* de unidades mais seguras como forma de incentivo à prevenção de acidente de trabalho;



- Concurso “Apanha a Tarefa Segura”, no âmbito da comemoração do Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho. Este concurso incentiva a criatividade e premeia os participantes com materiais de segurança úteis na loja (casaco térmico, carrinho de limpeza, kits com luvas e fita antiderrapante e, suporte pés), pelo que tem funcionado como um meio de formação eficaz e demonstrativo do nível conhecimento e envolvimento dos colaboradores. Em 2019, registaram-se 47 participações no Concurso “Apanha a Tarefa Segura”.
- Atribuição de reconhecimentos “Platina” e “Gold” às unidades com resultados excelência nas auditorias de controlo do primeiro quadrimestre;



- Simulacros de evacuação nos escritórios centrais;
- Consultas aos trabalhadores em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho, que atingiram taxas de adesão na ordem dos 60%;
- A revisão e atualização da brochura de Segurança e Saúde no Trabalho em formato *flipbook* e edição impressa;
- Ações de formação sobre Medicina no Trabalho e Segurança no Trabalho;
- Visitas aos postos de trabalho pelos serviços de Segurança e de Saúde no Trabalho e visitas de acompanhamento.

O ano de 2019 ficou também marcado pela recertificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho, implementado na gestão de restauração do grupo Ibersol e na prestação de serviços de restauração na Vog – Tecmaia, de acordo com os requisitos da norma OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008.

#### 5.4. Bem-estar dos Colaboradores

Para entender as necessidades e a perceção dos colaboradores a respeito da Organização, o grupo Ibersol aplica todos os anos um questionário de satisfação - Tenha a Palavra - que mede a motivação e a satisfação dos profissionais das Operações da Ibersol em Portugal. A partir dos resultados, cada unidade, através das suas Equipas de Direção, Coordenação e respetivos *HR Business Partners*, desenha planos de ação específicos, por forma a melhorar os seus indicadores.

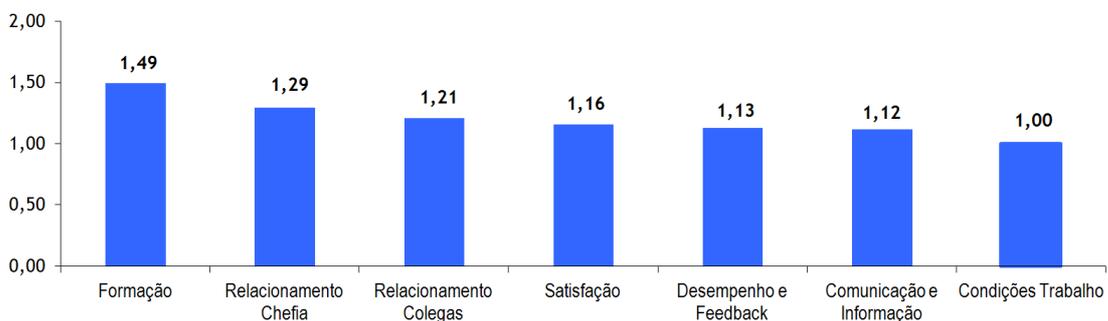


O levantamento de 2019 foi realizado em maio e contou com 77% de participação - cerca de 4.500 profissionais aderiram a esta iniciativa.

A Ibersol obteve, também em 2019, uma apreciação “*francamente positiva*” dos seus colaboradores em todas as áreas em análise. A “*Formação*” e o “*Relacionamento com a Chefia*” são as áreas que melhor respondem às expectativas do público interno, nesse mesmo período.

Em paralelo, e por forma a complementar a informação obtida, o “Tenha a Palavra” disponibiliza ainda um espaço de partilha, destinado a sugestões de melhoria e preocupações dos colaboradores. Neste sentido, em 2019 registaram-se 1.092 comentários livres.

Nota: resultados Operação Tenha a Palavra



### “Ibersol em Movimento”

No sentido de reforçar o bem-estar e o espírito de pertença dos colaboradores, o grupo Ibersol deu continuidade ao programa “Ibersol em Movimento”, no âmbito do qual desenvolve diversas iniciativas e desafios que promovem o convívio entre colegas fora do contexto laboral.

Este ano, 85 colaboradores participaram no torneio desportivo Futibersol. Este modelo de competição, que reforça a Cultura Ibersol e o trabalho de equipa, inclui duas semifinais (Porto e Lisboa) e uma final no Porto. A grande vencedora do torneio de 2019 foi a equipa do "F.C.Porto-Burger King".



Nos escritórios, a Ibersol manteve, em 2019, o programa “i-Office Break”, uma iniciativa encetada em 2015, que se traduz num almoço ou lanche da responsabilidade dos diferentes negócios, que visa o conhecimento da gama de produtos das diversas marcas do Grupo e proporciona mensalmente um momento de convívio e partilha entre os colaboradores.

A Real Companhia Velha, em Vila Nova de Gaia, abriu portas a cerca de 560 convidados para o Jantar de Natal do Grupo Ibersol, onde foram atribuídos 25 reconhecimentos a colaboradores que se destacaram nas mais variadas áreas de intervenção, quer pelos resultados alcançados, quer pela prática dos valores Ibersol. Durante o Jantar de Natal, foram oferecidos barretes solidários aos convidados, cuja aquisição conferiu um Donativo de 750€ a favor dos projetos da Associação Salvador, que atua na área da deficiência motora.



No Carnaval, repetiu-se o concurso “As nossas melhores Máscaras de Carnaval”, com 57 participações.



No âmbito dos festejos natalícios, a Ibersol ofereceu aos seus colaboradores e respetivos filhos cerca de 1700 bilhetes para o Circo de Natal. Nesta iniciativa, foram oferecidos lanches e brindes a todas as crianças. Foi também realizada mais uma edição do concurso infantil “Desenhos e Contos de Natal”, que totalizou 37 participações, tendo todos os participantes recebido um presente.



### **5.5. Ligação com a Comunidade**

Perseguindo os seus próprios valores e princípios de sustentabilidade, o grupo Ibersol mantém um papel ativo na promoção de iniciativas envolventes com a comunidade em que se insere. Enquanto percursor de um conceito de restauração moderna, pautado pela dedicação a um serviço de excelência ao cliente e a preocupação de valorização permanente dos seus colaboradores, o grupo Ibersol não descarta as suas vertentes de responsabilidade como agente participativo na sociedade em que se insere. Assim, é sua política estar presente em vários quadrantes da sociedade através de ações solidárias, doações, apoios formativos e outros tipos de iniciativas.

PORTO de FUTURO



Lançado pela Câmara Municipal do Porto com o objetivo de promover a ligação entre a sociedade civil e a comunidade escolar, o programa Porto de Futuro conta, desde logo, com o grupo Ibersol como seu parceiro. No âmbito dessa parceria, são já várias as iniciativas desenvolvidas pelas diversas empresas parceiras, com crianças e jovens dos agrupamentos escolares da região norte que integram este programa.

**Junior Achievement**

No âmbito do projeto “Porto de Futuro”, a Associação *Junior Achievement* Portugal desafia as escolas da região com programas de formação focados na temática do empreendedorismo, contando com o apoio de empresas parceiras, responsáveis por assegurar estas formações a alunos do primeiro ao terceiro ciclo.

Em 2019, o grupo Ibersol assegurou a participação de 2 voluntários que levaram estas ações a cerca de 20 alunos do Agrupamento António Nobre, no âmbito dos temas “A Família”.

**“Innovation Challenge”**

O Innovation Challenge desafia os alunos a resolver problemas reais com que as empresas habitualmente se debatem. Durante um dia, os alunos do ensino secundário formam equipas para trabalhar nestes desafios, com o apoio de voluntários de diversas empresas em regime de consultoria.

Em 2019, a Ibersol esteve representada com 2 voluntários, que prestaram consultoria às equipas em concurso.

**Visitas - “Cozinha Aberta”**

As cozinhas das marcas do grupo Ibersol continuam a receber com regularidade a visita de grupos de crianças e jovens que têm assim a oportunidade de conhecer de perto toda a dinâmica das equipas e rigor nos procedimentos que envolvem a preparação dos alimentos. Destacamos abaixo algumas visitas realizadas em 2019 no contexto da “Cozinha Aberta”.

A Unidade Central de Produção, sendo um local de produção de alimentos (gama média a gama alta) em larga escala, constitui um local de eleição para fomentar a aprendizagem e obtenção de know-how para alunos de Cozinha e Hotelaria. Neste sentido, abriu as suas portas à Escola de Hotelaria do Porto. Estas visitas de estudo resultam numa troca de sinergias para ambas as instituições e contribuem para a formação dos alunos e, eventualmente, a integração dos mesmos no mercado do trabalho.

A KFC DV Antas recebeu 10 alunos da Faculdade de Ciências da Nutrição da Universidade de Porto para uma visita guiada ao interior da unidade, para compreenderem as regras de cumprimento do sistema de segurança alimentar, os controlos do *check list* diário integrado na operação e os equipamentos utilizados nessa monitorização (termómetros, sensor da testo, *timmer*, etc.).

Em Estarreja, a Burger King recebeu a visita de 18 crianças da Aldeia de Crianças SOS de Gulpilhares. Estas Aldeias existem há 70 anos e têm como missão proteger crianças que perderam a família ou estão em risco de a perder. São crianças que precisam efetivamente de boas experiências e esta visita à loja proporcionou a oferta de uma refeição diferente a cada um e uma experiência enriquecedora.

Em Vila Nova de Gaia, 3 unidades Burger King receberam 3 jovens da Aldeia SOS de Gaia para um Estágio de Verão, com o intuito de os aproximar da vida ativa e criar nos jovens participantes o interesse pela integração numa carreira profissional.

As unidades dos Açores da Pizza Hut e da Burger King receberam os alunos da Escola Secundária das Laranjeiras (cursos de Cozinha e de Empregado Mesa/Bar), o Clube Escola "O Liceu" (programas de Verão) e o Grupo de Escoteiros N.º 137 de Santo António, Ponta Delgada, tendo oferecido cerca de 53 refeições.

Ações deste tipo realizaram-se um pouco por todo o país e em unidades das diferentes marcas do Grupo.

Em São João da Madeira, 60 crianças desfavorecidas do concelho realizaram uma guiada à unidade da Pizza Hut, onde cada participante teve oportunidade de confeccionar a sua própria pizza e usufruir dessa refeição no restaurante. Com o mesmo objetivo, de abrir as portas a crianças com contextos familiares complexos, em Lisboa a Pizza Hut recebeu a visita de 16 crianças e jovens do Colégio Barão de Nova Sintra, com visita às instalações e oferta de almoço e aos seus responsáveis.



### **Doação de alimentos e outras ofertas**

Em 2019, várias marcas do grupo Ibersol associaram-se a múltiplas iniciativas de cariz social, concretamente com a oferta de alimentos e equipamentos a diversas entidades.

Ao longo do ano, cerca de 16 toneladas de produtos alimentares, que não foram consumidos em eventos realizados pela Silva Carvalho Catering, foram doadas a duas instituições, a “Casa da Sopa”, em Lisboa, e o “Coração da Cidade”, no Porto. Com o mesmo princípio, os Armazéns Multimarca entregaram produtos excedentes ao Banco Alimentar em Portugal e a Pizza Móvel entregou alimentos ao Banco de Alimentos de Vigo.

A Cozinha Central estabeleceu uma parceria com vista ao fornecimento de refeições a baixo custo para a Fundação Aga Khan, que, por sua vez, as oferece à sua comunidade, bem como a instituições de solidariedade social de Lisboa. Esta parceria também permitiu promover trocas de experiências entre a gastronomia indiana e a gastronomia portuguesa.

### **Apoio ao Desporto e Outras Iniciativas Locais**

Na Madeira, as unidades da Pizza Hut apoiaram diversas iniciativas desportivas com oferta de refeições aos atletas locais que participaram na VI Edição Torneio de Futebol de Rua Pontinha CUP 2019; no 7.º Torneio Festa Mais Futebol - Salesianos Funchal; na II Edição Clube Liceu CUP 2019; na Machico Cup; no Badminton Caniçal e no Torneio dos Campeões - Dia do Voleibol da Escola do Caniçal. Estas iniciativas envolveram cerca de 600 participantes.

A marca patrocinou ainda o almoço a cerca de 85 alunos de escolas locais em programas de Verão – Doutorecos; utentes da Casa de Saúde São João de Deus (Reabilitação Psicossocial) e os alunos da Semana da Matemática da Escola da Levada.

Ainda na Madeira, a Burger King apoiou, com oferta de refeições e descontos, o Torneio Interbairros 2019, o Torneio Nacional de Futebol de Rua 2019 e a 25.ª Edição Torneio Voleibol de São Miguel, num total de 155 participantes.

Nos Açores, a Multimarca patrocinou, com cerca de 150€, as Festas da Praia da Vitória (Ilha Terceira). As marcas Burger King e KFC patrocinaram ainda VII Edição do Pauleta Azores Soccer Cup U13 e a Festa de Natal da Fundação Pauleta, oferecendo cerca de 700 refeições aos atletas e ao *staff* da Fundação. A Burger King e a Pizza Hut apoiaram o XIII Torneio Sub 11 EF Pauleta Pizza Burger e o VII Torneio Sub 13 EF Pauleta Pizza Burger com cerca de 150 refeições.

Ainda nos Açores, a Burger King ofereceu descontos a 80 crianças e 6 adultos do Centro de Atividades de Tempos Livres da Casa de Povo de Arrifes, num Passeio ao Parque Século XXI. A Pizza Hut ofereceu, igualmente, um desconto de 50% em refeição com entrega no local aos 120 participantes do Convívio da Associação de Basquetebol de São Miguel. O Ó Kilo ofereceu as refeições aos 25 participantes do Campeonato Regional de Artes Marciais.

Já no Porto, a SOL ofereceu 30 refeições aos participantes da Regata no Rio Douro - Associação Bagos d' Ouro.

No Algarve, a Pans & Company ofereceu, pelo 2.º ano consecutivo, cerca de 63 refeições a crianças dos 7 aos 10 anos, do Escalão de Bambis e Minis, que participaram no Torneio de Abertura da Época desportiva 2018/2019, um evento realizado em parceria com a Associação de Andebol de Faro.



A Burger King, em Lisboa, apoiou com refeições uma visita àquela cidade das crianças da Casa de Acolhimento S. Miguel (Fátima). A unidade do Colombo acolheu o grupo de 22 jovens desta instituição, oferecendo o almoço aos jovens e seus acompanhantes/tutores da instituição. Em Portalegre, a Burger King proporcionou um almoço de Natal a um grupo de 13 crianças e jovens de risco da Fundação de Veiros.

Em Albergaria-a-Velha, a Burger King recebeu um pedido especial dos meninos da Escola Básica da Branca que queriam experimentar uma refeição da marca. A unidade prontamente ofereceu os 6 menus infantis a estas crianças e recebeu um desenho em agradecimento.



A Pizza Hut, no âmbito de uma atividade de *team building* para fomentar o espírito de grupo e, ao mesmo tempo, consciencializar a equipa para a importância de contribuir para a integração e igualdade de oportunidades, ofereceu 11 bicicletas ao Colégio Barão de Nova Sintra, destinadas às crianças e jovens institucionalizados. Esta ação foi concretizada no dia 07 de fevereiro, onde foram entregues as bicicletas à responsável pela instituição, que se fez acompanhar de 6 jovens da Instituição. Com esta iniciativa, que envolveu 105 colaboradores da PH, foi possível contribuir para uma melhoria das condições de vida das crianças e jovens institucionalizados.



Ainda no âmbito dessa atividade de equipa, com o objetivo de contribuir para a comunidade de Fátima e no seguimento da realização do encontro anual da Pizza Hut, foi aplicado um sistema de multas, com o objetivo de recolher donativos para entregar ao Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II, um Centro que alberga deficientes profundos, rejeitados pelas famílias. Este gesto simbólico gerou uma oferta de 465€, entregue no dia 19 de fevereiro à Instituição.

À semelhança do que aconteceu em anos anteriores, a Pizza Hut desenvolveu ainda uma série de iniciativas, com grande peso no desporto, que apoiam essencialmente crianças. É o caso de mais uma edição da iniciativa “Pizza Hut SKI4ALL”, que envolveu cerca de 2.300 crianças de todo o país, permitindo-lhes viver uma experiência de ski na Serra da Estrela.





Outra iniciativa com destaque é o “Projeto Curling By Pizza Hut”, destinado ao público em geral e que se insere na parceria que o Grupo tem com a Federação de Desportos de Inverno de Portugal, com vista a dar a conhecer esta modalidade olímpica aos portugueses e que envolveu cerca de 350 participantes de público infantil e juvenil.



O Grupo continuou a marcar presença na KidZania, parque temático situado no Dolce Vita Tejo, dirigido a famílias com crianças e jovens até aos 15 anos.. Nesta "cidade das profissões", construída à sua escala, as crianças podem "brincar aos adultos" num ambiente altamente realista no qual a Pizza Hut continua a marcar presença.



A Pizza Hut apoiou também, com a oferta de produtos, as atividades da Semana do Desporto, chegando a 1.000 crianças das Escolas Básicas de Castelo Branco.





A par destas iniciativas, é também prática do Grupo e da Pizza Hut em particular, associar-se aos dias festivos, seja o Dia da Criança ou o Dia Internacional da Mulher.

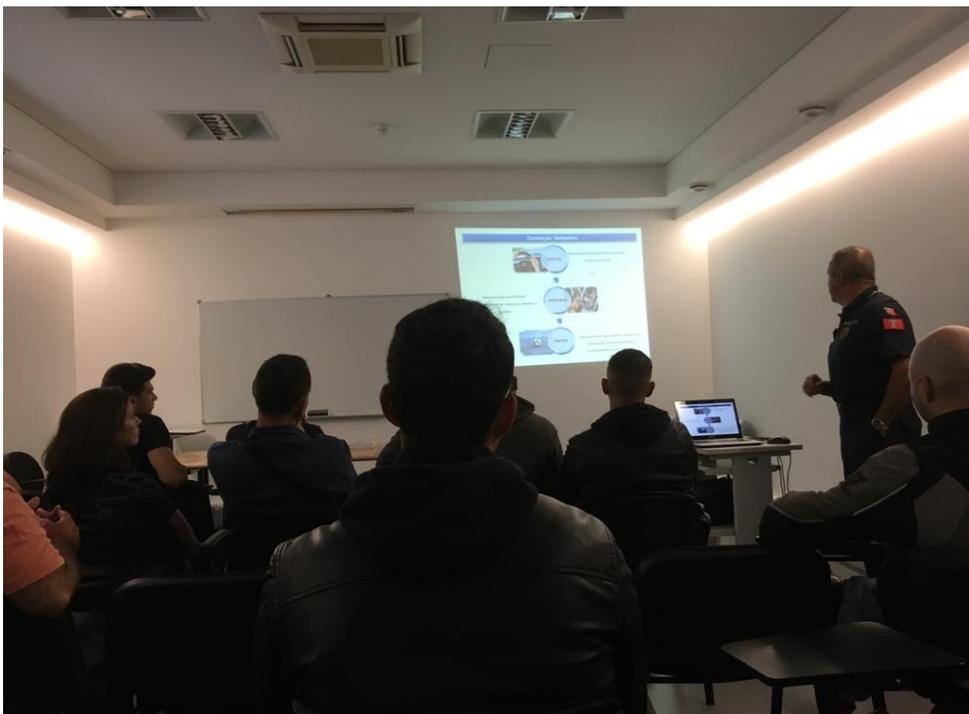




### Sensibilização para a prevenção Rodoviária

No âmbito do cumprimento dos objetivos da Segurança e Saúde no Trabalho de 2019, a Pizza Hut organizou diversas ações de sensibilização sobre Segurança Rodoviária na Condução Urbana/Citadina - Condução de veículos de 2 rodas, ministradas diretamente pela Policia de Segurança Publica – PSP. Esta ação teve como objetivo a contribuição para uma consciencialização coletiva dos perigos na condução de veículos motorizados de 2 rodas, de forma a diminuir a sinistralidade na estrada e, desta forma, salvaguardar a segurança dos seus distribuidores de Home Delivery. Foram abrangidos por esta ação 634 colaboradores da Pizza Hut, de norte a sul do país, com a pronta e fundamental colaboração da PSP, dos Comandos de Braga, Porto, Coimbra e Lisboa.

Em Espanha, a Burger King desenvolveu igualmente ações de formação para a prevenção de acidentes de viação e práticas de condução defensiva para os seus distribuidores, em colaboração com a Comunidade Autónoma de Madrid.



**Fundação Amigos Rimkieta**

Em Espanha, a Lurca, uma das empresas do grupo Ibersol que representa a marca Burger King, figura como “Empresa amiga” da Fundação Amigos Rimkieta.

Este apoio tem como objetivo ajudar a Fundação na sua missão de desenvolver as melhores condições de vida possíveis no bairro de Rimkieta e arredores, em Ouagadougou, capital de Burkina Faso. Os apoios são atribuídos principalmente a mulheres e crianças, para efeitos de educação, alimentação e saúde, bem como promoção social e profissional das mulheres. Em 2019, entregou-se 50.000€, referentes a 2018 e 2019.



Fonte: [www.amigosderimkieta.org](http://www.amigosderimkieta.org)

### Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome

Entre 23 e 29 de Setembro, decorreu mais uma campanha de angariação de donativos “Graças a Muitos Espalhamos Sorrisos por quem mais precisa”, uma iniciativa do grupo Ibersol em parceria com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome.

Os Clientes da Pizza Hut, Burger King, Pans & Company, Pasta Caffé, KFC, entre outras marcas pertencentes ao Grupo, participaram ativamente para ajudar quem mais precisa. Com esta ação solidária, que contou com o envolvimento de todos os colaboradores do Grupo, a Ibersol recolheu 26.656€ euros junto dos seus clientes e entregou à Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome 30.000 euros, convertidos em alimentos e distribuídos pelos 21 Bancos Alimentares existentes no Continente e Ilhas.

Este foi o 11.º ano em que o Grupo Ibersol realiza este tipo de iniciativa de âmbito nacional, em Portugal, tendo entregado mais de 765.000 euros no total das suas campanhas de Responsabilidade Social.



### Cáritas de Angola

Em 2019, o grupo Ibersol voltou a envolver-se fortemente no projeto ADD HOPE. Este projeto de Responsabilidade Social, em Angola, permitiu ao Grupo entregar 6.000.000 AKZ (Seis Milhões de Kwanzas) à Instituição Cáritas Angola.

O projeto ADD HOPE insere-se na estratégia de Responsabilidade Social da Ibersol Angola que, ao longo dos anos, tem desenvolvido relevantes ações de apoio à comunidade. Desta feita, as marcas convidaram os seus clientes a doarem um montante mínimo de 50 Akz para a Cáritas, por acreditarem na possibilidade de construir um mundo melhor.

A Cáritas atua nas seguintes áreas: reforço da capacidade institucional, saúde (especialmente sobre HIV-SIDA e saúde materno-infantil); alfabetização e formação profissional; agricultura (com prioridade para as áreas rurais).

Refira-se que o apoio da Ibersol Angola à Cáritas de Angola remonta a 2012, no âmbito do qual foram já implementados vários projetos que visam proporcionar uma melhor qualidade de vida às famílias mais vulneráveis, nas comunidades mais carenciadas do país.



### **Sensibilização para a integração de Pessoas com Deficiência**

No âmbito da integração de pessoas com Deficiência, a Ibersol fez várias parcerias com diferentes Associações, nomeadamente a Associação Salvador, a Associação do Porto de Paralisia Cerebral, a Associação Portuguesa de Deficientes e o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia. Ao abrigo dessas parcerias, realizaram-se visitas com Técnicos e Utentes a diversas Unidades do Grupo Ibersol, no sentido de conhecer os postos de trabalho e as responsabilidades das diferentes funções, com vista ao encaminhamento e integração no Grupo Ibersol.

## **6. RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO**

### ***Estabelecemos uma ligação com cada cliente através dos nossos restaurantes***

A Ibersol é um grupo multimarca com a ambição de proporcionar experiências de restauração únicas a todos os seus clientes. As boas experiências determinam relações de confiança, um ativo essencial e com impactos em toda a organização.

O grupo tem claros objetivos estratégicos no ativo "Cliente", no seu grau de satisfação, nas respostas que procura receber, na evolução do seu comportamento de consumo, desejos e expectativas relativamente aos produtos e serviços colocados ao seu dispor. Este foco permite identificar, com maior clareza e rapidez, as tendências a seguir, antecipar conceitos, inovar a oferta, potenciando uma maior complementaridade ao cliente e fortalecer a posição competitiva da empresa.

O ano de 2019 trouxe ao grupo Ibersol novos indicadores de que a melhoria contínua em torno do cliente é a estratégia acertada. Prova disso são as diversas certificações no âmbito de Sistemas de Gestão nas áreas da Segurança Alimentar, Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, uma conquista gratificante.

### **6.1. Paixão pelo cliente**

Os clientes são um ativo da maior importância na restauração moderna e o grupo Ibersol leva essa premissa muito a sério. A confiança e a preferência que nos caracterizam são o resultado de um trabalho continuado de satisfação do cliente, em todo o processo de relacionamento com as marcas do Grupo.

Neste contexto, o grupo Ibersol dedica-se, diariamente, ao estudo aprofundado de cada perfil de cliente, procurando identificar as melhores práticas de acompanhamento de tendências de consumo, adaptando e alterando as diferentes unidades, quer ao nível de espaços, produtos e serviços, quer ao nível de procedimentos internos, sistemas de informação e novos conceitos.

Para acompanhar de perto as experiências dos clientes, o Grupo mede e monitoriza, de forma permanente, a qualidade do serviço dos seus restaurantes e serviços. É nessa perspetiva que são aplicadas, com regularidade, ferramentas capazes de fornecer importantes indicadores relativos à satisfação do cliente, designadamente auditorias de qualidade, inquéritos de satisfação ao cliente e gestão das reclamações recebidas.

### **Programa Cliente Mistério**

Em 2019, em Portugal, foram realizadas mais de 170 auditorias de qualidade ao abrigo deste programa.

### ***Guest Experience Survey (GES)***

Também em 2019, foi auscultada a opinião de mais de 202.000 clientes, através das respostas dadas neste inquérito de satisfação *online*.

### Reclamações

Simultaneamente, todas as reclamações recebidas foram analisadas de forma cuidada, consubstanciando indicadores críticos de gestão, que suportam ações corretivas e de melhoria contínua.

### 6.2. Qualidade e Segurança Alimentar

A qualidade e segurança alimentar são valores essenciais da restauração moderna. Da sua aplicação plena e exaustiva resulta um forte contributo para a sustentabilidade no seu todo.

Neste sentido, o grupo monitoriza as tendências de consumo e as expectativas dos clientes para que todos os anos sejam reforçados e aperfeiçoados meios e ferramentas, garantindo assim um ambiente consolidado de confiança por quem visita os seus restaurantes.

É política de sustentabilidade do grupo Ibersol garantir ao seu universo de stakeholders a máxima prontidão e satisfação ao nível de qualidade e segurança alimentar, em todos os mercados, premissa a que o Grupo responde de forma integrada com os sistemas de gestão de qualidade e de segurança alimentar aplicados ao longo de toda a cadeia de valor.

#### Investimento em novas Ferramentas para suporte à tomada de decisão - My HACCP

Em 2019 foi lançado, nas várias marcas do Grupo, o projeto My HACCP. Desenvolvida para melhorar as ferramentas de gestão da segurança alimentar existentes na operação, trata-se de uma aplicação, que funciona de modo intuitivo e interativo, e que permite às equipas ter uma visão do que está a acontecer, em tempo real, permitindo focalizar na resolução das questões críticas/urgentes de atuação. Este projeto vem reforçar o investimento na melhoria contínua da cultura e do sistema de gestão de segurança alimentar implementado em todas as lojas do grupo Ibersol.

### Certificações

Em 2019, o Grupo Ibersol continuou o seu processo de melhoria contínua, em sintonia com os princípios das normas em que se encontra certificado.

De destacar em particular a certificação da unidade central de produção do Grupo – IBERGOURMET - PRODUTOS ALIMENTARES, S.A. (UCP Modivas) – numa norma GFSI de grande exigência em requisitos de segurança alimentar:

***FSSC 22000 (Version 4.1) – scope: Ready to eat and ready to heat combined products and meals, sliced, fried, cooked including "sous vide", grilled, stewed, roasted, baked, packed in thermoformed plastic packages, with or without vacuum, thermo-sealed plastic bags with MAP, flexible plastic bags sealed, vacuum and MAP, at room temperature, chilled or frozen. (Category CIII)***

IBERGOURMET - PRODUTOS ALIMENTARES, S.A. (UCP Modivas)

O Grupo viu ainda renovadas as certificações pelas seguintes normas:

**- NP ISO's 9001:2015, 14001:2015 e NP 4397:2008/OHSAS 18001:2007(\*1):**

SEDE: Gestão das Operações de Restauração do Grupo Ibersol

VOG: Prestação de Serviços de Restauração

### - NP EN ISO 22000: Portugal

SEDE: Gestão da Cadeia Alimentar das operações de restauração do Grupo Ibersol

#### UNIDADES DE RESTAURAÇÃO:

Prestação de serviços de restauração/catering nas lojas: Catering Estádio do Dragão; Pizza Hut - KFC - Cockpit Drinks & Tapas - Specially – Terminal; 1 Aeroporto de Lisboa; GoTo Terminal 1 Aeroporto de Lisboa; Burger King Aeroporto de Lisboa; Burger King Alameda Shopping; Quiosques Café Alameda; Shopping; KFC Alameda Shopping; Pizza Hut Alameda Shopping; Pans & Company Alameda Shopping; Burger King Colombo; Pizza Hut Colombo; Pans & Company Colombo; KFC Colombo; Burger King; NorteShopping; KFC NorteShopping; Pasta-Caffé NorteShopping; Pizza Hut NorteShopping; Miiit Norteshopping; Pans & Company Norteshopping, Pizza Hut Foz; Pizza Hut Matosinhos; Vog Tecmaia; Blu CoffeShop; KFC CascaisShopping; Burger King Cascais, KFC Forum Montijo e KFC Amadora

### - NP EN ISO 22000: Angola

Cadeia logística Ibersol Angola e operações de restaurantes: KFC Avenida, KFC Belas Shopping, KFC Benfica, KFC Benguela, KFC Che Guevara, KFC Drive Thru Aeroporto Luanda, KFC Morro Bento, KFC Nova Vida, KFC Zango, Pizza Hut Nova Vida.

Operação de logística da Multiparques Rangel

### - NP EN ISO 9001 e NP EN ISO 22000: Eat Out/Espanha

Gestão da Cadeia de Abastecimento das operações de restauração do Grupo Ibersol/Eat Out

Prestação de Serviços de Restauração em Pans Sabadell e Ribs Maquinista.

### Informação sobre alergénios

De acordo com os princípios de transparência de comunicação com o cliente, em todas as unidades de restauração, é possível solicitar informação sobre eventuais alergénios presentes nos mais de 3.000 produtos e matérias-primas utilizados nas nossas cozinhas. Esta informação encontra-se, também, disponível nos *sites* das marcas e em [www.vivabem.pt](http://www.vivabem.pt).

### Programa “Viva Bem”: Qualidade, Segurança Alimentar e muito mais

Um programa transversal às marcas do Grupo que tem por missão promover informação sobre nutrição, segurança alimentar, desporto e bem-estar, para um estilo de vida mais saudável.

Os clientes podem explorar as várias dimensões deste programa a partir do *site* [www.vivabem.pt/site](http://www.vivabem.pt/site) e “blog” <https://vivabemoblog.wordpress.com/>

7. ÍNDICE GRI (GLOBAL REPORTING INITIATIVE)

GRI Standards		
GRI Standard Number	Disclosure Number	Desempenho
GRI 102	102-1	Capítulo 1
GRI 102	102-2	Capítulo 2; Relatório e Contas Consolidadas 2019; <a href="http://www.ibersol.pt">www.ibersol.pt</a>
GRI 102	102-3	Capítulo 2; verso da contracapa; Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 102	102-4	Capítulo 2; Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 102	102-5	Capítulo 2; Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 102	102-6	Capítulo 2; Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 102	102-7	Capítulo 2; Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 102	102-8	Capítulo 2; Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 102	102-9	Relatório e Contas Consolidadas 2019; Sistema de Gestão Integrado
GRI 102	102-10	Relatório e Contas Consolidadas 2019; Sistema de Gestão Integrado
GRI 102	102-11	Política Integrada de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho e de Segurança Alimentar; <a href="http://www.ibersol.pt">www.ibersol.pt</a>
GRI 102	102-12	Capítulo 5; <a href="http://www.ibersol.pt">www.ibersol.pt</a> ; <a href="http://www.vivabem.pt">www.vivabem.pt</a> ; <a href="http://vivabemoblog.wordpress.com">vivabemoblog.wordpress.com</a>
GRI 102	102-13	Portugal: AEP - Associação Empresarial de Portugal; AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal; AIP - Associação Industrial Portuguesa; ATC - Associação de Turismo de Cascais; ATL - Associação de Turismo de Lisboa; ATP - Associação de Turismo de Porto e Norte de Portugal; CCILE - Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola; CCIPA - Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola; COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação. Espanha: AEF - Asociación Española de Franquiciadores; Entidad Urbanística de Conservación de A Granxa; CHP - Câmara de Comércio Hispano Portuguesa; Colegio de Graduados Sociales Angola: AHORESIA - Associação de Hotéis, Restaurantes, Similares e Catering de Angola.
GRI 102	102-14	Capítulo 1
GRI 102	102-15	Capítulo 2 (2.7); Sistema de Gestão Integrado; Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 102	102-16	Capítulo 1; Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho; Normas, Procedimentos e instrumentos de Formação internos
GRI 102	102-17	Capítulo 1; Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho; Normas, Procedimentos e instrumentos de Formação internos
GRI 102	102-18	Capítulo 2 (2.5); Relatório e Contas Consolidadas 2019; <a href="http://www.ibersol.pt">www.ibersol.pt</a>
GRI 102	102-19	Capítulo 2 (2.5); Relatório e Contas Consolidadas 2019; <a href="http://www.ibersol.pt">www.ibersol.pt</a>
GRI 102	102-20	Capítulo 2 (2.5); Relatório e Contas Consolidadas 2019; <a href="http://www.ibersol.pt">www.ibersol.pt</a>
GRI 102	102-21	Inquéritos de opinião a clientes (GES e cartões de apreciação); Estudo de imagem e posicionamento das marcas; Reuniões da Assembleia Geral; Inquérito de clima organizacional "Tenha a Palavra"; Consulta aos Colaboradores em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho
GRI 102	102-22	Relatório e Contas Consolidadas 2019; <a href="http://www.ibersol.pt">www.ibersol.pt</a>
GRI 102	102-23	Relatório e Contas Consolidadas 2019; <a href="http://www.ibersol.pt">www.ibersol.pt</a>
GRI 102	102-24	Relatório e Contas Consolidadas 2019; <a href="http://www.ibersol.pt">www.ibersol.pt</a>
GRI 102	102-25	Relatório e Contas Consolidadas 2019; <a href="http://www.ibersol.pt">www.ibersol.pt</a>
GRI 102	102-26	Relatório e Contas Consolidadas 2019; <a href="http://www.ibersol.pt">www.ibersol.pt</a>

GRI Standards		
GRI Standard Number	Disclosure Number	Desempenho
GRI 102	102-27	Relatório e Contas Consolidadas 2019; www.ibersol.pt
GRI 102	102-28	Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 102	102-29	Capítulo 2, 4 e 5; Relatório e Contas Consolidadas 2019; Sistema de Gestão Integrado; Certificação NP EN 14001: Sistema de Gestão Ambiental; Certificação NP EN 9001: Sistema de Gestão Qualidade
GRI 102	102-30	Capítulo 2, 4 e 5; Relatório e Contas Consolidadas 2019; Sistema de Gestão Integrado; Certificação NP EN 14001: Sistema de Gestão Ambiental; Certificação NP EN 9001: Sistema de Gestão Qualidade
GRI 102	102-31	Capítulo 2, 4 e 5; Relatório e Contas Consolidadas 2019; Sistema de Gestão Integrado; Certificação NP EN 14001: Sistema de Gestão Ambiental; Certificação NP EN 9001: Sistema de Gestão Qualidade
GRI 102	102-32	O Conselho de Administração é responsável pela política de sustentabilidade e pela sua implementação, bem como pela validação do Relatório de Sustentabilidade, prévia à aprovação em Assembleia Geral
GRI 102	102-33	Capítulo 2, 4 e 5; Relatório e Contas Consolidadas 2019; Sistema de Gestão Integrado (Revisão pela Gestão)
GRI 102	102-34	Capítulo 2, 4 e 5; Relatório e Contas Consolidadas 2019; Sistema de Gestão Integrado (Revisão pela Gestão)
GRI 102	102-35	As políticas de remuneração obedecem aos requisitos legais e contratuais, às normas internas respeitantes à matéria
GRI 102	102-36	A determinação da remuneração obedece aos requisitos legais e contratuais, às normas internas respeitantes à matéria e tem como input o Sistema de Gestão de Desempenho. Considera-se igualmente a performance da área em que os colaboradores se inserem, bem como a performance do Grupo Ibersol
GRI 102	102-37	Capítulo 5 (5.2); ; Relatório e Contas consolidadas 2019; Inquérito de clima organizacional "Tenha a Palavra"
GRI 102	102-38	11,96 Indicador calculado para Portugal, com base na remuneração fixa.
GRI 102	102-39	1,82 Indicador calculado para Portugal, com base na remuneração fixa.
GRI 102	102-40	Capítulo 2; Relatório e Contas Consolidadas 2019; www.ibersol.pt
GRI 102	102-41	Portugal: 1,54% - contrato coletivo (trabalhadores sindicalizados) e 98,46% - contrato coletivo por via de portaria de extensão (trabalhadores não sindicalizados) Espanha: 100% Angola: não aplicável
GRI 102	102-42	Capítulo 2; Relatório e Contas Consolidadas 2019; www.ibersol.pt
GRI 102	102-43	Identificação e auscultação de partes interessadas (ferramentas de auscultação implementadas) e desenvolvimento de ações de acordo com expectativas e necessidades; Sistema de Gestão Integrado (Certificação ISO 9001:2015)
GRI 102	102-44	Capítulo 1 e 2; Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 102	102-45	Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 102	102-46	Sistema de Gestão Integrado
GRI 102	102-47	Sistema de Gestão Integrado
GRI 102	102-48	Sistema de Gestão Integrado
GRI 102	102-49	Sistema de Gestão Integrado
GRI 102	102-50	Capítulo 1; Relatório e Contas Consolidadas 2018
GRI 102	102-51	Relatório de Sustentabilidade 2018
GRI 102	102-52	Ano civil (2019)
GRI 102	102-53	Verso da contracapa; www.ibersol.pt
GRI 102	102-54	Verso da contracapa; www.ibersol.pt

GRI Standards		
GRI Standard Number	Disclosure Number	Desempenho
GRI 102	102-55	Capítulo 7
GRI 102	102-56	Não aplicável
GRI 103	103-1	Sistema de Gestão Integrado
GRI 103	103-2	Sistema de Gestão Integrado
GRI 103	103-3	Sistema de Gestão Integrado
GRI 201	201-1	Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 201	201-2	Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 201	201-3	Não aplicável
GRI 201	201-4	Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 202	202-1	Portugal: 1 (M); 1 (H)
GRI 202	202-2	Portugal: 100% Espanha: 33% Angola: 0%  Consideram-se "Gestores de Topo" todos os Diretores de Negócio e Diretores de Funções Centrais.
GRI 203	203-1	Capítulo 4 e 5; Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 203	203-2	Capítulo 4 e 5; Relatório e Contas Consolidadas 2019
GRI 204	204-1	Não reportado
GRI 205	205-1	Não tendo sido identificado o risco de corrupção como um risco prioritário para os negócios e para as operações, não foram realizadas avaliações neste sentido. Não ocorreram até ao presente quaisquer casos de corrupção ou tentativa de suborno
GRI 205	205-2	Inexistentes
GRI 205	205-3	Não se verificaram casos de corrupção em 2019.
GRI 206	206-1	Inexistente
GRI 301	301-1	Não reportado
GRI 301	301-2	Capítulo 4
GRI 301	301-3	Capítulo 4
GRI 302	302-1	Capítulo 4
GRI 302	302-2	O Grupo Ibersol promove a eficiência logística, com recurso a um parceiro logístico e a armazéns avançados, definição de rotas eficientes, tendo em vista minimizar as deslocações dos fornecedores.
GRI 302	302-3	Capítulo 4
GRI 302	302-4	Capítulo 4
GRI 302	302-5	Capítulo 4
GRI 303	303-1	Capítulo 4
GRI 303	303-2	Não existem operações que afetem significativamente as fontes hídricas
GRI 303	303-3	Capítulo 4
GRI 304	304-1	Não existem instalações nem operações em áreas protegidas ou adjacentes
GRI 304	304-2	Não existem operações com impactos significativos na biodiversidade.
GRI 304	304-3	Não existem instalações nem operações em áreas classificadas como zonas de habitats protegidos ou restaurados
GRI 304	304-4	Não existem instalações nem operações em áreas classificadas como zonas de habitats de Espécies da Lista Vermelha da IUCN e espécies da lista nacional
GRI 305	305-1	Capítulo 4
GRI 305	305-2	Capítulo 4

GRI Standards		
GRI Standard Number	Disclosure Number	Desempenho
GRI 305	305-3	Capítulo 4
GRI 305	305-4	Capítulo 4
GRI 305	305-5	Capítulo 4
GRI 305	305-6	Capítulo 4
GRI 305	305-7	Capítulo 4
GRI 306	306-1	Não reportado
GRI 306	306-2	Capítulo 4
GRI 306	306-3	Não existiram derrames significativos
GRI 306	306-4	Inexistente
GRI 306	306-5	Inexistentes
GRI 307	307-1	Inexistentes
GRI 308	308-1	Todos os novos fornecedores foram avaliados segundo requisitos de conformidade ambiental
GRI 308	308-2	Inexistentes
GRI 401	401-1	Portugal: 7.478; 104%; Capítulo 2
GRI 401	401-2	Inexistentes
GRI 401	401-3	De acordo com a legislação aplicável
GRI 402	402-1	Todas as alterações respeitam o definido por lei. Na falta de regulamentação, os prazos são definidos casuisticamente em função da mudança em causa, de acordo com o planeamento definido
GRI 403	403-1	Inexistente. Há uma equipa de Segurança e Saúde no Trabalho que desenvolve e acompanha as melhores práticas na área e implementa-as nos <i>standards</i> do Grupo Ibersol e em programas formativos
GRI 403	403-2	Capítulo 5 (5.3) Portugal: Acidentes de trabalho 2019 no ano= 551 Acidentes no Trajeto no ano = 58 Dias Perdidos por acidente de trabalho no ano= 12.333 Dias Perdidos por acidente no trajeto no ano = 1.822
GRI 403	403-3	Não se verificam trabalhadores com atividades consideradas de alto risco.
GRI 403	403-4	Não aplicável
GRI 404	404-1	Capítulo 2 (2.8)
GRI 404	404-2	Capítulo 5 (5.2)
GRI 404	404-3	A periodicidade das avaliações de desempenho depende da antiguidade e nível interno sendo, no mínimo, realizada anualmente. Relativamente aos processos de evolução de carreira, a análise é casuística e tem como um dos <i>inputs</i> o resultado da avaliação de desempenho. As evoluções de carreira da Operação, Gestão de Turno e algumas funções da Direção de Unidade são analisadas numa base mensal. Para as restantes funções, as evoluções de carreira são tratadas num processo anual. Ambos os processos são aplicáveis a 100% dos colaboradores do Grupo.
GRI 405	405-1	Não reportado
GRI 405	405-2	O rácio de remuneração fixa das mulheres para os homens: Operação:1,00 Gestão Turno: 0,98 Direção Unidade: 0,92 Estrutura Negócios: 0,72 Funções Centrais: 0,78 Total: 1,00

GRI Standards		
GRI Standard Number	Disclosure Number	Desempenho
		Indicador calculado para Portugal
<b>GRI 406</b>	<b>406-1</b>	Inexistente
<b>GRI 407</b>	<b>407-1</b>	Inexistentes
<b>GRI 408</b>	<b>408-1</b>	Inexistentes
<b>GRI 409</b>	<b>409-1</b>	Inexistentes
<b>GRI 410</b>	<b>410-1</b>	Inexistentes
<b>GRI 411</b>	<b>411-1</b>	Inexistentes
<b>GRI 412</b>	<b>412-3</b>	Inexistentes
<b>GRI 412</b>	<b>412-2</b>	Inexistente em 2019
<b>GRI 412</b>	<b>412-1</b>	Não foi registada em 2019 qualquer operação que tenha sido objeto de reavaliações de Direitos Humanos e/ou avaliações de impacto neste aspeto.
<b>GRI 413</b>	<b>413-1</b>	Capítulo 5
<b>GRI 413</b>	<b>413-2</b>	Inexistentes
<b>GRI 414</b>	<b>414-1</b>	Não reportado
<b>GRI 414</b>	<b>414-2</b>	Inexistentes
<b>GRI 415</b>	<b>415-1</b>	Inexistentes
<b>GRI 416</b>	<b>416-1</b>	Capítulo 5 e 6
<b>GRI 416</b>	<b>416-2</b>	Portugal: 0,08 reclamações em 100.000 transações. Não confirmados incidentes após processo de averiguações; Sistemas de Gestão da Qualidade e de Segurança Alimentar certificados.  Espanha/EO: 0,14 reclamações em 100.000 transações Sistemas de Gestão da Qualidade e de Segurança Alimentar certificados.  Angola: 0 reclamações/0 não-conformidades de Segurança de Produto em controlo de laboratório, a incidir em particular em produto de risco (vegetais); Sistema de Gestão da Segurança Alimentar certificado.
<b>GRI 417</b>	<b>417-1</b>	100% de conformidade verificada na homologação de produtos
<b>GRI 417</b>	<b>417-2</b>	Inexistentes
<b>GRI 417</b>	<b>417-3</b>	Portugal: 0,69 reclamação em 100.000 transações Espanha/EO: 0,68 reclamações em 100.000 transações Sistemas de Gestão da Qualidade e de Segurança Alimentar certificados em ambos os mercados Angola: 0 reclamações. Sistema de Gestão da Segurança Alimentar certificado.
<b>GRI 418</b>	<b>418-1</b>	Sem relevância a considerar
<b>GRI 419</b>	<b>419-1</b>	Sem relevância a considerar



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

**31 de Dezembro de 2019**

**Ibersol S.G.P.S., S.A.**

**Demonstrações Financeiras Consolidadas**

**31 de Dezembro de 2019**

# Demonstrações Financeiras Consolidadas

**IBERSOL S.G.P.S., S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
 (valores em euros)

<b>ACTIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Não corrente</b>			
Activos Fixos Tangíveis	2.6 e 8	216 563 700	201 310 291
Direitos de uso	2.2, 2.18 e 7	321 812 178	-
Goodwill	2.7 e 9	87 968 225	90 846 327
Activos Intangíveis	2.7 e 9	36 440 964	36 146 157
Investimentos financeiros - empreendimentos conjuntos	2.3 e 10	2 566 336	2 459 842
Activos financeiros não correntes	2.9 e 10	435 226	211 430
Outros activos financeiros	2.9 e 11	2 710 150	15 753 485
Outros activos não correntes	2.11 e 12	8 238 111	12 921 343
Impostos diferidos	2.15 e 18	4 010 940	-
<b>Total de activos não correntes</b>	<b>6</b>	<b>680 745 830</b>	<b>359 648 875</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	2.10 e 13	12 014 986	11 622 326
Caixa e depósitos bancários	2.12 e 14	38 424 757	37 931 124
Imposto s/ rendimento a recuperar	2.15 e 18	1 502 658	3 574 662
Outros activos financeiros	2.9 e 11	12 916 621	3 855 375
Outros activos correntes	2.11 e 15	31 681 067	27 617 179
<b>Total de activos correntes</b>		<b>96 540 090</b>	<b>84 600 666</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>777 285 920</b>	<b>444 249 541</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos accionistas</b>			
Capital Social	2.13 e 16.1	36 000 000	36 000 000
Ações próprias	2.13 e 16.2	-11 180 516	-11 180 516
Prémios de emissão		469 937	469 937
Reservas legais		1 075 511	755 581
Reservas de conversão cambial		-10 355 553	-7 140 907
Outras reservas e resultados transitados		180 376 862	158 974 733
Resultado líquido do exercício		17 549 228	24 962 061
<b>Total do Capital Próprio atribuível aos accionistas</b>		<b>213 935 469</b>	<b>202 840 889</b>
Interesses que não controlam	16.4	293 007	329 204
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>214 228 476</b>	<b>203 170 093</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos	2.14 e 17	74 763 367	79 182 324
Responsabilidade com locações	2.2 e 17	286 206 086	-
Impostos diferidos	2.15 e 18	8 671 083	10 556 031
Provisões	2.16 e 19	33 257	3 244 724
Instrumentos financeiros derivados	2.21 e 20	128 699	177 570
Outros passivos não correntes	21	6 146	150 344
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>369 808 638</b>	<b>93 310 993</b>
<b>Corrente</b>			
Empréstimos	2.14 e 17	46 399 315	52 961 448
Responsabilidade com locações	2.2 e 17	53 777 115	-
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	2.11 e 22	77 816 608	81 387 772
Imposto s/ rendimento a pagar	2.15 e 18	689 748	162 901
Outros passivos correntes	23	14 566 020	13 256 334
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>193 248 806</b>	<b>147 768 455</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>563 057 444</b>	<b>241 079 448</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>777 285 920</b>	<b>444 249 541</b>

Porto, 5 de Maio de 2020

O Conselho de Administração,

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

**IBERSOL S.G.P.S., S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL**  
**DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
 (valores em euros)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Vendas	2.17 e 6	481 761 253	445 607 539
Prestações de serviços	2.17 e 6	3 626 196	4 503 303
Custo das vendas	13	-117 329 396	-108 799 400
Fornecimentos e serviços externos	24	-105 017 345	-149 938 133
Custos com o pessoal	25	-151 967 026	-137 120 057
Amortizações, deprec. e perdas imparidade de AFT, Direito de Uso, Goodwill e AI	6, 8 e 9	-86 615 669	-29 794 531
Outros proveitos /(custos) operacionais	26	8 462 038	6 796 012
<b>Resultados Operacionais</b>		<b>32 920 051</b>	<b>31 254 733</b>
Custo de Financiamento líquido	27	20 704 510	2 989 186
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP		102 494	39 456
Ganhos (perdas) participação de capital		-	-370 000
Ganhos (perdas) na posição monetária Líquida	2.22	-	1 206 056
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>12 318 035</b>	<b>29 141 059</b>
Imposto sobre o rendimento	28	-5 321 775	4 070 309
<b>Resultado líquido consolidado</b>		<b>17 639 810</b>	<b>25 070 750</b>
Outro rendimento integral:			
Varição da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		-3 214 646	-5 128 021
<b>RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO</b>		<b>14 425 164</b>	<b>19 942 729</b>
<b>Resultado líquido consolidado atribuível a:</b>			
Accionistas da empresa mãe		17 549 228	24 962 061
Interesses que não controlam	16	90 582	108 689
		<b>17 639 810</b>	<b>25 070 750</b>
<b>Rendimento integral consolidado atribuível a:</b>			
Accionistas da empresa mãe		14 334 582	19 834 040
Interesses que não controlam	16	90 582	108 689
		<b>14 425 164</b>	<b>19 942 729</b>
<b>Resultado por acção:</b>	29		
Básico		<b>0,54</b>	<b>0,77</b>
Diluído		<b>0,54</b>	<b>0,77</b>

Porto, 5 de Maio de 2020

O Conselho de Administração,

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

IBERSOL S.G.P.S., S.A.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA O QUARTO TRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(valores em euros)**

	Notas	4º TRIMESTRE (não auditado)	
		2019	2018
Vendas	2.17 e 6	128 261 835	113 240 809
Prestações de serviços	2.17 e 6	973 474	1 169 604
Custo das vendas	13	-30 283 665	-26 641 656
Fornecimentos e serviços externos	24	-30 295 736	-39 680 617
Custos com o pessoal	25	-42 150 037	-36 652 603
Amortizações, deprec. e perdas imparidade de AFT, Direito de Uso, Goodwill e AI	6, 8 e 9	-26 531 066	-11 226 132
Outros proveitos /(custos) operacionais	26	4 187 235	1 282 311
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>6</b>	<b>4 162 040</b>	<b>1 491 716</b>
Custo de Financiamento líquido	27	4 128 750	128 113
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP		-49 808	8 181
Ganhos (perdas) na posição monetária Líquida		-	-572 099
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>2.22</b>	<b>-16 518</b>	<b>799 685</b>
Imposto sobre o rendimento	28	-7 130 824	-402 374
<b>Resultado líquido consolidado</b>		<b>7 114 306</b>	<b>1 202 059</b>
Outro rendimento integral:			
Varição da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		-2 237 358	-146 825
<b>RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO</b>		<b>4 876 948</b>	<b>1 055 234</b>
<b>Resultado líquido consolidado atribuível a:</b>			
Accionistas da empresa mãe		7 067 034	1 281 178
Interesses não controlados	16	47 273	-79 119
		<b>7 114 307</b>	<b>1 202 059</b>
<b>Rendimento integral consolidado atribuível a:</b>			
Accionistas da empresa mãe		4 829 676	1 134 353
Interesses não controlados	16	47 273	-79 119
		<b>4 876 949</b>	<b>1 055 234</b>
<b>Resultado por acção:</b>	<b>29</b>		
Básico		<b>0,22</b>	<b>0,04</b>
Diluído		<b>0,22</b>	<b>0,04</b>

Porto, 5 de Maio de 2020

O Conselho de Administração,

# Demonstrações Financeiras Consolidadas

## IBERSOL S.G.P.S., S.A. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (valores em euros)

Nota	Atribuível a detentores do capital							Resultado Líquido	Total	Interesses que não Controlam	Total Capital Próprio
	Capital Social	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas legais	Reservas de conversão cambial	Outras Reservas e Resultados Transitados					
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2018</b>	30 000 000	-11 179 969	469 937	263 001	-2 012 886	139 507 205	30 849 460	187 896 747	723 445	188 620 193	
<b>Impacto IFRS 9</b>						-736 631		-736 631		-736 631	
<b>Impacto IFRS 15</b>						-		-		-	
<b>Alterações do período:</b>											
Aplicação do resultado consolidado de 2017:											
Transferência para reservas e resultados transitados				492 580		30 356 880	-30 849 460	-		-	
Aumento Capital	16	6 000 000				-6 000 000		-		-	
Compra minoritários Dehesa (Cisão Courtsfood)						-1 452 716		-1 452 716	-58 283	-1 510 999	
Reservas de conversão - Angola					-5 128 021			-5 128 021		-5 128 021	
(Aquisição)/alienação de acções próprias		-548						-548		-548	
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018							24 962 061	24 962 061	108 689	25 070 750	
<b>Total alterações do período</b>		6 000 000	-548	-	492 580	-5 128 021	22 904 164	-5 887 399	18 380 776	50 406	18 431 182
<b>Resultado líquido consolidado</b>							<b>24 962 061</b>	<b>24 962 061</b>	<b>108 689</b>	<b>25 070 750</b>	
Rendimento consolidado integral								19 834 040	108 689	19 942 729	
<b>Operações com detentores de capital no período</b>											
Aplicação do resultado consolidado de 2017:											
Dividendos distribuídos	31					-2 700 004		-2 700 004	-444 647	-3 144 651	
		-	-	-	-	-2 700 004	-	-2 700 004	-444 647	-3 144 651	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>36 000 000</b>	<b>-11 180 516</b>	<b>469 937</b>	<b>755 581</b>	<b>-7 140 907</b>	<b>158 974 733</b>	<b>24 962 060</b>	<b>202 840 886</b>	<b>329 204</b>	<b>203 170 093</b>
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2019</b>		36 000 000	-11 180 516	469 937	755 581	-7 140 907	158 974 733	24 962 061	202 840 889	329 204	203 170 093
<b>Alterações do período:</b>											
Aplicação do resultado consolidado de 2018:											
Transferência para reservas e resultados transitados				319 930		24 642 131	-24 962 061	-		-	
Reservas de conversão - Angola					-3 214 646			-3 214 646		-3 214 646	
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019							17 549 228	17 549 228	90 582	17 639 810	
<b>Total alterações do período</b>		-	-	-	319 930	-3 214 646	24 642 131	-7 412 833	14 334 582	90 582	14 425 164
<b>Resultado líquido consolidado</b>							<b>17 549 228</b>	<b>17 549 228</b>	<b>90 582</b>	<b>17 639 810</b>	
Rendimento consolidado integral								14 334 582	90 582	14 425 164	
<b>Operações com detentores de capital no período</b>											
Aplicação do resultado consolidado de 2018:											
Dividendos distribuídos	31					-3 240 002		-3 240 002	-126 779	-3 366 781	
		-	-	-	-	-3 240 002	-	-3 240 002	-126 779	-3 366 781	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>		<b>36 000 000</b>	<b>-11 180 516</b>	<b>469 937</b>	<b>1 075 511</b>	<b>-10 355 553</b>	<b>180 376 862</b>	<b>17 549 228</b>	<b>213 935 469</b>	<b>293 007</b>	<b>214 228 476</b>

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

**IBERSOL S.G.P.S., S.A.**  
**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
 (valores em euros)

	Nota	Exercícios findos em	
		31 de Dezembro	
		2019	2018
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		482 663 989	447 380 756
Pagamentos a fornecedores		-215 203 070	-258 891 439
Pagamentos ao pessoal		-133 584 413	-134 216 255
Fluxos gerados pelas operações		<u>133 876 506</u>	<u>54 273 062</u>
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento		-1 060 590	-2 124 359
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional		-15 838 149	-7 778 706
Fluxos das atividades operacionais (1)	14	<u><b>116 977 767</b></u>	<u><b>44 369 997</b></u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		135 987	489 152
Activos fixos tangíveis		17 441	31 251
Subsidios de Investimento			105 376
Juros recebidos	27	1 937 966	1 772 469
Outros activos financeiros	11	5 702 932	5 387 056
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	5	359 784	2 041 029
Outros activos financeiros	11	0	2 950 017
Activos fixos tangíveis		44 997 504	25 565 440
Activos intangíveis		3 614 955	3 599 069
Outros investimentos			4 000 000
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>-41 177 917</u>	<u>-30 370 251</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	17	34 186 930	11 786 179
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	17	38 258 742	19 474 431
Amortizações e juros de contratos de locação	17	61 343 677	1 102 878
Juros e custos similares	27	5 125 425	4 897 400
Dividendos pagos	31	3 366 781	3 144 647
Aquisição de acções próprias	16		548
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>-73 907 695</u>	<u>-16 833 725</u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>1 892 155</b>	<b>-2 833 979</b>
Variação perímetro		744 089	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		32 048 560	34 882 539
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	14	<b>34 684 804</b>	<b>32 048 560</b>

Porto, 5 de Maio de 2020

O Conselho de Administração,

# Demonstrações Financeiras Consolidadas

IBERSOL SGPS, S.A.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Grupo” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 659 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Pans & Company, Ribs, FrescCo, SantaMaría, Kentucky Fried Chicken, Burger King, O’ Kilo, Roulotte, Quiosques, Pizza Móvil, Miit, Taco Bell, Sol, Sugestões e Opções, Silva Carvalho Catering e Palace Catering, cafetarias e outras concessões. O Grupo possui 547 unidades de exploração própria e 112 em regime de franquia. Deste universo, 287 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 183 estabelecimentos próprios e 104 franquizados, e 10 em Angola e 7 noutras localizações.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

A Empresa-mãe e entidade controladora final da Ibersol SGPS é a sociedade ATPS – SGPS, S.A..

### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

Importa realçar que o Grupo adotou pela primeira vez, em 1 de Janeiro de 2019, a nova norma IFRS 16 – Locações. Adicionalmente, em virtude de Angola em 2019 ter deixado de reunir as condições estabelecidas na IAS 29 para ser considerada uma economia hiperinflacionária, o Grupo suspendeu a aplicação daquela norma às demonstrações financeiras das empresas daquele país, desde 1 de janeiro de 2019.

#### 2.1. Bases de apresentação, de consolidação e principais políticas contabilísticas

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standards Interpretation Committee (SIC), tal como adotadas e efetivas pela União Europeia à data de 1 de janeiro de 2019. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, foram efetuados ajustamentos de conversão para as IFRS.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, alterado para o justo valor no caso dos instrumentos financeiros derivados.

Com exceção da aplicação inicial de novas normas (ponto 2.2), as políticas contabilísticas adotadas a 31 de Dezembro de 2019 são idênticas às adotadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

A preparação das demonstrações financeiras requer estimativas e julgamentos da gestão, sendo os principais divulgados na Nota 4.

### 2.2 . Novas normas, alteração e interpretação adotadas

O grupo adotou pela primeira vez, em 1 de Janeiro de 2019, as novas normas IFRS 16 – Locações, IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos.

#### **a) IFRS 16 – Locações**

O IASB emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de Outubro. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A nova norma IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários.

O Grupo adoptou esta nova norma a partir de 1 de Janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, com activo igual ao passivo, nas contas consolidadas, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios do Grupo no momento da transição.

As locações do Grupo dizem respeito principalmente a contratos de arrendamento de lojas e armazéns. No que respeita aos compromissos anteriores com locações operacionais, na transição, o Grupo reconheceu em 1 de Janeiro de 2019, no seu Balanço Consolidado, direitos de uso no montante de 291.085.260 euros, responsabilidades por locação de 293.970.178 euros e um ajustamento em acréscimos e diferimentos de 4.987.328 euros.

No que respeita aos compromissos anteriores com locações, na transição, os valores contabilísticos dos activos e passivos por locação a 31 de Dezembro de 2018 (4.282.410 e 2.180.000 euros, respectivamente) foram assumidos como direitos de uso e responsabilidades por locação de acordo com a IFRS 16 a 1 de Janeiro de 2019 e os respetivos montantes reclassificados de ativos fixos tangíveis e empréstimos.

Na mensuração das responsabilidades por locação, o Grupo descontou os pagamentos das locações usando a sua taxa incremental de financiamento a 1 de Janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada encontra-se no intervalo de 3,5% – 6%, atendendo às características dos contratos (ativo subjacente, prazo e ambiente económico). Na aplicação da IFRS 16 pela primeira vez, o Grupo adotou o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é, ou contém, uma locação à data de aplicação inicial. Assim, o Grupo aplicou a presente norma, na data de aplicação inicial, aos contratos que foram previamente identificados como locações nos termos da IAS 17 Locações e da IFRIC 4 Determinar se um Acordo contém uma Locação.

O Grupo adotou ainda as seguintes isenções e expedientes práticos:

- i) não aplicar os requisitos da norma aos contratos de locação a curto-prazo (menos de 12 meses) e aos contratos de locação de ativos de baixo valor;
- ii) não aplicar os requisitos da norma às locações cujo contrato termine no prazo de 12 meses a contar da data de aplicação inicial;
- iii) aplicação de uma taxa de desconto única a uma carteira de locações com características razoavelmente semelhantes;
- iv) utilização da avaliação sobre se as locações são onerosas, nos termos da IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, realizada imediatamente antes da data de aplicação inicial, em alternativa à realização de uma análise de imparidade; e
- v) exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração inicial do direito de uso.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

O impacto da adoção da nova norma IFRS 16 nos saldos de abertura a 1 Janeiro 2019 foi como se apresenta:

	Ajust.transição		
	31/12/2018	IFRS 16	01/01/2019
<b>Activo</b>			
Activos Fixos Tangíveis	201 310 291	-4 282 410	197 027 881
Direitos de uso	-	291 085 260	291 085 260
Goodwill	90 846 327	-	90 846 327
Activos Intangíveis	36 146 157	-	36 146 157
Investimentos financeiros - empreendimentos conjuntos	2 459 842	-	2 459 842
Activos financeiros não correntes	211 430	-	211 430
Outros activos financeiros	15 753 485	-	15 753 485
Outros activos não correntes	12 921 343	-	12 921 343
<b>Total de activos não correntes</b>	<b>359 648 875</b>	<b>286 802 850</b>	<b>646 451 725</b>
Existências	11 622 326	-	11 622 326
Caixa e depósitos bancários	37 931 124	-	37 931 124
Imposto s/ rendimento a recuperar	3 574 662	-	3 574 662
Outros activos financeiros	3 855 375	-	3 855 375
Outros activos correntes	27 617 179	-872 860	26 744 319
<b>Total de activos correntes</b>	<b>84 600 666</b>	<b>-872 860</b>	<b>83 727 806</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>			
Capital Social	36 000 000	-	36 000 000
Acções próprias	-11 180 516	-	-11 180 516
Prémios de emissão	469 937	-	469 937
Reservas legais	755 581	-	755 581
Reservas de conversão cambial	-7 140 907	-	-7 140 907
Outras reservas e resultados transitados	158 974 733	-	158 974 733
Resultado líquido do exercício	24 962 061	-	24 962 061
	<b>202 840 889</b>	-	<b>202 840 889</b>
Interesses que não controlam	329 204	-	329 204
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>203 170 093</b>		<b>203 170 093</b>
Empréstimos	79 182 324	-2 180 000	77 002 324
Responsabilidade com locações	-	260 041 533	260 041 533
Impostos diferidos	10 556 031	-	10 556 031
Provisões	3 244 724	-	3 244 724
Instrumentos financeiros derivados	177 570	-	177 570
Outros passivos não correntes	150 344	-	150 344
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>93 310 993</b>	<b>257 861 533</b>	<b>351 172 526</b>
Empréstimos	52 961 448	-	52 961 448
Responsabilidade com locações	-	33 928 645	33 928 645
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	81 387 772	-5 860 188	75 527 584
Imposto s/ rendimento a pagar	162 901	-	162 901
Outros passivos correntes	13 256 334	-	13 256 334
<b>Total de passivos correntes</b>	<b>147 768 455</b>	<b>28 068 457</b>	<b>175 836 912</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>444 249 541</b>	<b>285 929 990</b>	<b>730 179 531</b>

A conciliação das responsabilidades divulgadas no ano anterior e as responsabilidades com locação iniciais, apresentam-se conforme segue:

<b>Compromissos com locações operacionais divulgadas a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>357.263.111</b>
Contratos que não relevam para IFRS 16 ao abrigo de expedientes práticos	(7.473.565)
<b>Responsabilidades com locações não descontadas a 1 de janeiro de 2019</b>	<b>349.789.546</b>
Efeito desconto	(66.151.009)
Ajustamentos como resultado de reavaliações de estimativas	5.266.723
<b>Responsabilidades com locações descontadas a 1 de janeiro de 2019</b>	<b>288.905.260</b>
Reclassificação de passivos de locação financeira	2.180.000
<b>Responsabilidades com locação reconhecidas a 1 de janeiro de 2019</b>	<b>291.085.260</b>

### **b) IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos**

Foi emitida em 7 de Junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

O Grupo optou por, na transição, adotar prospectivamente esta interpretação, sendo o efeito cumulativo da aplicação inicial, reconhecido à data de 1 de janeiro de 2019. Desta forma, esta abordagem para a transição, não exige a reexpressão da informação comparativa.

A IFRIC 23 foi adotada pela Regulamento da Comissão EU 2018/1595, de 23 de Outubro sendo de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A adoção desta norma não provocou impactos nas demonstrações financeiras do grupo.

### **c) Outras normas, alterações e interpretações adotadas em 2019**

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

#### **1) IFRS 9 (Alteração) – Características de pré-pagamento com compensação negativa**

Ativos financeiros que contenham características de pré-pagamento com compensação negativa podem agora ser mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral (OCI) se cumprirem os critérios relevantes da IFRS 9. O IASB clarificou igualmente que a IFRS 9 exige aos preparadores o recálculo do custo amortizado da modificação de passivos financeiros pelo desconto dos fluxos de caixa contratuais usando a taxa de juro efetiva original (EIR) sendo reconhecida qualquer ajustamento por via de resultados do período (alinhando o procedimento já exigido para os ativos financeiros). Esta alteração foi adotada pela Regulamento EU 2018/498 da Comissão sendo de implementação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

Esta alteração à norma não provocou impactos nas demonstrações financeiras do grupo.

#### **2) IAS 28 (Alteração) – Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos**

Em outubro de 2017, o IASB emitiu alterações à IAS 28 relativamente a participações de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

As alterações esclarecem que a IFRS 9 aplica-se a instrumentos financeiros em associadas ou empreendimentos conjuntos aos quais o método de equivalência patrimonial não é aplicado, incluindo interesses de longo prazo.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente nos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

Esta alteração à norma não provocou impactos nas demonstrações financeiras do grupo.

### 3) IAS 19 (Alteração) – Alterações, cortes ou liquidações do plano de benefícios atribuídos

Em fevereiro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 19. As alterações esclarecem a contabilização quando ocorre uma alteração, redução ou liquidação no plano de benefícios atribuídos.

As alterações agora especificam que uma entidade deve usar os pressupostos atualizados da remensuração de seu passivo de benefício definido líquido (ativo) para determinar o custo atual do serviço e os juros líquidos para o restante do período de relato após a mudança no plano.

Das alterações resulta uma alocação diferente do rendimento integral total entre custo do serviço, juros e outro rendimento integral.

As alterações aplicam-se prospectivamente a alterações, cortes ou liquidações de planos de benefícios atribuídos que ocorram no ou após o início do primeiro período de relato anual que comece em ou após 1 de janeiro de 2019.

### **d) Normas, alterações e interpretações emitidas (mas ainda não efetivas para a empresa), para as quais não se estimam impactos significativos:**

#### 1) Alterações à IFRS 3 – Concentração de Negócios

Em 22 de outubro de 2018, o IASB emitiu as alterações à sua definição de negócio.

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de criar outputs. As alterações também esclarecem que um conjunto de atividades e ativos pode se qualificar como um negócio sem incluir todos os inputs e processos necessários para criar outputs, ou incluindo os próprios outputs, substituindo o termo “capacidade de criar outputs” por “capacidade de contribuir para a criação de outputs”.

Deixa de ser necessário avaliar se os participantes do mercado são capazes de substituir inputs ou processos omissos (por exemplo, integrando as atividades e ativos adquiridos) e continuar produzindo outputs. As alterações concentram-se em se os inputs adquiridos e os processos substantivos adquiridos, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de criar outputs.

As alterações devem ser aplicadas às transações cuja data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte anual com início em ou após 1 de janeiro de 2020, sendo permitida a aplicação antecipada. Se as entidades aplicarem as alterações antecipadamente, devem divulgar esse facto.

#### 2) Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações financeiras

O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020, uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.

As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos com o objetivo de ajudar as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, dívida ou outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como correntes (a liquidar ou

potencialmente a liquidar no prazo de um ano) ou não correntes. As alterações incluem esclarecimentos sobre os requisitos de classificação de dívida que uma empresa pode liquidar convertendo em capital.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2022.

### 3) IFRS 17

O IASB emitiu em 18 de Maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro.

A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021.

Esta alteração não é aplicável ao grupo.

### **e) Normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, que a empresa optou pela não aplicação antecipada**

#### 1) Alterações à IAS 1 e IAS 8

Em 31 de outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à sua definição de materialidade para facilitar as empresas a fazer julgamentos de materialidade.

As alterações consistem em:

- substituir o termo “puder influenciar” por “puder razoavelmente considerar que poderá influenciar”;
- incluir o conceito de "ocultação" juntamente com os conceitos de “omissão” e "distorção" de informação na definição de materialidade;
- esclarecer que os “utentes” referidos são os principais utentes das demonstrações financeiras de carácter geral referidas na Estrutura Conceptual;
- alinhar a definição de materialidade entre as publicações IFRS.

A definição alterada de materialidade afirma, portanto, que “A informação é material se se puder razoavelmente considerar que a sua omissão, distorção ou ocultação poderá influenciar as decisões que os utentes primários das demonstrações financeiras de carácter geral tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras, que fornecem a informação financeira respeitante a uma determinada entidade que relata.”

As alterações são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2020, mas podem ser aplicadas antecipadamente.

#### 2) Alterações às referências à estrutura conceptual nas normas IFRS

Em março de 2018, o IASB emitiu um conjunto abrangente de conceitos para reporte financeiro, a Estrutura Conceptual revista para reporte financeiro (Estrutura Conceptual), que visa atualizar, nas normas existentes, as referências e citações da versão existente da Estrutura Conceptual ou da versão que foi substituída em 2010, substituindo-as por referências à Estrutura Conceptual revista.

A Estrutura Conceptual revista tem data efetiva de adoção de 1 de janeiro de 2020 - com adoção antecipada permitida - para empresas que usam a Estrutura Conceptual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma norma IFRS se aplica a uma transação específica.

#### 3) Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7

Em 26 de setembro de 2019, o IASB emitiu alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7. As alterações modificam alguns requisitos específicos de contabilidade de cobertura para aliviar os efeitos potenciais da incerteza causada pela reforma da IBOR. Além disso, as alterações exigem que as

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

empresas forneçam informações adicionais aos investidores sobre as suas relações de cobertura, que sejam diretamente afetadas por essas incertezas.

As alterações fornecem exceções para que as entidades apliquem os requisitos de contabilidade de cobertura, assumindo que o índice de referência da taxa de juro, em que se baseiam o risco coberto ou os fluxos de caixa cobertos do item coberto ou os fluxos de caixa do instrumento de cobertura, não seja alterado como resultado da reforma da IBOR. As exceções propostas aplicam-se apenas aos requisitos de contabilidade de cobertura e as alterações não proporcionam alívio de outras consequências decorrentes da reforma do benchmark da taxa de juro.

As alterações são de âmbito limitado. Se uma relação de cobertura deixar de cumprir com os requisitos de contabilidade de cobertura por outros motivos que não os especificados nas alterações, a descontinuação da contabilidade de cobertura continua a ser necessária.

Além disso, as alterações esclarecem que, se uma entidade designar fluxos de caixa baseados em benchmark de taxa de juro como o item coberto numa cobertura de fluxo de caixa, a entidade não assumirá, com o objetivo de medir a ineficácia da cobertura, que a substituição esperada do benchmark de taxa de juro por uma taxa de referência alternativa resultará num fluxo de caixa nulo após a substituição. O ganho ou a perda de cobertura deve ser mensurado usando os fluxos de caixa baseados em benchmark de taxa de juro ao aplicar uma técnica de valor presente, descontada a uma taxa de desconto de mercado que reflete as expectativas dos participantes do mercado sobre a incerteza resultante da reforma.

As alterações são obrigatórias para todas as relações de cobertura às quais as exceções são aplicáveis.

As alterações têm uma data efetiva de adoção de períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. É permitida a adoção antecipada. As alterações são aplicadas retrospectivamente às relações de cobertura existentes no início do período de relatório em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez e ao ganho ou perda reconhecidos em rendimento integral no início do período em que a entidade aplica pela primeira vez as alterações (isto é, mesmo que o período de relato não seja um período anual).

### 2.3 Consolidação

#### **(a) Subsidiárias**

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo esteja exposto ou tenha direitos, a retornos variáveis, em consequência do seu envolvimento nessas empresas, e tenha a capacidade de influenciar esses retornos, através do poder sobre essas empresas (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas, nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente na demonstração da posição financeira e demonstração do rendimento integral consolidados, na rubrica interesses que não controlam. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, os interesses que não controlam absorvem esse excesso, na % detida.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos custos de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração consolidada do rendimento integral consolidado.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Para as concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de atividades, com algumas alterações significativas:

- (i) os montantes que integram o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção de, transação a transação, mensurar os “interesses que não controlam” pela proporção do valor dos ativos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos.
- (ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos
- (iii) os interesses detidos anteriormente à obtenção do controlo são mensurados ao justo valor e adicionados ao preço de compra, para efeitos da aplicação do método da compra.

Igualmente foi aplicada desde 1 de Janeiro de 2010 a IAS 27 revista, a qual exige que todas as transações com os interesses que não controlam sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de goodwill ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre a entidade, qualquer interesse remanescente sobre a entidade é mensurado ao justo valor e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os saldos e ganhos decorrentes de transações entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido. As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, por forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

### **(b) Empresas controladas conjuntamente**

Os interesses do Grupo nas entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, pela aplicação da IFRS 11, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. O Grupo integra a sua parte nos ativos e passivos numa linha da Demonstração Consolidada da Posição Financeira e os custos e proveitos do empreendimento conjunto numa linha das Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral. Os saldos e transações entre empresas do Grupo e entidades conjuntamente controladas não são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da entidade conjuntamente controlada, na data de aquisição, é reconhecido como investimento financeiro.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 5.

### **(c) Associadas**

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Investimentos em associadas são apresentados ao custo. Os interesses do Grupo nas entidades associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias e associadas são considerados em resultados financeiros.

Os investimentos financeiros em associadas estão sujeitos a testes de imparidade sempre que haja indícios de imparidade. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo deduzido dos gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, cada participação é analisada separadamente. As perdas de imparidade em investimentos financeiros em associadas são reversíveis.

As entidades que se qualificam como associadas encontram-se listadas na nota 5.

## 2.4 Relato por segmentos

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade), cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho e relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A sede do Grupo – onde está também localizada a maior empresa operacional é em Portugal. A área de atividade é a restauração.

O grupo opera em três grandes segmentos de atividade:

- Restaurantes, que integra as unidades com oferta de restauração de serviço à mesa e de entrega ao domicílio;
- Counters, que compreende as unidades de venda ao balcão;
- Concessões e catering, que engloba todos os outros negócios, nomeadamente a atividade de catering e as unidades situadas em espaços concessionados.

Os ativos dos segmentos incluem, principalmente, ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, inventários, contas a receber e disponibilidades. São excluídos impostos diferidos, investimentos financeiros e derivados detidos para negociação ou designados como coberturas de empréstimos.

Os passivos dos segmentos correspondem a passivos operacionais. Excluem elementos como impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos), empréstimos e derivados de cobertura relacionados.

Os investimentos compreendem adições aos ativos fixos tangíveis (Nota 8) e ativos intangíveis (Nota 9).

Os investimentos estão alocados, em termos de segmentos, de acordo com esta tipologia de negócio.

### 2.5 Conversão cambial

#### **(a) Moeda Funcional e de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são elaboradas utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“A moeda funcional”). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional da Ibersol e moeda de apresentação do Grupo.

#### **(b) Transações e Saldos**

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários a taxas diferentes daquelas a que foram convertidos no reconhecimento inicial ou, em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do exercício, exceto se resultarem de itens monetários que façam parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira. Neste caso, as diferenças de câmbio são reconhecidas inicialmente em outro rendimento integral e são reclassificadas do capital próprio para o resultado líquido consolidado do exercício aquando da alienação total ou parcial daquela unidade operacional.

As diferenças de câmbio relacionadas com transações de financiamento (financeiras) são registadas como custos ou proveitos financeiros. As diferenças de câmbio relacionadas com actividades operacionais são registadas em subrubricas de “Outros proveitos / (custos) operacionais”.

#### **(c) Demonstrações Financeiras**

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

período. A diferença cambial resultante é registrada no capital próprio na rubrica de Reservas de Conversão Cambial.

O “goodwill” e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para Euro de acordo com a taxa de câmbio, à data do balanço.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda da alienação.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações e saldos expressos em Kwanzas em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram respetivamente de:

dez/19

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2019	Taxa média do ano 2019
 <b>Kwanza de Angola (AOA)</b>	536,193	408,497

dez/18

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2018	Taxa média do ano 2018
 <b>Kwanza de Angola (AOA)</b>	352,983	305,810

### 2.6 Ativos Fixos Tangíveis

Os edifícios e outras construções compreendem imóveis próprios afetos à atividade de restauração, bem como despesas com obras em propriedade alheia nomeadamente resultantes da instalação de lojas de restauração.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo histórico inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos com empréstimos incorridos e com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes são acrescentados às quantias pelo qual o bem está escriturado ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos inerentes fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método das quotas constantes, de forma a alocar o seu custo ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

- Edifícios e outras construções:	10-35 anos (*)
- Equipamentos:	10 anos
- Ferramentas e utensílios:	4 anos
- Viaturas:	5 anos
- Equipamento administrativo	10 anos
- Outras imobilizações corpóreas	5 anos

(\*) Os edifícios e outras construções propriedade do Grupo têm uma vida útil estimada até 50 anos.

Os valores depreciáveis dos ativos, as vidas úteis e o método de depreciação são revistos e ajustados, se necessário, na data da demonstração consolidada da posição financeira. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 2.8).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais na demonstração dos resultados.

Os ativos em curso encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso.

### 2.7 Ativos Intangíveis

#### **a) Goodwill**

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos, passivos, incluindo os contingentes, identificáveis da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto na data de aquisição. O Goodwill resultante da aquisição de subsidiárias está incluído em rubrica autónoma. O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual (ou em cada período de relato, em que se verifique a existência de indícios de imparidade) e é apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Eventuais perdas de imparidade não são objeto de reversão. Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o Goodwill referente à mesma.

O Goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização dos testes de imparidade.

#### **b) Propriedade industrial**

##### **b.1) Concessões e direitos de exploração**

As concessões e direitos de exploração são apresentados ao custo histórico. As concessões e direitos de exploração têm uma vida útil finita associada aos períodos contratuais e são apresentadas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

##### **b.2) Software**

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (que não excederá 5 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de software são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos diretamente associados à produção de software identificável e único controlado pelo Grupo e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretos incluem os custos com pessoal no desenvolvimento do software e a quota-parte de gastos gerais relevantes.

Custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados durante a sua vida útil estimada (que não excederá 5 anos).

##### **b.3) Marcas**

As marcas adquiridas em concentrações empresariais são refletidas ao justo valor à data da concentração (grupo Eat Out). A determinação da vida útil das marcas foi efetuada considerando o benchmark do sector para marcas desta dimensão, que na sua generalidade apontam para um período de vida útil de 20 anos.

### **c) Outros ativos intangíveis**

#### Pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios com pesquisas são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projetos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos de produtos existentes) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que o projeto seja um sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Os demais dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos não são reconhecidos como um ativo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto de acordo com o método das quotas constantes pelo período do seu benefício esperado, que não excederá cinco anos.

Os ativos em curso encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso.

#### 2.8 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os ativos intangíveis que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização mas são objeto de testes de imparidade anuais (ou em cada período de relato em que se verifique a existência de indícios de imparidade). Os ativos sujeitos a amortização são reavaliados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de ativos que inclui o ativo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. No caso dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, cada restaurante foi identificado como sendo uma unidade geradora de caixa. São considerados para realização de testes de imparidade os restaurantes que tendo pelo menos 2 anos de atividade, apresentem resultados operacionais deduzidos de amortização, depreciação e perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e goodwill, negativos.

O Goodwill é distribuído pelas unidades geradoras de fluxos (UGCs) do Grupo, identificadas em cada segmento de negócio.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base nos cálculos do valor de uso. Esses cálculos utilizam projeções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto são aplicadas após impostos e refletem riscos específicos relacionados com os ativos da UGC.

#### 2.9 Ativos Financeiros

##### 2.9.1 Classificação

A IFRS 9 introduziu um modelo de classificação de ativos financeiros com base no modelo de negócio utilizado na sua gestão e nas características dos fluxos de caixa contratuais, tendo sido

substituídos os requisitos anteriormente existentes, que determinavam o enquadramento nas categorias de ativos financeiros da IAS 39. Após 1 de Janeiro de 2018, o Grupo classifica os seus outros ativos financeiros, no momento do reconhecimento inicial, de acordo com os requisitos introduzidos pela IFRS 9, nas seguintes categorias de ativos.

### **a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se o objetivo inerente ao modelo de negócio é alcançado através da recolha dos respetivos fluxos de caixa contratuais e se os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas o pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor e subsequentemente mensurados ao seu custo amortizado.

Empréstimos e Contas a receber de clientes são geralmente detidos com o propósito de recolher os fluxos de caixa contratuais e é expectável que os fluxos de caixa contratuais subjacentes representem apenas o pagamento de capital e juros, pelo que cumprem com os requisitos para mensuração ao custo amortizado previstos na IFRS 9.

### **b) Ativos mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral**

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral se o objetivo inerente ao modelo de negócio utilizado é alcançado, quer pela recolha dos fluxos de caixa contratuais, quer pela venda de ativos financeiros e (se os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicial e subsequentemente mensurados ao seu justo valor, sendo as alterações ao seu valor contabilístico registadas por contrapartida de outro rendimento integral, exceto no que respeita ao reconhecimento de perdas por imparidade, juros e ganhos ou perdas cambiais, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados. Quando o ativo financeiro é desreconhecido, o ganho ou perda acumulado em outro rendimento integral é reclassificado para resultados.

### **c) Ativos mensurados ao justo valor através de resultados**

Os ativos financeiros que não reúnam as características para enquadramento nas situações referidas anteriormente são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, categoria residual nos termos da IFRS 9.

## 2.9.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da sua negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar esses ativos financeiros.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, quando o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou quando, não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

## 2.9.3 Imparidade

Até 31 de Dezembro de 2017, o Grupo efetuava uma avaliação quanto à existência de evidência objetiva de imparidade, conforme previsto na IAS 39, incluindo qualquer imparidade resultante de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medida de forma fiável.

Após 1 de Janeiro de 2018, a IFRS 9 estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas", que substitui o anterior modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39. Neste sentido, o Grupo passa a reconhecer perdas por imparidade antes de existir evidência objetiva de perda de valor decorrente de um evento passado. Este modelo é a base para o reconhecimento de perdas por imparidade em instrumentos financeiros detidos cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por outro rendimento integral.

O modelo de imparidade depende da ocorrência ou não de um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Caso o risco de crédito de um instrumento financeiro não

tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o Grupo reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos 12 meses seguintes. Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, o Grupo reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

Uma vez verificado o evento de perda nos termos da IFRS 9 ("prova objetiva de imparidade", de acordo com a terminologia da IAS 39), a imparidade acumulada é diretamente imputada ao instrumento em causa, sendo o seu tratamento contabilístico, a partir deste momento, similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro. O valor contabilístico do ativo é reduzido e o montante de perdas reconhecido na demonstração dos resultados. Se, num período subsequente, o montante de imparidade diminuir, o montante de perdas por imparidade previamente reconhecido é revertido igualmente na demonstração de resultados se a diminuição dessa imparidade estiver objetivamente relacionada com o evento ocorrido após o reconhecimento inicial.

### **a) Contas a receber de clientes**

O Grupo aplica o método simplificado e regista as perdas esperadas até à maturidade para todas as suas contas a receber, incluindo aqueles que incluam uma componente financeira significativa. As perdas esperadas estimadas foram calculadas com base na experiência de perdas reais ao longo de um período que, por negócio ou tipo de cliente, foram consideradas estatisticamente relevantes e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente.

### **b) Outros valores a receber e ativos financeiros**

Para ativos a receber valorizados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral, o Grupo prepara as suas análises com base no modelo geral. Na elaboração desta avaliação, o Grupo efetua estimativas com base no risco de incumprimento e taxas de perda, as quais requerem julgamento. Os inputs utilizados para a avaliação do risco para perdas nestes ativos financeiros incluem:

- ratings de crédito (na medida em que estejam disponíveis) obtidos através de informação disponibilizada pelas agências de rating como Standard and Poor's e Moody's;
- mudanças significativas no desempenho esperado e no comportamento do devedor; e
- dados extraídos do mercado, nomeadamente sobre probabilidades de incumprimento.

## 2.10 Inventários

Os inventários são apresentados ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é calculado utilizando o custo médio ponderado e é equivalente ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade.

Os custos com alimentação de pessoal são refletidos em gastos com pessoal, por contrapartida de regularização de existências.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de venda.

## 2.11 Contas a receber de clientes e outros devedores e contas a pagar a fornecedores e outros credores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, no caso de dívidas de médio e longo prazo, subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido do ajustamento de imparidade.

As dívidas a fornecedores e a terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado para que as mesmas reflitam o seu valor presente líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

### 2.12 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa inclui os valores em caixa, depósitos bancários e outros investimentos até 3 meses que possam ser imediatamente imobilizáveis, com baixo risco de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração de Fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e na Demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos Obtidos.

### 2.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, dos ingressos.

Quando alguma empresa do Grupo adquire ações da empresa-mãe (ações próprias), o valor pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as ações sejam canceladas, reemitidas ou alienadas. Quando tais ações são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, após dedução dos custos de transação diretamente imputáveis e de impostos, é refletido no capital próprio dos detentores do capital da empresa.

### 2.14 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo os custos de transação incorridos. Os empréstimos de médio e longo prazo são subsequentemente apresentados ao custo deduzido das amortizações efetuadas; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração consolidada do rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

### 2.15 Impostos correntes e impostos diferidos

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa incluída no perímetro de consolidação. Em Portugal, a estimativa de imposto (IRC) foi apurada ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Em Espanha, o imposto corrente das subsidiárias com sede em Vigo, Madrid e Barcelona (exceto Cortsfood e Dehesa) foi calculado ao abrigo do regime especial de tributação de grupos económicos. As restantes subsidiárias, com sede em Luanda - Angola, efetuam o cálculo do seu imposto corrente individualmente, à luz dos normativos em vigor no país da sua sede social (Nota 5).

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade usando o método do passivo e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transação não afete nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data da demonstração consolidada da posição financeira e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

### 2.16 Provisões e ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controle da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

### 2.17 Reconhecimento do rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

**a) Venda de bens – retalho**

A venda de bens é reconhecida quando o produto é vendido ao cliente. As vendas a retalho são normalmente efetuadas a dinheiro ou com pagamentos efetuados por cartão de débito ou crédito. As vendas de bens a clientes, associadas a eventos ou congressos, são reconhecidas no momento em que tais acontecimentos ocorrem.

**b) Prestação de serviços**

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência ao momento em que a transação fica concluída, à data da demonstração consolidada da posição financeira.

**c) Royalties**

Os royalties são reconhecidos segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos acordos relevantes.

### 2.18 Direito de uso e responsabilidades com locações

Uma locação é definida como um contrato ou parte de um contrato que transmite o direito de usar um ativo durante um certo período, em troca de uma retribuição.

Com a adoção da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, a distinção entre as locações operacionais (fora do balanço) e as locações financeiras (incluídas no balanço) foi eliminada ao nível do locatário, tendo sido substituída por um modelo em que é contabilizado um ativo identificado com um direito de uso e um passivo correspondente para todos os contratos de locação.

Na data de entrada em vigor da locação, o Grupo reconhece o passivo de locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data e o respetivo direito de uso.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os pagamentos relativos a componentes variáveis do contrato não são considerados como pagamentos de locação, sendo reconhecidos como gasto do exercício em que ocorrem.

### Direito de uso

O direito de uso é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação.

O direito de uso é constituído pelo valor inicial das responsabilidades com locações e por custos diretos iniciais e pagamentos efetuados ao locador antes da data de entrada em vigor da locação, deduzido de incentivos à locação recebidos.

O direito de uso é depreciado linearmente pelo prazo do contrato, compreendendo o período não cancelável durante o qual o locatário tem o direito de utilizar um ativo subjacente e (i) os períodos abrangidos por uma opção de prorrogação da locação, se o locatário tiver uma certeza razoável de exercer essa opção; (ii) os períodos abrangidos por uma opção de rescisão da locação, se o locatário tiver uma certeza razoável de não exercer essa opção.

Alternativamente, nos casos em que o Grupo tem intenção de exercer eventuais opções de compra do ativo subjacente existentes, o direito de uso é depreciado pela vida útil estimada do ativo.

### Responsabilidades com locações

As responsabilidades com locações são inicialmente mensuradas com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pelo efeito dos juros e dos pagamentos de locação, bem como pelas possíveis modificações dos contratos de locação. Os pagamentos de locação incluem os pagamentos efetuados a um locador pelo direito de uso de um ativo subjacente durante o prazo da locação (excluindo os pagamentos de locação variáveis) e incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, no caso de existir expectativa razoável que o Grupo a exerça, e o montante de penalidades por rescisão de contratos, se for razoavelmente certo que o Grupo acione a possibilidade de rescisão.

Para o apuramento do valor presente dos pagamentos de locação, nos casos em que não é possível obter a taxa de juro implícita, o Grupo utiliza a taxa incremental de financiamento, que representa a taxa de juro que o Grupo teria de pagar para pedir emprestado por um prazo semelhante, e com uma garantia semelhante, os fundos necessários para obter um ativo de valor equivalente ao ativo sob direito de uso num contexto económico semelhante.

Para determinar o prazo da locação, nos casos em que sejam definidas opções de prorrogação e/ou rescisão, o Conselho de Administração avalia os planos de negócio projetados e determina o prazo de locação que melhor reflete as suas expectativas de permanência no contrato. Esta expectativa pode ser ajustada em função de alterações nas condições de negócio.

As responsabilidades com locações são remensuradas em função de reavaliações ou alterações da locação.

## 2.19 Resultado por ação

### ***Básico***

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como ações próprias (Nota 16).

### ***Diluído***

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas, ajustado pelos dividendos de ações preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período acrescido do número médio de ações ordinárias emitíveis na conversão de ações ordinárias potenciais diluidoras.

### 2.20 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data da demonstração da posição financeira consolidada e a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas e da posição financeira consolidada (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos entre a data da demonstração da posição financeira consolidada e a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração consolidada da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados na nota 37.

### 2.21 Instrumentos financeiros derivados

A Ibersol utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de opções e swaps, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A Ibersol não utiliza instrumentos financeiros derivados para especulação. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pelo Grupo, em nome das empresas individuais, pelo departamento de tesouraria central, obedecendo a normas aprovadas pela respetiva Administração. Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira ao seu custo inicial e depois reajustados ao seu justo valor. No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

#### **Cobertura de Justo Valor**

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de reajustar o instrumento de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

#### **Cobertura de Fluxos de Caixa**

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidas em outro rendimento integral; a parte ineficaz será reconhecida diretamente nos resultados.

#### **Cobertura de Investimento Líquido**

Atualmente, a Ibersol não considera a realização de coberturas cambiais sobre investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras (subsidiárias), dado não ter investimentos significativos denominados em moeda diferente do euro.

A Ibersol tem bem identificada a natureza dos riscos envolvidos, documenta exaustiva e formalmente as relações de cobertura, garantindo através dos seus sistemas de informação, que cada relação de cobertura seja acompanhada pela descrição da política de risco da Ibersol, objetivo e estratégia para a cobertura, classificação da relação de cobertura, descrição da natureza do risco que está a ser coberto, identificação do instrumento de cobertura e item coberto, descrição da mensuração inicial e futura da eficácia e identificação da parte do instrumento de cobertura, se houver, que será excluída da avaliação da eficácia.

A Ibersol considera o desreconhecimento nas situações em que o instrumento de cobertura expirar, for vendido, terminar ou for exercido; a cobertura deixar de preencher os critérios para a contabilidade de cobertura; para a cobertura de fluxos de caixa, a transação prevista deixar de ser altamente provável ou deixar de ser esperada; por razões de gestão a empresa decidir cancelar a designação de cobertura.

### 2.22 Subsidiárias em que a moeda funcional é uma moeda de economia hiperinflacionária

Em virtude de Angola em 2019 ter deixado de reunir as condições estabelecidas na IAS 29 para ser considerada uma economia hiperinflacionária, o Grupo suspendeu a aplicação daquela norma

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

às demonstrações financeiras das empresas daquele país, desde 1 de janeiro de 2019. Os impactos apurados em exercícios anteriores resultantes desta norma, nomeadamente os associados aos ativos e passivos não monetários, manter-se-ão até que os ativos sejam alienados, consumidos ou amortizados e até que os passivos sejam alienados ou liquidados.

Em conformidade foi aplicado a IAS 29, nos exercícios de 2017 e 2018, segundo a qual as demonstrações financeiras de uma subsidiária que relata na moeda de uma economia hiperinflacionária necessitam de ser reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços do país em cuja moeda ela relata antes que sejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras reexpressas são depois transpostas às taxas de câmbio de fecho.

Porém, de acordo com o IAS 21, os resultados e a posição financeira de uma entidade cuja moeda funcional é uma moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser transpostos para a moeda de apresentação do grupo sem reexpressão dos comparativos. Assim, o início do primeiro período de aplicação do IAS 29 é 1 de Janeiro de 2017, sendo os ajustamentos a esta data registados por contrapartida de Resultados Transitados.

A reexpressão das demonstrações financeiras das subsidiárias cuja moeda funcional é uma moeda de uma economia hiperinflacionária requer a aplicação de certos procedimentos, tais como:

a) Seleção do índice geral de preços a utilizar

b) Demonstração da posição financeira:

i) Segregação dos itens monetários e não monetários

- itens monetários não têm de ser reexpressos

- itens não monetários têm de ser reexpressos, exceto os que são mensurados ao valor realizável líquido ou justo valor, na data de relato.

ii) Reexpressão dos itens não monetários: utilização do aumento acumulado da inflação desde a data de registo inicial até à data de relato.

iii) Reexpressão dos itens de capital próprio: no início do primeiro período de aplicação da IAS 29, os itens do capital próprio, exceto resultados retidos e qualquer excedente de revalorização, são reexpressos pela aplicação de um índice geral desde as datas em que os componentes foram constituídos ou surgiram. Qualquer excedente de revalorização que tenha origem em períodos anteriores é eliminado. Os resultados retidos reexpressos são determinados a partir de todas as outras quantias na demonstração da posição financeira reexpressa. No fim do primeiro período e nos períodos subsequentes, todos os componentes do capital próprio são reexpressos pela aplicação de um índice geral de preços desde o início do período ou da data da sua constituição se posterior.

c) Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral

i) Demonstração do outro rendimento integral: reexpressão dos itens do Outro rendimento integral pela aplicação da alteração no índice geral de preços a partir das datas em que os itens de rendimentos e gastos foram inicialmente registados nas demonstrações financeiras.

ii) Demonstração dos resultados: reexpressão dos itens dos resultados do exercício, pela aplicação da alteração no índice geral de preços a partir das datas em que os itens de rendimentos e gastos foram inicialmente registados nas demonstrações financeiras.

iii) Outros itens do rendimento ou dos gastos, tais como rendimentos e gastos de juros e diferenças de câmbio relacionadas com fundos investidos ou recebidos de empréstimo são também reexpressos, apesar de “compensarem” parcialmente o efeito da inflação.

iv) A determinação do índice de inflação a aplicar tendo em conta a data de registo de cada transação poderá exigir um nível de desagregação de informação muito significativo, pelo que se permite a utilização de médias mensais como uma aproximação à taxa de inflação a aplicar para cada transação.

d) Reconciliação dos ganhos / perdas da reexpressão por hiperinflação

São reconhecidos impostos diferidos sobre os ajustamentos resultantes da reexpressão dos itens não monetários.

### 3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

#### 3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco financeiro é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

#### a) **Risco de mercado**

##### i) Risco cambial

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamentos em moeda local. Uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão maioritariamente denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.

A principal fonte de exposição do Grupo advém do investimento fora da zona euro da operação que desenvolve em Angola, ainda de pequena dimensão e em fase de perda de peso na atividade do grupo. Os desequilíbrios da economia angolana acarretam uma escassez de moeda estrangeira em Angola, pelo que a desvalorização do Kwanza é um risco a considerar. Os financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos. Face às atuais limitações de pagamentos ao exterior, o grupo adotou uma política de monitorização mensal dos saldos credores em moeda estrangeira e a sua cobertura integral com a aquisição de Obrigações do Tesouro da República de Angola, indexadas ao USD.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a exposição cambial do Grupo era a seguinte:

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	ANO 2019			
	Kwanzas	Equivalente EUR	USD	Equivalente EUR
<b>Activos Financeiros</b>				
Caixa e depósitos bancários	446 232 877	832 224	5 753	5 331
Obrigações do tesouro	8 758 250 718	16 334 138	-	-
Outros	64 595 055	120 470	-	-
	9 269 078 650	17 286 832	5 753	5 331
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos	3 146 722 026	9 218 177	-	-
Fornecedores	168 518 692	314 287	1 271 421	1 178 107
Outros	6 089 475	11 357	-	-
	3 321 330 193	9 543 821	1 271 421	1 178 107

	ANO 2018			
	Kwanzas	Equivalente EUR	USD	Equivalente EUR
<b>Activos Financeiros</b>				
Caixa e depósitos bancários	944 565 782	2 675 955	449 172	402 571
Obrigações do tesouro	7 253 661 152	20 549 622	-	-
Outros	27 412 587	77 660	5 455	4 889
	8 225 639 520	23 303 237	454 628	407 460
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos	2 565 000 000	7 266 645	500 000	448 125
Fornecedores	170 684 625	483 550	2 947 444	2 641 647
Outros	3 610 430	10 228	-	-
	2 739 295 055	7 760 423	3 447 444	3 089 772

Adicionalmente, nas subsidiárias angolanas existem dívidas a fornecedores - maioritariamente empresas do grupo - denominadas em EUR que, após conversão, geram diferenças de câmbio nas demonstrações financeiras consolidadas (outros custos operacionais). Por outro lado, as mesmas subsidiárias detêm ativos financeiros indexados ao USD num montante necessário para fazer a cobertura integral do passivo em moeda estrangeira.

Devido a esta cobertura integral e com base nos valores referentes a 31 de Dezembro de 2019, qualquer simulação duma desvalorização do AKZ face ao USD e ao EUR, mantendo tudo o resto constante, não teria impacto negativo ao nível do Resultado Líquido do Grupo.

Simulando, com base nos valores referentes a 31 de Dezembro de 2019, uma desvalorização adicional do AKZ face ao USD e ao EUR na ordem dos 10% ou 15%, mantendo tudo o resto constante, o impacto no Capital Próprio do Grupo seria de 1.408 mil euros e 2.015 mil euros (1.471 mil euros e 2.065 mil euros, em 2018), respetivamente.

ii) Risco de preço

O Grupo não está significativamente exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Com exceção das Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o grupo não tem ativos remunerados com juros significativos. Assim sendo, o lucro e os fluxos de caixa da atividade de investimento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado. No que diz respeito às Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o juro é fixo, pelo que também não existe risco.

O risco principal de taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o atual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, de proceder à fixação das taxas de juro de cerca de 50% do montante em dívida.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

A dívida remunerada vence juros a taxa variável tendo sido uma parte objeto de fixação de taxa de juro através de um derivado swap taxa de juro. Os contratos swap de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro de uma parte dos empréstimos (papel comercial) de 19 milhões de euros têm subjacentes os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso idênticos às condições dos empréstimos. Em 2019, contratou-se 20 milhões de euros de dívida a taxa fixa.

Baseado em simulações realizadas a 31 de Dezembro de 2019, uma subida de mais 100 pontos base na taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do período de 513 mil euros (730 mil euros, em 2018).

### b) Risco de crédito

A principal atividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro, cartão de débito ou crédito (cartões refeição, etc.) ou outro tipo de pagamento eletrónico, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Em relação a clientes o risco está circunscrito aos negócios de Catering e vendas de mercadorias e serviços a franquizados que representam 6,4% do volume de negócios consolidado. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso, não existindo informação sobre o rating atribuído a essas entidades.

As disponibilidades do Grupo incluem, essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerado pelas operações e respetivos depósitos nas contas à ordem. Excluídos esses montantes, é reduzido o valor das aplicações financeiras a 31 de Dezembro de 2019, com exceção das já mencionadas OT's da República de Angola no montante de 16,3 milhões de euros, sujeitas ao risco país.

Os depósitos e outras aplicações financeiras encontram-se dispersos por várias instituições de crédito, não existindo, por conseguinte, concentração destes ativos financeiros.

Os ratings das principais instituições de crédito onde o grupo Ibersol tem depósitos a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, apresentam-se como segue:

Agência	Ano 2019		Ano 2018	
	Depósitos	Rating	Depósitos	Rating
Standard & Poor's	1 176 180	A	1155092,42	A
Standard & Poor's	1 935 814	A-	4 110 213	A-
Standard & Poor's	5 123 523	BBB+	2 799 113	BBB+
Standard & Poor's	17 686 064	BBB	16 836 985	BBB
Standard & Poor's	5 445 547	BBB-	4 060 127	BBB-
Standard & Poor's	-	BB-	-	BB-
Moody's	330 742	Baa1	-	Baa1
Moody's	-	Baa2	-	Baa2
Moody's	-	Baa3	-	Baa3
Moody's	919 341	Ba1	802 668	Ba1
Moody's	-	Ba3	-	Ba3
Moody's	-	B2	-	B2
Moody's	351 749	B3	236 117	B3
Moody's	2 846 633	Caa2	2 196 864	Caa2
Não disponível (Angola)	1 543 131	n/a	3 545 545	n/a

Os depósitos em Angola estão distribuídos por três dos maiores bancos comerciais em Angola – BFA, BCGA, ATL e BAI – mas que não têm notação de rating.

A qualidade do crédito de ativos financeiros não vencidos, sem imparidade, encontra-se detalhada na Nota 15.

### c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efetuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia, apesar de ser usual a sua renovação.

A 31 de Dezembro de 2019, o passivo corrente ascende a 193 milhões de euros, face a 96,5 milhões de euros de ativo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio e a que acresce uma grande componente de locações, noutra deve-se a alguns programas de Papel Comercial, com cláusulas de denúncia, em que se considera o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados. Durante o ano de 2020 prevê-se a manutenção da emissão do Papel Comercial considerado em dívida de curto prazo (10.000.000 euros). No entanto, os fluxos de caixa operacionais previstos e, em caso de necessidade, o papel comercial e as linhas de crédito contratadas, cujos montantes ainda não foram utilizados, são suficientes para liquidar a quase totalidade do passivo corrente.

Mesmo com reduzida utilização, o grupo tem contratado um montante significativo de linhas de curto prazo. Em 31 de Dezembro de 2019, a utilização das linhas de curto prazo de apoio à tesouraria era cerca de 35%. Os excedentes de disponibilidade e outras aplicações de 31 milhões de euros correspondem a 24% do passivo remunerado.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais não descontados:

	<u>até Dezembro 2020</u>	<u>de Dezembro de 2020 a 2039</u>
Empréstimos	46 399 315	74 763 367
Responsabilidade com locações	53 777 115	286 206 086
Outros passivos não correntes	-	6 146
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	67 704 058	-
Outros passivos correntes	4 576 409	-
<b>Total</b>	<u>172 456 898</u>	<u>360 975 599</u>

### 3.2. Risco de capital

#### a) **Rácio de alavancagem financeira**

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)) com o objetivo de o situar no intervalo 35%-70%.

O rácio de alavancagem financeira em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 foi de 26% e 27%, respetivamente, conforme evidenciado no quadro abaixo:

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	dez/19	31/12/2019 (s/ IFRS 16)	dez/18
Responsabilidade com locações	339 983 201	-	-
Empréstimos	121 162 682	132 095 130	132 143 772
Outros activos financeiros	-15 626 772	-15 626 772	-19 608 860
Caixa e depósitos bancários	-38 424 757	-38 424 757	-37 931 124
Endividamento líquido	407 094 354	78 043 602	74 603 788
Capital próprio	214 228 476	223 729 770	203 170 093
Capital total	621 322 830	301 773 371	277 773 881
<b>Rácio de alavancagem financeira</b>	66%	26%	27%

### b) Risco de contratos de franquia

Nos restaurantes em que opera com marcas internacionais, o grupo celebra contratos de franquia de longo prazo: 20 anos no caso da Burger King e 10 anos no caso da Pizza Hut e KFC, estes renováveis por outros 10 anos por opção do franquiado, desde que cumpridas algumas obrigações.

Tem vindo a ser prática que estes contratos no seu termo sejam renovados. Porém nada obriga os franquiados a fazê-lo, pelo que poderá verificar-se o risco de não renovação.

Nestes contratos é normal contratar-se o pagamento de um “Initial Fee” no início de cada contrato e de um “Renewall Fee” no termo do período inicial, para além de um royalty de operações e de marketing sobre as vendas efetuadas.

Periodicamente são negociados contratos de desenvolvimento que garantem o direito de abertura de novos restaurantes.

Neste momento está celebrado um contrato para a implantação de 80 restaurantes KFC no período que medeia entre Maio de 2017 e Maio de 2022.

### 3.3. Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados ativos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de demonstração consolidada da posição financeira. O preço do mercado usado para os activos financeiros do Grupo é o preço recebido pelos acionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado atualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

## 4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

O grupo efetua estimativas e premissas sobre o futuro. A contabilização resultante das estimativas raramente irá, por definição, corresponder aos resultados reais relatados. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são:

### a) Estimativa de imparidade do Goodwill

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade do Goodwill (ou em cada período de relato, em que se verifique a existência de indícios de imparidade), de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.7. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 9).

Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macro-económicos e aos pressupostos do negócio utilizados pela gestão. Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do goodwill pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderiam resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados.

### b) Impostos sobre o Rendimento

O Grupo está sujeito a Impostos sobre o Rendimento em Portugal (ao abrigo do RETGS), Espanha (consolidado fiscal) e Angola. É necessário julgamento significativo para determinar a estimativa de imposto sobre o rendimento, dado existirem inúmeras transações e cálculos, para as quais, a determinação final dos impostos é incerta durante o curso normal dos negócios. O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efetuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspeções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período de 6 anos. Noutros países em que o Grupo desenvolve a sua atividade estes prazos são diferentes, em regra superiores.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019, sendo certo que já foram revistos pela Autoridade Tributária e Aduaneira os períodos até 2015, inclusive.

### c) Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### d) Vida útil estimada e imparidade de Ativos tangíveis e intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são sujeitos a uma depreciação sistemática pelo período que se determina ser a sua vida útil económica.

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

A recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis requer a definição de estimativas e pressupostos por parte da Gestão, nomeadamente, quando aplicável, no que diz respeito ao apuramento do valor de uso no âmbito dos testes de imparidade às unidades geradoras de caixa do Grupo.

e) Perdas por imparidade previstas

Na aplicação dos modelos de perdas por imparidades esperadas, o Grupo avalia as probabilidades de incumprimento e as perdas estimadas em caso de incumprimento, conforme divulgado na nota 2.9.3. Esta avaliação envolve estimativas relevantes por parte do Grupo, as quais são baseadas num conjunto de informação histórica e de pressupostos, os quais poderão vir a não ser representativos da incobrabilidade futura dos devedores do Grupo.

f) Prazo da locação e taxa de financiamento incremental

Para o apuramento dos impactos estimados da adoção da IFRS 16, o Grupo realiza estimativas sobre os prazos de locação e as suas taxas de financiamento incremental, quando não existe informação sobre a taxa de juro implícita, as quais incorporam riscos específicos de mercado e da própria entidade que requerem que o Grupo realize julgamentos e estimativas relevantes, como o prazo da locação até à data de Break Clauses unilaterais da Ibersol.

### 5. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

5.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 são as seguintes:

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Firma	Sede	% Participação	
		dez/19	dez/18
<b><u>Empresa mãe</u></b>			
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe
<b><u>Empresas filiais</u></b>			
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.	Funchal	100%	100%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100%	100%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Restmon Portugal, Lda	Porto	61%	61%
Vidisco, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Inverpeninsular, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
(d) Ferro & Ferro, Lda.	Porto	-	-
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Charlotte Develops, SL	Vigo - Espanha	100%	100%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100%	100%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100%	100%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Porto	100%	100%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Porto	100%	100%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100%	100%
(b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo - Espanha	100%	100%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100%	100%
SEC - Eventos e Catering, S.A.	Porto	100%	100%
IBERSOL - Angola, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
HCI - Imobiliária, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
Ibergourmet Produtos Alimentares (ex-Gravos 2012, S.A.)	Porto	100%	100%
Lusinver Restauracion, S.A.	Vigo - Espanha	100%	100%
The Eat Out Group S.L.U.	Barcelona - Espanha	100%	100%
Pansfood, S.A.U.	Barcelona - Espanha	100%	100%
Foodstation, S.L.U	Barcelona - Espanha	100%	100%
(c) Dehesa de Santa Maria Franquicias, S.L.	Barcelona - Espanha	100%	100%
(c) Cortsfood, S.L.	Barcelona - Espanha	50%	50%
<b><u>Empresas associadas</u></b>			
(e) Ziaicos - Serviços e gestão, Lda	Porto	40%	-
<b><u>Empresas controladas conjuntamente</u></b>			
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50%	50%

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que atua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respetivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do ano funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respetivos restaurantes.

(c) Participação adquirida a interesses que não controlam (50%) no exercício de 2018, com constituição por Cisão da subsidiária Cortsfood. Apesar da empresa-mãe deter 50% dos direitos de voto, existe controlo da subsidiária Cortsfood.

(d) Fusão da subsidiária Ferro & Ferro na Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.,

(e) Associada constituída em 2019 (nota 5.2.1).

A sede é o local de desenvolvimento do negócio de cada entidade listada.

Estas empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada, UQ Consult e à associada Ziaicos, foi aplicado o método de equivalência patrimonial em função da percentagem de participação detida pelo grupo (Nota 2.3).

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

### 5.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

#### 5.2.1. Aquisição de novas sociedades

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 não ocorreram aquisições de subsidiárias.

Em 2019 foi constituída a associada Ziaicos.

#### 5.2.2. Alienações

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 não ocorreram alienações de subsidiárias.

#### 5.2.3. Outras alterações no perímetro de consolidação

Com referência a 1 de janeiro de 2019, o Grupo passou a controlar as operações de quatro unidades, integrando nas suas contas consolidadas os respetivos ativos, passivos e resultados das operações destas unidades. A essa mesma data, o Grupo efetuou uma análise do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes que passou a controlar tendo reconhecido um goodwill total relativamente ao conjunto destas operações de 1.121.898 euros.

## 6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Administração da Ibersol monitoriza o negócio com base na seguinte segmentação (Nota 2.4):

SEGMENTO	MARCAS						
<b>Restaurantes</b>	Pizza Hut	Pasta Caffè	Pizza Movil	FresCo	Ribs	StaMaria	
<b>Counters</b>	KFC	O'Kilo	Miit	Burger King	Pans &C. <sup>a</sup>	Quiosques	Taco Bell
<b>Concessões e Catering</b>	Sol (AS)	Concessões	Catering	Lojas conveniência		Travel	

### INFORMAÇÃO DETALHADA REFERENTE AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

	Restaurantes		Counters		Concessões e Catering		Outros, eliminações e ajustamentos		Total Grupo	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2 019	2 018
<b>Volume de Negócios</b>	117 490 729	111 368 519	233 595 967	210 708 864	133 845 661	127 631 661	455 093	401 798	485 387 449	450 110 842
<b>Resultado operacional deduzido de amort, deprec. e perdas por imparidade</b>	22 560 396	15 694 335	50 836 022	30 364 593	45 797 738	14 990 336	341 564	-	119 535 720	61 049 264
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	16 277 812	9 520 941	28 200 572	14 312 454	40 458 672	6 513 480	1 678 613	-552 344	86 615 669	29 794 531
<b>Resultado operacional</b>	6 282 584	6 173 394	22 635 450	16 052 139	5 339 066	8 476 856	-1 337 048	552 344	32 920 051	31 254 733
<b>Custo de Financiamento líquido</b>									20 704 510	2 989 186
Outras perdas e ganhos não operacionais									102 494	875 512
Imposto sobre o rendimento									-5 321 775	4 070 309
<b>Resultado líquido consolidado</b>									17 639 809	25 070 750
<b>Total de activos alocados*</b>	107 316 064	91 837 162	323 975 084	229 593 989	309 506 689	85 440 675	11 641 356	11 522 920	752 439 193	418 394 747
<b>Total de passivos alocados*</b>	43 889 096	23 845 452	136 827 119	55 287 774	249 561 743	15 686 772	1 263 577	7 705	431 541 536	94 827 703
Investimento em activos fixos tangíveis e intangíveis	1 595 843	8 730 007	33 098 270	27 555 973	10 065 095	1 352 734	-	110 327	44 759 208	37 749 042

\* não alocados, essencialmente, outros ativos financeiros, empréstimos e impostos diferidos.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

### INFORMAÇÃO POR MARCA (Volume de Negócios)

O volume de negócios por marca (sub-segmentos) detalha-se conforme segue:

Marca/Segmento	2019	2018	Var %
Pizza Hut	75 255 562	70 948 264	6,1%
Pasta Caffè	3 315 905	3 521 954	-5,9%
Pizza Móvil	11 006 310	12 048 473	-8,6%
FrescCo	4 236 657	4 395 026	-3,6%
Ribs	23 553 724	20 277 143	16,2%
Santa Maria	122 570	177 659	-31,0%
<b>Restaurantes</b>	<b>117 490 729</b>	<b>111 368 519</b>	<b>5,5%</b>
Burger King	134 669 270	115 252 698	16,8%
Pans & Company	53 866 674	53 896 013	-0,1%
KFC	40 803 529	37 228 929	9,6%
O'Kilo/Miit	2 066 486	2 000 889	3,3%
Quiosques	2 171 502	2 330 334	-6,8%
Taco Bell	18 507	-	
<b>Counters</b>	<b>233 595 967</b>	<b>210 708 864</b>	<b>10,9%</b>
Sol (Áreas Serviço)	6 832 223	6 026 423	13,4%
Travel (Aeroportos)	111 833 826	110 184 003	1,5%
Catering	15 179 612	11 421 235	32,9%
<b>Concessões e Catering</b>	<b>133 845 661</b>	<b>127 631 661</b>	<b>4,9%</b>
Outros	455 093	401 798	13,3%
<b>TOTAL</b>	<b>485 387 449</b>	<b>450 110 842</b>	<b>7,8%</b>

### INFORMAÇÃO POR GEOGRAFIA

O detalhe de réditos e ativos não correntes por geografia a 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 apresenta-se como segue:

31 DE DEZEMBRO DE 2019	Portugal	Angola	Espanha	Grupo
<b>Volume de Negócio</b>	<b>260 956 704</b>	<b>13 399 927</b>	<b>211 030 818</b>	<b>485 387 449</b>
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	169 294 718	22 077 918	61 632 028	253 004 664
Direitos de uso	77 689 558	1 213 084	242 909 536	321 812 178
Goodwill	7 605 482	-	80 362 743	87 968 225
Impostos diferidos activos	-	-	4 010 940	4 010 940
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2 566 336	-	-	2 566 336
Activos financeiros não correntes	435 226	-	-	435 226
Outros activos financeiros	-	2 710 150	-	2 710 150
Outros activos não correntes	-	-	8 238 111	8 238 111
<b>Total de activos não correntes</b>	<b>257 591 320</b>	<b>26 001 152</b>	<b>397 153 358</b>	<b>680 745 830</b>

## *Demonstrações Financeiras Consolidadas*

<b>31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>Portugal</b>	<b>Angola</b>	<b>Espanha</b>	<b>Grupo</b>
<b>Volume de Negócio</b>	<b>226 454 655</b>	<b>17 748 173</b>	<b>205 908 014</b>	<b>450 110 842</b>
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	150 170 067	25 730 368	61 556 013	237 456 448
Goodwill	7 605 482	-	83 240 845	90 846 327
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2 459 842	-	-	2 459 842
Activos financeiros não correntes	211 430	-	-	211 430
Outros activos financeiros	-	15 753 485	-	15 753 485
Outros activos não correntes	-	-	12 921 343	12 921 343
<b>Total de activos não correntes</b>	<b>160 446 821</b>	<b>41 483 853</b>	<b>157 718 201</b>	<b>359 648 875</b>

### 7. DIREITOS DE USO

No exercício de 2019 o movimento ocorrido no valor dos direitos de uso, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, apresenta-se conforme segue:

	<b>Direitos de uso</b>
<b>01 de Janeiro de 2019</b>	
Valor líquido inicial (Nota 2.2)	291 085 260
Adições	88 072 137
Diminuições	1 467 059
Amortização do exercício	55 878 164
<b>Valor líquido final</b>	<b>321 812 178</b>
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	
Custo	377 307 656
Amortização acumulada	55 495 482
<b>Valor líquido</b>	<b>321 812 178</b>

### 8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso	Total
<b>01 de Janeiro de 2018</b>						
Custo	15 551 381	243 311 373	127 906 062	25 621 216	1 675 874	414 065 908
Depreciação acumulada	226 667	92 908 055	95 172 615	16 877 084	-	205 184 420
Imparidade Acumulada	-	9 837 119	1 013 238	58 914	-	10 909 271
<b>Valor líquido</b>	<b>15 324 714</b>	<b>140 566 200</b>	<b>31 720 210</b>	<b>8 685 219</b>	<b>1 675 874</b>	<b>197 972 217</b>

<b>01 de Janeiro de 2018</b>						
Valor líquido inicial	15 324 714	140 566 200	31 720 210	8 685 219	1 675 874	197 972 217
Economia Hiperinflacionária (IAS 29)	636 821	866 426	204 363	39 617	-48 172	1 699 055
Conversão cambial	-1 451 675	-3 487 482	-1 732 828	-381 881	-35 010	-7 088 876
Adições	-	22 459 004	9 916 886	2 755 073	560 641	35 691 604
Diminuições	-	599 668	38 421	24 260	538 056	1 200 405
Transferências	-	47 057	487 068	84 340	-618 465	-
Depreciação exercício	18 973	15 774 618	7 088 709	1 605 514	-	24 487 815
Imparidade exercício	-	1 385 106	-	-	-	1 385 106
Reversão de imparidade	-	-109 615	-	-	-	-109 615
<b>Valor líquido final</b>	<b>14 490 886</b>	<b>142 801 429</b>	<b>33 468 569</b>	<b>9 552 595</b>	<b>996 812</b>	<b>201 310 291</b>

<b>31 de Dezembro de 2018</b>						
Custo	14 731 098	260 017 140	134 098 549	27 727 867	996 812	437 571 466
Depreciação acumulada	240 212	106 579 970	99 691 547	18 116 824	-	224 628 553
Imparidade Acumulada	-	10 635 741	938 433	58 448	-	11 632 622
<b>Valor líquido</b>	<b>14 490 886</b>	<b>142 801 429</b>	<b>33 468 569</b>	<b>9 552 595</b>	<b>996 812</b>	<b>201 310 291</b>

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso	Total
<b>01 de Janeiro de 2019</b>						
Valor líquido inicial	14 490 886	142 801 429	33 468 569	9 552 595	996 812	201 310 291
Alteração de política contabilística (IFRS 16)	-	-3 335 985	-899 062	-47 363	-	-4 282 410
Variações do perímetro de consolidação	-	1 600 000	845 363	119 304	-	2 564 667
Conversão cambial	-542 668	-1 209 078	-540 488	-117 382	-19 445	-2 429 061
Adições	-	25 420 469	11 712 366	3 596 959	3 144 834	43 874 629
Diminuições	-	1 298 973	119 844	25 680	43 908	1 488 406
Transferências	-	39 603	280 569	34 644	-504 148	-149 332
Depreciação exercício	28 749	12 999 373	8 257 847	1 995 447	-	23 281 415
Imparidade exercício	-	492 746	-	-	-	492 746
Reversão de imparidade	-	-724 062	-198 182	-15 236	-	-937 480
<b>Valor líquido final</b>	<b>13 919 470</b>	<b>151 249 408</b>	<b>36 687 810</b>	<b>11 132 865</b>	<b>3 574 147</b>	<b>216 563 700</b>

<b>31 de Dezembro de 2019</b>						
Custo	14 163 037	267 021 639	138 067 977	30 839 024	3 574 147	453 665 824
Depreciação acumulada	243 567	105 564 602	100 649 863	19 662 947	-	226 120 979
Imparidade Acumulada	-	10 207 629	730 304	43 212	-	10 981 144
<b>Valor líquido</b>	<b>13 919 470</b>	<b>151 249 408</b>	<b>36 687 810</b>	<b>11 132 865</b>	<b>3 574 147</b>	<b>216 563 700</b>

Em 2019 foi realizado um investimento de cerca de 54 milhões, na abertura de 40 novas unidades, fundamentalmente 14 Burger King, 3 KFC e 3 Pizza Hut em Portugal, e 5 concessões nos aeroportos de Alicante, Barcelona e Las Palmas, 2 Burger King e 2 Pans em Espanha. Sobre parte do investimento em Espanha foram efetuados contratos de leasing no montante de cerca de 10 milhões (direitos de uso, nota 9).

Em 2018 foi realizado um investimento de cerca de 35 milhões de euros, na abertura de 41 novas unidades, fundamentalmente, 10 Burger King em Portugal e 12 concessões em Espanha.

### **Ativos Fixos Tangíveis – Testes de imparidade**

A aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos tangíveis e a realização dos respetivos testes, se necessários, foram efetuados numa base anual tal como referido na nota 2.8. Para efeitos de aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos tangíveis, foram considerados pelo Grupo os seguintes indicadores:

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

- 2 anos de atividade,
- resultados operacionais deduzidos de amortização, depreciação e perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e goodwill, negativos.

Tendo sido registadas imparidades nos exercícios em alguns ativos e revertida imparidade em outros ativos, não são divulgadas as informações sobre os eventos e condições que levaram ao reconhecimento da imparidade e que levaram à reversão da imparidade, exigíveis nos termos da IAS 36.130 a) e as alíneas c) e d) bem como pela IAS 36.131. Essa informação também não é disponibilizada na nota 35, para as restantes situações alvo de imparidade/ reversão.

### Métodos e pressupostos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os métodos e os principais pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade aos principais ativos tangíveis do Grupo que evidenciavam indícios de imparidade foram os seguintes:

	2019		2018	
	Portugal	Espanha	Portugal	Espanha
Método utilizado	Valor de Uso		Valor de Uso	
Base utilizada *	Projeções com perpetuidade	Projeções com perpetuidade	Projeções com perpetuidade	Projeções com perpetuidade
Período Utilizado (anos)	5	5	5	5
Taxa de desconto do período (WACC)	5,60%	5,20%	5,83%	5,33%

\* A taxa de desconto apresentada foi calculada com base na metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital).

A taxa de crescimento na perpetuidade utilizada nas projeções de cash flows é de 2,5%.

A evolução positiva da economia dos países da Península Ibérica e consequente redução das taxas de risco dos países e mercados, em paralelo com uma redução nas taxas de juro, conduzem a uma taxa aplicável ligeiramente inferior em 2019.

### Resultados dos testes de imparidade

Dos testes efetuados aos restaurantes do grupo Ibersol com indícios de imparidade, resultou a necessidade de registar imparidade no montante de 492.745 euros e 1.385.106 euros em 2019 e 2018, respetivamente e reversões de imparidade nos montantes 937.480 e 109.615 eur em 2019 e 2018, respetivamente, relativos a ativos fixos tangíveis, conforme segue:

Unidade	Ano 2019		
	Valor recuperável (valor de uso)	Valor contabilístico dos ativos	Perda por imparidade
Ribs (1 unidade)	539 050	864 530	325 480
Pizza Movil (2 unidades)	-	167 265	167 265
<b>TOTAL</b>	<b>539 050</b>	<b>1 031 795</b>	<b>492 745</b>

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Ano 2018			
Unidade	Valor recuperável (valor de uso)	Valor contabilístico dos ativos	Perda por imparidade
Pasta caffè (1 unidade)	-	211 714	211 714
Sol (2 unidades)	-	40 976	40 976
Pizza Móvil (5 unidades)	-	397 567	397 567
Ribs (1 unidade)	-	385 345	385 345
Pans & C. <sup>a</sup> (2 unidades)	616 182	965 685	349 503
<b>TOTAL</b>	<b>616 182</b>	<b>2 001 287</b>	<b>1 385 106</b>

As reversões de imparidade em 2019 e 2018, apresentam-se como segue:

Unidade	Ano 2019	Ano 2018
Pizza Hut (2 unidades)	403 720	-
Burger King (1 unidade)	262 209	-
Pasta caffè (1 unidade)	211 714	-
Roulotte (1 unidade)	59 837	-
Pizza Hut (1 unidade)	-	109 615
<b>TOTAL</b>	<b>937 480</b>	<b>109 615</b>

### Análise de sensibilidade

Em 2019, a análise da sensibilidade à taxa de desconto apresenta-se como segue:

Taxa de desconto	Imparidade	Imparidade adicional	Observações
4,20%	167 235	-325 480	
4,70%	357 317	-135 428	
5,20%	492 745		Valor da imparidade registada
5,70%	679 105	186 360	(1)
6,20%	861 139	368 394	(1)

(1) para um aumento da taxa de desconto de 0,5% e 1% resultaria numa perda adicional de 186.360 euros e 368.394 euros, respetivamente.

Em 2019, a análise da sensibilidade à taxa de crescimento na perpetuidade apresenta-se como segue:

Taxa crescimento perpetuidade	Imparidade	Variação na imparidade
mais 1% que a base	184 298	-308 447
mais 0,5% que a base	373 271	-119 474
base: 2,5%	492 745	
menos 0,5% que a base	649 526	156 781
menos 1% que a base	810 231	317 486

As amortizações do exercício, depreciações e perdas por imparidade de AFT e AI, apresentam-se conforme segue:

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	Ano 2019			Ano 2018		
	Activos Fixos tangíveis	Direitos de uso, Activos intangíveis e Goodwill	TOTAL	Activos Fixos tangíveis	Activos intangíveis e Goodwill	TOTAL
Amortizações do exercício (1)	23 281 415	59 248 307	82 529 722	24 487 815	1 852 361	26 340 175
Imparidade do exercício	492 746	4 000 000	4 492 746	1 385 106	2 032 182	3 417 289
Outros	-406 799	-	-406 799	37 067	-	37 067
	<u>23 367 362</u>	<u>63 248 307</u>	<u>86 615 669</u>	<u>25 909 988</u>	<u>3 884 543</u>	<u>29 794 531</u>

(1) aumento decorre da aplicação da IFRS 16, de acordo com nota 2.2.

### 9. ACTIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Os ativos intangíveis e o goodwill decompõem-se como se segue:

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Goodwill	87 968 225	90 846 327
Activos intangíveis	<u>36 440 964</u>	<u>36 146 157</u>
	<b><u>124 409 189</u></b>	<b><u>126 992 484</u></b>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis e goodwill, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Marcas	Propriedade Industrial	Outros Activos intangíveis	Activos Intangíveis em curso	Total
<b>01 de Janeiro de 2018</b>						
Custo	92 862 786	22 000 000	40 254 584	13 873 100	1 312 455	170 302 925
Amortização acumulada	-	1 283 333	25 197 741	12 135 892	-	38 616 967
Imparidade acumulada	-	-	3 665 332	41 875	-	3 707 206
<b>Valor líquido</b>	<b><u>92 862 786</u></b>	<b><u>20 716 667</u></b>	<b><u>11 391 511</u></b>	<b><u>1 695 333</u></b>	<b><u>1 312 455</u></b>	<b><u>127 978 752</u></b>
<b>01 de Janeiro de 2018</b>						
Valor líquido inicial	92 862 786	20 716 667	11 391 511	1 695 333	1 312 455	127 978 752
Economia Hiperinflacionária (IAS 29)	-	-	43 435	-	89 612	133 047
Conversão cambial	-	-	-226 244	-	-266 369	-492 613
Adições	-	-	1 854 935	217 503	1 244 006	3 316 444
Diminuições	-	-	54 932	-	3 670	58 602
Transferências	-	-	5 552	-	-5 552	-
Amortização do exercício	-	1 100 000	547 555	204 805	-	1 852 361
Imparidade Exercício	2 016 459	-	15 723	-	-	2 032 182
<b>Valor líquido final</b>	<b><u>90 846 327</u></b>	<b><u>19 616 667</u></b>	<b><u>12 450 980</u></b>	<b><u>1 708 028</u></b>	<b><u>2 370 483</u></b>	<b><u>126 992 484</u></b>
<b>31 Dezembro de 2018</b>						
Custo	90 846 327	22 000 000	42 232 722	12 960 943	2 370 483	170 410 475
Amortização acumulada	-	2 383 333	26 100 687	11 211 040	-	39 695 060
Imparidade acumulada	-	-	3 681 055	41 875	-	3 722 930
<b>Valor líquido</b>	<b><u>90 846 327</u></b>	<b><u>19 616 667</u></b>	<b><u>12 450 980</u></b>	<b><u>1 708 028</u></b>	<b><u>2 370 483</u></b>	<b><u>126 992 484</u></b>

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	Goodwill	Marcas	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
<b>01 de Janeiro de 2019</b>						
Valor líquido inicial	90 846 327	19 616 667	12 450 980	1 708 028	2 370 483	126 992 484
Alteração de política contabilística (IFRS 16)	-	-	-	-	-	-
Variações do perímetro de consolidação	1 121 898	-	-	-	-	1 121 898
Conversão cambial	-	-	-74 408	-	-100 681	-175 089
Adições	-	-	3 372 763	317 030	244 781	3 934 574
Diminuições	-	-	37 273	-	57 258	94 530
Transferências	-	-	442 100	600 000	-1 042 100	-
Amortização do exercício	-	1 100 000	1 737 240	532 903	-	3 370 143
Imparidade exercício	4 000 000	-	-	-	-	4 000 000
<b>Valor líquido final</b>	<b>87 968 225</b>	<b>18 516 667</b>	<b>14 416 923</b>	<b>2 092 155</b>	<b>1 415 225</b>	<b>124 409 189</b>
<b>31 de Dezembro de 2019</b>						
Custo	87 968 225	22 000 000	45 735 432	13 793 294	1 415 225	170 912 176
Amortização acumulada	-	3 483 333	27 637 453	11 659 270	-	42 780 056
Imparidade acumulada	-	-	3 681 055	41 875	-	3 722 930
<b>Valor líquido</b>	<b>87 968 225</b>	<b>18 516 667</b>	<b>14 416 923</b>	<b>2 092 155</b>	<b>1 415 225</b>	<b>124 409 189</b>

### Goodwill – Testes de imparidade

O goodwill não é amortizado. O Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill anualmente, ou sempre que existam indícios de imparidade, tal como referido na nota 2.8.

Para efeitos de testes de imparidade às UGCs, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. O valor recuperável das UGC deriva de pressupostos relativos à atividade, designadamente, volumes de vendas, custos operacionais, investimentos previstos nomeadamente aberturas, remodelações e encerramentos de unidades, impacto de outros players do mercado, projeções internas da Gestão e performance histórica.

Estas projeções resultam dos orçamentos para o ano seguinte e da estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de quatro anos refletida nos planos de médio longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Tendo sido registadas imparidades nos exercícios em alguns ativos e revertida imparidade em outros ativos, não são divulgadas as informações sobre os eventos e condições que levaram ao reconhecimento da imparidade e que levaram à reversão da imparidade, exigíveis nos termos da IAS 36.130 a) e as alíneas c) e d) bem como pela IAS 36.131. Essa informação também não é disponibilizada na nota 35, para as restantes situações alvo de imparidade/ reversão.

#### Métodos e pressupostos:

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os métodos e os principais pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade ao goodwill do Grupo foram os seguintes:

	2019			2018		
	Portugal	Espanha	Espanha (Vidisco)	Portugal	Espanha	Espanha (Vidisco)
Método utilizado	Valor de Uso			Valor de Uso		
Base utilizada *	Projeções com perpetuidade					
Período Utilizado (anos)	5	5	5	5	5	5
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Taxa de desconto do período (WACC)	5,60%	5,20%	8,00%	5,83%	5,33%	8,60%

(\*) A taxa de desconto apresentada foi calculada com base na metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital).

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os restantes pressupostos inerentes aos testes de imparidade, são específicos de cada segmento e variam consoantes as estimativas futuras do Conselho de Administração.

A evolução positiva da economia dos países da Península Ibérica e conseqüente redução das taxas de risco dos países e mercados, em paralelo com uma redução nas taxas de juro, conduzem a uma taxa aplicável ligeiramente inferior em 2019.

### Resultados dos testes de imparidade:

Em 2019, dos testes efetuados resultou a necessidade de registar uma imparidade no montante de 4.000.000 euros em goodwill, conforme segue:

Unidade	Ano 2019		
	Valor recuperável (valor de uso)	Valor dos ativos	Perda por imparidade
Vidisco (UGC)	3 116 746	7 116 746	4 000 000
<b>TOTAL</b>	<b>3 116 746</b>	<b>7 116 746</b>	<b>4 000 000</b>

Em 2018, dos testes efetuados resultou a necessidade de registar uma imparidade no montante de 2.032.182 euros, relativos a ativos intangíveis e goodwill, conforme segue:

Unidade	Ano 2018		
	Valor recuperável	Valor dos ativos	Perda por imparidade
Sol (2 unidades)	-	15 723	15 723
Vidisco (UGC)	7 116 287	9 132 746	2 016 459
<b>TOTAL</b>	<b>7 116 287</b>	<b>9 148 469</b>	<b>2 032 182</b>

### Análise de sensibilidade:

Em 2019, a análise da sensibilidade à taxa de desconto apresenta-se como segue:

Taxa de desconto	Imparidade	Imparidade adicional /(Excesso)	Observações
7,00%	2 353 842	-1 646 158	
7,50%	3 261 364	-738 636	
8,00%	4 000 000		Valor da imparidade registada (*)
8,50%	4 612 262	612 262	(1)
9,00%	5 127 624	1 127 624	(1)

(1) para uma variação da taxa de desconto da perpetuidade de 0,5% e 1% resultaria numa perda adicional de 612.262 euros e 1.127.624, respetivamente.

Em 2019, a análise da sensibilidade à taxa de crescimento na perpetuidade apresenta-se como segue:

Taxa crescimento perpetuidade	Imparidade	Imparidade adicional /(Excesso)
mais 1% que a base	2 704 161	-1 295 839
mais 0,5% que a base	3 417 362	-582 638
base: 2,5%	4 000 000	
menos 0,5% que a base	4 484 860	484 860
menos 1% que a base	4 894 703	894 703

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

O Goodwill é alocado a cada um dos grupos de unidades geradoras de caixa homogêneas como segue:

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Restaurantes	11 740 829	14 618 931
Counters	37 199 991	37 199 991
Concessões e Catering	38 847 684	38 847 684
Outros, eliminações e ajustamentos	179 721	179 721
	<u>87 968 225</u>	<u>90 846 327</u>

Em relação aos segmentos supra, foram identificados os seguintes grupos de unidades geradoras de caixa homogêneas:

	<b>UGC</b>	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
<u>Restaurantes</u>			
Ribs		5 175 479	4 053 581
Frescco		1 476 821	1 476 821
Pizza Movil		3 116 287	7 116 287
Pizza Hut		1 972 242	1 972 242
Sub-total		<u>11 740 829</u>	<u>14 618 931</u>
<u>Counters</u>			
Pans & C. <sup>e</sup>		11 850 160	11 850 160
Burger King		24 641 046	24 641 046
KFC		708 785	708 785
Sub-total		<u>37 199 991</u>	<u>37 199 991</u>
<u>Concessões e Catering</u>			
Concessões e travel		35 823 319	35 823 319
Catering		3 024 365	3 024 365
Sub-total		<u>38 847 684</u>	<u>38 847 684</u>
Outros		179 721	179 721
<b>TOTAL</b>		<u>87 968 225</u>	<u>90 846 327</u>

### Restantes Ativos – Marcas, Propriedade Industrial e Outros Ativos Intangíveis

Nos restantes ativos intangíveis, de vida útil definida, os testes de imparidade realizados revelaram que o valor recuperável é superior em mais de 20% do valor contábilístico.

Foram efetuadas avaliações com base no valor de uso calculado com base no método de Discounted Cash Flow (DCF) e que sustentam a recuperabilidade dos valores de goodwill.

Os valores a que se chegou são sustentados pelo desempenho histórico, pelas expectativas de desenvolvimento dos mercados e pelos planos estratégicos de desenvolvimento de cada negócio.

A propriedade industrial inclui: os direitos de exploração de espaços (direitos de ingresso ou direitos de superfície), os direitos de exploração de Marcas e os direitos de concessão.

Os principais direitos de exploração do grupo referem-se aos direitos de franquia pagos a marcas internacionais na abertura dos restaurantes que operam com a marca: 20 anos no caso da Burger King e 10 anos no caso da Pizza Hut e KFC, estes renováveis por outros 10 anos por opção do franquiado.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

A 31 de Dezembro de 2019, as concessões, incluídas na rubrica propriedade industrial, e a respetiva vida útil associada, são apresentados como segue:

<b>Direitos de Concessão</b>	<b>N.º anos</b>	<b>Ano limite de utilização</b>
Area Serviços da Lusoponte	33	2032
Marina Expo	28	2026
Área Serviço 2ª Circular (KFC)	10	2027
Marina de Portimão	60	2061
Área de serviço A8 Torres Vedras	20	2021
Área Serviço Aeroporto	20	2021
Pizza Hut Foz	10	2020
Pizza Hut e Pasta Caffé Cais Gaia	20	2024
Área Serviço Modivas	28	2031
Áreas Serviço Barcelos	30	2036
Áreas Serviço Alvão	30	2036
Áreas Serviço Lousada (Felgueiras)	24	2030
Áreas Serviço Vagos	24	2030
Áreas Serviço Aveiro	24	2030
Áreas Serviço Ovar	24	2030
Áreas Serviço Gulpilhares (Vilar do Paraíso)	24	2030
Áreas Serviço Talhada (Vouzela)	25	2031
Áreas Serviço Viseu	25	2031
Áreas Serviço Matosinhos	24	2030
Áreas Serviço Maia	26	2032

Com os mesmos pressupostos da taxa de desconto e crescimento enunciada na nota 8, concluiu-se da inexistência de imparidades adicionais para os ativos intangíveis, para além dos montantes referidos na nota de ativos fixos tangíveis.

### 10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

#### 10.1. Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A	2 562 599	2 459 842
Ziaicos - Serviços e gestão, Lda	3 737	-
	<b>2 566 336</b>	<b>2 459 842</b>
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	<b>2 566 336</b>	<b>2 459 842</b>

#### 10.2. Ativos financeiros não correntes

Os ativos financeiros não correntes dizem respeito a participações financeiras (inferiores a 20%) em entidades não cotadas.

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Activos financeiros não correntes	699 226	475 430
	<b>699 226</b>	<b>475 430</b>
Perdas de imparidade acumuladas (1)	264 000	264 000
	<b>435 226</b>	<b>211 430</b>

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

(1) em virtude de não ser possível determinar com fiabilidade o justo valor da participação da Change Partners, por prudência, a sociedade registou uma perda de imparidade igual ao valor de aquisição.

### 11. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O montante de ativos financeiros, refere-se à aquisição de Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, reajustáveis em conformidade com a variação da taxa de câmbio, de referência do Banco Nacional de Angola para a compra de Dólares dos Estados Unidos da América, com taxas de juro do cupão predefinidas por maturidade, conforme segue:

	dez/19			dez/18		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Obrigações de tesouro	13 501 309	2 832 828	16 334 138	4 040 342	16 509 280	20 549 622
<b>Sub-total</b>	<b>13 501 309</b>	<b>2 832 828</b>	<b>16 334 138</b>	<b>4 040 342</b>	<b>16 509 280</b>	<b>20 549 622</b>
Perdas de imparidade acumuladas	584 688	122 678	707 366	184 967	755 795	940 762
<b>TOTAL</b>	<b>12 916 621</b>	<b>2 710 150</b>	<b>15 626 772</b>	<b>3 855 375</b>	<b>15 753 485</b>	<b>19 608 860</b>

Os índices utilizados de Probabilidade de incumprimento (Probability of Default) e Perda dado o incumprimento (Loss Given Default) estão de acordo com a publicação da Moodys e da S&P, cerca de 7,34% (7,63% em 2018), considerando o rating da republica de Angola, e 59% (60% em 2018), respetivamente.

#### 11.1. Não Corrente

	dez/19	dez/18
Obrigações de tesouro	2 832 828	16 509 280
	<b>2 832 828</b>	<b>16 509 280</b>
Perdas de imparidade acumuladas	122 678	755 795
	<b>2 710 150</b>	<b>15 753 485</b>

#### Não corrente

Emissão	22/01/2016	17/03/2016	30/05/2018
Vencimento	16/09/2022	15/03/2021	23/02/2021
Câmbio BNA	154,84	158,155	236,359
Quantidade	975	857	749
Valor a 31/12/2019	1 018 914	956 769	857 146
Rentabilidade anual bruta	5%	7,75%	7%

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 11.2. Corrente

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>		
Obrigações de tesouro	13 501 309	4 040 342		
	<b><u>13 501 309</u></b>	<b><u>4 040 342</u></b>		
Perdas de imparidade acumuladas	584 688	184 967		
	<b><u>12 916 621</u></b>	<b><u>3 855 375</u></b>		
Emissão	10/08/2017	12/09/2017	07/11/2017	09/02/2018
Vencimento	08/08/2020	05/09/2020	01/07/2020	28/07/2020
Câmbio BNA	165,094	165,096	165,097	208,618
Quantidade	830	603	500	761
Valor a 31/12/2019	926 625	673 199	558 208	866 784
Rentabilidade anual bruta	7%	7%	7%	7%
Emissão	24/10/2017	07/11/2017	30/11/2017	14/12/2017
Vencimento	24/10/2020	30/10/2020	27/11/2020	12/12/2020
Câmbio BNA	165,097	165,097	165,098	165,098
Quantidade	821	725	500	2000
Valor a 31/12/2019	916 578	809 402	558 208	2 232 832
Rentabilidade anual bruta	7%	7%	7%	7%
Emissão	21/11/2017	28/11/2017	15/12/2017	18/12/2017
Vencimento	20/11/2020	06/10/2020	12/12/2020	12/12/2020
Câmbio BNA	165,098	165,098	165,098	165,098
Quantidade	830	615	1 500	900
Valor a 31/12/2019	926 625	695 230	1 674 624	1 004 774
Rentabilidade anual bruta	7%	7%	7%	7%
Emissão	11/04/2016	20/07/2018	28/12/2017	
Vencimento	13/02/2020	20/11/2020	27/12/2020	
Câmbio BNA	162,082	254,902	165,098	
Quantidade	812	600	82	
Valor a 31/12/2019	881 228	685 445	91 546	
Rentabilidade anual bruta	5%	7%	7%	

### 12. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

A decomposição dos outros ativos não correntes apresenta-se como segue:

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Outros Devedores não correntes (1)	8 164 336	8 781 933
Créditos concedidos a terceiros	464 334	4 479 410
Saldos em imparidade	-390 559	-340 000
	<b><u>8 238 111</u></b>	<b><u>12 921 343</u></b>

(1) o saldo da rubrica outros devedores não correntes é maioritariamente constituído por depósitos e cauções constituídos em Espanha, resultantes de contratos de arrendamento. As contas a

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

receber de outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, no caso de dívidas de médio e longo prazo, subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido do ajustamento de imparidade.

No ano de 2019 e 2018, foi aplicada uma taxa de desconto de 2%, reconhecendo o diferimento corrente no montante de 163.257 eur (nota 15) e não corrente no montante de 714.049 euros. Desta atualização das cauções constituídas em Espanha resultou uma perda no montante de 51.106 euros em 2018 e um ganho no montante de 246.330 eur em 2019 (Nota 27).

Em 2018 foi constituída uma imparidade no montante de 340.000 euros (nota 26), sobre um saldo a receber de um franquiado da Vidisco, atualizada no exercício de 2019 para 390.559 eur.

### 13. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o detalhe dos inventários do grupo era o seguinte:

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11 701 304	11 237 246
Mercadorias	388 663	460 061
	<u>12 089 967</u>	<u>11 697 307</u>
Diminuições	<u>-74 981</u>	<u>-74 981</u>
<b>Inventários líquidos</b>	<u><b>12 014 986</b></u>	<u><b>11 622 326</b></u>

O custo dos inventários reconhecidos, em 2019, como gasto e incluído na rubrica “custo das vendas” totalizou 117.329.396€ (em 2018: 1108.799.400€), conforme se evidencia abaixo:

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Inventário inicial M+MP	11 697 307	12 164 888
Conversão cambial	-546 938	-1 103 696
Varição perímetro	40 909	-
Compras	122 425 272	113 244 710
Regularização de inventários	-4 197 186	-3 809 195
Inventário final M+MP	12 089 967	11 697 307
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<u><b>117 329 396</b></u>	<u><b>108 799 400</b></u>

O valor das regularizações de inventários diz, fundamentalmente, respeito às refeições do pessoal no local de trabalho e a embalagens de consumo

### 14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	dez/19	dez/18
Numerário	1 065 534	1 082 754
Depósitos bancários	37 358 723	36 847 870
Aplicações de tesouraria	500	500
Caixa e depósitos bancários no balanço	38 424 757	37 931 124
Descobertos bancários	-3 739 953	-5 882 564
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa (1)	34 684 804	32 048 560

(1) não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso do grupo Ibersol. Deste montante 761.361 euros (3.067.700 euros em 2018) estão depositados em Angola existindo restrições ao seu uso fora do país, nomeadamente autorização do BNA e acesso à compra de divisas.

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários (Nota 17).

O montante de outros pagamentos/recebimentos relativos à atividade operacional na demonstração consolidada de fluxos de caixa inclui, essencialmente, pagamentos à Segurança Social, IVA e relacionados com outros devedores e credores.

### 15. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros ativos correntes em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

	dez/19	dez/18
Clientes (1)	9 398 831	9 546 044
Estado e outros entes públicos (2)	6 264 376	4 364 242
Outros devedores (3)	8 659 243	6 721 003
Adiantamentos a fornecedores c/c	226 991	425 158
Adiantamentos a fornecedores imobilizado	539 636	-
Acréscimos de proveitos (4)	7 600 004	6 929 484
Custos diferidos (5)	1 577 647	2 562 368
<b>Outros activos correntes</b>	<b>34 266 728</b>	<b>30 548 299</b>
Perdas de imparidade acumuladas	2 585 661	2 931 120
	<b>31 681 067</b>	<b>27 617 179</b>

(1) Saldos decorrentes, essencialmente, da atividade de Catering e Franquias desenvolvida pelo grupo Ibersol no montante, respetivamente, de cerca de 3,3 milhões euros e 5,1 milhões de euros (2,3 milhões euros e 6 milhões de euros em 2018).

(2) Saldo decorrente, essencialmente, dos valores de IVA a recuperar 6.114.088 euros (4.364.204 euros em 2018).

(3) Saldo diz respeito, fundamentalmente, a vales de refeição (entregues pelos clientes), adiantamentos diversos, saldos devedores de fornecedores c/c, débitos a fornecedores, pela recuperação de encargos e pelas participações de marketing e rappel.

(4) Detalhe da rubrica acréscimos de proveitos:

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	dez/19	dez/18
Juros a receber	245 981	333 804
Contratos com fornecedores	5 660 143	5 215 082
Compensação Ascendi (Nota 26)	486 528	572 398
Programa cartão continente	505 961	499 470
Outros	701 392	308 730
	<b>7 600 004</b>	<b>6 929 484</b>

(5) Detalhe da rubrica custos diferidos:

	dez/19	dez/18
Rendas e condomínios (fora do âmbito da IFRS16)	357 156	1 400 411
Valor desconto cauções (Nota 12)	163 257	151 372
Fornecimento e serviços externos	407 358	311 919
Encargos com matérias primas	66 122	14 976
Outros	583 754	683 690
	<b>1 577 647</b>	<b>2 562 368</b>

As dívidas de Terceiros podem ser decompostas da seguinte forma em termos de imparidade:

	dez/19		dez/18	
	c/ Imparidade	s/ Imparidade	c/ Imparidade	s/ Imparidade
<b>Clientes c/c</b>	2 161 837	7 236 994	2 712 748	6 833 296
<b>Outros devedores</b>	423 824	8 235 419	218 372	6 502 631
	<b>2 585 661</b>	<b>15 472 413</b>	<b>2 931 120</b>	<b>13 335 927</b>

No que diz respeito às dívidas sem imparidade a sua antiguidade apresenta-se como segue:

	dez/19	dez/18
dívida não vencida	2 474 797	2 912 522
dívida vencida:		
há menos de 1 mês	3 896 995	2 987 010
entre um e três meses	4 883 702	1 768 270
há mais de três meses	4 216 920	5 668 124
	<b>15 472 413</b>	<b>13 335 927</b>

A principal atividade do Grupo é a exploração de lojas de diversas marcas próprias e franquias (nota 3.b), e o modo de pagamento preferencial das suas vendas é por cash, cartão de débito (ou outro tipo de cartão, por exemplo, cartão refeição). Assim sendo, o maior volume de créditos resulta da atividade de catering, apesar de estar implementado o modelo de pagamento por adiantamento no momento da contratação do evento, bem como dos fornecimento de mercadorias e débito de royalties aos franquias.

Ao longo de 2019 uma parte significativa das lojas exploradas pela Ibersol aderiram à entrega em casa via agregadores, o que resultou num aumento dos saldos de Outros devedores. Assim

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

sendo, a 31 de Dezembro de 2019 o saldo em Outros devedores para além dos saldos devedores de fornecedores c/c, débitos a fornecedores pela recuperação de encargos pelas participações de marketing e rappel e que não apresentam risco, em virtude de estarem cobertos sobre os mesmos fornecedores, inclui também os saldos a receber dos agregadores.

O montante de outros clientes corresponde essencialmente a vendas a crédito às companhias aéreas nos aeroportos onde operamos e à prestação de serviços de catering num espaço concessionado.

Assim sendo, a 31 de Dezembro de 2019 as contas a receber, não vencidas e sem imparidade, apresenta-se como segue:

	<u>montante</u>	
Clientes c/c franquizados	1 133 475	
Clientes c/c catering	427 966	
Outros clientes c/c	128 237	
Outros devedores c/c	785 119	
	<u>2 474 797</u>	
	<u>montante</u>	<u>Histórico incumprimento</u>
Clientes c/c franquizados	75 541	c/ histórico de incumprimento
Clientes c/c franquizados	1 057 933	s/ histórico de incumprimento
Clientes c/c catering	137 857	c/ histórico de incumprimento
Clientes c/c catering	290 109	s/ histórico de incumprimento
Outros clientes c/c	128 237	s/ histórico de incumprimento
Outros devedores c/c	785 119	s/ histórico de incumprimento
	<u>2 474 797</u>	

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2019 e de 2018 na rubrica perdas de imparidade das dívidas de terceiros foram os seguintes:

<u>Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019</u>						
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Variação do perímetro</u>	<u>Anulação</u>	<u>Imparidade do ano (Nota 26)</u>	<u>Reversão imparidade (Nota 26)</u>	<u>Saldo final</u>
Clientes c/c	2 712 748	-	-931 803	1 002 267	-405 000	2 378 212
Outros devedores corrente	218 372	-10 923	-	-	-	207 449
	<u>2 931 120</u>	<u>-10 923</u>	<u>-931 803</u>	<u>1 002 267</u>	<u>-405 000</u>	<u>2 585 661</u>
<u>Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018</u>						
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Variação do perímetro</u>	<u>Anulação</u>	<u>Imparidade do ano (Nota 26)</u>	<u>Reversão imparidade (Nota 26)</u>	<u>Saldo final</u>
Clientes c/c	1 823 780	-	141 347	843 800	-184 787	2 624 140
Outros devedores corrente	335 880	-28 899	-	-	-	306 981
	<u>2 159 660</u>	<u>-28 899</u>	<u>141 347</u>	<u>843 800</u>	<u>-184 787</u>	<u>2 931 121</u>

## 16. CAPITAL PRÓPRIO

### 16.1. Capital Social

Em 14 de Maio de 2018, foi deliberado um aumento de capital, por incorporação de reservas livres no montante de 6.000.000 euros, registado na respetiva conservatória em Junho e admitido à cotação no dia 20 de Julho, determinando-se a criação de 6.000.000 de novas ações, distribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de uma nova ação por cada grupo de 5 ações já detidas.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o capital social da Ibersol, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por, respetivamente, 36.000.000 ações nominativas com o valor nominal de 1 euro cada.

### 16.2. Ações próprias

No exercício de 2018, com o aumento de capital a Ibersol aumenta o número de ações próprias em 599.987, adicionalmente adquiriu 56 no ano de 2018. Não ocorreram transações com ações próprias em 2019.

No final do ano a sociedade detinha 3.599.981 ações próprias adquiridos por 11.180.516 euros.

### 16.3. Outras reservas e resultados transitados

O montante de reservas indisponíveis do grupo ascende a 11.180.516 e dizem respeito às ações próprias detidas pelo grupo (11.180.516 euros).

Os valores a distribuir aos acionistas são apurados, com base nas contas individuais da sociedade, as quais apresentam disponível o montante de 148.092.559 euros.

Não existem limitações à capacidade da Ibersol de aceder ou usar ativos e liquidar passivos do grupo, para além das que eventualmente resultem da lei.

### 16.4. Interesses que não controlam

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os interesses que não controlam detalham-se como segue:

	%		dez/19	dez/18
	dez/19	dez/18		
Restmon	39%	39%	-53 342	-46 619
Cortsfood	50%	50%	364 086	393 561
Outros			-17 737	-17 738
			<b>293 007</b>	<b>329 204</b>

No exercício de 2018, o grupo adquiriu os interesses que não controlam da subsidiária Dehesa e, por cisão constitui a subsidiária Cortsfood para destaque do negócio entre franquias (Dehesa) e restaurantes próprios (Cortsfood).

Os movimentos do ano 2019 e 2018 nos interesses que não controlam decompõe-se como segue:

	2019	2018
<b>A 1 de Janeiro</b>	329 204	723 445
Aumentos (1)	90 582	108 689
Reduções (2)	-126 779	-502 930
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>293 007</b>	<b>329 204</b>

(1) os movimentos no ano 2019 e 2018 dizem respeito aos resultados do ano dos interesses que não controlam de, respetivamente, 90.582 euros e 108.690 euros.

(2) diminuição em 2019 e 2018 resultante da distribuição de dividendos (126.779 euros e 444.647 euros, respetivamente), e em 2018 da compra dos 50% da subsidiária Dehesa aos interesses que não controlam e respetiva constituição por cisão da subsidiária Cortsfood (58.283 euros).

## 17. EMPRÉSTIMOS E RESPONSABILIDADES COM LOCAÇÕES

### 17.1 Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 os empréstimos correntes e não correntes tinham o seguinte detalhe:

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

<b>Não corrente</b>	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
Empréstimos bancários	16 763 367	25 061 268
Papel Comercial	58 000 000	53 000 000
Locação Financeira	-	1 121 056
	<b>74 763 367</b>	<b>79 182 324</b>
	<hr/>	
<b>Corrente</b>	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
Descobertos bancários	3 739 953	5 882 564
Empréstimos bancários	23 659 362	16 420 440
Papel Comercial	19 000 000	29 600 000
Locação Financeira	-	1 058 444
	<b>46 399 315</b>	<b>52 961 448</b>
	<hr/>	
<b>Total empréstimos</b>	<b>121 162 682</b>	<b>132 143 772</b>
	<hr/>	
<b>Custo médio</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,5%</b>

O justo valor dos empréstimos correntes e não correntes não difere significativamente do valor contabilístico.

A maturidade dos empréstimos bancários e papel comercial, não correntes, é a seguinte:

	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
entre 1 e 2 anos	28 421 835	28 782 805
entre 2 e 5 anos	46 241 284	48 835 503
> 5 anos	100 248	442 960
	<b>74 763 367</b>	<b>78 061 268</b>

Para os Programas de Papel Comercial, quando existe data de denúncia, consideramos o reembolso integral nessa data, independentemente dos prazos pelos quais estão contratados.

Os movimentos no exercício 2019 e 2018 na rubrica empréstimos correntes e não correntes, excetuando locações financeiras e descobertos bancários, apresentam-se conforme segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo inicial	124 081 708	137 226 551
Conversão cambial e outros ajustamentos	-2 587 167	-5 456 591
Recebimentos	34 186 930	11 786 179
Pagamentos	-38 258 742	-19 474 431
Variação perímetro	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>117 422 729</b>	<b>124 081 708</b>

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 o total dos empréstimos em dívida na moeda funcional em que foram contraídos decompõem-se como segue:

	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
EUR	111 554 094	117 447 270
USD	-	500 000
AOA	3 146 722 026	2 565 000 000

O Grupo a 31 de Dezembro de 2019 tinha 18,6 milhões de euros relativos a papel comercial não emitido e linhas de crédito contratadas mas não utilizadas.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os empréstimos com maturidades longas contratadas no âmbito da aquisição da Eat Out Group incluem cláusulas com os seguintes covenants financeiros:

<b>Covenants Financeiros</b>		<b>ESPANHA</b> (consolidado EOG)	<b>PORTUGAL</b> (Consolidado)
Dívida/EBITDA	31.12.2019	<b>2,5x até 1,5x</b> <i>de 2017 a 2021</i> <i>c/reduções de 0,25/ano</i>	<b>3,5x ou 4,5x</b>
EBITDA/Custos Financ.	31.12.2019	<b>5x</b>	-
Capital Próprio/Activo	31.12.2019	-	<b>30%</b>

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, estes Covenants estão a ser cumpridos e são calculados numa perspetiva de “Frozen GAAP”, não incluindo os impactos, designadamente, da IFRS16.

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados a estes passivos em 31 de Dezembro 2019 detalham-se como segue:

	<b>FC 2020</b>	<b>FC 2021</b>	<b>FC 2022</b>	<b>FC 2023</b>	<b>FC 2024</b>	<b>FC 2025/28</b>
<b>Empréstimos bancários</b>	23 659 362	8 421 835	3 597 486	3 886 761	391 905	465 379
<b>Papel comercial</b>	19 000 000	20 000 000	24 000 000	7 000 000	7 000 000	-
<b>Juros</b>	2 319 628	1 031 237	412 976	140 587	70 000	-

### 17.2. Responsabilidades com locações

A 31 de Dezembro de 2019, a empresa tem compromissos assumidos perante terceiros, decorrentes de contratos de locação, nomeadamente de contratos de imóveis. A decomposição dos pagamentos futuros das rendas de locações, atendendo à sua maturidade pode ser analisada da seguinte forma:

	<b>FC 2020</b>	<b>FC 2021</b>	<b>FC 2022</b>	<b>FC 2023</b>	<b>FC 2024</b>	<b>FC 2025/39</b>
<b>Locações</b>	53 777 115	48 138 849	45 608 910	45 759 863	40 884 896	105 813 569
	<u>53 777 115</u>					<u>286 206 086</u>
<b>Juros</b>	16 176 410	13 775 056	11 420 489	9 102 990	6 836 319	17 980 973

## 18. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

### 18.1. Imposto corrente

#### 18.1.1 Imposto s/ o rendimento a recuperar

Em 31 de Dezembro de 2019 o montante de imposto s/ o rendimento a recuperar ascende a 1.502.658 eur (3.574.662 eur em 2018), apresenta-se conforme segue:

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Grupo Inverpeninsular (1)	58 308	777 951
RETGS (2)	1 340 789	2 727 248
Dehesa (1)	62 437	62 437
Cortsfood	31 870	-
Outras	9 254	7 026
	<u>1 502 658</u>	<u>3 574 662</u>

- (1) montante de imposto que resulta do grupo fiscal de subsidiárias em Espanha. A subsidiária Dehesa, apesar de em 2018 ter sido adquirida a sua participação total aos interesses que não controlam, só incorporou o grupo fiscal em 2019.
- (2) montante de imposto que resulta do grupo fiscal de subsidiárias em Portugal (RETGS), apresenta-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pagamento especial por conta	-	24 614
Pagamento por conta	4 594 197	4 245 951
Retenções	109 770	107 137
Estimativa de IRC - empresa-mãe	-253 083	-191 639
Estimativa de IRC - subsidiárias (RETGS)	-3 469 367	-2 652 677
Economia de imposto (RETGS)	359 272	1 193 863
<b>Total</b>	<u>1 340 789</u>	<u>2 727 248</u>

### 18.1.2 Imposto s/ o rendimento a pagar

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o montante de imposto a pagar decompõem-se como segue:

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Ibersol Angola	678 567	72 419
Cortsfood (1)	-	86 016
Outras (2)	11 181	4 466
	<u>689 748</u>	<u>162 901</u>

- (1) por exclusão do grupo fiscal Inverpeninsular, subsidiárias em Espanha.
- (2) por exclusão do RETGS, IRC a pagar da subsidiária Iberusa ACE.

### 18.2. Imposto diferido

Os movimentos ocorridos no período nas rubricas de impostos diferidos são:

<b>Impostos diferidos</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>Movimento ano (Nota 28)</b>
Ativos	-	4 010 940	4 010 940
Passivos	-10 556 031	-8 671 083	1 884 947
<b>Total</b>	<u>-10 556 031</u>	<u>-4 660 143</u>	<u>5 895 887</u>

As taxas de imposto das jurisdições em que o Grupo se encontra presente são:

Portugal	21%
Espanha	25%
Angola	30%

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 18.2.1 Impostos diferidos ativos

O detalhe dos impostos diferidos ativos em 31 de Dezembro de 2019, de acordo com a jurisdição e as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte

<b>Impostos diferidos activos</b>	<b>Espanha</b>
Prejuízos fiscais reportáveis	2 674 199
IFRS16	2 980 549
Diferenças temporárias tributáveis Espanha	-1 999 793
Homogeneização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	-650 959
Outras diferenças temporárias (1)	1 006 944
	<u>4 010 940</u>

(1) montante referente, essencialmente, a imparidade de contas a receber, leasing, plano de pensões e benefícios fiscais por utilizar.

Os prejuízos fiscais reportáveis, e respetivos impostos diferidos ativos, apresentam-se conforme segue são:

Ano limite de utilização	s/ limite	s/ limite	s/ limite	s/ limite	s/ limite	s/ limite	s/ limite	Total
Ano de origem	2002/04	2005	2006	2007/08	2016	2018	2019	
<u>Espanha (*)</u>								
com imposto diferido associado (25%)	11 330	479 654	523 328	46 440	3 212 698	26 224	6 397 116	10 696 791
sem imposto diferido associado	30 291	-	-	-	-	-	-	30 291
	<u>41 621</u>	<u>479 654</u>	<u>523 328</u>	<u>46 440</u>	<u>3 212 698</u>	<u>26 224</u>	<u>6 397 116</u>	<u>10 727 082</u>
<u>Imposto diferido ativo</u>								
Espanha	<u>2 833</u>	<u>119 914</u>	<u>130 832</u>	<u>11 610</u>	<u>803 174</u>	<u>6 556</u>	<u>1 599 279</u>	<u>2 674 198</u>
	2 833	119 914	130 832	11 610	803 174	6 556	1 599 279	2 674 199

\* com exceção do ano de 2018 e 2019, os prejuízos fiscais reportáveis são anteriores ao grupo fiscal em Espanha.

### 18.2.2 Impostos diferidos passivos

O detalhe dos impostos diferidos passivos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, de acordo com a jurisdição e as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

<b>Impostos diferidos passivos</b>	<b>dez/19</b>			<b>dez/18</b>
	<b>Portugal</b>	<b>Angola</b>	<b>Total</b>	
Homogeneização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (1)	6 505 407	-128 393	6 377 014	5 539 863
Economia Hiperinflacionária (IAS 29)	-	5 159 007	5 159 007	5 393 463
Diferenças temporárias tributáveis Espanha	-	-	-	4 415 324
Créditos fiscais reportáveis	-2 346 447	-	-2 346 447	-
IFRS16	-468 045	-54 113	-522 158	-
Outras diferenças temporárias	215 878	-212 210	3 668	33 859
	<u>3 906 793</u>	<u>4 764 291</u>	<u>8 671 083</u>	<u>15 382 508</u>

(1) impostos diferidos que correspondem ao diferencial do valor líquido considerado nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias e o valor líquido com que estas contribuem no consolidado.

A 31 de Dezembro de 2019 existem 1.622.779,46 euros de benefícios fiscais não deduzidos, no âmbito do código fiscal de investimento (CFI) a utilizar em exercícios seguintes, até 2029, data limite para a sua utilização.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 19. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o detalhe das provisões apresenta-se como segue:

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Litígios judiciais	5 257	5 257
Impostos (1)	-	3 211 467
Outros	28 000	28 000
<b>Provisões</b>	<b><u>33 257</u></b>	<b><u>3 244 724</u></b>

(1) provisão referente a créditos fiscais decorrente do cálculo do IRC de exercícios anteriores, revertida em 2019, considerando a análise efetuada pelo Grupo a esta data de balanço.

### 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o detalhe dos instrumentos financeiros derivados apresenta-se como segue:

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Swap	128 699	177 570
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>	<b><u>128 699</u></b>	<b><u>177 570</u></b>

Os derivados do grupo Ibersol são de cobertura para um swap de taxa de juro com o objetivo de cobertura do risco de fluxos de caixa futuros e detalham-se conforme segue:

	Ibersol SGPS	Ibersol SGPS
Data início	19/05/2017	08/06/2017
Data de vencimento	20/10/2022	14/11/2022
Taxa juro fixa	0,39%	0,395%
Taxa juro variável	Euribor 6M *	Euribor 3M *
Montante a 31 de Dezembro 2019	14 400 000	4 800 000

(\*) com floor zero

Os referidos derivados inserem-se na categoria do nível 2, sendo a técnica de avaliação baseada numa abordagem de mercado (MTM).

A variação do justo valor do derivado encontra-se refletida em resultado do exercício (Nota 27) em virtude desta operação não ter sido registada nos termos da contabilidade de cobertura.

### 21. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Outros credores (1)	6 146	150 344
<b>Outros passivos não correntes</b>	<b><u>6 146</u></b>	<b><u>150 344</u></b>

(1) em 2019 concluiu-se o pagamento do montante referente à dívida pela compra da subsidiária Vidisco, S.L., cujo vencimento estava previsto para 2023.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 22. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

A decomposição das contas a pagar e acréscimos de custos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, apresenta-se como segue:

	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
Fornecedores c/c	32 908 102	35 423 289
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	5 548 999	2 075 556
Fornecedores de imobilizado c/c	19 231 301	20 577 254
<b>Total contas a pagar a fornecedores</b>	<b>57 688 402</b>	<b>58 076 099</b>
	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
Acréscimos de custos - Seguros a liquidar	109 426	78 685
Acréscimos de custos - Remunerações a liquidar	8 201 758	8 363 349
Acréscimos de custos - Prémios	1 910 792	1 760 149
Acréscimos de custos - Rendas e alugueres (1)	1 842 319	6 382 705
Acréscimos de custos - Fornec. Serviços Externos	6 219 141	4 543 492
Acréscimos de custos - Outros	1 844 770	2 183 293
<b>Total acréscimos de custos</b>	<b>20 128 206</b>	<b>23 311 673</b>
<b>Total contas a pagar a fornec. e acréscimos de custos</b>	<b>77 816 608</b>	<b>81 387 772</b>

(1) Com a adoção da IFRS 16, acréscimos de custos – rendas e alugueres incluem apenas o montante relativo a rendas variáveis e acréscimos de contratos que não relevam para a adoção desta norma.

### 23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
Outros credores (1)	4 576 409	4 696 932
Estado e outros entes públicos (2)	9 143 072	8 025 248
Proveitos diferidos (3)	846 539	534 154
<b>Outros passivos correntes</b>	<b>14 566 020</b>	<b>13 256 334</b>

(1) montante diz fundamentalmente respeito a serviços prestados por terceiros e dívida a concedente.

(2) saldo decorrente, essencialmente, dos valores de IVA a pagar (3.517.835) e Segurança Social (4.330.764 eur).

(3) Na rubrica Proveitos Diferidos estão incluídos os seguintes valores:

	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
Indemnização p/ obras local	366 102	-
Contratos com fornecedores (1)	213 914	222 143
Subsidio para investimento	259 053	304 826
Outros	7 470	7 185
	<b>846 539</b>	<b>534 154</b>

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

(1) O valor dos contratos com fornecedores corresponde a receitas obtidas dos fornecedores até 31 de Dezembro e respeitantes a períodos seguintes.

### 24. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos em 2019 e 2018 podem ser decompostos como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Subcontratos	539 686	994 825
Electricidade, água, combustíveis e outros fluídos	14 652 171	13 170 373
Rendas e alugueres (1)	15 391 896	68 892 187
Condomínios	4 753 071	4 494 053
Comunicação	1 514 417	1 220 642
Seguros	937 357	922 957
Ferramentas e utensílios desgaste rápido e mat.escritório	3 087 451	2 644 272
Royalties	14 793 996	13 175 576
Deslocações e estadas e transporte mercadorias	2 094 668	2 216 889
Comissões e honorários	2 065 897	1 197 265
Conservação e reparação	8 790 413	8 552 024
Publicidade e propaganda	17 056 813	15 725 323
Limpeza, higiene e conforto	4 799 623	4 292 493
Trabalhos especializados	11 237 441	8 999 927
Outros FSE's	3 302 444	3 439 327
	<u>105 017 345</u>	<u>149 938 133</u>

(1) com a aplicação da norma IFRS 16 (nota 2.2), em 2019 o montante de rendas refere-se apenas a contratos com maturidade inferior a 1 ano e outras rendas.

### 25. CUSTOS COM PESSOAL

Os Custos com o Pessoal em 2019 e 2018 podem ser decompostos como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e ordenados	116 488 670	104 061 961
Contribuições para a Segurança Social	29 491 842	27 404 248
Alimentação pessoal	4 179 464	3 636 768
Seguros de acidentes de trabalho	1 020 423	895 310
Outros custos com pessoal (1)	786 627	1 121 770
	<u>151 967 026</u>	<u>137 120 057</u>
<b>N.º medio de empregados</b>	<u>10 400</u>	<u>9 505</u>

(1) outros custos com pessoal englobam, nomeadamente, indemnizações, recrutamento e formação do pessoal e medicina no trabalho.

### 26. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

A decomposição de Outros custos e outros proveitos operacionais em 2019 e 2018 apresenta-se como segue:

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

<b>Outros custos operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Impostos directos/indirectos não afectos à atividade operacional	1 364 139	1 163 019
Perdas em imobilizado	1 939 492	401 575
Quotizações, donativos e ofertas e amostras inventario	122 827	192 028
Ajustamentos de imparidade (de dívidas a receber) (Nota 15)	1 002 267	843 800
Ajustamentos de imparidade (de dívidas a receber) (Nota 12)	50 559	340 000
Outros custos operacionais	354 774	186 390
	<u>4 834 057</u>	<u>3 126 812</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Outros proveitos operacionais</b>		
Proveitos suplementares (1)	6 504 893	7 443 164
Diferenças câmbio (2)	5 281 276	943 593
Compensação	500 000	646 036
Ganhos em imobilizado	60 015	7 568
Subsídios à exploração	155 596	74 462
Reversão de imparidade (de dívidas a receber) (Nota 15)	405 000	184 787
Redução provisão (Nota 19)	247 951	385 000
Subsídios para investimento	64 639	59 600
Outros ganhos operacionais	76 725	178 614
Outros proveitos /(custos) operacionais	<u>13 296 095</u>	<u>9 922 824</u>
	<u>8 462 038</u>	<u>6 796 012</u>
<b>Outros proveitos /(custos) operacionais</b>		

(1) decorrem essencialmente de receitas relativas a contratos com franquizados (grupo Eat Out) e fornecedores.

(2) as diferenças de cambio respeitam à operação do grupo em Angola, resultando em diferenças de câmbio, em 2019, desfavoráveis de 3.403.120€ e favoráveis de 8.684.396€.

### 27. CUSTO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

Nesta rubrica incluem-se em 2019 e 2018 os seguintes custos:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Juros de responsabilidades com locações (IFRS16)	17 524 539	-
Juros suportados	3 659 132	4 054 505
Juros obtidos (1)	-1 394 624	-1 772 469
Diferenças de câmbio	-	-72 399
Outros custos e proveitos financeiros	915 463	779 549
	<u>20 704 510</u>	<u>2 989 186</u>

(1) montante referente essencialmente juros de obrigações do tesouro e depósitos a prazo.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os juros de responsabilidade com locações (IFRS16) por geografia, apresentam-se conforme segue:

Espanha	13 334 544
Portugal	3 692 736
Angola	497 259

O detalhe de outros custos e proveitos financeiros, apresenta-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Derivados (Nota 20)	-48 871	-57 884
Comissões PPC	499 210	650 753
Valor desconto (Nota 12)	-246 330	51 106
Reversão imparidade OT's (IFRS9)	-233 396	-111 569
Outras comissões	141 683	138 276
Outros custos e proveitos financeiros	<u>803 168</u>	<u>108 867</u>
	<u>915 463</u>	<u>779 549</u>

### 28. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 são detalhados como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto corrente	4 490 712	2 720 113
Provisão Imposto s/ rendimento (Nota 19)	-3 211 467	-
Insuficiência (excesso) de estimativa de imposto	-705 133	-73 338
Imposto diferido	<u>-5 895 887</u>	<u>1 423 534</u>
	<u>-5 321 775</u>	<u>4 070 309</u>

O imposto sobre o lucro do Grupo antes de impostos difere do montante teórico que resultaria da aplicação ao lucro consolidado da taxa média ponderada de impostos sobre lucros como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Lucros antes de impostos</b>	<b>12 318 035</b>	<b>29 141 059</b>
<b>Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (22,5%)</b>	<b>2 771 558</b>	<b>6 556 738</b>
Efeito fiscal gerado por:		
Provisão Imposto s/ rendimento	-3 211 467	-
Insuficiência (excesso) de estimativa de imposto	-705 133	-73 338
Créditos fiscais (CFI)	-3 136 787	-3 871 869
Crédito fiscal diferido	-1 340 281	60 814
Derrama estadual	521 954	416 550
Tributação autónoma	212 372	192 166
Ajustamentos em impostos diferidos e outros efeitos	<u>-433 992</u>	<u>789 248</u>
<b>Gastos de imposto sobre o Rendimento</b>	<u>-5 321 775</u>	<u>4 070 309</u>

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

A taxa efetiva de impostos sobre lucros em 2018 foi de 14%, sendo inferior à taxa nominal devido, essencialmente, aos créditos fiscais obtidos, nos termos do Código Fiscal de Investimento (CFI), anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 Outubro. Em 2019 o gasto de imposto sobre o rendimento é inferior aos créditos fiscais utilizados (CFI).

### 29. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o resultado básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro atribuível aos detentores do capital	17 549 228	24 962 061
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	36 000 000	36 000 000
Número médio ponderado de acções próprias	-3 599 981	-3 599 926
	32 400 019	32 400 074
Resultado básico por acção (€ por acção)	0,54	0,77
Resultado diluído por acção (€ por acção)	0,54	0,77
Número acções próprias no final do período	3 599 981	3 599 981

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

### 30. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os ativos e passivos financeiros detalham-se como segue:

<b>Activos Financeiros</b>	<b>Categoria</b>	<b>Valor Contabilístico</b>		<b>Método Valorização</b>
		<b>Ano 2019</b>	<b>Ano 2018</b>	
Outros activos não correntes	empréstimos e contas a receber	8 238 111	12 921 343	custo amortizado
Outros activos financeiros	empréstimos e contas a receber	15 626 772	19 608 860	custo amortizado
Activos financeiros não corrente	outros activos	435 226	211 430	custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	empréstimos e contas a receber	38 424 757	37 931 124	custo amortizado
Clientes	empréstimos e contas a receber	9 398 831	9 546 044	custo amortizado
Outros devedores	empréstimos e contas a receber	8 659 243	6 721 003	custo amortizado
		80 782 939	86 939 804	
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>Categoria</b>	<b>Valor Contabilístico</b>		<b>Método Valorização</b>
		<b>Ano 2019</b>	<b>Ano 2018</b>	
Empréstimos	outros passivos	121 162 682	129 964 272	custo amortizado
Locação financeira	outros passivos	-	2 179 500	custo amortizado
Fornecedores	outros passivos	57 688 402	58 076 099	custo amortizado
Acréscimos de custos	outros passivos	10 015 656	13 188 175	custo amortizado
Outros credores	outros passivos	4 582 555	4 847 276	custo amortizado
Instrumentos financeiros derivados	outros passivos	128 699	177 570	justo valor
		193 577 994	208 432 892	

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Ativos Financeiros (Clientes e Outros Devedores) e outros ativos financeiros (OT's) apresentam perdas de imparidade, conforme evidenciado na Nota 15 e 11, respetivamente. Os ganhos e perdas em ativos e passivos financeiros em 2019 e 2018 foram os seguintes:

	<b>Ganho/ (Perda)</b>	
	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
Contas a receber	-597 267	-659 013
Outros ativos financeiros	233 396	111 569
Activos financeiros não corrente	-	-
Activos a custo amortizado	-	-
	<b>-363 871</b>	<b>-547 444</b>

Os juros de ativos e passivos financeiros em 2019 e 2018 foram os seguintes:

	<b>Juros</b>	
	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
Contas a receber	-	-
Activos financeiros não corrente	-	-
Passivos a custo amortizado	3 659 132	4 054 505
	<b>3 659 132</b>	<b>4 054 505</b>

As diferenças de câmbio de ativos e passivos financeiros em 2019 e 2018 foram os seguintes:

	<b>Diferenças de câmbio</b>	
	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
Contas a receber	-	-
Activos financeiros não corrente	-	-
Passivos a custo amortizado	-	-72 399
	-	<b>-72 399</b>

### 31. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 08 de Maio de 2019 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,10 euros por ação (0,10 euros em 2018), correspondendo a um valor de 3.240.002 para as ações em circulação (2.700.006 euros em 2018), cujo pagamento foi efetuado em 4 de Junho de 2019.

### 32. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Grupo possui passivos contingentes relacionados com o seu negócio (relativas a licenciamentos, taxas de publicidade, higiene e segurança alimentar e colaboradores, sendo a taxa de sucesso da Ibersol nestes processos historicamente elevada). Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

### 33. OUTROS COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	<b>dez/19</b>	<b>dez/18</b>
Garantias bancárias	26 329 519	33 568 604

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

As garantias bancárias detalham-se, por tipo de cobertura, conforme segue:

<u>Concessões e rendas</u>	<u>Outros contratos fornecimento</u>	<u>Direcção Geral de Finanças e Recl. Processos</u>	<u>Outros</u>	<u>Reclamações outros processos</u>
24 998 724	23 327	1 242 738	52 731	12 000

O montante relevante decorre das garantias exigidas pelos proprietários dos espaços em concessão (ANA Aeroportos e AENA Aeroportos, em Espanha) ou arrendados (alguns Shoppings e outros locais).

### 34. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com partes relacionadas no exercício de 2019 e 2018 podem ser apresentados como se segue:

	<u>Empresa mãe</u>		<u>Empreendimentos conjuntos</u>		<u>Associadas</u>		<u>Outras entidades</u>	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecimento de serviços	1.000.000	900.000	3.767.298	3.185.893	-	-	-	-
Rendas de contratos de locação	-	-	-	-	-	-	1.520.719	1.166.584
Contas a pagar	-	-	1.069.114	755.751	-	-	-	-
Outros ativos correntes	25.000	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos não correntes	-	-	-	-	300.000	-	-	-

A empresa mãe da Ibersol SGPS S.A. é a ATPS - SGPS, SA, detentora de 19.767.058 ações. A sociedade acionista presta serviços de administração e gestão do grupo, ao abrigo dum contrato de prestação de serviços com a participada Ibersol, Restauração, S.A.. Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga diretamente a nenhum dos seus administradores qualquer remuneração.

O Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e o Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira são, cada um, detentores de 2.520 ações da Ibersol SGPS, S.A.. Os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Carlos Vaz Pinto de Sousa e a António Alberto Guerra Leal Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indiretamente, em partes iguais, através, respetivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

As outras entidades referem-se a entidades controladas por outros detentores de influência significativa na empresa mãe do Grupo Ibersol. Os valores apresentados respeitam às rendas pagas no ano pelo que, fruto da adoção da IFRS16, não correspondem ao montante de gastos com locações refletidos nas demonstrações financeiras de 2019. Os compromissos de pagamento estimados de rendas ao longo do prazo dos respetivos contratos ascendem, em 31 de dezembro de 2019, a cerca de 16,4 milhões de euros.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado, correspondendo assim aos valores que seriam praticados entre Empresas não relacionadas.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 35. IMPARIDADES

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2019 e 2018, na rubrica perdas de imparidade de ativos foram os seguintes:

	dez/19						Saldo final
	Saldo inicial	Conversão cambial	Anulação e reclass.	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	
Activos Fixos Tangíveis	11 632 624	-	-	-206 746 (5)	492 746 (1)	-937 480 (1)	10 981 144
Activos Intangíveis	3 722 929	-	-	-	-	-	3 722 929
Inventários	74 981	-	-	-	-	-	74 981
Outros activos correntes	2 931 120	-10 923	-931 803	-	1 002 267 (2)	-405 000 (3)	2 585 661
Outros activos financeiros (corrente e não corrente)	940 762	-	-	-	-	-233 396	707 366
	19 302 416	-10 923	-931 803	-206 746	1 495 013	-1 575 876	18 072 081

	dez/18						Saldo final
	Saldo inicial	Conversão cambial	Anulação	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	
Activos Fixos Tangíveis	10 909 271	-	-	-552 138 (5)	1 385 106 (1)	-109 615 (1)	11 632 624
Activos Intangíveis	3 707 206	-	-	-	15 723 (1)	-	3 722 929
Existências	74 981	-	-	-	-	-	74 981
Outros activos correntes	2 159 669	-28 899	141 347	-	843 800 (2)	-184 787 (3)	2 931 120
Outros activos financeiros (corrente e não corrente)	-	-	-	-	940 762 (4)	-	940 762
	16 851 128	-28 899	141 347	-552 138	3 185 391	-294 402	19 302 416

No exercício foi reconhecida uma imparidade de 4.000.000 eur (2.016.459 eur em 2018) em Goodwill.

- (1) registado em Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de AFT e A, notas 8 e 9;
- (2) registado em outros custos operacionais;
- (3) registado em outros proveitos operacionais;
- (4) registado em outras reservas e resultados transitados (em 01 Janeiro de 2018) 1.052.331 euros e custo financiamento líquido (111.569 euros), nota 27;
- (5) Os abates de bens com perdas de imparidade associadas detalham-se como segue:

	<u>Ano 2018</u>		<u>Ano 2019</u>
Pans & C. <sup>a</sup> (1 unidade)	320 745	Bocatta (1 unidade)	36 983
Pasta Caffè (1 unidade)	1 905	Pizza Móvil (2 unidades)	169 764
Miit (1 unidade)	82 647		
Pizza Móvil (1 unidade)	146 841		
	<u>552 138</u>		<u>206 746</u>

### 36. FATOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES

Nos exercícios de 2019 e 2018 não se registaram quaisquer factos não usuais e não recorrentes.

### 37. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Organização Mundial de Saúde no dia 11 de Março decretou pandemia associada à disseminação do Covid-19, tendo sido decretado o “Estado Alarma” em Espanha e logo de seguida o Estado de Emergência em Portugal. Posteriormente, no final do mês, o mesmo sucedeu em Angola. O estado de emergência determinou medidas de confinamento da população e o encerramento da generalidade do comércio e dos restaurantes.

Esta situação obrigou ao encerramento dos restaurantes, ficando em funcionamento apenas os que tinham a possibilidade de efetuar um volume mínimo através de take-away e delivery.

Apesar de abertos, os restaurantes têm funcionado abaixo do que é o seu potencial normal.

É provável que estejam criadas as condições para o recomeço da atividade durante o mês de Maio e Junho. Projetamos que numa fase inicial os restaurantes trabalhem a cerca de 50% do seu volume normal, com recuperações crescentes até ao termo do primeiro semestre do próximo ano.

Para conciliar a redução abrupta da atividade e a proteção dos empregos, as empresas do Grupo aderiram ao ERTE (Expediente de Regulación Temporal de Empleo) em Espanha e ao Lay-off simplificado e normal em Portugal.

Simultaneamente, foram tomadas iniciativas de redução de custos, renegociação de contratos, incluindo o reequilíbrio financeiro dos contratos de arrendamento e a negociação de prazos de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2019, O Grupo mantinha cerca de 28 milhões de euros de linhas de crédito disponíveis mas não utilizadas. Para assegurar a cobertura dos défices de tesouraria, contratou linhas adicionais de 30 milhões de euros e refinanciou cerca de 15 milhões euros, durante o primeiro trimestre de 2020.

Adicionalmente, neste momento, encontra-se em processo final de contratação de cerca de 55 milhões de euros, o que lhe permite reforçar a liquidez evidenciada nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

Relativamente aos eventuais impactos em 2020 na recuperabilidade dos activos entendemos não ser possível ainda determinar eventuais impactos.

### 38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 05 de Maio de 2020.

Os acionistas têm direito em não aprovar as contas autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração e propor a sua alteração.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Burgo – Avenida da Boavista, 1837 – 16º Andar  
4100-133 Porto  
Portugal  
+351 22 010 23 00 / www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS e RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Ibersol, S.G.P.S., S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 777.285.920 euros e um total de capital próprio de 214.228.476 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos acionistas de 17.549.228 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e do anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **Ibersol, S.G.P.S., S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 37 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas onde são divulgados os impactos e as incertezas resultantes da disseminação do novo coronavírus (“COVID-19”), sendo este um evento não ajustável. Na mesma nota, o Conselho de Administração refere os impactos sentidos até à data da preparação das contas decorrentes da pandemia, bem como as medidas tomadas para assegurar níveis de liquidez e capital suficientes para prosseguir a atividade do Grupo. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

---

### Recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis, direitos de uso, *goodwill* e ativos intangíveis

---

Ver notas 2.6, 2.7, 2.8 e 2.18 das Principais políticas contabilísticas, notas 4.a) e 4.d) das Estimativas contabilísticas importantes e julgamentos e notas 7, 8, 9 e 35 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

---

#### O Risco

A recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis (216.563.700 euros), direitos de uso (321.812.178 euros), *goodwill* (87.968.225 euros) e ativos intangíveis (36.440.964 euros) é considerada uma matéria relevante de auditoria devido à materialidade dos valores envolvidos e à complexidade e subjetividade associadas aos testes de imparidade, nomeadamente decorrente da incerteza inerente às projeções financeiras, as quais se baseiam em expectativas do Conselho de Administração.

Estas projeções são materializadas em planos de negócio, assentes em diversos pressupostos não observáveis no mercado, associados a taxas de desconto, margens prospetivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura.

Em 2019, decorrente da análise interna à recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis, *goodwill* e ativos intangíveis, o Grupo apurou perdas por imparidade no valor de cerca de 4.000.000 euros.

#### A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- indagações ao Conselho de Administração sobre as bases das suas estimativas e julgamentos e desafio dos pressupostos assumidos;
- avaliação dos procedimentos de orçamentação em que as projeções se baseiam, por referência à comparação do desempenho atual com estimativas efetuadas em períodos anteriores, e a integridade e precisão matemática do modelo de fluxos de caixa descontados;
- análise dos pressupostos internos e externos utilizados, tais como as tendências atuais dos negócios, o desempenho dos mercados, inflação, crescimento económico projetado e taxas de desconto, e avaliação da razoabilidade e consistência dos mesmos entre as diferentes entidades do Grupo;
- execução de análises de sensibilidade a alterações nos pressupostos relevantes utilizados;
- envolvimento dos nossos especialistas de forma a aferir quanto ao modelo de fluxos de caixa descontados e quanto à taxa de custo médio de capital considerados nas avaliações efetuadas pelo Grupo; e
- revisão das divulgações efetuadas, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.

---

## Adoção da norma IFRS 16

---

Ver notas 2.2.a) e 2.18 das Principais políticas contabilísticas, nota 4.f) das Estimativas contabilísticas importantes e julgamentos e notas 7 e 17 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

---

### O Risco

O Grupo Ibersol adotou a IFRS 16 com referência a 1 de janeiro de 2019, de forma retrospectiva com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido a essa data, tendo esta alteração de política contabilística tido um impacto relevante na demonstração consolidada da posição financeira e nos resultados do exercício do Grupo Ibersol. Com referência a 31 de dezembro de 2019, a demonstração consolidada da posição financeira inclui direitos de uso no valor de 321.812.178 euros e responsabilidades com locações, correntes e não correntes no valor de 53.777.115 euros e 286.206.086 euros, respetivamente.

A adoção da IFRS 16 é considerada uma matéria relevante de auditoria devido ao elevado número de contratos de locação do grupo, à materialidade dos valores envolvidos, e à complexidade e julgamentos associados à mensuração dos activos sob direitos de uso e dos passivos por locação. Os principais julgamentos efetuados respeitam aos prazos de locação, ao exercício de opções de rescisão ou renovação e à definição da taxa de desconto a utilizar.

### A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- avaliação da adequação das políticas contabilísticas adotadas, atendendo aos requisitos e expedientes práticos previstos a norma;
- análise do processo desenhado pela gestão para identificação dos contratos abrangidos pela norma, testando o desenho e eficácia operacional dos controlos implementados pelo Grupo;
- realização de procedimentos para aferir sobre a plenitude dos contratos considerados;
- análise de uma amostra de contratos para validação das cláusulas contratuais que suportam o reconhecimento dos respectivos direitos de uso e passivos de locação;
- indagações ao Conselho de Administração sobre as estimativas e julgamentos significativos, avaliação da razoabilidade dos mesmos e execução de análises de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes;
- recálculo do direito de uso e responsabilidades com locações, em 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, para a totalidade dos contratos;
- revisão das divulgações efetuadas, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.



## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.



### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### **Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido publicado juntamente com o relatório de gestão.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Ibersol S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de maio de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Ibersol, S.G.P.S. S.A. em 7 de maio de 2020.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

8 de maio de 2020

---

**KPMG & Associados**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**

representada por

Pedro Manuel Bouça de Moraes Alves da Costa (ROC nº 1466)



## **DECLARAÇÃO**

Nos termos previstos no art.º 245º, nº 1, alínea c), do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal declara, tanto quanto é do conhecimento dos seus membros e perante os elementos a que tiveram acesso, que a informação constante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IBERSOL-SGPS, SA, respeitante ao ano de 2019, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, e dá uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da IBERSOL-SGPS, SA, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. -----

Porto, 08 de maio de 2020

### **O Conselho Fiscal**

\_\_\_\_\_  
Dr. Carlos Alberto Alves Lourenço  
(Presidente)

\_\_\_\_\_  
Doutora Maria José Martins Lourenço da Fonseca  
(Vice-Presidente)

\_\_\_\_\_  
Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos  
(Vogal)



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**Aos Senhores Acionistas da “IBERSOL - SGPS, SA.”.**

Nos termos das normas legais e estatutárias aplicáveis, e no cumprimento do mandato em que está investido, o Conselho Fiscal elaborou o presente Relatório sobre a sua ação fiscalizadora desenvolvida no exercício social de 2019, bem como sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da sociedade, apresentadas pelo Conselho de Administração e relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e emite o consequente Parecer. -----

--

**1. Relatório da Atividade Fiscalizadora:**

O Conselho Fiscal, no exercício das suas competências e de acordo com o mandato conferido, acompanhou, durante o exercício de 2019, as atividades desenvolvidas pela IBERSOL, SGPS, SA, recebendo para o efeito informação atempada e adequada do Conselho de Administração e do Auditor/Revisor Oficial de Contas **KPMG & Associados, SROC, SA.** -----

Ao longo do ano de 2019, o Conselho Fiscal realizou as suas reuniões ordinárias trimestrais, em que sempre estiveram presentes os seus três membros, e em que foram analisadas as matérias sujeitas às suas atribuições e competências. Nestas reuniões ordinárias esteve sempre presente o Auditor/Revisor Oficial de Contas **KPMG & Associados, SROC, S.A.** devidamente representada pela ROC Dr.<sup>a</sup> Adelaide Maria Viegas Clare Neves, ROC n.º 862, até 15 de julho de 2019, e a partir desta data pelo Dr. Pedro Manuel Bouça de Moraes Alves da Costa, ROC n.º 1466, em substituição daquela. -----

--

O Auditor/Revisor Oficial de Contas **KPMG & Associados, SROC, SA** apresentou e propôs ao Conselho Fiscal, em reunião extraordinária de 29 de julho de 2019, convocada para o efeito, o “Plano e Estratégia para a Auditoria de Final de Ano de 2019” com os principais pontos do plano da sua atividade fiscalizadora, bem como o calendário de atuação dos membros afetos à equipa para o ano e primeiro trimestre de 2020. -----

--

Ao longo do exercício, o Auditor/Revisor Oficial de Contas prestou ao Conselho Fiscal informações detalhadas sobre as ações de auditoria desenvolvidas e as conclusões apuradas. ---

O Conselho Fiscal reuniu trimestralmente com o Conselho de Administração, de cujos membros recebeu informações sobre a evolução da atividade social, e outros esclarecimentos destinados à apreciação, em momento anterior à sua divulgação, do conteúdo da informação financeira elaborada por aquele Órgão de Administração. -----

--O Conselho Fiscal não registou constrangimentos no exercício das suas funções, e não recebeu qualquer participação de ocorrências ou denúncia de acionistas, de colaboradores da sociedade, da Auditora/Revisora Oficial de Contas ou de outras entidades de regulação, de fiscalização ou de inspeção, de quaisquer irregularidades ou tentativas de fraudes. -----

----O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de supervisão da atividade e independência do Auditor/Revisor Oficial de Contas, sendo de parecer que foram observadas as práticas recomendadas; e pronunciou-se, favoravelmente, pela prestação, pelo Auditora/Revisora Oficial de Contas, de serviços adicionais aos de auditoria, na medida em que considerou estar salvaguardada a sua independência, ser a respetiva contrapartida remuneratória enquadrada nas condições do mercado e, para além disso, ser do interesse da sociedade beneficiar dos conhecimentos e da pontualidade assegurada na prestação daqueles serviços. O valor dos serviços adicionais aos de auditoria não ultrapassou os estabelecidos pela regulamentação europeia e legislação nacional em vigor. -----

-O Conselho Fiscal observou a Recomendação I.5 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, com vista à caracterização do nível relevante de transações celebradas com acionistas detentores e não detetou a concretização de transações relevantes à luz daqueles critérios, nem identificou a presença de conflitos de interesses. -----

-

O Conselho Fiscal apreciou os Relatórios de Gestão, individual e consolidado, e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respetivos anexos, relativos aos períodos, e ao exercício, de 2019, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como as Certificações Legais de Contas e Relatório de Auditoria apresentados pelo Auditor/Revisor Oficial de Contas, a **KPMG & Associados, SROC, S.A.**, anexos ao "Relatório Adicional do ROC ao Órgão de Fiscalização", por ela produzido e referente ao exercício de 2019, ao abrigo do Art.º 24º do RJSA, aprovado pela Lei nº 148/2015, de 7 de Setembro. Nele se reporta o âmbito da Auditoria, os sócios e colaboradores da SROC que nela participaram, os métodos de avaliação utilizados com referência aos testes de imparidade e concentrações empresariais, o perímetro de consolidação com menção das entidades não auditadas pela **KPMG**, a materialidade, a Independência e os serviços adicionais prestados, bem como, entre outros, os resultados da análise do Controlo Interno que responde às questões levantadas, as respostas obtidas e as



recomendações efetuadas. -----  
--O Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no nº 5 do Art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, apreciou o Relatório do Governo da Sociedade e atestou a inclusão neste dos elementos referidos no Art.º 245º-A do Código dos Valores Mobiliários. -----  
-----

Dada a relevância e impacto, e eventuais e consequências, na atividade e resultados, no exercício de 2020, das empresas do grupo IBERSOL, quer em Portugal, quer em Espanha e em Angola, da pandemia Covid-19 que no início do mês de março de 2020 levou às declarações dos estados de emergência e de calamidade com o confinamento obrigatório de grande parte da população e a suspensão significativa de vários setores da atividade económica naqueles países, o Conselho Fiscal acompanha a apreensão e as considerações feitas sobre a matéria pelo Conselho de Administração na Nota 37 do Anexo às demonstrações financeiras, e pelo Auditor/Revisor Oficial de Contas na sua Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria.

## **2. Parecer:**

Face à análise realizada, o Conselho Fiscal é de parecer que se encontram reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove: -----

- a) Os Relatórios de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidados, relativos ao exercício social de 2019, com os respetivos anexos, assim como o Relatório de Governo da Sociedade; e, -----  
-----b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração. -----

Porto, 08 de maio de 2020

### **O Conselho Fiscal**

\_\_\_\_\_  
Dr. Carlos Alberto Alves Lourenço  
(Presidente)

\_\_\_\_\_  
Doutora Maria José Martins Lourenço da Fonseca  
(Vice-Presidente)

\_\_\_\_\_  
Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos  
(Vogal)



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

**31 de Dezembro 2019**

**Ibersol – SGPS, SA**

Demonstrações Financeiras Individuais

31 de Dezembro de 2019

## Índice das demonstrações financeiras

<b>Ibersol – SGPS, SA.....</b>	<b>1</b>
<b>Demonstração da Posição Financeira.....</b>	<b>3</b>
<b>Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral.....</b>	<b>4</b>
<b>Demonstração da alteração dos capitais próprios.....</b>	<b>5</b>
<b>Demonstração de fluxos de caixa.....</b>	<b>7</b>
<b>Anexo às demonstrações financeiras .....</b>	<b>8</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>8</b>
<b>3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....</b>	<b>12</b>
<b>4 FLUXOS DE CAIXA.....</b>	<b>20</b>
<b>5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....</b>	<b>20</b>
<b>6 INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM SUBSIDIÁRIAS.....</b>	<b>20</b>
<b>7 OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS .....</b>	<b>23</b>
<b>8 IMPOSTO S/ RENDIMENTO A RECUPERAR E A PAGAR .....</b>	<b>23</b>
<b>9 OUTRAS CONTAS A RECEBER.....</b>	<b>23</b>
<b>10 DIFERIMENTOS .....</b>	<b>24</b>
<b>11 CAPITAL .....</b>	<b>24</b>
<b>12 ACÇÕES PRÓPRIAS.....</b>	<b>24</b>
<b>13 RESERVAS .....</b>	<b>24</b>
<b>14 EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A SUBSIDIÁRIAS .....</b>	<b>25</b>
<b>15 IMPOSTOS DIFERIDOS.....</b>	<b>27</b>
<b>16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS .....</b>	<b>27</b>
<b>17 OUTRAS CONTAS A PAGAR .....</b>	<b>28</b>
<b>18 PROVISÕES.....</b>	<b>28</b>
<b>19 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS .....</b>	<b>29</b>
<b>20 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....</b>	<b>29</b>
<b>21 GASTOS COM PESSOAL .....</b>	<b>29</b>
<b>22 OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>23 OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>24 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS .....</b>	<b>30</b>
<b>25 IMPOSTO DO EXERCÍCIO .....</b>	<b>30</b>
<b>26 OUTROS COMPROMISSOS ASSUMIDOS.....</b>	<b>31</b>
<b>27 REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>28 PARTES RELACIONADAS.....</b>	<b>32</b>
<b>29 RESULTADO POR ACÇÃO.....</b>	<b>35</b>
<b>30 EVENTOS SUBSEQUENTES .....</b>	<b>35</b>

## Demonstração da Posição Financeira

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	3.2 e 5	-	-
Investimentos financeiros em subsidiárias	3.1 e 6	99 426 347	102 077 847
Empréstimos concedidos a subsidiárias	14	159 504 996	145 974 996
Activos por impostos diferidos	15 e 25	2 375 404	1 043 971
<b>Total de activos não correntes</b>		<b><u>261 306 747</u></b>	<b><u>249 096 815</u></b>
<b>Activo corrente</b>			
Imposto s/ rendimento a recuperar	8	1 231 213	2 620 255
Empresas do grupo	14	7 052 921	6 368 026
Outras contas a receber	9	17 595	14 652
Diferimentos	10	4 198	286 549
Caixa e depósitos bancários	3.5 e 4	737 032	168 549
<b>Total de activos correntes</b>		<b><u>9 042 958</u></b>	<b><u>9 458 031</u></b>
<b>Total do Activo</b>		<b><u>270 349 706</u></b>	<b><u>258 554 846</u></b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	3.6 e 11	36 000 000	36 000 000
Acções (quotas) próprias	12	-11 180 516	-11 180 516
Prémios de emissão		469 937	469 937
Reservas legais	13	1 075 511	755 581
Outras reservas	13	123 979 762	121 141 105
Resultados transitados		35 305 425	35 305 425
Resultado líquido do período		11 081 721	6 398 589
<b>Total do capital próprio</b>		<b><u>196 731 838</u></b>	<b><u>188 890 119</u></b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	3.10 e 18	5 257	2 677 564
Financiamentos obtidos	3.7 e 16.1	58 000 000	53 000 000
Instrumentos financeiros derivados	16.2	128 699	168 023
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b><u>58 133 956</u></b>	<b><u>55 845 587</u></b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		7 422	7 531
Imposto s/ rendimento a pagar	8	-	-
Empresas do grupo	14	192 704	238 763
Financiamentos obtidos	3.7 e 16.1	14 793 187	13 100 000
Outras contas a pagar	17	490 598	472 845
<b>Total de passivos correntes</b>		<b><u>15 483 911</u></b>	<b><u>13 819 139</u></b>
<b>Total do passivo</b>		<b><u>73 617 867</u></b>	<b><u>69 664 726</u></b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b><u>270 349 706</u></b>	<b><u>258 554 846</u></b>

## Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prestações de serviços	3.12 e 19	720 000	720 000
Fornecimento e serviços externos	20	-75 299	-129 762
Custos com pessoal	21	-357 376	-360 745
Outros proveitos /(custos) operacionais	3.11, 22 e 23	-67 032	-78 932
<b>Resultados operacionais</b>		<b><u>220 293</u></b>	<b><u>150 561</u></b>
Custo de Financiamento líquido	24	-893 497	-704 212
Dividendos	24	5 250 000	4 075 000
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b><u>6 363 789</u></b>	<b><u>4 929 773</u></b>
Imposto sobre o rendimento	3.8 e 25	-4 717 931	-1 468 815
<b>Resultado líquido do período</b>		<b><u>11 081 721</u></b>	<b><u>6 398 588</u></b>
Outro rendimento integral		-	-
<b>Rendimento integral</b>		<b><u>11 081 721</u></b>	<b><u>6 398 588</u></b>
<b>Resultado por ação</b>	29	0,34	0,20
<b>Rendimento por ação</b>		<b><u>0,34</u></b>	<b><u>0,20</u></b>

## Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2018</b>	30 000 000	-11 179 968	469 937	263 001	120 482 160	35 305 425	9 851 531	185 192 085
<b>Alterações no período</b>								
Alterações de políticas contabilísticas								0
Aplicação de resultados				492 580	9 358 950		-9 851 530	0
Aumento capital	11 6 000 000				-6 000 000			0
Aquisição/(alienação) de acções próprias	12	-548						-548
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0
	<b>6 000 000</b>	<b>-548</b>	<b>0</b>	<b>492 580</b>	<b>3 358 950</b>	<b>0</b>	<b>-9 851 530</b>	<b>-548</b>
<b>Resultado líquido do período</b>							<b>6 398 589</b>	<b>6 398 589</b>
<b>Resultado integral</b>							<b>6 398 589</b>	<b>6 398 589</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>								
Realizações de Capital								0
Realizações de prémios de emissão								0
Distribuições	29				-2 700 006			-2 700 006
Entradas para cobertura de perdas								0
Outras operações								0
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-2 700 006</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-2 700 006</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>36 000 000</b>	<b>-11 180 516</b>	<b>469 937</b>	<b>755 581</b>	<b>121 141 105</b>	<b>35 305 425</b>	<b>6 398 589</b>	<b>188 890 119</b>

## Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2019</b>	36 000 000	-11 180 516	469 937	755 581	121 141 105	35 305 425	6 398 589	188 890 119
<b>Alterações no período</b>								
Alterações de políticas contabilísticas								0
Aplicação de resultados				319 930	2 478 659	3 600 000	-6 398 589	0
Aumento capital								0
Aquisição/(alienação) de acções próprias								0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>319 930</b>	<b>2 478 659</b>	<b>3 600 000</b>	<b>-6 398 589</b>	<b>0</b>
<b>Resultado líquido do período</b>							<b>11 081 721</b>	<b>11 081 721</b>
<b>Resultado integral</b>							<b>11 081 721</b>	<b>11 081 721</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>								
Realizações de Capital								0
Realizações de prémios de emissão								0
Distribuições	29				359 998	-3 600 000		-3 240 002
Entradas para cobertura de perdas								0
Outras operações								0
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>359 998</b>	<b>-3 600 000</b>	<b>0</b>	<b>-3 240 002</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>36 000 000</b>	<b>-11 180 516</b>	<b>469 937</b>	<b>1 075 511</b>	<b>123 979 762</b>	<b>35 305 425</b>	<b>11 081 721</b>	<b>196 731 838</b>

## Demonstração de fluxos de caixa

	Notas	31 de Dezembro	
		2019	2018
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de clientes		720 000	720 000
Pagamentos a fornecedores		69 940	10 515
Pagamentos ao pessoal		352 732	351 088
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>297 328</b>	<b>358 397</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 275 757	-417 644
Outros recebimentos/pagamentos		79 158	436 061
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>1 652 243</b>	<b>1 212 102</b>
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Participações financeiras			
Prestações acessórias	6	78 500	
Empréstimos a empresas do grupo	14	16 250 000	1 550 000
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Participações financeiras			
Prestações acessórias	6	2 730 000	1 650 000
Empréstimos a empresas do grupo	14	2 720 000	8 552 500
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	24	2 290 540	2 254 160
Dividendos	24	5 250 000	4 075 000
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-3 337 960</b>	<b>14 981 660</b>
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	16	22 000 000	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	16	15 139 324	11 920 722
Juros e gastos similares	24	1 366 474	1 572 450
Dividendos	29	3 240 002	2 700 000
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			548
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>2 254 200</b>	<b>-16 193 720</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>568 483</b>	<b>42</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>168 549</b>	<b>168 507</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	3.5 e 4	<b>737 032</b>	<b>168 549</b>

## **Anexo às demonstrações financeiras**

### **1 Introdução**

A Ibersol – SGPS, SA (adiante designada por Ibersol ou Empresa) com sede em Edifício Península – Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º - 4150-146 Porto, foi constituída em 30 de Dezembro de 1985 com o objecto de exercício da actividade gestora de participações sociais não financeiras.

A Ibersol é detida em 54,91% pela ATPS – SGPS, S.A., com sede em Edifício Península – Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º - 4150-146 Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 05 de Maio de 2020. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Ibersol, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

### **2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

#### **2.1. Base de Preparação**

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do IFRS, adotadas na UE, emitidas e em vigor à data de 01 de Janeiro de 2019. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Ibersol SGPS, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em Euros (com arredondamento à unidade).

#### **2.2. Derrogação das disposições dos IFRS**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelos IFRS.

#### **2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras**

A empresa adotou pela primeira vez, em 1 de Janeiro de 2019, as novas normas IFRS 16 – Locações, IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos.

##### **a) IFRS 16 – Locações**

O IASB emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de Outubro. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador – o cliente do leasing), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

#### **b) IFIRC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos**

Foi emitida em 7 de Junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

A IFRIC 23 foi adotada pela Regulamento da Comissão EU 2018/1595, de 23 de Outubro sendo de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A adoção desta norma não provocou impactos nas demonstrações financeiras na empresa.

#### **2.4. Normas IFRS já emitidas ou revistas e de aplicação futura**

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

##### **a) IFRS 9 (Alteração) – Características de pré-pagamento com compensação negativa**

Ativos financeiros que contenham características de pré-pagamento com compensação negativa podem agora ser mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral (OCI) se cumprirem os critérios relevantes da IFRS 9. O IASB clarificou igualmente que a IFRS 9 exige aos preparadores o recálculo do custo amortizado da modificação de passivos financeiros pelo desconto dos fluxos de caixa contratuais usando a taxa de juro efetiva original (EIR) sendo reconhecida qualquer ajustamento por via de resultados do período (alinhando o procedimento já exigido para os ativos financeiros). Esta alteração foi adotada pela Regulamento EU 2018/498 da Comissão sendo de implementação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

Esta alteração à norma não provocou impactos nas demonstrações financeiras na empresa.

##### **b) IAS 28 (Alteração) – Intersses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos**

Em outubro de 2017, o IASB emitiu alterações à IAS 28 relativamente a participações de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos.

As alterações esclarecem que a IFRS 9 aplica-se a instrumentos financeiros em associadas ou empreendimentos conjuntos aos quais o método de equivalência patrimonial não é aplicado, incluindo interesses de longo prazo.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente nos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

Esta alteração à norma não provocou impactos nas demonstrações financeiras na empresa.

**c) IAS 19 (Alteração) – Alterações, cortes ou liquidações do plano de benefícios atribuídos**

Em fevereiro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 19. As alterações esclarecem a contabilização quando ocorre uma alteração, redução ou liquidação no plano de benefícios atribuídos.

As alterações agora especificam que uma entidade deve usar os pressupostos atualizados da remensuração de seu passivo de benefício definido líquido (ativo) para determinar o custo atual do serviço e os juros líquidos para o restante do período de relato após a mudança no plano.

Das alterações resulta uma alocação diferente do rendimento integral total entre custo do serviço, juros e outro rendimento integral.

As alterações aplicam-se prospectivamente a alterações, cortes ou liquidações de planos de benefícios atribuídos que ocorram no ou após o início do primeiro período de relato anual que comece em ou após 1 de janeiro de 2019.

**2.5. Normas, alterações e interpretações emitidas (mas ainda não efetivas para a empresa), para as quais não se estimam impactos significativos:**

**a) Alterações à IFRS 3 – Concentração de Negócios**

Em 22 de outubro de 2018, o IASB emitiu as alterações à sua definição de negócio.

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de criar outputs. As alterações também esclarecem que um conjunto de atividades e ativos pode se qualificar como um negócio sem incluir todos os inputs e processos necessários para criar outputs, ou incluindo os próprios outputs, substituindo o termo “capacidade de criar outputs” por “capacidade de contribuir para a criação de outputs”.

Deixa de ser necessário avaliar se os participantes do mercado são capazes de substituir inputs ou processos omissos (por exemplo, integrando as atividades e ativos adquiridos) e continuar produzindo outputs. As alterações concentram-se em se os inputs adquiridos e os processos substantivos adquiridos, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de criar outputs.

As alterações devem ser aplicadas às transações cuja data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte anual com início em ou após 1 de janeiro de 2020, sendo permitida a aplicação antecipada. Se as entidades aplicarem as alterações antecipadamente, devem divulgar esse facto.

**b) Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações financeiras**

O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.

As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos com o objetivo de ajudar as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, dívida ou outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como correntes (a liquidar ou potencialmente a liquidar no prazo de um ano) ou não correntes. As alterações incluem esclarecimentos sobre os requisitos de classificação de dívida que uma empresa pode liquidar convertendo em capital.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2022.

**c) IFRS 17**

O IASB emitiu em 18 de Maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro.

A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021.

Esta alteração não é aplicável à Ibersol.

**2.6. Normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, que a empresa optou pela não aplicação antecipada**

**a) Alterações à IAS 1 e IAS 8**

Em 31 de outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à sua definição de materialidade para facilitar as empresas a fazer julgamentos de materialidade.

As alterações consistem em:

- substituir o termo “puder influenciar” por “puder razoavelmente considerar que poderá influenciar”;
- incluir o conceito de "ocultação" juntamente com os conceitos de “omissão” e "distorção" de informação na definição de materialidade;
- esclarecer que os “utentes” referidos são os principais utentes das demonstrações financeiras de carácter geral referidas na Estrutura Conceptual;
- alinhar a definição de materialidade entre as publicações IFRS.

A definição alterada de materialidade afirma, portanto, que “A informação é material se se puder razoavelmente considerar que a sua omissão, distorção ou ocultação poderá influenciar as decisões que os utentes primários das demonstrações financeiras de carácter geral tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras, que fornecem a informação financeira respeitante a uma determinada entidade que relata.”

As alterações são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2020, mas podem ser aplicadas antecipadamente.

**b) Alterações às referências à estrutura conceptual nas normas IFRS**

Em março de 2018, o IASB emitiu um conjunto abrangente de conceitos para reporte financeiro, a Estrutura Conceptual revista para reporte financeiro (Estrutura Conceptual), que visa atualizar, nas normas existentes, as referências e citações da versão existente da Estrutura Conceptual ou da versão que foi substituída em 2010, substituindo-as por referências à Estrutura Conceptual revista.

A Estrutura Conceptual revista tem data efetiva de adoção de 1 de janeiro de 2020 - com adoção antecipada permitida - para empresas que usam a Estrutura Conceptual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma norma IFRS se aplica a uma transação específica.

**c) Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7**

Em 26 de setembro de 2019, o IASB emitiu alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7. As alterações modificam alguns requisitos específicos de contabilidade de cobertura para aliviar os efeitos potenciais da incerteza causada pela reforma da IBOR. Além disso, as alterações exigem que as empresas forneçam informações adicionais aos investidores sobre as suas relações de cobertura, que sejam diretamente afetadas por essas incertezas.

As alterações fornecem exceções para que as entidades apliquem os requisitos de contabilidade de cobertura, assumindo que o índice de referência da taxa de juro, em que se baseiam o risco coberto ou os fluxos de caixa cobertos do item coberto ou os fluxos de caixa do instrumento de cobertura, não seja alterado como resultado da reforma da IBOR. As exceções propostas aplicam-se apenas aos requisitos

de contabilidade de cobertura e as alterações não proporcionam alívio de outras consequências decorrentes da reforma do benchmark da taxa de juro.

As alterações são de âmbito limitado. Se uma relação de cobertura deixar de cumprir com os requisitos de contabilidade de cobertura por outros motivos que não os especificados nas alterações, a descontinuação da contabilidade de cobertura continua a ser necessária.

Além disso, as alterações esclarecem que, se uma entidade designar fluxos de caixa baseados em benchmark de taxa de juro como o item coberto numa cobertura de fluxo de caixa, a entidade não assumirá, com o objetivo de medir a ineficácia da cobertura, que a substituição esperada do benchmark de taxa de juro por uma taxa de referência alternativa resultará num fluxo de caixa nulo após a substituição. O ganho ou a perda de cobertura deve ser mensurado usando os fluxos de caixa baseados em benchmark de taxa de juro ao aplicar uma técnica de valor presente, descontada a uma taxa de desconto de mercado que reflete as expectativas dos participantes do mercado sobre a incerteza resultante da reforma.

As alterações são obrigatórias para todas as relações de cobertura às quais as exceções são aplicáveis.

As alterações têm uma data efetiva de adoção de períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. É permitida a adoção antecipada. As alterações são aplicadas retrospectivamente às relações de cobertura existentes no início do período de relatório em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez e ao ganho ou perda reconhecidos em rendimento integral no início do período em que a entidade aplica pela primeira vez as alterações (isto é, mesmo que o período de relato não seja um período anual).

### **3 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### **3.1. Investimentos financeiros em subsidiárias e associadas**

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Ibersol tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a subsidiária detém sobre uma entidade.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Investimentos em subsidiárias e associadas são apresentados ao custo. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias e associadas são considerados em resultados financeiros.

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas estão sujeitos a testes de imparidade sempre que haja indícios de imparidade. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo deduzido dos gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, cada participação é analisada separadamente. As perdas de imparidade em investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são reversíveis.

As entidades que se qualificam como subsidiárias e associadas encontram-se listadas na nota 28.

A Ibersol, SGPS, S.A. prepara contas consolidadas.

#### **3.2. Activos fixos tangíveis**

Os edifícios e outras construções compreendem imóveis próprios afetos à atividade de restauração, bem como despesas com obras em propriedade alheia nomeadamente resultantes da instalação de lojas de restauração.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo histórico inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos com empréstimos incorridos e com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes são acrescidos às quantias pelo qual o bem está escriturado ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos inerentes fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método das quotas constantes, de forma a alocar o seu custo ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 35 anos
Equipamentos	Entre 4 e 20 anos
Outros activos tangíveis	Entre 5 e 10 anos

Os valores depreciáveis dos ativos, as vidas úteis e o método de depreciação são revistos e ajustados, se necessário, na data da demonstração consolidada da posição financeira. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais na demonstração dos resultados.

Os ativos em curso encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso.

### **3.3. Imparidade de activos**

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais. A Ibersol realiza os testes de imparidade com referência a 31 de Dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

### **3.4. Activos financeiros**

#### **3.4.1 Classificação**

A IFRS 9 introduziu um modelo de classificação de ativos financeiros com base no modelo de negócio utilizado na sua gestão e nas características dos fluxos de caixa contratuais, tendo sido substituídos os requisitos anteriormente existentes, que determinavam o enquadramento nas categorias de ativos financeiros da IAS 39. Após 1 de Janeiro de 2018, a Ibersol classifica os seus outros ativos financeiros, no momento do reconhecimento inicial, de acordo com os requisitos introduzidos pela IFRS 9, nas seguintes categorias de ativos.

##### **a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se o objetivo inerente ao modelo de negócio é alcançado através da recolha dos respetivos fluxos de caixa contratuais e se os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas o pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor e subsequentemente mensurados ao seu custo amortizado.

Empréstimos e Contas a receber de clientes são geralmente detidos com o propósito de recolher os fluxos de caixa contratuais e é expectável que os fluxos de caixa contratuais subjacentes representem apenas o pagamento de capital e juros, pelo que cumprem com os requisitos para mensuração ao custo amortizado previstos na IFRS 9.

##### **b) Ativos mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral**

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral se o objetivo inerente ao modelo de negócio utilizado é alcançado, quer pela recolha dos fluxos de caixa contratuais, quer pela venda de ativos financeiros e (se os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicial e subsequentemente mensurados ao seu justo valor, sendo as alterações ao seu valor contabilístico registadas por contrapartida de outro rendimento integral, exceto no que respeita ao reconhecimento de perdas por imparidade, juros e ganhos ou perdas cambiais, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados. Quando o ativo financeiro é desreconhecido, o ganho ou perda acumulado em outro rendimento integral é reclassificado para resultados.

##### **c) Ativos mensurados ao justo valor através de resultados**

Os ativos financeiros que não reúnam as características para enquadramento nas situações referidas anteriormente são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, categoria residual nos termos da IFRS 9.

#### **3.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento**

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da sua negociação, ou seja, na data em que o Ibersol se compromete a adquirir ou alienar esses ativos financeiros.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Ibersol ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, quando a Ibersol tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou quando, não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, o Ibersol tenha transferido o controlo sobre os ativos.

#### **3.4.3 Imparidade**

Até 31 de Dezembro de 2017, a Ibersol efetuava uma avaliação quanto à existência de evidência objetiva de imparidade, conforme previsto na IAS 39, incluindo qualquer imparidade resultante de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medida de forma fiável.

Após 1 de Janeiro de 2018, a IFRS 9 estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas", que substitui o anterior modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39. Neste sentido, a Ibersol passa a reconhecer perdas por imparidade antes de existir evidência objetiva de perda de valor decorrente de um evento passado. Este modelo é a base para o reconhecimento de perdas por imparidade em instrumentos financeiros detidos cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por outro rendimento integral.

O modelo de imparidade depende da ocorrência ou não de um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Caso o risco de crédito de um instrumento financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a Ibersol reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos 12 meses seguintes. Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, a Ibersol reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

Uma vez verificado o evento de perda nos termos da IFRS 9 ("prova objetiva de imparidade", de acordo com a terminologia da IAS 39), a imparidade acumulada é diretamente imputada ao instrumento em causa, sendo o seu tratamento contabilístico, a partir deste momento, similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro. O valor contabilístico do ativo é reduzido e o montante de perdas reconhecido na demonstração dos resultados. Se, num período subsequente, o montante de imparidade diminuir, o montante de perdas por imparidade previamente reconhecido é revertido igualmente na demonstração de resultados se a diminuição dessa imparidade estiver objetivamente relacionada com o evento ocorrido após o reconhecimento inicial.

#### a) Outros valores a receber e ativos financeiros

Para ativos a receber valorizados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral, a Ibersol prepara as suas análises com base no modelo geral. Na elaboração desta avaliação, a Ibersol efetua estimativas com base no risco de incumprimento e taxas de perda, as quais requerem julgamento. Os inputs utilizados para a avaliação do risco para perdas nestes ativos financeiros incluem:

- ratings de crédito (na medida em que estejam disponíveis) obtidos através de informação disponibilizada pelas agências de rating como Standard and Poor's e Moody's;
- mudanças significativas no desempenho esperado e no comportamento do devedor; e
- dados extraídos do mercado, nomeadamente sobre probabilidades de incumprimento.

### **3.5. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### **3.6. Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### **3.7. Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Ibersol possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### **3.8. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A estimativa de imposto (IRC) foi apurada ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), tendo o Grupo decidido que o gasto/rendimento a reconhecer nas subsidiárias será reflectido em outros passivos/activos correntes com a empresa-mãe (Nota 14.2), sendo a economia de imposto refletida nas contas da empresa-mãe.

### **3.9. Benefícios aos empregados**

O bónus de desempenho dos funcionários são registados no ano a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no exercício seguinte.

### **3.10. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Ibersol tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Ibersol divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### **3.11. Gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

### **3.12. Rédito**

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de serviços no decurso normal da actividade da Ibersol. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

### **3.13. Instrumentos financeiros derivados**

A empresa utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de opções e swaps, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A empresa não utiliza instrumentos financeiros derivados para especulação. A empresa adopta a contabilização de acordo com a contabilidade de cobertura (hedge accounting), respeitando integralmente o disposto nos normativos respectivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pela Ibersol, pelo departamento de tesouraria central, obedecendo a normas aprovadas pela respectiva Administração. Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos na demonstração da posição financeira ao seu custo inicial e depois reajustados ao seu justo valor. No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

#### **Cobertura de Justo Valor**

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de reajustar o instrumento de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

#### **Cobertura de Fluxos de Caixa**

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidas no capital próprio; a parte ineficaz será reconhecida directamente nos resultados.

#### **Cobertura de Investimento Líquido**

Actualmente, a empresa não considera a realização de coberturas cambiais sobre investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras (subsidiárias), dado não ter investimentos significativos denominados em moeda diferente do euro.

A empresa tem bem identificada a natureza dos riscos envolvidos, documenta exaustiva e formalmente as relações de cobertura, garantindo através dos seus sistemas de informação, que cada relação de cobertura seja acompanhada pela descrição da política de risco da empresa, objectivo e estratégia para a cobertura, classificação da relação de cobertura, descrição da natureza do risco que está a ser coberto, identificação do instrumento de cobertura e item coberto, descrição da mensuração inicial e futura da eficácia e identificação da parte do instrumento de cobertura, se houver, que será excluída da avaliação da eficácia.

A empresa considera o desreconhecimento nas situações em que o instrumento de cobertura expirar, for vendido, terminar ou for exercido; a cobertura deixar de preencher os critérios para a contabilidade de cobertura; para a cobertura de fluxos de caixa, a transacção prevista deixar de ser altamente provável ou deixar de ser esperada; por razões de gestão a empresa decidir cancelar a designação de cobertura.

### **3.14. Principais estimativas e julgamentos apresentados**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Ibersol são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### **Estimativas contabilísticas relevantes**

#### **3.14.1 Provisões**

A Ibersol analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### **3.14.2 Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Ibersol, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Ibersol.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

#### **3.14.3 Impostos**

A empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

### **3.15. Riscos relevantes**

A actividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A empresa detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da empresa.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

#### **3.15.1 Risco de mercado**

##### **Risco Taxa de Juro**

O risco principal de taxa de juro da Ibersol advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo, em papel comercial. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem a Ibersol ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem a Ibersol ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, de proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro. O risco é reduzido dado que a empresa tem empréstimos concedidos de valor superior aos obtidos.

### 3.15.2 Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber resultantes de empréstimos às subsidiárias. O risco de crédito é avaliado pela Direcção Financeira da empresa, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da IBERSOL. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito é reduzido.

### 3.15.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Funcionando a sociedade como centro financeiro do Grupo o risco de liquidez está associado ao risco das suas subsidiárias. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Relacionada com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

A 31 de Dezembro de 2019, o passivo corrente ascende a 15,5 milhões de euros, face aos 9 milhões de activo corrente. O ativo não corrente inclui 159 milhões de empréstimos concedidos a subsidiárias, cujo reembolso poderá, em caso de necessidade, ser solicitado a curto prazo, suprimindo assim o desequilíbrio existente.

### 3.15.4 Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão das participadas. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado ao nível consolidado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar abaixo de 35%.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o rácio de alavancagem financeira apresenta-se conforme segue:

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Empréstimos concedidos	-159 504 996	-145 974 996
Empréstimos obtidos	73 000 000	66 100 000
Caixa e depósitos bancários	-737 032	-168 549
Endividamento líquido	<u>-87 242 028</u>	<u>-80 043 545</u>
Capital próprio	196 731 838	188 890 119
Capital total	<u>109 489 811</u>	<u>108 846 574</u>

### 3.16 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data da demonstração da posição financeira consolidada e a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas que da posição financeira consolidada (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos entre a data da demonstração da posição financeira consolidada e a data de emissão das demonstrações financeiras

consolidadas que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração consolidada da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados na nota 30.

#### 4 Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos bancários	737 032	168 549
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	<u>737 032</u>	<u>168 549</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Depósitos bancários</b>		
-Depósitos à ordem	737 032	168 549
-Depósitos a prazo	-	-
-Outros depósitos	-	-
	<u>737 032</u>	<u>168 549</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (activo)</b>	<u>737 032</u>	<u>168 549</u>
<b>Equivalentes de caixa (passivo)</b>	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa</b>	<u>737 032</u>	<u>168 549</u>

#### 5 Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 não se registou qualquer movimento nos activos fixos tangíveis, nem foram efectuadas amortizações, pelo facto de os bens se encontrarem totalmente reintegrados.

	Terrenos e edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte	Eq. Administrativo	Outros activos tangíveis	Total
<b>31 de Dezembro de 2019</b>						
Custo	29 828	3 736	-	215 338	18 289	267 191
Depreciação acumulada	29 828	3 736	-	215 338	18 289	267 191
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

#### 6 Investimentos financeiros em subsidiárias

Os investimentos financeiros em subsidiárias apresentam-se conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Participações financeiras (6.1)	22 133 064	22 133 064
Prestações acessórias (6.2)	<u>77 293 283</u>	<u>79 944 783</u>
	<u>99 426 347</u>	<u>102 077 847</u>

## 6.1 Participações financeiras

As participações financeiras da Ibersol encontram-se expressas no balanço pelo método custo, conforme segue:

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
	%	V.Aquisição	V.Aquisição
<b>Subsidiárias</b>			
Asurebi SGPS, S.A.	10%	20 181 420	20 181 420
Ibersol Restauração, S.A.	100%	847 986	847 986
Iberusa-Hotelaria e Restauração, S.A.	5%	158 119	158 119
Ibersol Madeira Restauração, S.A.	100%	242 800	242 800
Restmon Portugal, Lda	61%	499 448	499 448
Eggon - SGPS, S.A.	2%	645 000	645 000
Ibergourmet-Prod.Alimentares, S.A.	100%	57 020	57 020
Ibersol Angola, S.A.	0,20%	720	720
		<u>22 632 512</u>	<u>22 632 512</u>
Perdas por imparidade acumuladas		<u>-499 448</u>	<u>-499 448</u>
		<u>22 133 064</u>	<u>22 133 064</u>

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos na rubrica investimento em subsidiárias apresentam-se como segue:

	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Asurebi SGPS, S.A.	Eggon - SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet- Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.	Total
<b>01 de Janeiro de 2018</b>	847 986	242 800	158 119	20 181 420	645 000	499 448	57 020	720	22 632 512
Aquisição/alienação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/Perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos no capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<u>847 986</u>	<u>242 800</u>	<u>158 119</u>	<u>20 181 420</u>	<u>645 000</u>	<u>499 448</u>	<u>57 020</u>	<u>720</u>	<u>22 632 512</u>
<b>01 de Janeiro de 2019</b>	847 986	242 800	158 119	20 181 420	645 000	499 448	57 020	720	22 632 512
Aquisição/alienação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/Perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos no capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<u>847 986</u>	<u>242 800</u>	<u>158 119</u>	<u>20 181 420</u>	<u>645 000</u>	<u>499 448</u>	<u>57 020</u>	<u>720</u>	<u>22 632 512</u>

Os activos e passivos a 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, e os rendimentos e gastos gerados em 2019 e 2018, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias, são como segue:

	2019							
	Asurebi SGPS, S.A.	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Eggon SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet-Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.
Capital próprio	154 632 946	124 742 953	3 949 320	97 005 305	35 271 884	-2 271 974	4 343 660	6 950 257
Capital próprio s/ prestações acessórias	154 632 946	54 742 953	3 870 820	1 535 305	31 541 884	-2 271 974	2 443 660	6 111 490
Resultado líquido	12 728 777	4 351 027	1 386 007	10 507 327	85 514	-17 317	229 963	2 780 450

	2018							
	Asurebi SGPS, S.A.	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Eggon SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet-Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.
Capital próprio	141 904 169	124 391 926	3 489 814	90 427 978	35 383 370	-2 255 629	4 113 697	6 334 078
Capital próprio s/ prestações acessórias	141 904 169	54 391 926	3 489 814	-8 972 022	31 453 370	-2 255 629	2 213 697	5 059 962
Resultado líquido	773 743	4 966 585	1 404 211	9 384 673	7 889	-16 595	-100 496	1 759 802

Dos testes de imparidade realizados nas participações das subsidiárias, não resultaram ajustamentos de imparidade. Os pressupostos utilizados foram:

Taxa de crescimento na perpetuidade		
Portugal	2,50%	(1% real + 1,5% inflação)
Taxa de desconto		
Portugal	5,60%	
Espanha	5,20%	

## 6.2 Prestações acessórias

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se a prestações acessórias concedidas às subsidiárias da Ibersol. As prestações acessórias não são remuneradas, nem têm prazo de reembolso definido.

	2019						
	Iberusa	Ibersol Restauração	Eggon	Ibergourmet	Ibersol Angola	Ibersol Madeira	TOTAL
Prestações acessórias Subsidiárias	5 870 000	70 000 000	240 000	1 100 000	4 783	78 500	77 293 283
Perdas de imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5 870 000</b>	<b>70 000 000</b>	<b>240 000</b>	<b>1 100 000</b>	<b>4 783</b>	<b>78 500</b>	<b>77 293 283</b>

	2018						
	Iberusa	Ibersol Restauração	Eggon	Ibergourmet	Ibersol Angola	TOTAL	
Prestações acessórias Subsidiárias	8 400 000	70 000 000	440 000	1 100 000	4 783	79 944 783	
Perdas de imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>8 400 000</b>	<b>70 000 000</b>	<b>440 000</b>	<b>1 100 000</b>	<b>4 783</b>	<b>79 944 783</b>	

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, apresentam-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	79 944 783	81 594 783
Aumentos	78 500	-
Diminuições	<u>2 730 000</u>	<u>1 650 000</u>
<b>Saldo final</b>	<b><u>77 293 283</u></b>	<b><u>79 944 783</u></b>

## 7 Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os activos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações de capital, como segue:

	<u>% detida</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Change Partners I, SGPS, S.A.	3,08%	<u>264 000</u>	<u>264 000</u>
<b>Sub-total</b>		<b><u>264 000</u></b>	<b><u>264 000</u></b>
Perdas por imparidade acumuladas		<u>-264 000</u>	<u>-264 000</u>
<b>Total</b>		<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>

A Change Partners I, SGPS, S.A., tem por actividade a gestão de participações sociais. Em virtude de não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor por prudência a sociedade registou uma perda de imparidade igual ao valor de aquisição.

## 8 Imposto s/ rendimento a recuperar e a pagar

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o imposto sobre o rendimento apresenta-se conforme segue:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Imposto s/ rendimento - IRC (1)	1 231 213	-	2 620 255	-
	<u>1 231 213</u>	<u>-</u>	<u>2 620 255</u>	<u>-</u>

(1) Pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), o accionista Ibersol – SGPS, S.A. irá proceder à liquidação do imposto das suas subsidiárias junto das autoridades fiscais (Nota 14.2).

Para os períodos apresentados o saldo devedor de IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pagamento especial por conta	-	24 614
Pagamento por conta	4 594 197	4 245 951
Retenções	194	144
Estimativa de IRC - empresa (Nota 24)	-253 083	-191 639
Estimativa de IRC - subsidiárias (RETGS)	-3 469 367	-2 652 677
Economia de imposto (RETGS)	<u>359 272</u>	<u>1 193 863</u>
<b>Total</b>	<b><u>1 231 213</u></b>	<b><u>2 620 255</u></b>

## 9 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Ibersol tem registado nesta rubrica os seguintes saldos:

		2019		2018	
		Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores:					
- Devedores diversos		14 890	14 890	11 947	11 947
	<b>Sub-total</b>	<b>14 890</b>	<b>14 890</b>	<b>11 947</b>	<b>11 947</b>
Pessoal		2 705	2 705	2 705	2 705
	<b>Sub-total</b>	<b>2 705</b>	<b>2 705</b>	<b>2 705</b>	<b>2 705</b>
Perdas por imparidade acumuladas		-	-	-	-
<b>Outras contas a receber</b>		<b>17 595</b>	<b>17 595</b>	<b>14 652</b>	<b>14 652</b>

## 10 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Ibersol tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2019	2018
Seguros	845	793
Rendas	3 353	3 353
Comissões de financiamento	-	282 403
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>4 198</b>	<b>286 549</b>

## 11 Capital

Em 14 de Maio de 2018, foi realizado um aumento de capital, por incorporação de reservas livres no montante de 6.000.000 eur, determinando-se a criação de 6.000.000 de novas acções, distribuídas gratuitamente aos accionistas na proporção de uma nova acção por cada grupo de 5 acções já detidas.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o capital social da Ibersol encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 36.000.000 acções com o valor nominal de 1 euro cada.

## 12 Acções próprias

Com o aumento de capital a Ibersol aumenta o número de acções próprias em 599.987, adicionalmente adquiriu 56 no ano de 2018. Não ocorreram transações com acções próprias em 2019.

As acções estão subordinadas ao regime fixado para as acções próprias que determina que os respectivos direitos de voto e patrimoniais estão suspensos enquanto se mantiverem na titularidade do grupo, sem prejuízo de poderem ser objecto de venda.

No final do ano a sociedade detinha 3.599.981 acções próprias adquiridos por 11.180.516 euros. De acordo com a lei, a sociedade deve manter uma reserva indisponível no mesmo montante do valor de aquisição das acções próprias. Esta reserva encontra-se incluída na rubrica Outras reservas.

## 13 Reservas

As rubricas de reservas registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018:

### 13.1 Reservas legais

	Reservas legais	
	2019	2018
<b>A 1 de Janeiro</b>	755 581	263 001
Aumento	319 930	492 580
Utilização	-	-
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>1 075 511</b>	<b>755 581</b>

## 13.2 Outras reservas

	Reservas p/ acções próprias		Outras reservas	
	2019	2018	2019	2018
<b>A 1 de Janeiro</b>	11 179 895	11 179 347	109 948 477	109 290 081
Aumento (1)	-	-	2 838 657	9 358 950
Utilização (2)	-	-	-	8 700 006
Transferência	-	548	-	-548
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>11 179 895</b>	<b>11 179 895</b>	<b>112 787 134</b>	<b>109 948 477</b>

- (1) as variações nos exercícios de 2019 e 2018 resultam do aumento das reservas livres na distribuição do resultado do exercício anterior.
- (2) montante relativo a dividendos pagos em 2018 de 2.700.006 eur. Adicionalmente, pelo aumento de capital, registou-se uma diminuição de 6.000.000 eur em reservas livres no exercícios de 2018.

O montante de reservas e de resultados transitados disponíveis ascende a 148.092.559 euros. As reservas respeitantes às acções próprias detidas pelo grupo (11.180.516 euros), estão indisponíveis para distribuição.

## 14 Empréstimos concedidos a subsidiárias

### 14.1 Activos não correntes

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se a empréstimos concedidos às subsidiárias da Ibersol. Os empréstimos com períodos de reembolso superiores a 1 ano vencem juros a uma taxa fixada com base na Euribor 12M + 1,25% e alterada conforme variação da taxa de referência do BCE.

	2019			TOTAL
	Ibersol Restauração	Asurebi SGPS	Restmon	
<b>Não corrente</b>				
Empréstimos concedidos				
Subsidiárias	96 458 996	61 770 000	1 276 000	159 504 996
Perdas de imparidade acumulada	-	-	-	-
<b>Total não corrente</b>	<b>96 458 996</b>	<b>61 770 000</b>	<b>1 276 000</b>	<b>159 504 996</b>

	2018			TOTAL
	Ibersol Restauração	Asurebi SGPS	Restmon	
<b>Não corrente</b>				
Empréstimos concedidos Subsidiárias	92 158 996	52 540 000	1 276 000	145 974 996
Perdas de imparidade acumulada	-	-	-	-
<b>Total não corrente</b>	<b>92 158 996</b>	<b>52 540 000</b>	<b>1 276 000</b>	<b>145 974 996</b>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, apresentam-se como segue:

	2019	2018
Saldo inicial	145 974 996	152 977 496
Aumentos	16 250 000	1 550 000
Diminuições	2 720 000	8 552 500
<b>Saldo final</b>	<b>159 504 996</b>	<b>145 974 996</b>

#### 14.2 Activos e passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os saldos reconhecidos nesta rubrica decorrem dos juros dos suprimentos e do cálculo do imposto corrente do exercício.

	2019		2018	
	Activo corrente	Passivo corrente	Activo corrente	Passivo corrente
IRC (RETGS)	3 662 071	192 704	2 891 441	238 763
Juros suprimentos	3 390 850	-	3 476 585	-
	<b>7 052 921</b>	<b>192 704</b>	<b>6 368 026</b>	<b>238 763</b>

Pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), o accionista Ibersol – SGPS, S.A. irá proceder à liquidação do imposto das suas subsidiárias junto das autoridades fiscais. Os saldos apresentam-se como segue (Nota 28):

	2019		2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Ibersol Restauração	-	59 462	-	86 892
Iberusa	1 761 879	-	1 305 629	-
Asurebi	-	127 615	-	127 035
IBR Imobiliária	150 819	-	153 480	-
Ibersol Hotelaria e Turismo	181 563	-	156 166	-
Eggon	-	3 053	-	2 097
Iber King	138 862	-	118 263	-
Ibersol Madeira & Açores	180 268	-	205 376	-
Sugestões & Opções	256 452	-	230 100	-
Anatir	150	-	267	-
Iberaki	180 094	-	162 691	-
Firmoven	-	2 573	-	1 690
JSCC	583 162	-	413 773	-
SEC	72 456	-	44 017	-
Ibersande	55 005	-	78 988	-
Ibergourmet	69 629	-	-	21 049
Maestro	31 731	-	22 690	-
	<b>3 662 071</b>	<b>192 704</b>	<b>2 891 441</b>	<b>238 763</b>

No que respeita a juros de suprimentos, os saldos da rubrica empresas do Grupo a curto prazo apresentam-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ibersol Restauração	2 018 217	2 119 024
Iberusa	-	9 487
Restmon	320 479	304 529
Asurebi	1 052 154	1 043 545
	<u>3 390 850</u>	<u>3 476 585</u>

## 15 Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos ativos apresenta-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Instrumento de cobertura - Swap	28 957	37 805
Créditos fiscais	2 346 447	1 006 166
<b>Impostos diferidos ativos</b>	<u>2 375 404</u>	<u>1 043 971</u>

## 16 Financiamentos obtidos e instrumentos financeiros derivados

### 16.1. Financiamentos obtidos

O detalhe dos empréstimos no final do exercício, apresenta-se segue:

	<u>2019</u>			<u>2018</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Papel comercial	15 000 000	58 000 000	73 000 000	13 100 000	53 000 000	66 100 000
	<u>15 000 000</u>	<u>58 000 000</u>	<u>73 000 000</u>	<u>13 100 000</u>	<u>53 000 000</u>	<u>66 100 000</u>
Comissões de financiamento	-206 813	-	-206 813	-	-	-
<b>Total</b>	<u>14 793 187</u>	<u>58 000 000</u>	<u>72 793 187</u>	<u>13 100 000</u>	<u>53 000 000</u>	<u>66 100 000</u>

Para os Programas de Papel Comercial consideramos o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados. A Ibersol é subscritora de dois programas de papel comercial com cláusula de possibilidade de denúncia no valor de 10.000.000 €, estando emitidos 6.000.000 € em 31 de Dezembro de 2019 e dos quais 5.000.000 € a essa data era garantida que a mesma não seria exercida. Os restantes têm maturidades longas, entre 3 e 5 anos.

Durante o exercício de 2019 não se verificou recebimentos nem amortização de outros financiamentos.

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados aos empréstimos (papel comercial) a 31 de Dezembro de 2019, detalham-se como segue:

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Papel comercial	15 000 000	20 000 000	24 000 000	7 000 000	7 000 000
Juros	1 048 000	672 000	260 000	105 000	70 000

Em 2019, o custo médio dos empréstimos foi de 1,9%.

## 16.2. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros dizem respeito ao instrumento de cobertura taxa de juro SWAP, conforme segue:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Swap	-	128 699	128 699	-	168 023	168 023
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>128 699</b>	<b>128 699</b>	<b>-</b>	<b>168 023</b>	<b>168 023</b>

Os contratos swap para cobertura do risco de taxa de juro estão associados a dois Programas de Papel Comercial nos montantes de 14,4 milhões de euros e 4,8 milhões de euros e têm subjacentes os prazos de vencimento dos juros e os planos de redução dos referidos montantes máximos de emissão. O último período de emissão ocorrerá em 2022, e detalham-se conforme segue:

	Ibersol SGPS	Ibersol SGPS
Data inicio	19/05/2017	08/06/2017
Data de vencimento	20/10/2022	14/11/2022
Taxa juro fixa	0,39%	0,395%
Taxa juro variável	Euribor 6M *	Euribor 3M *
Montante a 31 de Dezembro 2019	14 400 000	4 800 000

(\*) com floor zero

## 17 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2019		2018	
	Corrente	Total	Corrente	Total
<b>Outros credores</b>				
Credores diversos	-	-	2 857	2 857
<b>Estado e outros entes públicos</b>				
IRS - retenções	9 752	9 752	8 966	8 966
IVA a pagar	162 924	162 924	165 541	165 541
Segurança social	10 273	10 273	9 588	9 588
<b>Credores por acréscimos</b>				
Férias e subsídio de férias	37 378	37 378	40 657	40 657
Prémios	83 083	83 083	82 183	82 183
Juros a liquidar	173 972	173 972	149 851	149 851
Fee	713	713	342	342
Outros	12 503	12 503	12 860	12 860
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>490 598</b>	<b>490 598</b>	<b>472 845</b>	<b>472 845</b>

## 18 Provisões

Os movimentos ocorridos na rubrica provisões durante o exercício de 2019 e 2018 são como segue:

	Processos Judiciais		IRC	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	5 257	5 257	2 672 307	2 672 307
Aumentos	-	-	-	-
Diminuições (1)	-	-	-2 672 307	-
<b>Saldo final</b>	<b>5 257</b>	<b>5 257</b>	<b>-</b>	<b>2 672 307</b>

(1) provisão referente a créditos fiscais decorrente do cálculo do IRC de exercícios anteriores, revertida em 2019, considerando a análise efetuada pelo Grupo a esta data de balanço.

## 19 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2019	2018
Prestação de serviços - mercado interno	720 000	720 000
Prestação de serviços - mercado externo	-	-
<b>Sub-total</b>	<b>720 000</b>	<b>720 000</b>
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b>720 000</b>	<b>720 000</b>

## 20 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2019	2018
Trabalhos especializados	73 946	123 126
Outros	1 353	6 636
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>75 299</b>	<b>129 762</b>

## 21 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2019 e de 2018, foram como segue:

	2019	2018
Remunerações		
Orgãos sociais	34 807	34 807
Pessoal	248 680	252 490
	<b>283 487</b>	<b>287 297</b>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	65 657	66 557
Outros	8 232	6 891
<b>Sub-total</b>	<b>73 889</b>	<b>73 447</b>
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>357 376</b>	<b>360 745</b>

O número médio de empregados em 2019 foi de 3 (2018:3)

## 22 Outros proveitos operacionais

A rubrica de Outros proveitos operacionais pode ser apresentada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ganhos por aumento do justo valor (Swap)	39 619	25 128
Outros proveitos operacionais	<u>476</u>	<u>5 433</u>
	<u>40 095</u>	<u>30 561</u>

## 23 Outros custos operacionais

O detalhe da rubrica de Outros custos operacionais é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos	14 986	30 485
Gastos por aumento do justo valor (Swap)	294	4 407
Serviços bancários	79 088	72 675
Outros	<u>12 758</u>	<u>1 927</u>
	<u>107 126</u>	<u>109 493</u>

## 24 Gastos e rendimentos financeiros

### 24.1 Custo de Financiamento líquido

O detalhe do custo de financiamento líquido dos exercícios de 2019 e 2018 apresenta-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Gastos financeiros</b>		
Juros de papel comercial	817 551	877 098
Comissões de papel comercial	493 663	626 195
Outros	<u>46 211</u>	<u>21 526</u>
Sub-total	<u>1 357 425</u>	<u>1 524 819</u>
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Juros de suprimentos	<u>2 250 921</u>	<u>2 229 031</u>
Sub-total	<u>2 250 921</u>	<u>2 229 031</u>
Total	<u>-893 497</u>	<u>-704 212</u>

### 24.2 Dividendos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Outros Rendimentos financeiros</b>		
Dividendos recebidos	<u>5 250 000</u>	<u>4 075 000</u>
	<u>5 250 000</u>	<u>4 075 000</u>

## 25 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto s/ rendimento corrente	253 083	191 639
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto (1)	-608 004	-647 684
Economia imposto - RETGS (Nota 8)	-1 699 553	-1 193 863
Provisão Imposto s/ rendimento (Nota 18)	-2 672 306	-
Imposto s/ rendimento diferido (2)	8 848	181 092
<b>Imposto sobre rendimento</b>	<b>-4 717 932</b>	<b>-1 468 816</b>

(1) excesso resultante da utilização dos créditos fiscais.

(2) montante referente, essencialmente, aos créditos fiscais a utilizar nos exercícios seguintes (RFAI e contrato fiscal de investimento).

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Imposto corrente do exercício</u>		
Taxa base	236 211	178 863
Derrama	16 872	12 776
	<u>253 083</u>	<u>191 639</u>

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes de impostos	<b>6 363 790</b>	<b>4 929 773</b>
<b>Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (22,5%)</b>	<b>1 431 853</b>	<b>1 109 199</b>
Custos não dedutíveis	2 481	427
Rendimentos não tributáveis (dividendos)	-1 181 250	-917 987
Tributação autónoma	-	-
<b>Gastos de Imposto sobre o Rendimento</b>	<b>253 083</b>	<b>191 639</b>
Imposto s/ rendimento corrente	253 083	191 639
Imposto s/ rendimento diferido	8 848	181 092
Imposto s/ rendimento	<u>261 931</u>	<u>372 731</u>

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	<u>22,50%</u>	<u>22,50%</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Ibersol estão sujeitas a revisão e podem ser corrigidas por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais, pelo que as declarações de 2016 a 2019 estão ainda em aberto.

A Administração da Ibersol entende que as correcções, resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, daquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2019.

## 26 Outros compromissos assumidos

Fiança à Ibersol Restauração, S.A. pelas obrigações que esta sociedade assumiu no arrendamento de uma loja comercial, de 231m<sup>2</sup>, no valor de 28.342 euros.

Adicionalmente a Ibersol SGPS prestou garantias a financiamentos às participadas no montante de 4.000.000 EUR e 645.000 USD.

## 27 Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais apresentam-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conselho Fiscal	27 500	27 500
Assembleia Geral	2 335	2 335
Conselho Administração (1)	<u>6 000</u>	<u>6 000</u>
	<u>35 835</u>	<u>35 835</u>

(1) respeita à remuneração do administrador não executivo.

## Remuneração e Benefícios atribuídos a administradores:

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. prestou serviços de administração e gestão ao grupo, tendo recebido da participada Ibersol Restauração, S.A., por tais serviços, a quantia de 1.000.000 euros no ano de 2019 (900.000 em 2018). Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional.

## 28 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2019, a Ibersol é controlada pela ATPS – SGPS, S.A. que detém uma participação directa de 54,91%.

### 28.1 Transacções entre partes relacionadas

#### (a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

##### **Accionistas:**

ATPS – SGPS, S.A.

##### **Subsidiárias da Ibersol, SGPS:**

Ibersande Restauração, S.A.  
Iberusa – Hotelaria e Restauração, S.A.  
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.  
Ibersol Restauração, S.A.  
Iberking Restauração, S.A.  
Iberaki Restauração, S.A.  
Restmon Portugal, Lda.  
Ibersol – Hotelaria e Turismo, S.A.  
Vidisco, S.L.  
Inverpeninsular, S.L.  
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.  
Asurebi SGPS, S.A.  
Charlotte Develops, S.L.  
Firmoven Restauração, S.A.

I.B.R. - Sociedade Imobiliária, S.A.  
Eggon SGPS, S.A.  
Anatir SGPS, S.A.  
Lurca, S.A.  
Sugestões e Opções – Actividades Turísticas, S.A.  
José Silva Carvalho Catering, S.A.  
Iberusa Central de Compras para Restauração, ACE  
Vidisco e Pasta Caffè, Union Temporal de Empresas  
Maestro – Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.  
SEC – Eventos e Catering, S.A.  
Ibersol – Angola, S.A.  
HCI – Imobiliária, S.A.  
Lusinver Restauración, S.A.  
The Eat Out Group S.L.U.  
Pansfood, S.A.U.  
Foodstation, S.L.U.  
Dehesa de Santa Maria Franquicias, S.L.  
Cortsfood, S.L.

**Entidades conjuntamente controladas da Ibersol, SGPS:**

UQ Consult, S.A.

**Associadas:**

Ziaicos - Serviços e gestão, Lda

**(b) Transacções e saldos pendentes com as partes relacionadas:**

**i) Accionistas:**

Durante o exercício, a Ibersol efectuou as seguintes transacções com accionistas:

**Rendimentos Financeiros**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ATPS SGPS, S.A.	200	575
	<u>200</u>	<u>575</u>

**ii) Subsidiárias:**

Durante o exercício, a Ibersol efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

**Vendas de produtos e serviços**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Vendas de produtos e serviços		
Ibersol Restauração	720 000	720 000
	<u>720 000</u>	<u>720 000</u>

**Rendimentos Financeiros**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Rendimentos Financeiros</b>		
Asurebi	1 052 154	1 043 545
Ibersol Restauração	1 182 617	1 159 474
Iberusa	-	9 487
Restmon	15 950	15 950
	<u>2 250 721</u>	<u>2 228 456</u>
<b>Dividendos recebidos</b>		
Ibersol Madeira e Açores	1 250 000	1 000 000
Asurebi	-	75 000
Ibersol Restauração	4 000 000	3 000 000
	<u>5 250 000</u>	<u>4 075 000</u>

### Compras de produtos e serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Compra de produtos e serviços</b>		
Ibersol Restauração	12 241	11 529
	<u>12 241</u>	<u>11 529</u>

### Saldos devedores e credores

No final do exercício, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Saldos devedores</b>		
Asurebi	1 052 154	1 043 545
Iber King	138 862	118 263
Iberaki	180 094	162 691
Ibergourmet	69 629	-
Ibersande	55 005	78 988
Ibersol Madeira e Açores	180 268	205 376
Ibersol Restauração	2 018 217	2 119 024
Iberusa	1 761 879	1 315 116
IBR	150 819	153 480
IHT	181 563	156 166
José Silva Carvalho	583 162	413 773
Restmon	320 479	304 529
SEC	72 456	44 017
Sugestões	256 452	230 100
Maestro	31 731	22 690
Anatir	150	267
	<u>7 052 920</u>	<u>6 368 025</u>
<b>Financiamentos</b>		
Prestações acessórias (Nota 6)	77 293 283	79 944 783
Suprimentos (Nota 14)	159 504 996	145 974 996
	<u>236 798 279</u>	<u>225 919 779</u>

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Saldos credores</b>		
Asurebi	127 615	127 035
Eggon	3 053	2 097
Ibergourmet	-	21 049
Ibersol Restauração	59 462	86 892
Firmoven	2 573	1 690
	<u>192 703</u>	<u>238 763</u>

## 29 Resultado por acção

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	<u>11 081 721</u>	<u>6 398 589</u>
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	36 000 000	36 000 000
Número médio ponderado de acções próprias	-3 599 981	-3 599 981
	<u>32 400 019</u>	<u>32 400 019</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,34</u>	<u>0,20</u>
Número acções próprias no final do período	<u>3 599 981</u>	<u>3 599 981</u>

Na Assembleia Geral Anual de 08 de Maio de 2019 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,10 euros por acção (0,10 euros em 2018), correspondendo a um valor de 3.240.002 para as acções em circulação (2.700.006 euros em 2018), cujo pagamento foi efetuado em 4 de Junho de 2019.

## 30 Eventos subsequentes

A Organização Mundial de Saúde no dia 11 de Março decretou pandemia associada à disseminação do Covid-19, tendo sido decretado o “Estado Alarma” em Espanha e logo de seguida o Estado de Emergência em Portugal. Posteriormente, no final do mês, o mesmo sucedeu em Angola. O estado de emergência determinou medidas de confinamento da população e o encerramento da generalidade do comércio e dos restaurantes.

Esta situação teve um grande impacto na atividade das participadas obrigando ao encerramento dos restaurantes, ficando em funcionamento apenas os que tinham a possibilidade de efetuar um volume mínimo através de take away e delivery.

Apesar de abertos, os restaurantes têm funcionado abaixo do que é o seu potencial normal.

É provável que estejam criadas as condições para o recomeço da actividade durante o mês de Maio e Junho. Projectamos que numa fase inicial os restaurantes trabalhem a cerca de 50% do seu volume normal, com recuperações crescentes até ao termo do primeiro semestre do próximo ano.

Para conciliar a redução abrupta da atividade e a protecção dos empregos, as nossas participadas aderiram ao ERTE (Expediente de Regulación Temporal de Empleo) em Espanha e ao Lay-off simplificado e normal em Portugal.

Simultaneamente, foram tomadas iniciativas de redução de custos, renegociação de contratos, incluindo o reequilíbrio financeiro dos contratos de arrendamento e a negociação de prazos de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo mantinha cerca de 28 milhões de euros de linhas de crédito disponíveis mas não utilizadas. Para assegurar a cobertura dos défices de tesouraria, a Ibersol SGPS contratou linhas grupadas adicionais de 30 milhões de euros e refinanciou cerca de 15 milhões euros, durante o primeiro trimestre de 2020.

Adicionalmente, as participadas têm em curso a contratação de cerca de 55 milhões de euros, o que permitirá reforçar a liquidez do Grupo.

Relativamente aos eventuais impactos em 2020 na recuperabilidade dos activos entendemos não ser possível determinar eventuais impactos, se alguns.

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

---

António Alberto Guerra Leal Teixeira

---

Juan Carlos Vázquez-Dodero



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Burgo – Avenida da Boavista, 1837 – 16º Andar  
4100-133 Porto  
Portugal  
+351 22 010 23 00 / www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS e RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ibersol, S.G.P.S., S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 270.349.706 euros e um total de capital próprio de 196.731.838 euros, incluindo um resultado líquido de 11.081.721 euros), a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração da alteração dos capitais próprios e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Ibersol, S.G.P.S., S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 30 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas onde são divulgados os impactos e as incertezas resultantes da disseminação do novo coronavírus (“COVID-19”), sendo este um evento não ajustável. Na mesma nota, o Conselho de Administração refere os impactos sentidos até à data da preparação das contas decorrentes da pandemia, bem como as medidas tomadas para assegurar níveis de liquidez e capital suficientes para prosseguir a atividade do Grupo. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

---

### Valorização de investimentos financeiros e empréstimos a subsidiárias

---

Ver notas 3.1, 3.3 e 3.4 das Principais políticas contabilísticas, nota 3.14.2 das Estimativas contabilísticas relevantes e as notas 6 e 14 do Anexo às demonstrações financeiras

---

#### O Risco

Os investimentos financeiros e empréstimos concedidos a subsidiárias apresentados na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 ascendem a 99.426.347 euros e 159.504.996 euros, respectivamente.

A avaliação da imparidade dos referidos investimentos e empréstimos efetuada pelo órgão de gestão assenta na avaliação dos fluxos de caixa futuros a gerar pelas subsidiárias, incorporando assim diversos pressupostos relevantes, nomeadamente aqueles associados às taxas de crescimento de curto e longo prazo, taxas de desconto e planos de investimento.

Deste modo, considerando a materialidade dos investimentos e empréstimos a subsidiárias, e o elevado grau de julgamento inerente à estimativa do valor recuperável dos mesmos, consideramos esta área como uma matéria relevante de auditoria.

#### A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- avaliação dos procedimentos de orçamentação em que as projeções se baseiam, por referência à comparação do desempenho atual com estimativas efetuadas em períodos anteriores, e a integridade e precisão matemática do modelo de fluxos de caixa descontados;
- análise dos pressupostos internos e externos utilizados, tais como as tendências atuais dos negócios, o desempenho dos mercados, inflação, crescimento económico projetado e taxas de desconto, e avaliação da razoabilidade e consistência dos mesmos entre as diferentes subsidiárias;
- execução de análises de sensibilidade a alterações nos pressupostos e previsões utilizados;
- envolvimento dos nossos especialistas de forma a aferir quanto ao modelo de fluxos de caixa descontados e quanto à taxa de custo médio de capital considerados nas avaliações efetuadas pela Entidade;
- indagações ao Conselho de Administração sobre as bases das suas estimativas e julgamentos e desafio dos pressupostos assumidos; e
- revisão das divulgações efetuadas, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.



## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.



## **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de maio de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 7 maio de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

8 de maio de 2020

---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Pedro Manuel Bouça de Morais Alves da Costa (ROC n.º 1466)



## **DECLARAÇÃO**

Nos termos previstos no art.º 245º, nº 1, alínea c), do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal declara, tanto quanto é do conhecimento dos seus membros e perante os elementos a que tiveram acesso, que a informação constante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IBERSOL-SGPS, SA, respeitante ao ano de 2019, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, e dá uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da IBERSOL-SGPS, SA, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. -----

Porto, 08 de maio de 2020

### **O Conselho Fiscal**

\_\_\_\_\_  
Dr. Carlos Alberto Alves Lourenço  
(Presidente)

\_\_\_\_\_  
Doutora Maria José Martins Lourenço da Fonseca  
(Vice-Presidente)

\_\_\_\_\_  
Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos  
(Vogal)



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**Aos Senhores Acionistas da “IBERSOL - SGPS, SA.”.**

Nos termos das normas legais e estatutárias aplicáveis, e no cumprimento do mandato em que está investido, o Conselho Fiscal elaborou o presente Relatório sobre a sua ação fiscalizadora desenvolvida no exercício social de 2019, bem como sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da sociedade, apresentadas pelo Conselho de Administração e relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e emite o consequente Parecer. -----

--

**1. Relatório da Atividade Fiscalizadora:**

O Conselho Fiscal, no exercício das suas competências e de acordo com o mandato conferido, acompanhou, durante o exercício de 2019, as atividades desenvolvidas pela IBERSOL, SGPS, SA, recebendo para o efeito informação atempada e adequada do Conselho de Administração e do Auditor/Revisor Oficial de Contas **KPMG & Associados, SROC, SA.** -----

Ao longo do ano de 2019, o Conselho Fiscal realizou as suas reuniões ordinárias trimestrais, em que sempre estiveram presentes os seus três membros, e em que foram analisadas as matérias sujeitas às suas atribuições e competências. Nestas reuniões ordinárias esteve sempre presente o Auditor/Revisor Oficial de Contas **KPMG & Associados, SROC, S.A.** devidamente representada pela ROC Dr.<sup>a</sup> Adelaide Maria Viegas Clare Neves, ROC n.º 862, até 15 de julho de 2019, e a partir desta data pelo Dr. Pedro Manuel Bouça de Moraes Alves da Costa, ROC n.º 1466, em substituição daquela. -----

--

O Auditor/Revisor Oficial de Contas **KPMG & Associados, SROC, SA** apresentou e propôs ao Conselho Fiscal, em reunião extraordinária de 29 de julho de 2019, convocada para o efeito, o “Plano e Estratégia para a Auditoria de Final de Ano de 2019” com os principais pontos do plano da sua atividade fiscalizadora, bem como o calendário de atuação dos membros afetos à equipa para o ano e primeiro trimestre de 2020. -----

--

Ao longo do exercício, o Auditor/Revisor Oficial de Contas prestou ao Conselho Fiscal informações detalhadas sobre as ações de auditoria desenvolvidas e as conclusões apuradas. ---

O Conselho Fiscal reuniu trimestralmente com o Conselho de Administração, de cujos membros recebeu informações sobre a evolução da atividade social, e outros esclarecimentos destinados à apreciação, em momento anterior à sua divulgação, do conteúdo da informação financeira elaborada por aquele Órgão de Administração. -----

--O Conselho Fiscal não registou constrangimentos no exercício das suas funções, e não recebeu qualquer participação de ocorrências ou denúncia de acionistas, de colaboradores da sociedade, da Auditora/Revisora Oficial de Contas ou de outras entidades de regulação, de fiscalização ou de inspeção, de quaisquer irregularidades ou tentativas de fraudes. -----

----O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de supervisão da atividade e independência do Auditor/Revisor Oficial de Contas, sendo de parecer que foram observadas as práticas recomendadas; e pronunciou-se, favoravelmente, pela prestação, pelo Auditora/Revisora Oficial de Contas, de serviços adicionais aos de auditoria, na medida em que considerou estar salvaguardada a sua independência, ser a respetiva contrapartida remuneratória enquadrada nas condições do mercado e, para além disso, ser do interesse da sociedade beneficiar dos conhecimentos e da pontualidade assegurada na prestação daqueles serviços. O valor dos serviços adicionais aos de auditoria não ultrapassou os estabelecidos pela regulamentação europeia e legislação nacional em vigor. -----

-O Conselho Fiscal observou a Recomendação I.5 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, com vista à caracterização do nível relevante de transações celebradas com acionistas detentores e não detetou a concretização de transações relevantes à luz daqueles critérios, nem identificou a presença de conflitos de interesses. -----

-

O Conselho Fiscal apreciou os Relatórios de Gestão, individual e consolidado, e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respetivos anexos, relativos aos períodos, e ao exercício, de 2019, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como as Certificações Legais de Contas e Relatório de Auditoria apresentados pelo Auditor/Revisor Oficial de Contas, a **KPMG & Associados, SROC, S.A.**, anexos ao "Relatório Adicional do ROC ao Órgão de Fiscalização", por ela produzido e referente ao exercício de 2019, ao abrigo do Art.º 24º do RJSA, aprovado pela Lei nº 148/2015, de 7 de Setembro. Nele se reporta o âmbito da Auditoria, os sócios e colaboradores da SROC que nela participaram, os métodos de avaliação utilizados com referência aos testes de imparidade e concentrações empresariais, o perímetro de consolidação com menção das entidades não auditadas pela **KPMG**, a materialidade, a Independência e os serviços adicionais prestados, bem como, entre outros, os resultados da análise do Controlo Interno que responde às questões levantadas, as respostas obtidas e as



recomendações efetuadas. -----  
--O Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no nº 5 do Art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, apreciou o Relatório do Governo da Sociedade e atestou a inclusão neste dos elementos referidos no Art.º 245º-A do Código dos Valores Mobiliários. -----  
-----

Dada a relevância e impacto, e eventuais e consequências, na atividade e resultados, no exercício de 2020, das empresas do grupo IBERSOL, quer em Portugal, quer em Espanha e em Angola, da pandemia Covid-19 que no início do mês de março de 2020 levou às declarações dos estados de emergência e de calamidade com o confinamento obrigatório de grande parte da população e a suspensão significativa de vários setores da atividade económica naqueles países, o Conselho Fiscal acompanha a apreensão e as considerações feitas sobre a matéria pelo Conselho de Administração na Nota 37 do Anexo às demonstrações financeiras, e pelo Auditor/Revisor Oficial de Contas na sua Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria.

## **2. Parecer:**

Face à análise realizada, o Conselho Fiscal é de parecer que se encontram reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove: -----

- a) Os Relatórios de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidados, relativos ao exercício social de 2019, com os respetivos anexos, assim como o Relatório de Governo da Sociedade; e, -----  
-----b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração. -----

Porto, 08 de maio de 2020

### **O Conselho Fiscal**

\_\_\_\_\_  
Dr. Carlos Alberto Alves Lourenço  
(Presidente)

\_\_\_\_\_  
Doutora Maria José Martins Lourenço da Fonseca  
(Vice-Presidente)

\_\_\_\_\_  
Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos  
(Vogal)